

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

RODRIGO ALBERTO TOLEDO

***O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS E SUA PROPOSTA DE GESTÃO CIDADÃ EM ARARAQUARA NO
PERÍODO 2001 – 2004***

ARARAQUARA

2006

RODRIGO ALBERTO TOLEDO

***O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS E SUA PROPOSTA DE GESTÃO CIDADÃ EM ARARAQUARA NO
PERÍODO 2001 – 2004***

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção de grau de Mestre em Sociologia à Comissão Julgadora da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy.

ARARAQUARA

2006

Toledo, Rodrigo Alberto

O desenvolvimento sustentável na formulação de políticas públicas e sua proposta de gestão cidadã em Araraquara no período 2001-2004 / Rodrigo Alberto Toledo. – 2006
208 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara.

Orientador: Maria Teresa Miceli Kerbauy

1. Políticas públicas. 2. Desenvolvimento sustentável.
3. Gestão cidadã. I. Título.

RODRIGO ALBERTO TOLEDO

***O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS E SUA PROPOSTA DE GESTÃO CIDADÃ EM ARARAQUARA NO
PERÍODO 2001 – 2004***

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção de grau de Mestre em Sociologia à Comissão Julgadora da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,

Orientadora: Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy.

Araraquara, 11 de Abril de 2006

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Para
Luiz, Ana e Gisele.

AGRADECIMENTOS

À orientadora Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy, pela atenção e dedicação, rigor científico e comprometimento no decorrer desse trabalho de mestrado. Sou grato pelo comprometimento pessoal e paciência nessa minha caminhada na produção dessa pesquisa. Tornou-se, desde os tempos idos da Graduação, uma referência intelectual, profissional e humana.

Ao professor e amigo Alcyr Azzoni, pelos dados e documentos fornecidos. O conhecimento e a quantidade de informações que Alcyr possui sobre a cidade de Araraquara foi fundamental para a elaboração das interpretações dessa pesquisa. Participante ativo das discussões sobre o futuro da cidade de Araraquara nos fóruns, conselhos e associações é figura fundamental na defesa de nosso patrimônio histórico, arquitetônico e ambiental.

À Profa. Dra. Darlene A. Ferreira de Oliveira, pelas preciosas considerações na banca de qualificação. Da mesma forma, ao Prof. Dr. Marco Aurélio Nogueira, pelas sugestões e pelo direcionamento para finalização desse trabalho.

Às funcionárias e aos funcionários da Seção de Pós-Graduação pela atenção que dispensaram aos assuntos relacionados ao programa. Por todas as informações remetidas sobre congressos, seminários e cursos, obrigado.

À Selma Chicareli, Secretária do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia pela atenção dispensada aos assuntos relacionados à Pós-Graduação. Obrigado pelo apoio, comprometimento e seriedade com que trata todos os alunos.

Aos professores e às professoras do Centro Universitário Central Paulista – UNICEP -, pelas conversas e apoio nas fases mais complexas dessa pesquisa. Em especial ao Professor Marcelo Dutra, Marcelo Delgado, Romário de Araújo, Samuel Robles, Antonio Migliato, Maria Silvia e Josmar Coutinho, pelo grande apoio que me deram.

Aos alunos do curso de Publicidade e Propaganda, Administração, Letras e Educação Física do UNICEP pelo apoio e compreensão dos meus limites pessoais na conjugação de tantas atividades relacionadas à docência, extensão e pesquisa.

Aos professores e às professoras do Colégio Progresso de Araraquara, pelas conversas sempre edificantes e incentivadoras na construção dessa pesquisa.

Aos funcionários do Arquivo Histórico “Prof. Rodolpho Telarolli” pela atenção e disponibilidade de documentos fundamentais para essa pesquisa.

À ONG Araraquara Viva pelo fornecimento de documentos, atas e outros registros. Obrigado pelos anos de companheirismo e de compartilhamento de sonhos sustentáveis para a cidade de Araraquara.

Ao Marcelo e Luciana Adorna, apaixonados pela causa dos dinossauros “araraquarenses”. Uma referência na elaboração de projetos, dedicação à pesquisa e comprometimento com o patrimônio paleontológico de Araraquara.

A FATEC-Sorocaba, pelo apoio e convite para ministrar o Curso de Administração Pública Municipal que contribuiu para ampliar meus conhecimentos sobre a administração pública. Especialmente agradeço a confiança depositada em mim pelo Prof. Dr. Jefferson e pela Secretária Maria das Dores.

Aos alunos do Curso de Administração Pública da Prefeitura de Jaú, pelo imenso carinho, respeito e riquíssimos debates em sala de aula. O carinho e o respeito com que me trataram são marcas que ficarão eternizadas.

Ao meu pai e a minha mãe, uma referência de dedicação à família e a profissão de ferroviário. Ao imenso amor, carinho, respeito e dignidade, meu muito obrigado. Por todas as batalhas, todas as conquistas, todos os desafios vencidos meu eterno agradecimento. A presença de vocês em minha vida, nos momentos mais alegres e difíceis, sempre fortaleceu minhas convicções e meus princípios.

À Gisele, por tudo que fez e continua a fazer por mim. Obrigado pela compreensão, dedicação e apoio nos momentos mais delicados dessa pesquisa.

Esse trabalho é fruto de todas as referências afetivas, pessoais e intelectuais. A todos o meu muito obrigado.

RESUMO

Durante quase 20 anos (1982-2000) a administração local conheceu Prefeitos com perfis conservadores na formulação e implementação de políticas públicas em Araraquara. Nas eleições de 2000 essa elite política não se acordou possibilitando a ascensão do atual Prefeito Edson Antônio da Silva, o Edinho do PT.

O rompimento dessa elite política nas eleições de 2000 criou um cenário positivo para a implementação de projetos de gestão cidadã das políticas públicas, assim como a constituição de conselhos municipais com foco na sustentabilidade ampliada. Referimo-nos ao projeto da sociedade civil organizada chamado Agenda 21 Local, e a reativação/implementação de dois conselhos municipais, o Conselho de Política Urbana e Ambiental, COMPUA responsável pelo Plano Diretor, e o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, COMDEMA responsável pelo Código Municipal de Gestão Ambiental. Torna-se fundamental, entretanto, analisar o papel destes fóruns: se são verdadeiros fóruns onde as decisões são diretamente compartilhadas ou dito de outra forma, se existe realmente o que chamamos de *partilha do poder*. Pretendemos também analisar a atuação da ONG Araraquara Viva enquanto promotora do projeto *Agenda 21Local* - trazendo para a discussão no município o conceito de sustentabilidade na formulação e implementação de políticas públicas -, e seu processo de incorporação ao Plano Diretor de Araraquara. Para analisarmos esse processo conduzimos uma pesquisa pautada em procedimentos de análise de documentos, artigos publicados nos jornais locais, decretos emitidos pelo Poder Público, Projetos de Leis, entrevistas com os principais atores políticos e lideranças envolvidas no processo no período de 2001-2004, bem como bibliografia de apoio.

Palavras-chaves: Políticas Públicas; Desenvolvimento Sustentável; Agenda 21; Democracia Participativa; Planejamento Urbano; Gestão Cidadã.

SUMMARY

During almost 20 years (1982-2000) the local administration knew Mayors with profiles conservatives in the formularization and implementation of public politics in Araraquara. In the elections of 2000 this elite politics it was not waked up making possible the ascension of current Mayor Edson Antonio Da Silva, the Edinho of the PT.

The disruption of this elite politics in the 2000 elections created a positive scene for the implementation of management projects citizen of the public politics, as well as the constitution of city councils with focus in the extended sustentabilidade. We mention the project of the organized civil society called Agenda 21 Place, and the reativação/implementação of two city councils, the Advice of Urban and Ambient Politics, responsible COMPUA for the Managing Plan, and the City council of Defense of the Environment, responsible COMDEMA to it for the Municipal Code of Ambient Management. One becomes basic, however, to analyze the paper of these fóruns: if they are true fóruns where the decisions directly are shared or said de.outra.forma, if really exists what we call allotment of the power. We also intend to analyze the performance of the ONG promotional *Araraquara-Viva* while of the project *Agenda 21 Local* - bringing for the quarrel in the city the concept of sustentabilidade in the formularization and implementation of public politics -, and its process of incorporation to the Managing Plan of Araraquara. To analyze this process we will go we lead a research pautada in procedures of document analysis, articles published in local periodicals, decrees emitted for the Public Power, Projects of Laws, involved interviews with the main actors politicians and leaderships in the process in the period of 2001-2004, as well as support bibliography.

Word-keys: Public politics; Sustainable development; Agenda 21; Democracia Participativa; Urban Planning; Management Citizen.

LISTA DE TABELAS

TABELAS (CAPÍTULO – III)

1 - Araraquara – Desempenho da ARENA e do MDB nas eleições Legislativas Federais e Estaduais 1966-78.....	96
2 - São Paulo – Resultado das eleições para Prefeitura e Legislatura Estadual e Federal do ano de 1982.....	103

TABELAS (CAPÍTULO – V)

3 - Composição do Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Ambiental e entidades representadas participantes das plenárias.....	151
4 - Estratégias e etapas do processo democrático de elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Ambiental de Araraquara.....	160
5 - Sistema Municipal de Planejamento Urbano e Ambiental de Araraquara.....	163

GRÁFICOS (CAPÍTULO – III)

1 - Araraquara - Votos válidos e número de vereadores eleitos por legenda (1964-1969).....	94
2 - Araraquara – Votos válidos e número de vereadores eleitos por legenda (1969-1973).....	98
3 - Araraquara - Votos válidos e número de vereadores eleitos por legenda (1973-1976).....	99
4 - Araraquara - Votos válidos e número de vereadores eleitos por legenda (1977-1982).....	101
5 - Araraquara - Votos válidos e número de vereadores eleitos por legenda (1983-1988).....	104
6 - Araraquara - Votos válidos e número de vereadores eleitos por legenda (1989-1992).....	107
7 - Araraquara - Votos válidos e número de vereadores eleitos por legenda (1993- 1996).....	112
8 - Araraquara – Votos válidos e número de vereadores eleitos por legenda (1997-2000)	113

GRÁFICOS (CAPÍTULO – III)

9 - Araraquara – Votos válidos e número de vereadores eleitos por legenda (2001-2004)	117
10 - Araraquara – Votos válidos e número de vereadores eleitos por legenda (2004-2007)	120

ANEXOS

Anexo A - Mapa Estratégico: Estratégia de Gestão Ambiental. RPA – Regiões de Planejamento Ambiental.....	182
Anexo B – Mapa Estratégico (10A): Estratégia de Gestão de Planejamento Urbano. ROP – Regiões de Orçamento e Planejamento Participativo.....	183
Anexo C – Mapa Estratégico (10A): Estratégia de Gestão de Planejamento Urbano. ROP – Regiões de Orçamento e Planejamento Participativo.....	184
Anexo D – Regiões do Orçamento Participativo.....	185
Anexo E – Lei que dispõe sobre a criação, organização e funcionamento do COMPUA.....	189
Anexo F – Lei que dispõe sobre a criação, organização e funcionamento do COMDEMA.....	193

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

SIGLAS/ABREVIACÕES	SIGNIFICADO
AAEAA	Associação Araraquarense de Engenharia Arquitetura e Agrimensura
ACIA	Associação Comercial e Industrial de Araraquara
ADA	Agência de Desenvolvimento de Araraquara
ADL	Agência de Desenvolvimento Local
AI-1	Ato Institucional número um
AI-5	Ato Institucional número cinco
AM	Amplitude Modulada
APP	Área de Preservação Permanente
APPs	Áreas de Preserções Permanentes
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
Arq.	Arquiteto
CDS	Comissão de Desenvolvimento Sustentável
CEAM	Centro de Estudos Ambientais
CECAP	Caixa Estadual de Casas para o Povo
CEF	Caixa Econômica Federal
Cel.	Coronel
CER	Centro de Educação e Recreação
CER's	Centros de Educação e Recreação
CETESB	Centro Tecnológico de Saneamento Básico
Cia.	Companhia
CIDS	Centro Internacional de Desenvolvimento Sustentável
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CMDS	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável
CMMAD	Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento
CMPUA	Comissão Municipal de Planejamento Urbano e Ambiental
CNUMAH	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano
COAMB	Coordenadoria de Meio Ambiente
COHABITA	Coordenadoria de Habitação
Com.	Comércio
COMDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
COMPUA	Conselho Municipal de Política Urbana e Ambiental de Araraquara
CONSEMA	Conselho Estadual do Meio Ambiente
COPLAN	Coordenadoria de Planejamento
COTRAN	Coordenadoria de Trânsito e Transporte
CPP	Coordenadoria de Participação Popular
CT	Comissão Técnica
CTs	Comissões Técnicas
DAAE	Departamento Autônomo de Águas e Esgotos
DAEE	Departamento de Águas e Energia Elétrica
DDD	Discagem Direta de longa Distância
Depto.	Departamento
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
Dr.	Doutor

SIGLAS/ABREVIACÕES	SIGNIFICADO
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica
EMURB	Empresa Municipal de Urbanização
Eng.	Engenheiro
Fac.	Faculdades
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FEPASA	Ferrovias Paulista Sociedade Anônima
FERROBAN	Ferrovias Bandeirantes Sociedade Anônima
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FLCar	Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara
FM	Frequência Modulada
FMC FoodTech	Empresa voltada para a produção de tecnologia no processamento de alimentos
GHM	Group de Haute Montagne
GPI	Grupo de Planejamento Integrado
GROVE	Grupo Olho Vido na Ecologia
GT	Grupo de Trabalho
GTs	Grupos de Trabalhos
GUMACO	Empresa de Araraquara que desenvolve equipamentos para indústria alimentícia.
IAB	Instituto dos Arquitetos do Brasil
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISER	Instituto de Estudos e Religião
LAM	Licença Ambiental Municipal
LI	Licença de Instalação
LO	Licença de Operação
LP	Licença Prévia
Ltda	Limitada
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MGA	Macrozonas de Gestão Ambiental
MGU	Macrozonas de Gestão Urbana
Nº	Número
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
OT	Ondas Tropicais
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PD	Plano Diretor
PDPUA	Plano Diretor de Planejamento Urbano e Ambiental
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Partido Liberal

SIGLAS/ABREVIACÕES	SIGNIFICADO
PMA	Prefeitura Municipal de Araraquara
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPS	Partido Popular Socialista
PRAD	Plano de Recuperação de Área Degradada
Pref.	Prefeitura
PRODEI	Programa de Desenvolvimento Industrial
PSD	Partido Social Democrata
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
Pub.	Pública
PV	Partido Verde
RAP	Relatório de Análise Preliminar
RARAM	Relatório de Análise de Risco Ambiental
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RIO 92	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que se realizou no Rio de Janeiro, em 1992
ROP	Região de Orçamento Participativo
RPA	Região de Planejamento Ambiental
RPP	Regiões de Planejamento Participativo
S/A	Sociedade Anônima
SAPS	Serviço de Alimentação e da Previdência Social
SECULT	Secretaria da Cultura
SEDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SEEDUCA	Secretaria de Educação
SESAUDE	Secretaria de Saúde
Sincomércio	Sindicato do Comércio Varejista de Araraquara
Sind.	Sindicato
SISAMB	Sistema de Saneamento Ambiental de Araraquara
SMPUA	Sistema Municipal de Planejamento Urbano e Ambiental
SP	São Paulo
TELESP	Telecomunicações de São Paulo
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TV	Televisão
UFM	Unidade Fiscal Municipal
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIARA	Universidade de Araraquara
UNIP	Universidade Paulista
USP	Universidade de São Paulo
ZA	Zoneamento Ambiental
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I - AGENDA 21 – METODOLOGIA PARTICIPATIVA NA FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	22
1.1. Teorias democráticas e participativas.....	22
1.2. Agenda 21: a participação na formulação e implementação de políticas públicas sustentáveis.....	37
CAPÍTULO II - A HISTÓRIA DO PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE DE ARARAQUARA: POLÍTICA LOCAL E PLANEJAMENTO URBANO.....	46
2.1.A ciência da cidade e o processo de urbanização do Brasil.....	47
2.2.Dos Campos de Araraquara à cidade de Araraquara: um roteiro histórico da formação do município Araraquara.....	54
CAPÍTULO III - ARARAQUARA DE CONTRADIÇÕES: CORONELISMO, CIDADE-JARDIM, MODERNIZAÇÃO URBANA E TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS.....	70
3.1. Controle eleitoral: análise do processo eleitoral na cidade de Araraquara no período de 1964-2004.....	94
CAPÍTULO IV - A CONSTRUÇÃO DO DEBATE – A AGENDA 21 DE ARARAQUARA.....	123
4.1.Agenda 21 Local - A Proposta para Araraquara.....	130
4.2.Íntegra do projeto inicial da Agenda 21 de Araraquara.....	132
4.3.Diagnóstico Inicial da Agenda 21 Local de Araraquara.....	134
CAPÍTULO V - GESTÃO PARTICIPATIVA LOCAL: AGENDA 21, CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL E CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE.....	137
5.1. A Agenda 21 Local: uma análise de sua proposta participativa.....	140
5.2. COMPUA, Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Ambiental: o alcance da proposta participativa.....	146
5.3. Código Municipal de Gestão Ambiental: apenas uma proposta?	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	172
ANEXOS.....	182
BIBLIOGRAFIA.....	196

INTRODUÇÃO

A proposta de desenvolvimento deste projeto de pesquisa reside, fundamentalmente, no processo de construção da Agenda 21 Local, iniciado em Araraquara, e seus desdobramentos a respeito de uma nova ferramenta de gestão local de políticas públicas que tem sua origem em 1992, no Rio de Janeiro, com o nome de Agenda 21 Global¹. A proposta dessa ferramenta, a Agenda 21 Global - que subsidiará posteriormente o desenvolvimento da proposta das Agendas 21 Locais -, enfoca a implementação de processos participativos na formulação, na implementação e no monitoramento de políticas públicas dentro dos preceitos sustentáveis do desenvolvimento econômico com justiça social, preservação ambiental e respeito às gerações futuras.

Nesse sentido, o Curso de Pós-graduação em Gestão Pública e Gerência de Cidades, da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP – Campus de Araraquara, desempenhou papel fundamental, pois contribuiu para o surgimento de um Movimento chamado Araraquara Viva – formado por um grupo de pessoas que, mais tarde, irão institucionalizar o movimento transformando-o em uma Associação Civil de Direito Privado sem Fins Lucrativos, uma organização não-governamental (ONG) – com proposta de mudança no modelo de desenvolvimento local.

A vitória do Partido dos Trabalhadores em Araraquara aponta condições de análise desse processo no sentido dos avanços e retrocessos na construção de uma gestão estratégica participativa de políticas públicas com foco na sustentabilidade, principal conceito do documento denominado Agenda 21 Local. Além desse aspecto, pretendemos compreender até que ponto o movimento originalmente iniciado pelas entidades locais na construção da Agenda 21 Local colocou em pauta o conceito de sustentabilidade nas propostas do Conselho Municipal de Políticas Urbanas e Ambientais, o COMPUA, responsável direto pelo Plano Diretor e do Conselho de Defesa do Meio Ambiente, o COMDEMA, responsável pelo Código Municipal de Gestão Ambiental, na medida em que foi incorporada enquanto política de governo.

Para melhor contextualizar essa proposta de construção de um plano estratégico na formulação e implementação de políticas públicas com enfoque no

¹ Programa para implementação da proposta de desenvolvimento sustentável. Foi aprovado durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Rio 92).

planejamento urbano sustentável, pensamos ser fundamental apresentar uma análise detalhada sobre a questão do planejamento urbano na cidade de Araraquara. Esse processo tem como marcos os anos de 1906, criação do Plano de Melhoramentos Urbanos, e 1971 com a formulação do primeiro Plano Diretor local.

No ano de 1906, com o Plano de Melhoramentos Urbanos para embelezar a cidade, vimos a remodelação das principais praças da cidade, calçamento e alargamento das ruas, construção de passeios públicos e a arborização da cidade de Araraquara (Brandão & Telarolli, 1998). O Plano de Melhoramentos adentrou a década de 1920, sendo concluído por volta de 1930, deixando a cidade de Araraquara conhecida como “cidade jardim”.

Será somente no ano 1955 que o tema planejamento urbano será colocado em pauta novamente. No dia da posse do novo Presidente da Associação de Engenharia de Araraquara, Boaventura Gravina, inicia-se as discussões sobre a necessidade de formulação do Plano Diretor de Araraquara. Esse processo se estenderá por longos anos e somente em 1963 o Plano Diretor será finalizado tecnicamente e apresentando à população de Araraquara. Após sua finalização técnica, abre-se uma longa rodada de acordos políticos, negociações e adaptações do PD: em 1971, Araraquara, sob mandato do Prefeito Rubens Cruz, promove um debate sobre o conteúdo do PD em parceria com o Rotary Club; no mandato do Prefeito Clodoaldo Medina (1973-1977), algumas propostas do PD foram incorporadas pela administração provocando intervenções no espaço urbano como construção de pontilhões ligando a área central da cidade à Vila Xavier. Os longos anos de debates, adaptações, descumprimento das prerrogativas do Plano Diretor tornaram sua funcionalidade irreal em 2000.

A gestão do Prefeito Edson Antonio da Silva, o Edinho do PT, chamou para si a tarefa de construir no ano de 2000, de forma participativa, o novo PD de Araraquara. Para tanto, mobilizou os atores da cidade e lançou, durante esse mesmo ano, as fases do Plano, sob os cuidados do arquiteto e Secretário de Desenvolvimento Urbano do Município, Lincoln Ferri do Amaral.

Ao mesmo tempo a sociedade civil organizada começou a elaborar uma proposta de construção de um plano estratégico para a cidade de Araraquara. Eram lançadas as bases para o desenvolvimento da Agenda 21 Local em Araraquara. Após uma série de encontros promovidos pelos dirigentes da ONG Araraquara Viva, criou-se um

roteiro para sensibilização e divulgação dos principais conceitos que compõem a proposta de desenvolvimento urbano sustentável para a população local.

O desenvolvimento do projeto *Agenda 21 Local*, em Araraquara, alcançou significativa repercussão por estarmos vivendo um novo momento político, com um possível aumento da participação popular no processo decisório local e de reorganização das forças produtivas capitalistas, dentre outras coisas.

A proposta desta pesquisa reside, fundamentalmente, na análise desse processo que se iniciou com a mudança no quadro eleitoral no ano de 2000, com o advento da vitória do Partido dos Trabalhadores, em um município nitidamente marcado por gestões que imprimiram certa continuidade e conservadorismo na formulação e implementação das políticas públicas.

A pergunta que fica é se essa nova gestão imprimiu avanços na constituição de um princípio de democracia participativa que fomentasse na sociedade um pólo de decisão e de iniciativa política independente, que pressiona de fora. Ou seja, foi efetivada a proposta de projeto político para a cidade pós 2000, no que diz respeito à reformulação do processo de formulação e implementação de políticas públicas, agora com caráter participativo? E mais, foram construídos canais de participação no sentido de mudar as regras do jogo democrático: a participação popular se realiza por meio de canais regulares de participação em Araraquara?

Após a vitória do Partido dos Trabalhadores, ocorreu um movimento da sociedade civil que, espontaneamente, se organizou com proposta de difundir a noção de sustentabilidade nos projetos e políticas municipais. Vale lembrar que esse processo de proximidade com o poder público local surge, na verdade, durante o desenrolar das campanhas eleitorais em 1999 com uma série de debates realizados com os candidatos tendo como promotora desses a ONG Araraquara Viva.

O projeto da Agenda 21 Local, um ano após a vitória do Partido dos Trabalhadores, foi incorporado pelo Poder Público, fazendo hoje parte do Plano Diretor. Existem indícios de um processo de institucionalização da Agenda 21 dentro do COMPUA. Toda a mobilização conseguida pelas entidades foi desarticulada. Isso se deu, em certa medida, pelo fato de as instituições da sociedade civil, os setores governamentais estaduais e federais e privados assumirem uma posição refratária à transformação de um projeto, que antes era da sociedade araraquarense, em meta de uma gestão.

Contraditoriamente, portanto, esse novo ciclo possibilitou a eclosão de propostas participativas na formulação de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade, para o Plano Diretor e para o Código Municipal de Gestão Ambiental. Ou, por outro lado, estimulou a participação direta da sociedade civil organizada, a formulação de estratégias de planejamentos sustentáveis para a cidade, mesmo que incorporados pelo poder público, como a Agenda 21 Local.

O resultado dessa pesquisa será apresentado em cinco capítulos. No **CAPÍTULO I - AGENDA 21 – UMA METODOLOGIA PARTICIPATIVA NA FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, introduz-se a temática da Agenda 21, como proposta de desenvolvimento local. Nesse capítulo, se concentrará o enfoque metodológico do projeto, ou seja, qual referencial metodológico será utilizado para analisar a proposta de desenvolvimento sustentável e qual será utilizado para analisar a formulação de políticas públicas participativas. Servir-nos-emos de referencial bibliográfico proposto no projeto de pesquisa, com incremento de estudos relevantes.

O capítulo atém-se ao movimento mundial de discussão sobre desenvolvimento sustentável e políticas públicas participativas, traçando um paralelo com o desenvolvimento dessa proposta na cidade de Araraquara.

No “**CAPÍTULO II – HISTÓRIA DO PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE DE ARARAQUARA: POLÍTICA LOCAL E PLANEJAMENTO URBANO**” será sistematizada uma descrição da história do planejamento urbano da cidade de Araraquara. A análise faz percorrer períodos da história de uma Araraquara em profunda mudança. Uma paisagem urbana com sociabilidade então desconhecidas, um lugar, inicialmente, com regulamentos de higiene e limpeza e que, aos poucos, normatiza uso e a ocupação de seu solo.

O objetivo desse capítulo é o de resgatar os elos com o passado no trato da malha urbana da cidade, ou seja, identificar no passado da cidade de Araraquara, mais precisamente a partir da segunda metade do século XIX, as atuações do poder público local em relação ao planejamento da cidade. Esse capítulo trabalhará, portanto, conceitos sobre o desenvolvimento urbano do Estado de São Paulo e sua relação com a cidade. Pretendemos, desta forma, apontar que a cidade de Araraquara possui um acúmulo de conhecimentos, fruto de seu processo histórico, que a levou a práticas e ao desenvolvimento de políticas públicas urbanas.

Essa análise histórica conduziu-nos ao processo de formulação do Plano Diretor de Araraquara, aprovado no ano de 2005, cujo processo de formação será analisado do ponto de vista de sua metodologia participativa, ou seja, seu caráter inovador na elaboração, formulação e gestão de políticas públicas. Permeando as análises históricas do planejamento urbano de Araraquara, é construída uma análise do quadro político local, passando pelas administrações e demonstrando suas alianças políticas.

O “CAPÍTULO III – ARARAQUARA DE CONTRADIÇÕES: CORONELISMO, CIDADE-JARDIM, MODERNIZAÇÃO URBANA E TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS” analisará as influências das escolas urbanistas da Europa e dos Estados Unidos da América do Norte nas cidades brasileiras. Apresentaremos uma análise histórica do urbanismo que caracteriza-se como uma nova maneira de compreender as demandas e transformações das cidades. Será demonstrado nesse capítulo que Araraquara, a partir da década de 1920 sofreu fortes influências dessas correntes no seu planejamento urbano. As intervenções pelas quais a cidade passará trará o traço mais significativo dessas correntes que é a vinculação da cidade à arte, à beleza de suas ruas, de seus prédios e de sua arborização. Essas transformações urbanas vieram acompanhadas de mudanças políticas. Será demonstrado uma organização da política da cidade com a forte presença do coronelismo, ou seja, de um suporte social do mandonismo caracterizado pela entrega do governo local aos mecanismos espontâneos e restritos de poder. Essas características começam a entrar em processo de transformação, na medida em que se configura a passagem de uma sociedade rural para uma sociedade urbana a partir da década de 1950 em Araraquara.

O desenvolvimento urbano-industrial introduziu na cena política brasileira um número significativo de novos atores sociais. Esse processo mostra-nos que aparentemente estava em curso o trânsito da política oligárquica e tradicional para a moderna e orientada por classes e grupos de pressão. Esse fato irá configurar um conjunto de lideranças políticas que irão transformar, paulatinamente, a relação de poder em Araraquara. O período culminante desse processo foi a vitória Edinho do PT nas eleições do ano de 2000. O perfil político desse Prefeito somado às transformações econômicas e sociais pelas quais Araraquara passava criou as condições necessárias para a inauguração de um novo ciclo na condução do processo decisório local. Introduziu-se, por um lado, em bases sólidas e institucionalizadas, a gestão participativa no processo de formulação e implementação de políticas públicas. Por outro lado, em uma ação organizada da

sociedade civil, essas condições que compunham o quadro político-social da cidade naquele momento possibilitou o surgimento de planos estratégicos como a Agenda 21 Local, tema do próximo capítulo.

O “CAPÍTULO IV – A CONSTRUÇÃO DE DEBATE – AGENDA 21 DE ARARAQUARA” sistematizará um histórico da ONG Araraquara Viva e seu papel na construção de uma nova proposta de planejamento, a Agenda 21 Local. Faremos incursão na história da fundação da entidade, evidenciando seu crescente compromisso com processos participativos na formulação e implementação de políticas públicas, vinculado ao conceito de desenvolvimento sustentável. Através da análise das Atas das Reuniões, de entrevistas, de artigos publicados em jornais e da análise dos projetos desenvolvidos pela Organização Não Governamental Araraquara Viva e da Agência de Desenvolvimento de Araraquara (ADA), traçar-se-á um panorama da construção da Agenda 21 de Araraquara. Será apresentado nesse capítulo o tópico “4.3. DIAGNÓSTICO INICIAL DA AGENDA 21 LOCAL DE ARARAQUARA” que produziu um levantamento inicial das potencialidades e vulnerabilidades locais nas seis áreas temáticas propostas: 1-Agricultura Sustentável; 2-Cidade Sustentável; 3-Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável; 4-Gestão de Recursos Naturais; 5-Infra-estrutura e Integração Regional; 6-Redução das Desigualdades Sociais.

O CAPÍTULO V – “GESTÃO PARTICIPATIVA LOCAL: AGENDA 21, CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL E CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE” -, fará uma análise da gestão participativa do ponto de vista de sua institucionalização na cidade de Araraquara dividida em três tópicos, a saber: 5.1. A Agenda 21 Local: uma análise de sua proposta participativa; 5.2. COMPUA, Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Ambiental: o alcance da proposta participativa; 5.3. Código Municipal de Gestão Ambiental: apenas uma proposta?

Passamos nesse capítulo para a análise do processo de institucionalização da proposta da Agenda 21 de Araraquara, com a criação de dois Conselhos, dentro da proposta de gestão cidadã de políticas públicas no município. Nesse momento, utilizaremos o referencial teórico de participação cidadã, com enfoque na partilha de poder, e de desenvolvimento sustentável, na sua vertente ecodesenvolvimentista que enfoca a formulação e implementação de políticas públicas.

Esse capítulo será o ponto central da pesquisa, pois nesse momento, será dado o enfoque teórico proposto no projeto de pesquisa na análise do processo de formulação de políticas públicas sustentáveis no município a partir da incorporação, ou institucionalização da Agenda 21 ao Plano Diretor e às propostas do Código Municipal de Gestão Ambiental.

No tópico “CONSIDERAÇÕES FINAIS” serão analisadas as hipóteses propostas no projeto de pesquisa, conforme se segue:

O fato de a proposta de efetivação da Agenda 21 Local em Araraquara ter sido incorporada enquanto política governamental acabou por tirar seu caráter participativo, originado de forma espontânea na sociedade civil, enquanto fórum capaz de criar condições para a real partilha do poder.

A reativação do COMDEMA, juntamente com a discussão a respeito do Código Ambiental, e a implementação do COMPUA são traços da sinergia criada no município em torno da discussão sobre um projeto de desenvolvimento sustentável local, a Agenda 21 Local. Nesse momento será feita uma análise, pautada nos procedimentos de entrevista aos atores principais do processo, interpretação de documentos, atas, Decretos e Leis municipais, da metodologia participativa na elaboração desses fóruns participativos na cidade de Araraquara. Utilizaremos, para tanto, o referencial teórico proposto no **CAPÍTULO I - AGENDA 21 – UMA METODOLOGIA PARTICIPATIVA NA FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, tópico “1.1. TEORIAS DEMOCRÁTICAS E PARTICIPATIVAS”.

CAPÍTULO I

AGENDA 21 – METODOLOGIA PARTICIPATIVA NA FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O processo participativo na formulação de políticas públicas e de estudos estratégicos como a Agenda 21 Local evidencia a constituição de fóruns em que as decisões são diretamente compartilhadas. No entanto, necessitamos analisar esses fóruns do ponto de vista da existência ou não de *partilha do poder*. Entendemos que esse nível de aprofundamento democrático contribui para a pluralização cultural, racial e distributiva da democracia com um adensamento da participação. Traçaremos um arco histórico neste capítulo que evidenciará que o desenvolvimento de propostas participativas, como a Agenda 21, está inserido no processo de formulação de uma concepção de democracia não-hegemônica (Santos, 2003). Através da análise das principais teorias democráticas elaboradas no século XX, estabeleceremos uma relação com a vertente democrática não-hegemônica, à qual se relaciona a concepção sustentável de formulação e implementação de políticas públicas. Em outras palavras, a análise da teoria democrática permitirá a construção de um arco interpretativo que se deslocará da teoria hegemônica de democracia liberal, primeira metade do século XX, até as teorias não-hegemônicas de democracia, final do século XX e início do século XXI, em sua vertente participativa, que se vincula ao conceito de sustentabilidade, fundamento da proposta da Agenda 21.

1.1. Teorias democráticas e participativas

Todo esse processo de reformulação na elaboração e implementação de políticas públicas está dentro do contexto neoliberal que engloba processos econômicos, sociais, políticos e culturais das sociedades nacionais. Contudo, esse processo não é único. Desse processo, emergem redes de alianças transfonteiriças entre movimentos, lutas e organizações locais ou nacionais que, em diferentes locais do globo, estão se mobilizando para lutar contra a exclusão social, a precarização do trabalho, o declínio das políticas públicas, a destruição do meio ambiente e da biodiversidade, o desemprego, as violações dos direitos humanos, as pandemias, os ódios interétnicos, produzidos direta ou indiretamente pela globalização neoliberal.

É justamente nesse contexto que se insere o debate sobre democracia. A concepção de democracia da primeira metade do século XX foi marcada pelo

enfrentamento entre duas idealizações de mundo e sua relação com o processo de modernização do ocidente: a primeira, batizada de liberal-democrata por C. B. MacPherson (1966), e a segunda marxista, que entendia a autodeterminação do mundo do trabalho como fundamental ao processo de exercício da soberania por parte dos cidadãos-produtores. Como fruto desse enfrentamento, na segunda metade do século XX, surgiram concepções hegemônicas no interior da teoria democrática que tentam responder a três questões: a relação entre procedimento e forma, a do papel da burocracia na vida democrática e a da inevitabilidade da representação nas democracias de grande escala. Passemos para análise de cada uma dessas respostas.

A democracia como forma, e não como substância, foi a resposta dada pela teoria democrática hegemônica às críticas feitas pela teoria marxista de democracia. Para Kelsen (1929), o ponto central era criticar a idéia de que a democracia poderia corresponder a um conjunto preciso de valores, a uma forma de organização política. Kelsen formula essa questão em termos neo-kantianos na primeira metade do século XX:

“(...) quem considera inacessíveis ao conhecimento humano a verdade absoluta e os valores absolutos deve considerar possível não apenas a própria opinião, mas também a opinião alheia. Por isso, o relativismo é a concepção do mundo suposta pela idéia de democracia (...). A democracia dá a cada convicção política a mesma possibilidade de exprimir-se e de buscar o ânimo dos homens através da livre concorrência. Por isso, o procedimento dialético adotado pela assembléia popular ou pelo parlamento na criação de normas, procedimentos esses que se desenvolve através de discursos e réplicas, foi oportunamente conhecido como democrático”.(1929:105-6).

Nessa formulação, o procedimento é uma tentativa de articular relativismo moral com métodos para a solução de divergências, métodos que passam pelo parlamento, assim como por formas mais diretas de expressão (Kelsen, 1929:142). Esse procedimento elaborado por Kelsen (1929) será discutido durante o período entre guerras e no imediato pós-guerra por Schumpeter (1995) e Bobbio (1986). Esses dois autores analisaram o procedimento procedimentalista da doutrina kelsiana de democracia em uma forma de elitismo democrático.

Ambos, Shumpeter e Bobbio, tomam como ponto de partida para a reflexão “o questionamento da idéia de uma soberania popular forte associada a um conteúdo de sociedade proposta pela doutrina marxista” (Santos, 2003:45). Shumpeter critica esse elemento ao construir no seu livro *Capitalismo, socialismo e democracia* um questionamento que coloca em xeque a capacidade do povo governar. Na concepção de Shumpeter (1995) não podemos pensar na soberania popular como um posicionamento

racional pela população ou de cada indivíduo acerca de determinada questão. Portanto, o elemento da democracia remete à soberania popular e não à forma. Nesse momento, Shumpeter (1995) toma uma preocupação procedimental com as regras para a tomada de decisão e a transforma em um método para constituição de governos. A questão da participação é excluída desse processo e não faz parte da argumentação procedimental, mas sim de uma teoria da sociedade de massas.

Nesse momento, identificamos que a doutrina schumpeteriana de democracia adota integralmente o argumento da manipulação dos indivíduos nas sociedades de massa. Os indivíduos, para Shumpeter (1995), cedem a impulsos irracionais e extra-rationais e agem de maneira quase infantil ao tomar decisões. Apesar de ser um argumento fragilizado, pois não diferencia grandes mobilizações de massas de formas de ação coletiva, foi amplamente utilizado pelas concepções hegemônicas da democracia.

Bobbio (1986), avançando na transformação do procedimentalismo em regras para a formação de um governo democrático, entende a democracia como um conjunto de regras para a formação de maiorias, entre as quais valeria a pena destacar o peso igual dos votos e a ausência de distinções econômicas, sociais, religiosas e étnicas na formação do eleitorado. Portanto, essa via de afirmação da concepção hegemônica de democracia no pós-guerra é uma via que leva do pluralismo valorativo à redução do jogo democrático e à identificação da democracia com as regras do processo eleitoral. No entanto, em nenhum momento, no itinerário que percorrem Kelsen, Shumpeter e Bobbio, o procedimentalismo não comporta formas ampliadas de democracia.

Outra discussão central na consolidação da concepção hegemônica de democracia foi a forma como a burocracia e sua indispensabilidade foram sendo trazidas para o centro da teoria democrática. Esse debate está situado no período entre guerras e no debate entre o liberalismo e a teoria marxista. Weber (1963) será o teórico que colocará no interior do debate democrático um questionamento sobre a inevitabilidade da perda de controle sobre o processo de decisão política e econômica pelos cidadãos e seu controle sobre as formas de configuração burocrática. O motivo central pelo qual a forma de democracia clássica participativa, elaborada por Rousseau, não ter prevalecido reside, fundamentalmente, na emergência de formas complexas de administração estatal que levaram à consolidação de burocracias especializadas na maior parte das esferas geridas pelo Estado na modernidade. A burocracia está ligada ao surgimento e desenvolvimento

do Estado moderno que promoveu, para Weber, “a separação do trabalhador dos meios materiais de produção, destruição, administração, pesquisa acadêmica e finanças em geral (...)” (Weber, 1978, II: 1394). Dessa forma, a separação entre trabalhadores e meios de produção constitui um fenômeno geral e abrangente que envolve não apenas os trabalhadores, mas também os militares, os pesquisadores científicos e todos os indivíduos comprometidos nas atividades complexas na esfera da economia e do Estado. Vale destacar que, para Weber, no entanto, o fenômeno da complexidade criava tensões entre a soberania crescente, referindo-se ao controle dos governos pelos governados, e soberania decrescente, referindo-se ao controle dos governados pela burocracia. E é justamente nesse recorte teórico que percebemos o pessimismo de Weber ao identificar na burocracia uma emergência de uma “jaula de ferro” da administração, engendrando ações emotivo-passionais estimulantes de novos poderes de caráter carismático.

Ao longo do século XX, mais precisamente na sua segunda metade, essa discussão sobre complexidade e inevitabilidade da burocracia foi-se fortalecendo na medida em que as funções do Estado foram crescendo com a instituição do *welfare state* nos países europeus. O Estado cresceu em funções ligadas ao bem-estar social. Nesse sentido, o pessimismo de Weber sofre uma mudança de perspectiva. Ou seja, a inevitabilidade do crescimento da burocracia foi mudando de tom assumindo uma conotação positiva.

Bobbio (1986) sintetizou a mudança de perspectiva em relação à desconfiança weberiana com o aumento da capacidade de controle da burocracia. Bobbio construiu uma interpretação que relaciona as transformações pelas quais as sociedades passam como fundamental para o surgimento de competências técnicas. Segundo Bobbio,

“à medida que as sociedades passaram de uma econômica familiar para uma economia de mercado, de uma economia de mercado para uma economia protegida, regulada e planificada, aumentaram os problemas políticos que requerem competências técnicas. Os problemas técnicos exigem, por sua vez, expertos, especialistas... Tecnocracia e democracia são antitéticas: se o protagonista da sociedade industrial é o especialista, impossível que venha a ser o cidadão comum”.(1986: 33-34).

Há nesse trecho uma clara radicalização com o conceito weberiano de burocracia. Bobbio (1986) compreende que, a partir do momento em que o cidadão optou por fazer parte da sociedade de consumo de massa e do Estado de bem-estar social, está abrindo mão do controle sobre as atividades políticas e econômicas por ele exercidos em favor de burocracias privadas e públicas.

Há ainda um terceiro elemento que constitui a concepção hegemônica da democracia. Essa concepção afirma ser a representatividade a única solução possível nas democracias de grande escala. Dahl (1998) defende essa posição com maior ênfase afirmando que

“(...) quanto menor for uma unidade democrática maior será o potencial para a participação do cidadão e menor será a necessidade para os cidadãos de delegar as decisões do governo para os seus representantes. Quanto maior for a unidade, maior será a capacidade de lidar com problemas relevantes para os cidadãos e maior será a necessidade dos cidadãos de delegar decisões para os seus representantes”.(1998:110)

O fundamento da representação pela teoria hegemônica de democracia é a autorização. Nesse sentido, constituem-se dois pilares que sustentam a autorização. O primeiro, que diz respeito ao problema do consenso dos representantes, surge dentro da teoria democrática clássica, em contradição às formas de rodízio no processo de tomada de decisão característico às formas de democracia direta (Manin, 1997). No contexto dessa concepção, o exercício direto da gestão própria das antigas cidades-estado ou das repúblicas italianas estava envolto pela falta de autorização. Essa autorização era substituída pela idéia do igual direito à ocupação dos cargos de decisão política. Quando surge a idéia de consenso no interior dos debates sobre uma teoria racional da política, o sorteio, a idéia de exercício direito deixa de fazer sentido e é substituído pelo consenso que se constitui enquanto um mecanismo racional de autorização.

Stuart Mill (1977) trará a segunda forma de justificação da questão da representação, juntamente com a questão da capacidade das formas de representação de se refletirem as opiniões no âmbito da sociedade. Para Mill (1977), a assembléia é uma miniatura do eleitorado e toda assembléia representativa é capaz de expressar as principais tendências do eleitorado. Esse enfoque levou à constituição de uma teoria hegemônica de democracia que privilegiasse o papel dos sistemas eleitorais na representação do eleitorado (Lipjart, 1984). No entanto, a concepção hegemônica de democracia, ao contemplar o problema das tendências do eleitorado em escala ampliada, ignora suas três dimensões, a saber: a autorização, a identidade e a prestação de contas (recentemente introduzida no debate democrático). Se por um lado, como afirma Dahl (1998), a autorização via representação possibilita o exercício da democracia em escala ampliada, por outro lado dificulta a prestação de contas e a representação de múltiplas identidades. Ou seja, a representação, pelo método da tomada de decisão pela maioria, não contempla as identidades minoritárias. Essas identidades não terão expressão no

parlamento. No que diz respeito à prestação de contas, ao diluí-la no processo de reapresentação no interior de um bloco de questões, compromete a desagregação do processo de prestação de contas. É nesse momento, que se desenha um terceiro limite da teoria democrática hegemônica: limitação em apresentar agendas e identidades específicas.

Dessa forma, os marcos históricos “fim da guerra fria” e “aprofundamento do processo de globalização” reabrem o debate entre democracia representativa e democracia participativa. Esse debate se aprofunda mais nos países em que a diversidade étnica é maior. Neles, formaram-se grupos que têm maior dificuldade para ter os seus direitos básicos reconhecidos (Benhaibib, 1996; Young, 2000). Essa dificuldade se dá, em certa medida, pela questão da diversidade de interesses chocar-se com o particularismo de elites econômicas (Bóron, 1994).

Esse contexto abre uma reinterpretação da teoria democrática hegemônica, denominada por Santos (2003) de concepções não-hegemônicas da democracia. Na segunda metade do século XX surgirá uma concepção que reconhecerá que a democracia não constitui um mero acidente ou uma simples obra de arquitetura institucional. Essa percepção é formatada em resposta ao arcabouço teórico construído pela teoria democrática hegemônica que vincula procedimento com forma de vida e compreende a democracia como mecanismo de aperfeiçoamento da convivência humana (Santos, 2003). Nessa concepção, encontrada na obra de autores como Lefort (1986), Castoriadis (1986) e Habermas (1995), Lechner (1988), Bóron (1994) e Nun (2000), a democracia assume uma gramática de organização da sociedade e da relação entre o Estado e a sociedade. As concepções não-hegemônicas apresentam as mesmas preocupações que as hegemônicas: como reconhecer a pluralidade humana, não apenas a partir da suspensão da idéia de bem comum, mas a partir dos critérios que, primeiro, enfatizam a criação de uma nova gramática social e cultural e, em segundo, buscam a compreensão da inovação social articulada com a inovação institucional com a procura de uma nova institucionalidade da democracia (Santos, 2003).

Primeiramente é fundamental compreender que a democracia não é um acidente ou uma obra de engenharia institucional. Ao contrário, é uma nova gramática histórica, uma forma sócio-histórica não determinada por quaisquer tipos de leis naturais. Nessa concepção, Castoriadis (1986) fornece elementos críticos à teoria de democracia hegemônica:

“alguns pensam hoje que a democracia ou a investigação racional são auto-evidentes, projetando, assim, de maneira ingênua a excepcional situação da própria sociedade para a história em seu conjunto”. (1986: 274)

Castoriadis (1986) aponta que a democracia sempre indica uma ruptura com tradições estabelecidas, e, portanto, a tentativa de instituição de novas determinações, novas normas e novas leis. Dessa forma, a indeterminação não se refere apenas ao ocupante da posição de poder, mas as dimensões societárias de discussão dos procedimentos democráticos. Essa discussão rompe com o procedimentalismo produzido pela teoria hegemônica de democracia. Habermas foi o autor que abriu espaço para se pensar o procedimentalismo como prática social e não como método de constituição de governos. Para tanto, Habermas propôs dois elementos no debate democrático contemporâneo: em primeiro lugar, a pluricidade, capaz de gerar uma gramática societária. A esfera pública é um espaço no qual indivíduos podem problematizar em público uma condição de desigualdade no âmbito privado. O princípio “D” de Habermas permite discutir as ações em público dos indivíduos excluídos de arranjos políticos através de um princípio de deliberação societária. Para Habermas (1985), “apenas são válidas aquelas normas-ações que contam com o assentimento de todos os indivíduos participantes de um discurso racional”. Ao discutir um princípio de deliberação amplo, Habermas recoloca no interior do debate democrático um procedimentalismo social e participativo. Esse debate é tributário da pluralidade das formas de vida existentes nas sociedades contemporâneas, pois, para ser plural, a política tem de contar com o assentimento desses atores em processos racionais de discussão e deliberação (Santos, 2003). Em outras palavras, o procedimentalismo democrático de Bobbio não pode ser visto como um método de autorização de governos. Ao contrário, tem de ser, como afirma Cohen, uma forma de exercício coletivo do poder político com uma base pertencente a um processo livre de apresentação de razão entre iguais (Cohen, 1997: 412). Assim, a conexão entre procedimentalismo e participação reside no pluralismo e nas diferentes experiências de democracia representativa com procedimentos participativos.

Há outro elemento que, segundo Santos (2003), deve ser levado em conta ao analisar a questão das teorias não-hegemônicas de democracia: refere-se ao papel de movimentos sociais na institucionalização da diversidade cultural. O autor constrói uma análise dessa vertente partindo de Williams (1981), que entende que cultura compreende uma dimensão de todas as instituições – econômicas, sociais e políticas – que

envolvem uma disputa sobre um conjunto de significações culturais. Os movimentos sociais estariam envolvidos em uma disputa pela ampliação do campo político. Esse campo político engendraria uma disputa pela re-significação de práticas (Alvarez, Dagnino e Escobar, 1998). A ampliação do campo político tem uma relação direta com a atuação dos movimentos sociais que, no limite, possibilitaram a transformação de práticas dominantes, o aumento da cidadania e a inserção política de atores sociais excluídos.

Na América Latina, a transformação da gramática social sofreu um impacto significativo da literatura sobre re-significação das práticas democráticas. Para Lechner, nos processos de democratização

“na América Latina, a atual revalorização dos procedimentos e instituições formais de democracia não pode apoiar-se em hábitos estabelecidos e normas reconhecidas por todos. Não se trata de restaurar normas regulativas, mas de criar aquelas constitutivas da atividade política: a transição exige a elaboração de uma nova gramática”. (Lechner, 1988: 32).

A democracia na América do Sul, no seu processo de reestruturação, não passou pelo desafio de limites estruturais da democracia. O que fez, na verdade, foi inserir novos atores na cena política que, no limite, instauraram uma disputa pelo significado da democracia e pela constituição de uma nova gramática social. Ao se construir essa agenda de mudanças limitadas nesses marcos discutidos acima, em primeiro lugar, recolocou-se no debate democrático a relação entre procedimento e participação social, ou seja, uma nova forma de relação entre Estado e sociedade, transformando o Estado em um novíssimo movimento social. Em segundo lugar, o aumento da participação social levou a um redesenho sobre a adequação da solução não participativa e burocrática ao nível local, trazendo novamente o problema da escala no interior do debate democrático. Nesse sentido, o êxito das experiências participativas nos países recém-redemocratizados do Sul está relacionado à capacidade dos atores sociais de transferirem práticas e informações do nível social para o administrativo. Castoriadis constrói uma interpretação que diz que as inovações que parecem bem-sucedidas nos países do Sul estão relacionadas à instauração de um novo *eidos*, ou seja, de uma nova determinação política fundamentada na criatividade dos atores sociais. Em terceiro lugar, surge o problema da relação entre representação e diversidade cultural e social. Nesse ponto, existe uma correlação entre o aumento do número de atores envolvidos na política com a, conseqüente, diversidade étnica e cultural dos atores sociais e os interesses envolvidos em arranjos políticos impactando, por fim, a credibilidade da

representatividade. Em outras palavras, os grupos mais vulneráveis socialmente – setores menos favorecidos e as etnias minoritárias – não conseguem que os seus interesses sejam representados no sistema político com a mesma facilidade dos setores predominantes economicamente ou mais prósperos. Por essas razões, a articulação entre democracia representativa e democracia participativa (Santos, 1998) parece mais promissora na defesa dos interesses da identidade das camadas sociais subalternas.

A democracia participativa nos países do Sul está ligada aos recentes processos de democratização pelos quais esses países passaram. Ou seja, queremos dizer que a lógica hegemônica do pós-Segunda Guerra Mundial não os conduziu imediatamente para o campo democrático. Essa guerra polarizou duas forças políticas que se constituíram enquanto sistemas de governo, o fascismo/nazismo e a concepção hegemônica de democracia. A despeito da derrota do fascismo/nazismo, esse sistema de governo continuou predominando no sul da Europa até os anos 70, em Portugal, onde vigorou por 48 anos. Moçambique viveu até 1975 sob o julgo colonial e a África do Sul, até o final da década de 1980, sob o regime do *apartheid*. O Brasil e a Colômbia são países que viveram por algum tempo no campo democrático. Até 1985, no Brasil, alternaram-se regimes autoritários e democráticos. A Colômbia, desde os anos 1960, vive uma democracia truncada por constantes estados de emergência e guerra civil. Santos aponta a Índia como exceção dessa análise, ou seja, o único país estudado que permaneceu democrático durante todo o período (pós Segunda Guerra Mundial até os dias de hoje), interrompido pelo estado de emergência de 1977.

Esses países estudados por Santos (2003), no projeto *Reinventar a Emancipação Social: Para Novos Manifestos*², passaram por processos de transição ou de ampliação democrática pós década de 70. O Brasil e a África do Sul foram países atingidos pela onda de redemocratização dos anos 80 e 90, da mesma forma Moçambique, após ter passado por sua experiência revolucionária e socialista nos primeiros dez anos após sua independência. A Colômbia, apesar de não ter tido um regime autoritário-militar, diferentemente dos outros países da América Latina, realizou

² Pesquisa realizada em seis países – África do Sul, Brasil, Colômbia, Índia, Moçambique e Portugal – com o objetivo de analisar iniciativas, organizações e movimentos progressistas em cinco domínios sociais: democracia participativa; sistemas alternativos de produção; multiculturalismo, justiça e cidadania culturais; luta pela biodiversidade entre conhecimentos rivais; novo internacionalismo operário. O resultado desse projeto foi apresentado em 7 livros. Estamos nos atendo às análises a respeito da democracia participativa que compõe o livro 1, *Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa*, 2003.

um amplo esforço de tratativas sociais no início dos anos 90 que formatou uma nova Constituição e uma lei de participação cidadã na formulação de políticas públicas. Dos países do Sul, analisados no projeto de Santos (2003), a Índia é considerado o país com maior continuidade democrática, com importantes processos de democracia participativa, oportunamente demonstrada.

Todos esses casos apresentam uma característica em comum: restauraram o processo de redefinição da ampliação democrática no seu contexto cultural ou da gramática social em curso. Isto é, os casos de democracia participativa estudados por Santos (2003) iniciam-se

“com uma tentativa de disputa pelo significado de determinadas práticas políticas, por uma tentativa de ampliação da gramática social e de incorporação de novos atores ou de novos temas à política.” (Santos, 2003:56).

Focalizando no caso do Brasil, o processo de democratização e de constituição de novos atores comunitários surgiu de modo semelhante à concepção do *direito a ter direitos* (Sader, 1988; Dagnino, 1994), como componente da redefinição de novos atores sociais. Santos (2003) aponta em todas as análises produzidas nesse projeto o mesmo tipo de redefinição de novos atores sociais. No caso da marcha dos *cocaleros* (camponeses cultivadores e coletores de coca) na Colômbia, Ramirez (1996) demonstra que a luta contra a eliminação das plantações de coca expressa o reconhecimento de uma identidade alternativa dos camponeses à construída pelo Estado a respeito deles.

Nesse sentido, os camponeses reclamam o reconhecimento como atores sociais independentes e cidadãos do país e de Putumayo, em detrimento ao estereótipo imputado a eles de serem narcotraficantes e simpatizantes da guerrilha. Esse movimento implicou associar a cidadania a uma definição de vínculo. Ou seja, ao demandarem esse reconhecimento, os *cocaleros* buscam uma representação frente ao Estado como um grupo diferenciado com voz para decidir em conjunto políticas sobre o bem-estar dos cidadãos de Putumayo.

Em Moçambique, as mulheres, com vista a sua inserção no jogo político dominado pelos homens, conduziram uma tentativa de definir uma identidade da mulher *moderna*, uma tentativa de construção social de uma identidade feminina que conduz a uma apropriação diferenciada das finalidades da ação política. Esse mesmo processo de construção social da identidade pode ser vista nos casos da Índia e da África do Sul. Na Índia a hegemonia do modelo de democracia liberal não impediu a emergência de

movimentos sociais compostos por idéias participativas e de princípios de solidariedade social, componentes da concepção ghandiana de autogoverno como afirma Sheth (1995). Na África do Sul, as novas formas de solidariedade e identidade foram animadas, no final dos anos 80 e início dos 90, pela luta contra o *apartheid*, protagonizadas pelo movimento cívico e o movimento sindical.

Santos (2003) demonstra, que a despeito das muitas diferenças entre os vários processos políticos analisados em seu projeto, há algo que os une à teoria contra-hegemônica de democracia:

“os atores que implantaram as experiências de democracia participativa colocaram em questão uma identidade que lhes fora atribuída externamente por um Estado colonial ou por um Estado autoritário e discriminador. Reivindicar direitos de moradia (Portugal), direitos a bens públicos distribuídos localmente (Brasil), direitos de participação e de reivindicação do reconhecimento da diferença (Colômbia, Índia, África do Sul e Moçambique) implica questionar uma gramática social e estatal de exclusão e propor, como alternativa, uma outra mais inclusiva.” (2003: 57)

É possível identificar nesses processos a constituição de um ideal participativo e inclusivo como parte de projetos de libertação do colonialismo ou de democratização. Nesse sentido, a idéia de participação e de inclusão política, quer na Índia, Brasil, África do Sul, Moçambique ou Portugal, construiu agendas de transformação social focadas na questão da instituição de mecanismos participativos na construção de uma normatização, como diz Castoriadis, na qual a democracia, como projeto de inclusão social e de inovação cultural, é a tentativa de instituição de uma nova soberania democrática.

Essa demonstração de Santos dos processos de libertação e os processos de democratização partilham de um elemento comum. A inovação entendida como participação ampliada de atores sociais de diversos tipos em processo de tomada de decisão implica a inclusão de temáticas até então ignoradas pelo sistema político, de redefinição de identidades e vínculos e no aumento da participação, especialmente na esfera local.

Nesse momento, faz-se necessário a apresentação de um conceito de participação. Se partimos do pressuposto de que a participação ampliada de atores sociais diversificados implica a inclusão de demandas ignoradas pelo sistema político, resta-nos compreender como essa participação se organiza nesse sistema.

Dentre os níveis de participação já estudados, basicamente existem dois extremos em que a participação assume matizes diferenciadas: *a participação dirigida* e *a participação discutida* (Mantovaneli Jr., 2001). Entre esses dois extremos, a participação pode assumir, qualitativamente, os conteúdos de um simples processo de informação e, intermediariamente, um processo consultivo.

O processo consultivo, por sua vez, se subdivide em três níveis, a saber: consulta facultativa, consulta obrigatória e elaboração/recomendação de propostas e medidas. A *partilha do poder* ocorre em um nível mais qualificado, diretamente relacionado com o processo de elaboração/recomendação de propostas e medidas, que permite gradações que vão ascendentemente da co-gestão, passando pela delegação e culminando na auto gestão (Boterf, 1982, citado por Rosa, 1989; Bordenave, 1992). Em suma, o tipo de participação chamada aqui de *dirigida* se efetiva na medida em que alguém, aprioristicamente, expõe o que é certo e errado.

Por outro lado, já na participação do tipo *discutida*, os saberes dos participantes são discutidos gerando convergências de conhecimento.

Desses dois níveis apresentados, podem surgir ainda variações que se consubstanciam nos processos de *informação*: as decisões são tomadas e os indivíduos apenas são informados sobre essas e suas ocorrências, de *consulta*, em que existe possibilidade de consulta anterior à tomada de decisão. Dentro desse processo de *consulta* evidenciam-se, ainda, três outras subvariações: a consulta *facultativa*, a administração solicita, se quiser, críticas, dados e sugestões; a consulta *obrigatória*, embora a decisão final pertença a alguns, devem existir obrigações de consulta aos subordinados em determinado momento; e, por fim, a *elaboração/recomendação*, os subordinados elaboram propostas e recomendam medidas, a administração aceita ou rejeita, porém deve justificar sua posição.

Por último, existe um formato de participação denominada de *partilha de poder*, em que as decisões são diretamente compartilhadas. Esse nível, por sua vez, se subdivide em outros três, a saber: a *co-gestão*, que se dá pela institucionalização da representação na direção efetiva de um arranjo institucional por mecanismos de administração compartilhada e colegiada; a *delegação*, os administrados através de delegados, recebem alguma autonomia de atuação sem necessidade de consulta; e a *auto gestão*, local em que se dá a prática coletiva de poder para decidir sobre temas distintos.

Evidentemente que, em um arranjo organizacional de caráter público, algumas especificidades têm que ser levadas em conta, tais como, a multiplicidade de externalidades ambientais, a racionalidade de objetivos absolutamente diferentes dos mercadológicos e a sobrevivência organizacional e a satisfação dos atores; estas não possuem caráter mercantil preponderantes, sendo melhor explicadas tanto pelo senso de identidade como pela luta pelo poder.

Para Mantovaneli Jr., 2001, “(...) os níveis de variação e intensidade participativos dos processos decisórios, tendem a se alterar conforme as peculiaridades, não apenas da natureza organizativa, mas também os arranjos institucionais, cultura e interesses em foco”.

Dessa forma, a participação dirigida ou discutida não pode ser examinada enquanto alternativa melhor ou pior em si, mas desejável e vislumbrada enquanto escolhas que precisam ser contextualizadas. Essa contextualização, entretanto, poderá ser considerada à luz de duas vertentes: uma chamada de *modernizadora*, que agrega iniciativas integradas a um projeto de modernização do estado e da sociedade, na compreensão e proposta de superação daqueles traços considerados símbolos do atraso, tais como concentração de renda, dimensão dos problemas sociais, as relações e estruturas políticas marcadamente autoritárias e clientelísticas³. A outra vertente se caracteriza pelo *utilitarismo*, em que a participação popular é vista como alternativa de adequar o discurso e as estruturas políticas a determinadas exigências conjunturais, como a perda da capacidade de investimento do Estado, agravada no plano municipal: o ressurgimento de movimentos sociais que pressionam o Estado para o atendimento às suas demandas e o desgaste da política de clientela e de campanhas eleitorais com base em promessas.

Os processos de libertação e os de democratização tendem a ser objeto de disputa política. Sobretudo nas sociedades capitalistas, em países centrais que consolidaram a concepção hegemônica de democracia, procurava-se estabilizar a tensão entre democracia e capitalismo por duas vias: pela prioridade dada à acumulação de capital em detrimento da redistribuição social e pela restrição da participação cidadã, individual ou coletiva, com o intuito de não “sobrecarregar” demais o regime democrático com demandas sociais que pudessem colocar em perigo a prioridade da acumulação sobre a redistribuição (Santos, 2003). Essa concepção de “sobrecarga democrática” foi

³ Essa vertente, em MANTOVANELI JR., 2001, se coadunaria com a perspectiva da sustentabilidade social de Ignacy Sachs.

formulada em 1975 no relatório da Comissão Trienal por Crozier, Huntington e Watanuki (1975). Esses autores afirmavam que a sobrecarga era causada pela inclusão política de grupos sociais anteriormente excluídos e pelas demandas “excessivas” que geravam ao sistema democrático. Para Santos (2003), esse é o ponto de análise central das críticas surgidas nos processos de descolonização ou de democratização nos países do Sul analisados. Por, necessariamente, combaterem interesses e concepções hegemônicos, esses processos são muitas vezes combatidos ferozmente pela via da cooptação ou da integração. Sheth dirá que esses processos de contestação dos interesses das classes subalternas são promovidos pelas “elites metropolitanas”, ou excludentes.

Santos aponta que a vulnerabilidade da participação à descaracterização, quer por cooptação por grupos sociais superincluídos, quer pela integração em contextos institucionais que lhe retiram o seu potencial democrático e de transformação das relações de poder, está presente em todos os casos estudados em seu projeto.

As aspirações revolucionárias de participação democrática no século XIX foram sendo reduzidas, ao longo do século XX, às formas de democracia de baixa intensidade. Isso levou a uma perversão dos objetivos de inclusão social e de reconhecimento das diferenças transmutando-os ao seu contrário. Ou seja, possibilitou o surgimento de teorias como a da “sobrecarga democrática” que poderia inviabilizar o sistema político democrático. Não queremos afirmar que a democracia do tipo participativa reúne em si todos os antídotos necessários à perversão e cooptação. Democracias do tipo participativas visam a ampliar o cânone político e, certamente, o espaço público e os debates e demandas sociais que compõem esse espaço. Nesse sentido, podem ser cooptadas por interesses de atores sociais hegemônicos para, no limite, legitimar a exclusão social e a opressão da diferença.

Santos (2003) aponta, no entanto, outras vias para ocorrer à perversão, tais como: a burocratização da participação, a reintrodução de clientelismo sob novas formas, a instrumentalização partidária, a exclusão das instituições participativas. Vale lembrar que, no domínio da democracia participativa, a democracia é um princípio sem fim e as tarefas de democratização só se concretizam por processos democráticos cada vez mais exigentes.

Parece-nos que um dos grandes pontos dessa análise reside fundamentalmente na solução dada pela teoria hegemônica de democracia para o problema da relação entre democracia representativa e democracia participativa. A

solução de escalas, ou seja, de ampliação da democracia pela extensão do direito do voto, deixa intocado o problema das gramáticas sociais na medida em que oferece uma resposta simplista à conflitante combinação entre participação e representação. Em outras palavras, a capacidade de lidar com a complexidade cultural e administrativa não aumenta com o aumento das escalas (Santos, 2003). Existe, no limite, um processo de pluralização cultural e de reconhecimento de novas identidades⁴ que promovem, por conseguinte, profundas redefinições da prática democrática, redefinições que vão além do processo de agregação própria do modelo de democracia representativa.

No entanto, Santos aponta duas formas possíveis de combinação entre democracia participativa e democracia representativa: coexistência e complementaridade. A primeira implica uma convivência das diferentes formas de procedimentalismo, organização administrativa e variação de esboço institucional. Dito de outra forma, significa afirmar que a democracia representativa na esfera nacional (constituição de governos, aceitação do formato vertical burocrático como forma exclusiva da administração pública) coexiste com a democracia participativa na esfera local.

Já a segunda forma de combinação, a complementaridade, pressupõe uma articulação mais consistente entre democracia representativa e democracia participativa. Ela parte da premissa do reconhecimento pelo governo de que o procedimentalismo participativo - as formas públicas de monitoramento dos governos e os processos de deliberação pública - podem substituir parte do processo de representação e deliberação concebidas no modelo hegemônico de democracia. Tem por objetivo, ao contrário do que pretende o modelo hegemônico, associar ao processo de fortalecimento da democracia local formas de renovação cultural ligadas a uma nova institucionalidade política que faz emergir as questões da pluralidade cultural e da necessidade da inclusão social.

Essa discussão promoverá a construção de novas metodologias participativas que tentarão construir canais de comunicação com as camadas sociais excluídas do processo democrático. As questões da pluralidade cultural e a necessidade de construção de um novo modelo de desenvolvimento que se vincule à questão social será o enfoque dessas propostas. Nasce, no final do século XX, a idéia de sustentabilidade do desenvolvimento econômico-industrial. Surgem ações em diversos campos que visam

⁴ Somos tributários a concepção de Santos (2003) sobre identidade que a coloca como o princípio do reconhecimento da diferença.

a minimizar os impactos sociais e ambientais do desenvolvimento capitalista. Há uma projeção futura do modelo de desenvolvimento em curso e verifica-se que, num futuro próximo, levará a um esgotamento dos recursos naturais com visíveis impactos na vida das comunidades. A questão da participação política dos cidadãos ganha corpo nessa nova proposta de desenvolvimento capitaneado por uma série de ações que compõem o documento *Agenda 21*.

1.2. Agenda 21: a participação na formulação e implementação de políticas públicas sustentáveis

A proposta de mudança no modelo de desenvolvimento local (a Agenda 21) reside, fundamentalmente, em um conjunto de ações e medidas que têm como fio condutor os eventos promovidos pela Organização das Nações Unidas, ONU, durante as décadas dos 1970, 1980, 1990 e 2000.

Desses eventos, dois sobre o meio ambiente - o primeiro em 1972, denominado *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano*, e o segundo, em 1992, denominado *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (também chamado Rio 92, realizado no Rio de Janeiro, que apresentou o documento denominado Agenda 21 Global) - estimularam a construção de regras internacionais sobre a proteção do meio ambiente, cada vez mais abrangentes e voltadas para um tratamento global dos problemas ambientais. Passou a vigorar, após a consolidação desses eventos, uma relação de Estado para Estado consubstanciada em convenções, declarações, atos e protocolos, que acarretaram obrigações afinadas com a agenda mundial, que colocava a questão ambiental e a finitude dos recursos naturais como foco para os poderes estatais (Executivo, Legislativo e Judiciário) dos países signatários.

Todo esse processo se inicia, basicamente, em 1969, com uma série de convenções de responsabilização civil por danos ambientais causados pelo transporte de produtos altamente poluidores como o petróleo. Muitos desdobramentos aconteceram nos anos seguintes, abrangendo uma série de problemas que atingiam não exatamente um único Estado, mas sim, um conjunto de comunidades que, agora, pensam em caminhos diferenciados para o desenvolvimento de suas economias.

A Conferência de Estocolmo, ocorrida em 1972, levou à criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a uma maior compreensão da necessidade de direcionar o modo como olhamos para o meio ambiente.

Ela uniu, pela primeira vez em um grande evento internacional, países industrializados e em desenvolvimento e iniciou uma série de conferências da ONU que viriam a tratar de áreas específicas, como alimentação, moradia, população, direitos humanos, mulheres. Em 1982, uma avaliação dos dez anos pós-Estocolmo aconteceu, sob os auspícios do PNUMA, em Nairóbi e, desse encontro, emergiu um chamado para a formação de uma Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, implementada em 1983. Em 1987, os resultados dessa Comissão apareceram como o “Relatório Nosso Futuro Comum” – também conhecido como “Relatório Brundtland”, em referência à presidente da comissão, a então Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Uma das principais recomendações do documento foi a realização de uma conferência mundial que direcionasse os assuntos ali levantados. Ali, também, foi usada pela primeira vez a definição de desenvolvimento sustentável, caracterizado como o desenvolvimento que atende às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade de as futuras gerações terem suas próprias necessidades atendidas.

Dentre a série de eventos promovidos pela ONU, ainda podemos destacar: a *Convenção de Viena para Proteção da Camada de Ozônio* (proteção da saúde humana e do meio ambiente, 1985), o *Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Esgotam a Camada de Ozônio* (estabelecimento de etapas para a redução e proibição da manufatura e uso de substâncias degradadoras da camada de ozônio, 1987), a *Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, a *Agenda 21 Global* (diretrizes para o desenvolvimento sustentável, Rio de Janeiro, evento também denominado “A Cúpula da Terra”, 1992), a *Convenção da Biodiversidade* (diretrizes para manutenção de maior variedade de organismos vivos, comunidades e ecossistemas, 1992), a *Convenção sobre Mudança do Clima* (propostas para estabilizar num nível que evite graves intervenções no sistema climático global com a emissão de gases provenientes, principalmente, da queima de combustíveis fósseis, 1992), a *Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança do Clima – Protocolo de Kyoto* (estabelecimento de compromissos concretos para os países desenvolvidos no que tange à redução da emissão de gases causadores do efeito estufa, para o período posterior ao ano de 2002).

Após a publicação do “Relatório Nosso Futuro Comum”, a Assembléia Geral das Nações Unidas decidiu, em 1990, convocar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que se realizou no Rio de Janeiro, em 1992.

Essa Conferência veio a ser conhecida também como “A Cúpula da Terra”, “Conferência do Rio” ou simplesmente “Rio-92”, e gerou os seguintes documentos:

- Agenda 21, um programa de ação global, em 40 capítulos;
- Declaração do Rio, um conjunto de 27 princípios pelos quais deve ser conduzida a interação dos seres humanos com o planeta;
- Declaração de Princípios sobre Florestas;
- Convenção sobre Diversidade Biológica; e,
- Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas.

Esses documentos – particularmente a Agenda 21, e a Declaração do Rio – definiram o contorno de políticas essenciais para alcançar um modelo de desenvolvimento sustentável que pudesse atender às necessidades dos pobres e reconhecesse os limites do desenvolvimento. O conceito de “necessidades”, assim, foi interpretado não apenas em termos de interesses econômicos, mas incorporou também as demandas de um sistema global que incluiu tanto a dimensão ambiental quanto a humana.

O Documento Agenda 21 traz em seu preâmbulo três itens que dão o contorno da proposta de se repensar o desenvolvimento:

“1.1. A humanidade se encontra em um momento de definição histórica. Defrontamos-nos com a perpetuação das disparidades existentes entre as nações e no interior delas, o agravamento da pobreza, da fome, das doenças e do analfabetismo, e com a deterioração contínua dos ecossistemas de que depende nosso bem-estar. Não obstante, caso se integrem as preocupações relativas a meio ambiente e desenvolvimento e a elas se dedique mais atenção, será possível satisfazer às necessidades básicas, elevar o nível da vida de todos, obter ecossistemas melhor protegidos e gerenciados e construir um futuro mais próspero e seguro. São metas que nação alguma pode atingir sozinha; juntos, porém, podemos – em uma associação mundial em prol do desenvolvimento sustentável.

1.2. Essa associação mundial deve partir das premissas da resolução 44/228 da Assembléia Geral de 22 de dezembro de 1989, adotada quando as nações do mundo convocaram a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, e da aceitação da necessidade de se adotar uma abordagem equilibrada e integrada das questões relativas a meio ambiente e desenvolvimento.

1.3. A Agenda 21 está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental. O êxito de sua execução é responsabilidade, antes de mais nada, dos Governos. Para concretizá-la, são cruciais as estratégias, os planos, as políticas e os processos nacionais. A cooperação internacional deverá apoiar e complementar tais esforços nacionais. Nesse contexto, o sistema das Nações Unidas tem um papel fundamental a desempenhar. Outras organizações internacionais, regionais e sub-regionais também são convidadas a contribuir para tal

esforço. A mais ampla participação pública e o envolvimento ativo das organizações não-governamentais e de outros grupos também devem ser estimulados”. (CAPÍTULO 1 – Preâmbulo da Agenda 21, p. 1).

Da mesma forma, o documento denominado “Declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento”, no seu princípio 10, enfoca que:

“A melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo terá acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações acerca de materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar dos processos decisórios. Os Estados irão facilitar e estimular a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposição de todos. Será proporcionado o acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que se refere à compensação e reparação de danos”. (PRINCÍPIO 10 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, p. 2).

Nessa mesma conferência, foi acordada a criação de uma nova instituição no sistema das Nações Unidas, a fim de monitorar a implementação da Agenda 21: a Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que promoveu um avançado sistema de parcerias entre as ONGs e as Nações Unidas e estimulou, em vários países, a criação de comissões de desenvolvimento sustentável e a definição de estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável.

Esse movimento internacional dos Estados, promovido pela ONU, forjou, aos poucos, uma terminologia que tenta colocar uma nova visão de desenvolvimento, a ser implementado pelos atores relevantes da sociedade. O grande desafio dessa nova concepção de desenvolvimento reside na necessidade de se aliar ritmo capitalista à capacidade de reposição dos recursos pela natureza, à incoerente concentração de riquezas, e, finalmente, ao planejamento estratégico das ações que impactam o meio urbano. É com esse espírito de necessidade real de adequação do ritmo de consumo capitalista, *latu senso*, ao conjunto de disparidades, que ele mesmo produziu ao longo de séculos, que se criou o termo *desenvolvimento sustentável*.

Na esteira dessa nova proposta de desenvolvimento com justiça social e preservação do meio ambiente, dentre outras, é que toma corpo um plano estratégico de diagnóstico, propositura e medidores de resultados de políticas voltadas para o público, chamada *Agenda 21 Global*. Esse novo conceito foi consolidado como diretriz para mudança nos rumos do desenvolvimento global por cerca de 170 países presentes na Rio-

92. A proposta da *Agenda 21 Global* foi aprovada nessa Conferência como um documento contendo uma série de “(...) compromissos acordados pelos países signatários, que assumiram o desafio de incorporar, em suas políticas públicas, princípios que desde já colocavam a caminho do desenvolvimento sustentável”.

Vale lembrar, entretanto, que, em 1992, o mundo passava por um momento histórico singular. Apenas três anos antes, anunciava-se o fim da Guerra Fria, com a queda do Muro de Berlim. Era também o fim de uma idéia de divisão do planeta em dois blocos antagônicos, que marcara as quatro décadas anteriores. Nesse contexto, a Rio-92, a maior de todas as conferências já realizadas pelas Nações Unidas, representou um grande avanço na definição de um novo modelo de multilateralismo, segundo o qual os problemas globais do planeta devem ser tratados com a participação de todos os países. O princípio da cooperação entre as nações direcionou a criação de acordos considerados grandes vitórias na área ambiental, como a Agenda 21 e o Princípio do Rio. Este último dividido em 27 pontos que têm como fundamentos: a soberania dos Estados na exploração de seus recursos, os caminhos necessários para efetivação da sustentabilidade, bem como a criação de novos níveis de cooperação entre os Estados.

No ano de 2001, ganhava força a idéia de novamente congregiar governos e sociedade no Rio de Janeiro para uma cerimônia que resgatasse o que se condicionou chamar de *Legado do Rio*, fazendo-se alusão à Rio-92. O objetivo dessa chamada residia na necessidade de avanços nos preparativos para participar da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, de 26 de agosto a 4 de setembro de 2002 em Joanesburgo, África do Sul, terceira conferência mundial promovida pela ONU para discutir os desafios ambientais do planeta, conhecida como Rio+10.

Em 2002, dez anos depois da realização da Rio 92, às vésperas da Cúpula de Joanesburgo, o clima era bastante diferente. Constatava-se que os documentos assinados no Rio de Janeiro, tão estrondosamente celebrados, pouco alteraram a realidade. É o que revelam os dados da própria ONU divulgados pouco antes do início da Conferência, no relatório intitulado *Desafios Globais, Oportunidades Globais*⁵.

Os resultados da Conferência Rio+10, da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, resumem-se basicamente em dois documentos oficiais,

⁵ Documento publicado pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas para a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável Joahannesburgo, de 26 de agosto a 4 de setembro de 2002 www.johannesburgsummit.org.

adotados por representantes de 191 países presentes. Os documentos *Declaração Política* e o *Plano de Implementação* têm como conteúdo, fundamentalmente, as “(...) limitações do processo decisório vigente nas Conferências patrocinadas pelo sistema das Nações Unidas, baseado na necessidade de consenso e na igualdade de peso no voto de todas as nações”⁶. Concluiu-se também que, além disso, em função da “(...) inexistência de um poder de polícia global legitimamente constituído para assegurar o cumprimento de decisões tomadas na esfera internacional, nenhum dos documentos aprovados têm força mandatária para os países signatários, não havendo sanções para coibir o descumprimento dessas decisões”⁷. Portanto, na prática, os documentos aprovados em Joanesburgo apenas representam um conjunto de diretrizes e princípios para as nações, cabendo a cada país transformá-las em leis nacionais para garantir a sua realização.

No Brasil, pensou-se na *Agenda 21* por meio de um processo participativo que, partindo do diagnóstico do país, pudesse promover a construção de um cenário futuro de acordo com as potencialidades e vulnerabilidades de nossos recursos ambientais. Para tanto, foram definidos seis temas com condições, pela abrangência e capacidade de enfoque/diagnóstico das linhas mestras do desenvolvimento, de atender à problemática brasileira em sua diversidade: *Agricultura Sustentável, Cidades Sustentáveis, Infra-estrutura e Integração Regional, Gestão de Recursos Naturais, Redução das Desigualdades Sociais e Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável*. A palavra de ordem da Agenda 21 Brasileira é *planejamento de nosso futuro sustentável*. Os resultados do desenvolvimento desse processo constam no documento *Agenda 21 Brasileira – bases para discussão*, divulgado no ano de 2000 pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional.

Em um segundo momento, começaram-se a construir as Agendas 21 Estaduais. A própria Agenda 21 Brasileira aponta para essa necessidade de a sociedade se engajar na construção das Agendas 21 Estaduais e Locais, pois, segundo José Sarney Filho, então Ministro do Meio Ambiente, “(...) a qualidade ambiental global é um reflexo

⁶ CD-Rom Clique Rio+10, Coordenação Geral: Fábio Feldmam, produzido com apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por meio de Carta de Acordo entre o MMA e o PNUMA no âmbito do Projeto BRA/00/01 – Apoio às Políticas Públicas na Área Ambiental – Agenda 21, 2002.

⁷ *Ibidem*, Cd-Rom Rio+10, 2002.

das escolhas feitas nas comunidades de todo mundo”⁸, e “(...) tornadas realidade, as Agendas 21 poderão fertilizar toda a vida econômica, social e política do país com o novo conceito de desenvolvimento fundamentado na qualidade ambiental e na justiça social”⁹.

O Estado de São Paulo também desenhou uma política de construção da *Agenda 21*. O enfoque dessa proposta estava diretamente vinculado às transformações pelas quais o Estado estava passando. Segundo o Governador Geraldo Alckmin, em *Pensando a Gestão Partilhada: a Agenda 21 Local*¹⁰, essas “(...) transformações pelas quais o país tem passado redesenharam as atribuições dos Poderes Públicos, suas relações com o setor privado e com os cidadãos (...). Os governos estão sendo tencionados pelos contínuos aumentos das demandas da sociedade, justificadas não só pelo déficit social, mas também pela participação cada vez maior de nosso povo na política”.

No ano de 2002, o Estado de São Paulo finaliza sua Agenda 21 Estadual, apresentando à população um documento que estimula o desenvolvimento das Agendas na esfera local, ou seja, nos municípios. O município de Araraquara, por iniciativa de organizações não-governamentais iniciara, já no ano de 2001, o processo de construção de sua Agenda 21 Local.

Para analisarmos esse segundo processo, o de consolidação de uma concepção de sustentabilidade local tendo como fio condutor a proposta da Agenda 21 Local e a instituição dos conselhos citados, estaremos, dentre as definições de sustentabilidade propaladas, focando no referencial teórico que harmoniza alguns conceitos. Estamos nos referindo aos conceitos de *ecodesenvolvimento* (Ignacy Sachs) e de *desenvolvimento sustentável* (Gro Harlem Brundtland, 1992). Estaremos, enfim, identificando os argumentos sociológicos capazes de aproximar a idéia de sustentabilidade do debate sobre gestão cidadã de políticas.

É consenso que os impasses da atualidade são produtos de uma grande crise ecoambiental que tem sua gênese em um padrão de conduta humana que marcou a modernidade em diversos campos como o da ciência, da tecnologia e da política. O sistema produtivo instalado pós revolução industrial, no século XIX, mostra claros sinais de esgotamento em termos ambientais. Existe uma necessidade premente de sua

⁸ AGENDA 21 BRASILEIRA. *Base para discussão*. Por Washington Novaes (Coord.), Otto Ribas e Pedro da Costa Novaes. Brasília, MMA/PNUD 2000, p.196.

⁹ FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. Unidade de Políticas Públicas – UPP. *Pensando a gestão partilhada: a Agenda 21 Local*. São Paulo, 2001. 148p. (mensagem do Governador Geraldo Alckmin de apresentação das experiências das Agendas 21 Locais, e de como foi construída em São Paulo).

¹⁰ *Ibidem*, iv, Prefácio.

substituição por outra forma organizativa da produção, sócio-econômica, tecnológicas e cultural. O estado e a sociedade civil precisam passar por um processo de fortalecimento, criando-se a solidariedade, a cidadania e o terceiro poder.

Existe um certo consenso em estudos que colocam o desenvolvimento econômico, como aquele que “(...) se refere ao aumento (...)”, unicamente “(...) da capacidade de uma sociedade produzir mais bens e de uma maneira melhor (produtos melhores produzidos mais eficientemente ou *racionalmente*) de modo a satisfazer necessidades humanas” (Souza, 2000). Supostamente, ele diz respeito, aos *meios* para se atingir melhores qualidade de vida, justiça social etc., e não aos *fins*.

Quando trazemos essa reformulação conceitual de indissociabilidade entre homem e natureza para o terreno das políticas públicas, fica evidente a também indissociável relação entre a política social e a política ambiental.

Para efeitos de pesquisa, analisaremos neste estudo o conceito de desenvolvimento sustentável e ecodesenvolvimento de forma harmônica. Por um lado, o ecodesenvolvimento demonstra o amadurecimento das proposições ecodesenvolvimentistas frente às preocupações globais que amparam o conceito de sustentabilidade. E por assim ser, hoje o ecodesenvolvimento é uma proposta mais completa que incorpora os preceitos da sustentabilidade, “(...) procurando travar um debate em moldes sistêmicos, capaz de sinalizar o horizonte da viabilidade político-administrativa de suas proposituras (...)” (Sachs, 1993; 1994). Portanto, o debate sobre ecodesenvolvimento não considera, enfaticamente, os aspectos “(...) administrativos – formulação, implementação (alocação/implantação), avaliação (controle, transparência, prestação de contas) –, mas gira em torno da lógica do planejamento (sobretudo formulação de políticas)”, (Mintzberg, 1994). O desenvolvimento sustentável, por outro lado, atém-se sobre a complexidade e amplitude da questão ambiental, enquanto o debate sobre o ecodesenvolvimento, ainda que não despreze as complexidades vigentes, aproxima-se, originalmente, das questões relativas a localidade e operativas.

Como podemos notar, esse debate ainda possibilita espaço para se falar sobre fórmulas de implantação e controle, ou avaliação democrática das políticas propostas para mitigação das disparidades com o aumento da satisfação das necessidades das populações em foco.

Dessa forma, estaremos nos pautando nos argumentos, especialmente os de Sachs (1993;1994) que entende que todo processo de qualificação da vida humana sob

o ponto de vista sistêmico deve ser capaz de transitar por múltiplas dimensões de sustentabilidade. Especialmente, o autor se refere a cinco dimensões: *sustentabilidade social*, uma sociedade em que seriam realmente inaceitáveis a miséria, a exclusão e /ou o *apharteid social*; *sustentabilidade econômica*, em que o parâmetro econômico fosse adequado aos imperativos sociais e morais, e não o inverso como hoje; *sustentabilidade espacial*, fundamentalmente pautada no equilíbrio da equação rural-urbana em termos populacionais, habitacionais e de aparelhamento público, agrícolas, industriais, criando reservas capazes de proteger a biodiversidade; *sustentabilidade ambiental*, fundamentada na elaboração de propostas e medidas que levem em conta a finitude dos recursos naturais; e a *sustentabilidade cultural*, busca de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados que induzam, dentro do processo de mudança da continuidade cultural, ao conceito normativo de ecodesenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área.

A sustentabilidade na formulação e implementação de políticas públicas assumiu características importantes na cidade de Araraquara. Para compreendermos esse processo, tornou-se fundamental também entendermos a história da cidade no que se diz respeito às propostas de intervenções urbanas planejadas do início do século XX ao início do XXI, enfoque do CAPÍTULO II - A HISTÓRIA DO PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE DE ARARAQUARA: POLÍTICA LOCAL E PLANEJAMENTO URBANO. Chamou-nos a atenção uma corrente preocupação da cidade de Araraquara no desenvolvimento de propostas de planejamento urbano que, num primeiro momento, enfocavam a beleza da cidade, anteriormente denominada “cidade jardim”, mas que ao final do século XXI assume contornos cruciais ao seu equilíbrio.

CAPÍTULO II

A HISTÓRIA DO PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE DE ARARAQUARA: POLÍTICA LOCAL E PLANEJAMENTO URBANO

Optamos por analisarmos a história do planejamento urbano da cidade de Araraquara utilizando, para tanto, interpretações que compreendam o intenso processo de urbanização do Estado de São Paulo. A análise faz percorrer períodos da história de uma Araraquara em profunda mudança, uma paisagem urbana com sociabilidade então desconhecidas, um lugar, inicialmente, com regulamentos de higiene e limpeza e que, aos poucos, normatiza o uso e a ocupação de seu solo. Este capítulo trabalhará, portanto, conceitos sobre o desenvolvimento urbano do Estado de São Paulo e sua relação com a cidade. Nosso objetivo é apontar que a cidade de Araraquara possui um acúmulo de conhecimentos, fruto de seu processo histórico, que a levou a práticas e ao desenvolvimento de políticas públicas urbanas. Esse histórico conduz-nos ao processo de formulação do Plano Diretor de Araraquara, aprovado no ano de 2005, cujo processo de formação será analisado do ponto de vista de sua metodologia participativa, ou seja, do seu caráter inovador na elaboração de um poderoso instrumento de formulação e gestão de políticas públicas urbanas sustentáveis em Araraquara. Esperamos, com isso, possibilitar a construção de um arco temporal interpretativo da ocupação e uso de seu solo, tendo em vista o nosso objeto de pesquisa, um estudo do processo de institucionalização do planejamento urbano participativo na cidade de Araraquara a partir do ano de 2001.

A interpretação histórica da ocupação e do uso do solo urbano de Araraquara é fundamental para a correlação com o período analisado nesta pesquisa de Mestrado. Buscou-se analisar os mecanismos para formulação e implementação de políticas públicas, com enfoque na gestão participativa sustentável no período de 2001-2004, e o processo de institucionalização da Agenda 21 Local.

Estamos partindo do pressuposto de que a cidade sedimentou, do início do século XX até os dias atuais, em sua malha urbana, as formulações intervenções que, ao longo dos anos, se transformaram em ações de planejamento. O ideário urbano da cidade de Araraquara pode ser representado através da análise histórica e política que a cidade assumiu nas décadas de 1900, 1910, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000. Esse ideário é fruto da administração do espaço urbano local conectado ao processo de formação, na esfera nacional, de uma ciência da cidade que pudesse

responder às demandas sociais, econômicas e políticas da acelerada urbanização do Brasil.

2.1. A ciência da cidade e o processo de urbanização do Brasil

A República Velha foi fortemente influenciada pela herança escravista. Esse pensamento tendeu a um racismo presente nas concepções que apontavam para a inferioridade atávica do povo brasileiro, e para o branqueamento como alternativa civilizatória. É com esse enfoque que se empreende as políticas migratórias, principalmente voltadas para o “melhoramento da raça”.

O formato do povo brasileiro mostra, no limite, o deslocamento que se opera sobre o social. A nação é o seu verdadeiro objeto. As narrativas tendem a apresentar um país sem povo, um país sem uma sociedade organizada, organicamente constituída, capaz, por si só, de estabelecer as dinâmicas necessárias para a construção de uma nacionalidade. Nesse sentido, a classe agrícola, a classe industrial, a classe comercial, a classe operária “vivem em estado de semiconsciência de seus próprios direitos e dos seus próprios interesses, e de absoluta inconsciência da sua própria força. São classes dissociadas, de tipo amorfo e inorgânico”. (O. Viana, 1927, citado por Pécaut, 1990, p.44).

O ruralismo buscou constituir a nação através da sua “essência rural”. Um pensamento que projeta no campo as bases fundamentais para a constituição da nação. Torres (1978) constrói uma interpretação que enfoca a necessidade da intervenção do Estado que recompusesse a estrutura fundiária, com ênfase nas pequenas propriedades, e que orientasse uma exploração não predatória da natureza. Nessa concepção, a cidade é sinônimo de artificialismo, e muitas vezes, de corrupção como afirma Torres:

“O Brasil tem de ser uma república social, por força de seu destino, e da fatalidade de seu surto na era da questão social; e tem de ser, intuitivamente, uma república agrícola. É preciso que seja, porém uma república social, previdente e conservadora, para que o povo não sinta um dia a necessidade de arrancar à força o que os governos lhe podem dar dentro da ordem, sem prejuízos de terceiros. A propriedade é, além disso, uma sedução poderosa, e, se ao inventivo que ela gera, se juntasse um certo cuidado por tornar a existência agradável nos centros agrários, dispersando em obras de saneamento e modestos melhoramentos o que se despense em obras luxuosas e despesas improdutivas, nas capitais, dando-se, além disso, educação profissional aos pequenos lavradores, a experiência venceria rapidamente os primeiros obstáculos e consolidaria”. (1978, pp. 132-3).

Tanto pelo enfoque das concepções racistas, quanto pelo enfoque das ruralistas, no Brasil da Primeira República, as elites olham a população das cidades como

fonte de desordem social e política e da incapacidade de produção econômica. A cidade não é, pois, o enfoque para os reformadores.

Assim, o urbano no pensamento social brasileiro é composto por cidades sem cidadãos, porque está anteposto aos ideais de nacionalidade e dissociado das práticas republicanas. Nesse sentido, ao longo da Primeira República, o padrão de intervenção na cidade se dá através dos chamados *planos de melhoramentos, embelezamento e expansão*, que não configuram exatamente o modelo do plano urbanístico. Não consideravam a cidade na sua totalidade, mas apenas se dedicavam a intervenções localizadas (administração de Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro) ou setoriais¹¹ (Plano de Avenidas). Somente na década de 1920, é que têm início os debates sobre a necessidade de introdução do urbanismo no Brasil, notório na imprensa especializada, culminando com o convite a Alfred Agache para elaborar o plano do Rio de Janeiro. Esse período, dessa forma, não permite caracterizar padrões de planejamento, mas apenas refletir sobre como as concepções analisadas acima influíram nas formas de intervenção sobre as cidades.

Tendo em foco que as cidades são vistas como *locus* da desordem nacional, são também correntes as concepções que as vêem como expressão do atraso nacional diante da modernidade das metrópoles internacionais. Concepções essas reforçadas pela adesão do Brasil ao comércio internacional, principalmente por meio do desenvolvimento da cultura do café. A própria cultura do café transformou as cidades em referência para a atuação comercial e política das elites, Cardoso (1972). A cultura do café provocou um intercâmbio mais profundo com os produtos e com a civilização moderna, gerando uma negação do passado escravista e com as imagens indígenas, e uma identificação com o modelo europeu, Sevckenko (1983).

As intervenções urbanas, nesse contexto, tinham como objetivo principal criar uma nova imagem de cidade, em alinhamento com os modelos estéticos europeus, materializando para as elites os símbolos de distinção referentes à sua nova condição. Nesse sentido, a modernização¹² é o princípio norteador das intervenções

¹¹ O Plano Diretor elaborado na cidade de Araraquara no ano de 1963 pelo Arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho, seguirá o formato de setorização. Ou seja, a cidade de Araraquara foi dividida em vinte e duas unidades de vizinhança com uma população máxima de 10.000 habitantes cada.

¹² O Plano Diretor iniciado na primeira gestão do Prefeito Edinho Silva (2001-2004), trás em seu Capítulo II – Das Marcas e Princípios, que a implementação da política urbana deve contemplar os seguintes princípios de política pública: inclusão social, participação democrática e cidade moderna. A idéia de

urbanas que têm como fundamento a não universalidade. As intervenções buscavam, em outras palavras, afastar de suas vistas o populacho inculto, carente de maneiras civilizadas reformulando a cidade esteticamente para que refutasse essas características notórias das cidades brasileiras.

A intervenção orientada por um projeto de modernização material e simbólica da cidade, pensado à luz da imagem da cidade européia, produziu um urbanismo no início do século XX que aceitava tacitamente a exclusão social de tudo que lhe parecia negação da modernidade.

A questão social, por sua vez, no período populista, desloca-se em dois movimentos. O primeiro, produtor de um diagnóstico da sociedade em que a pobreza deixa de ser concebida como inevitável – uma vez que transformou, segundo essa concepção, uma população de ex-escravos e de trabalhadores brancos indolentes em trabalhadores-operários – para ser compreendida como obstáculo ao projeto de constituição da nacionalidade (Gomes, 1982). A concepção de Estado liberal passa a ser vista como anacrônica, uma vez que a nação a ser formatada necessita da intervenção racional do poder, reforçando a crença no objetivismo tecnocrático (Ribeiro, 2001).

A noção de justiça social passa pelo enfrentamento da pobreza pelo Estado por meio de uma política de valorização do trabalho como mecanismo de ascensão social e obrigação da cidadania. Dessa forma, a noção de justiça social que emerge está vinculada a uma questão nacional que enfoca o trabalho como uma forma de servir à pátria.

No período do Estado Novo, a questão social orienta-se no sentido de “promover modificações substanciais na capacidade produtiva dos trabalhadores atuais e futuros”, Gomes (1982: 156). A nova política social pode ser compreendida em dois campos de intervenção: o primeiro, no da previdência e assistência social, com o objetivo de recuperar ou fazer a manutenção da força de trabalho. Seu mais nítido veículo de formação será a medicina social. O segundo, na condição de vida dos trabalhadores. Nesse campo, ocorriam com frequência os chamados “extravios de capacidade de trabalho”. O enfoque dessa modificação é a promoção de melhores condições de reprodução social como alimentação, habitação e educação. É nesse contexto que surgem

cidade moderna, em certa medida, não foi abandonada, mas inserida nos conceitos universalizantes de inclusão social e participação democrática.

programas como o Serviço de Alimentação e da Previdência Social (SAPS), a Liga Nacional contra o Mocambo¹³, a Fundação da Casa Popular etc.

As condições de moradia eram o enfoque dado para a melhoria de vida dos trabalhadores. Esses trabalhadores manifestavam suas revoltas, segundo essa concepção, por não possuírem condições dignas de moradia. A casa própria era também uma forma de promover o apoio à família. Assim, as políticas sociais no campo do consumo habitacional tinham sentido estratégico, uma vez que, ao mesmo tempo, aumentavam a capacidade de trabalho e produziam a paz social pela harmonização das condições de vida das famílias. A classe operária é pensada como força produtiva e como base de sustentação política do Estado. Nesse sentido, é integrada na sociedade política por meio de mecanismos corporativos que criaram a “cidadania regulada” (Santos, 1979), destinatária de políticas públicas habitacionais que formulavam os “conjuntos habitacionais proletários” e os financiamentos habitacionais dos institutos de previdência social. A “política da tolerância” Cardoso (1972), foi o mecanismo integrativo do Estado Novo, com a ilegalidade, a irregularidade e a precariedade habitacional, apesar da influência da concepção higienista do Estado no que se refere à questão da qualidade da moradia. Essa política criou a separação definitiva entre cidade legal e cidade real que tem como fundamento mecanismos clientelísticos de integração das camadas populares à comunidade política da cidade. A ilegalidade na ocupação do solo e o acesso aos serviços urbanos são utilizados, ainda hoje, como moeda de troca no mercado político, Ribeiro (2001).

A ciência da cidade, o urbanismo, nesse período, busca intervir na cidade legal para produzir símbolos da presença do novo ator integrador da sociedade brasileira, o Estado Novo. Dotar de equipamentos urbanos que expressam a monumentalidade da obra estatal e o rompimento com o passado por ela realizada é a estratégia utilizada. Por outro lado, surgem as primeiras experiências de elaboração de planos urbanísticos para tratar do conjunto da cidade, da sua modernização viária. Alfred Agache, com sua proposta para o Rio de Janeiro, influenciará, direta ou indiretamente, os planos de Porto Alegre e Curitiba, dentre outros. Em Salvador no ano de 1935 foi realizada a Semana de Urbanismo de Salvador. Em 1943, há a instituição do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador, Santos Neto (1993). São Paulo implanta o

¹³ Habitação miserável.

seu Plano de Avenidas e Recife ganha um Plano Diretor. Todas essas iniciativas se deram sob a égide de interventores nomeados por Getúlio Vargas.

Essas propostas urbanísticas são incapazes de pensar e tratar a cidade real. A exemplo disso, citamos Rafael Xavier, que, em 1946, inspirado nas idéias de Alberto Torres, diagnosticava os problemas nacionais como decorrentes de causas históricas, geofísicas, sociais e políticas que formataram uma demasiada centralização. Para Xavier, tributário a Torres, o crescimento urbano é gerador de problemas porque concentra recursos provenientes do interior, utilizados de forma incoerente. A urbanização agride profundamente a nacionalidade.

“No Brasil existe um abismo entre a pobreza de sua economia e o padrão de vida, sob todos os aspectos, de suas metrópoles (...).

A centralização de todos os recursos provenientes do trabalho do Interior nas Capitais dos Estados e, como conseqüência, ainda mais na Capital do país, só poderia produzir os deploráveis resultados que se traduzem no desconforto que estamos sentindo e que tende a aumentar na mesma proporção em que robustecem os fatores próprios da concentração.

As indústrias destinadas a manter uma vida de prazeres e luxo, e que são normalmente as mais lucrativas, cresceram e se multiplicaram nas metrópoles. As demais igualmente nelas se reuniram, em busca de maiores mercados de consumo. O ensino secundário e o superior, também concentrados nas Capitais, atraíram a juventude.

Além disso, favoreceram a concentração: as grandes construções; a burocracia, rendosa e fácil; os negócios; as atrações naturais dos grandes centros; e, ainda, com o seu cortejo de misérias morais, o jogo, que no Brasil chegou a eliminar os últimos resquícios de pudor de muitos homens públicos, os quais transformaram a roleta e o vício em fonte de renda sob o pretexto de atender, com o produto dessa criminosa exploração, obras de caráter social (...).

Os cassinos deslumbrantes e o *pif-paf*, ainda que em modestos lares, simbolizam uma época e comprometem os destinos de um povo”.

(CONFERÊNCIA no Rio de Janeiro, em 15 de março de 1946, na solenidade de instalação da Comissão Nacional Organizadora da Associação Brasileira de Municípios).

Nesse trecho fica claro o peso do antiurbanismo. Podemos notar essa mesma característica expressa na importância dada aos programas de colonização, tais como a “Marcha para o Oeste”, destinados a resolver o problema dos vazios territoriais, da mesma forma, a importância dada à questão regional em detrimento a das cidades. O regional aparece como componente da caracterização de problemas, juntamente com a questão social, ao passo que matérias sobre cidades aparecem relacionadas à cultura. O contraponto a esse antiurbanismo aparecerá com Azevedo Amaral na medida em que articula a nacionalidade com o projeto de modernização pautado no industrialismo e na urbanização, Diniz Filho e Carvalho Bessa (1991).

No momento subsequente, a partir da década de 1950, a formulação da questão urbana desloca-se para o “objetivismo tecnocrático” a serviço do nacional-desenvolvimentismo, Ribeiro (2001). O eixo econômico é o fundamento do projeto de constituição da nação, articulado com uma prática de modernização acelerada baseada na internacionalização da economia. Dentro dessa concepção algumas teorias sociológicas foram fundamentais para o desenvolvimento dessas idéias, primeiramente, a “sociologia do desenvolvimento” que desemboca nas “teorias da marginalidade”. O escopo desse pensamento é a concepção dualista da sociedade, ou seja, além da oposição campo-cidade referida à dualidade tradicional-moderno, verifica-se uma oposição no interior das cidades entre os “integrados” e os “marginais”, Ribeiro (2001).

O destaque dado por essas teorias é justamente a incapacidade de absorção de mão-de-obra pelos novos padrões urbano-industriais de desenvolvimento. Aliado a essa teoria tem, ainda, a concepção de incapacidade de os migrantes absorverem o “modo de vida urbano”, formando assim um círculo vicioso que, no limite, reproduz a marginalidade. Tal fenômeno foi denominado “urbanização sociopática”.

Outras importantes representações “antiurbanas”, como tributárias a essas interpretações, surgiram, tais como: “inchaço das cidades”, “macroencefalia urbana”, “migrações desordenadas”, “congestão” etc. Os pensadores do nacional-desenvolvimentismo percebem as nossas cidades litorâneas, inchadas, desorganizadas, sem planejamento, identificando-as como foras do atraso ao desenvolvimento. A questão urbana, dessa forma, nesse período, reveste-se de uma coloração utopista que projeta a construção de uma ordem urbana ideal, em outro território.

Podemos ilustrar o modelo de ação do nacional-desenvolvimentismo com a análise que Corbisier (1960) fez sobre a construção de Brasília.

“Se examinarmos a experiência humana ao longo do tempo, no transcurso universal, verificaremos que as formas superiores da cultura, a filosofia, a ciência, a arte, a política, o direito, sempre estiveram ligadas ao que já se chamou de ‘protofenômeno da existência humana’, que é a cidade. A cultura, fruto do trabalho universal, sempre foi produzida nas cidades ou em função dos centros urbanos (...). Todas as grandes culturas e civilizações que conhecemos encontram, por assim dizer, seu arremate e seu coroamento na construção da Metrópole, da grande capital. Concentração de espírito e de consciência, centro de decisão e de comando, ponto de convergência e instância modeladora e pedagógica, as grandes capitais sempre foram o arremate e a síntese das suas culturas”. (1960, pp. 48-9).

Para o autor, entretanto, essa função distanciou-se das nossas cidades e, em especial, da sua capital.

“Destruídas as antigas cidades coloniais, a fim de substituí-las por outras que pudessem comportar o crescimento das populações e atender exigências do desenvolvimento industrial e tecnológico, edificaram-se esses aglomerados caóticos, que, em lugar de representarem solução para os problemas humanos, constituem, ao contrário, um sistema de dificuldades e de problemas. Embora modernas, por se estarem construindo agora, nossas cidades não se estão expandindo em obediência a planos racionais, que a tornassem cômodas, funcionais e harmoniosas (...). Para atender às exigências do desenvolvimento, da integração econômica e cultural do País, tornava-se imperativo e urgente interiorizar a Metrópole, transferindo-a para o coração no nosso território”. (1960, p.52, p.55).

No final da década de 1970, uma nova conjuntura intelectual começa a se delinear e que nos influencia até os dias atuais. Há, por um lado, uma decadência do nacional-desenvolvimentismo, fruto da falência do modelo de modernização conservadora, empreendida a partir de 1964. Esse modelo de desenvolvimento, inspirado no fordismo europeu ou americano, baseava-se na inclusão de parcelas significativas da população, através de ganhos de produtividade crescentes, permitindo a extensão das benesses do crescimento econômico pelo aumento real de salário ou por garantias e suportes formatados pelo Estado de bem-estar. Por outro lado, o tipo de modernização efetuado desencadeou um conjunto de tensões sociais significativas na organização sindical e na mobilização em torno das condições de vida, acarretando uma crescente disputa em torno dos benefícios criados pelo Estado.

A crítica ao modelo nacional-desenvolvimentista reside na emergência da questão social no campo da produção – como questão operária – e no campo do consumo coletivo – como questão urbana. Nesse momento, a cidade passa a ser tematizada, inicialmente, como um problema econômico. Temas como nação e modernização submetem o social, fazendo com que os reformadores coloquem a questão urbana como questão do desenvolvimento. Diversas teorias aparecem para fundamentar de parâmetros as possíveis intervenções no urbano. À medida em que o processo de urbanização passa a ser um dos elementos fundamentais da modernização, o urbanismo é utilizado como ferramenta na formulação de diagnósticos sobre os problemas urbanos, Ribeiro (2001). Essa ferramenta coloca a questão da reforma urbana em um modelo municipal de bem-estar social. O objetivo desse modelo é produzir uma regulação pública do uso e ocupação do solo urbano, submetendo o mercado privado de terra a regras que

garantam a função social da propriedade privada e a “reapropriação pelo poder público de parte dos ganhos imobiliários”, Ribeiro (2000: 152). O mecanismo de reapropriação seria executado com o objetivo de utilizar esses recursos no financiamento de ações do governo que assegurem a universalização do acesso aos serviços de consumo coletivo básicos, no que se refere à noção de direitos urbanos inerentes à cidadania. O léxico das novas representações instituiu um novo urbanismo nas cidades, por meio da ampliação do modelo de democracia representativa agregando as concepções participativas, que criam mecanismos jurídicos e administrativos formadores da democracia direta na gestão urbana.

Em certa medida, a configuração dessa ciência da cidade, o urbanismo, alimentou as propostas de transformações na cidade de Araraquara. Pretendemos, a partir de uma configuração da formação histórica do município, caracterizar seus atores políticos, bem como as intervenções urbanas pelas quais a cidade passou.

2.2. Dos Campos de Araraquara à cidade de Araraquara: um roteiro histórico da formação do município de Araraquara.

As primeiras ocupações na região se deram a partir da descoberta de ouro em Cuiabá, em 1718, por Paschoal Moreira Cabral, e das minas de Goiás, no mesmo século, que colocou como essencial a construção de uma rota que pudesse, a partir de São Paulo, chegar às minas em Mato Grosso e Goiás. Por não existirem grandes cursos d’água cortando os Campos de Araraquara, sua ocupação se retardou e se deu essencialmente pela via terrestre, o que demandou investidas constantes de bandeirantes por essas terras. A partir do governo de Rodrigo César de Menezes, governador da Capitania de São Paulo, começaram a surgir rotas que passavam pelos Campos de Araraquara em 5 de setembro de 1721. Essas rotas tinham por objetivo dificultar o contrabando do ouro vindo de Cuiabá e Goiás por rotas das quais o governador não tinha controle nem fiscalização. As cargas passaram a serem transportadas por tropas de cavalos e burros, dificultando, assim, o desvio do metal precioso.

O paulista Luís Pedroso de Barros, em 1721, abre o caminho para as minas que passará pelos “Campos de Araraquara”. Em documento datado de 2 de maio de 1724, Luís Pedroso de Barros, detalha o reconhecimento da região afirmando, Silva (1984):

“A dois de agosto parti da vila de Itu, seguindo o caminho do rio Capivari e dali ao rio Piracicaba e daí até o morro de Araquara, onde principiam os campos dito [sic] Araquara. O mato que se intermete da vila de Itu a Araquara serão sete ou oito dias. Atravessei os ditos campos até as cabaceiras do Jacaré-Pepira, que serão dez dias. Desta paragem continuei a marcha, rompendo por ela a ponta do mato do Jacaré-Pepira na demanda e diligência de ver se podia descobrir mais campos; e aí caminhei sempre por serrados, cortando algumas pontas de matos virgens, porém tudo o mais catanduvras, a que chamavam serrados, até dentro do rio grande”. (p. 156-57)

Em 1730, em virtude da Carta Régia de 10 de janeiro, esse caminho foi abandonado. Foi restabelecido em 1770, por Antônio Corrêa Barbosa, por ordem do capitão general D. Luiz Vaz de Toledo Piza, com o objetivo de facilitar a comunicação com a colônia militar de Iguatemi, no Mato Grosso. Em 1777, essa colônia militar foi destruída pelos espanhóis, sendo o caminho novamente abandonado. Apenas em 1799, por ordem do governador da Capitania de São Paulo, D. Antônio Manoel de Mello, o caminho foi reaberto para evitar a longa navegação até Cuiabá. Esse caminho ficou conhecido como Picadão de Cuiabá, partindo da cidade de São Paulo, passava pelas atuais cidades de Itu, Porto Feliz, Piracicaba, Rio Claro, São Carlos, Araraquara, Itápolis, São José do Rio Preto e Paranaíba até Cuiabá.

A história da cidade de Araraquara inicia-se no ano de 1788, quando da passagem por essas terras de um astrônomo português, navegando pelo Rio Tietê, em viagem de exploração, chegou à Cachoeira Banharão. Desse ponto, ele observou uma grande escarpa, que, quando à tarde nela batia o sol, parecia-lhe uma grande cidade. Os canoieiros presentes informaram-lhe que aqueles montes, na língua indígena¹⁴, chamavam-se *Aracoara*: *ará*, dia e *coará*, toca, ninho ou morada. Isso porque, segundo Almeida (1948), os índios que habitavam na margem direita do Rio Tietê, vendo nascer o sol por detrás da cordilheira, acreditavam que ali morava o dia. Esses montes deram o nome a um vasto território conhecido pela denominação geral de Campos de Aracoara, que compreendia os atuais municípios de Araraquara, São Carlos, Descalvado, Santa Lúcia, Rincão, Ibaté, Motuca, Matão e outros que se emanciparam como beneficiários de outras leis.

Em 1790, Pedro José Neto, vindo de Itu, embrenhou-se onde hoje se acha São Carlos, chegando mais tarde aos “Campos de Araraquara”. Aqui chegando,

¹⁴ Segundo Nelson Martins de Almeida no livro “Álbum de Araraquara” de 1948, p. 17, “...A extensa região onde hoje se encontra o município de Araraquara, era habitada pela grande nação ‘Guayanás’, índios notáveis pelo seu valor, guerreiros indomáveis, de completa aversão ao cativo, que se estendiam pelos vales do Mogi-Guaçu e do Tietê até os campos de Piratininga e a Serra de Paranapiacaba”.

estabeleceu as posses de Ouro, Rancho Queimado, Cruzes, Lageado, Cambuí, Monte Alegre e Bonfim, fixando sua residência em Monte Alegre. Mais tarde, com o aparecimento de mais exploradores, Pedro José Neto repartiu seus domínios com a condição, segundo Almeida (1948), de o livrarem da justiça de Itu, da seguinte forma:

1. Major Duarte: José Neto vendeu Monte Alegre e fez doação das posses do Ouro, Cruzes e Rancho Queimado;
2. João Manoel do Amaral: doou a do Bonfim;
3. Domingos Soares de Barros: doou a do Lageado;
4. Coronel Joaquim de Moraes Leme: doou a de Cambuí.

Os novos donos requereram cartas de sesmarias, o que proporcionou a vinda do juiz das medições, ajudante José Joaquim da Rocha, da cidade de Porto Feliz, Minas Gerais, que deu início à divisão das terras.

O bairro de Araraquara aparece pela primeira vez no Caderno de Recenseamento de Piracicaba, de 1810¹⁵, com sua população referente à Sesmaria do Ouro. A posse dessa Sesmaria, em 1811, era de Xisto de Quadros Aranha e sua mulher, D^a Manoela Angélica de Castro. Provavelmente, essa sesmaria fora cedida por Pedro José Neto ao casal. Xisto de Quadros Aranha vendeu essa posse ao Capitão-Mor Joaquim Duarte do Rego por 30 vacas, e este a deu a sua filha Dona Isabel Duarte Novaes, que tirou a carta de sesmaria em 17 de fevereiro de 1819, Almeida (1948). Em 19 de junho do mesmo ano, ela fez doação ao seu irmão, Padre Joaquim Duarte Novais, que cedeu 400 braças em quadra para o patrimônio da Freguesia de São Bento de Araraquara.

A Freguesia de São Bento de Araraquara foi desmembrada da Freguesia de Piracicaba, Comarca de Itu, Bispado de São Paulo, em 22 de agosto de 1817, por alvará de El-Rei D. João VI. Foi elevada à categoria de Vila em 10 de julho de 1832 por Decreto da Regência, exercida, então, por Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho, João Bráulio Moniz e ministro José Lino Coutinho. Posteriormente, foi elevada à categoria de cidade por Decreto Provincial N^o 7 de São Paulo, de 6 de fevereiro de 1889, assinado pelo então Secretário da Província Pedro Vicente de Azevedo. A cidade foi instalada enquanto tal em 23 de fevereiro do mesmo ano, em sessão extraordinária da Câmara Municipal com o nome de Araraquara e tendo como primeiro Presidente Carlos José Botelho (1833-1836).

¹⁵ Maço da população de Porto Feliz, N^o 161, anos 1804 a 1811, tendo sido na Sesmaria do Ouro, (Maço N^o 7, pasta 5, doc. 1 – Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo) a localização da Freguesia de São Bento de Araraquara.

A cidade de Araraquara passou por anos de desafios difíceis de serem transpostos. Em passagem pela cidade, no ano de 1833, ano de instalação do município de Araraquara pela Câmara Municipal, Henrik Stangerup, em seu livro *Lagoa Santa, Vidas e Ossadas*, à propósito de uma expedição científica de que participava o paleontólogo Peter Wilhelm Lund, que, saindo do Rio de Janeiro rumo a Goiás, passou por Araraquara, escreveu:

“Araraquara na ocasião: um dia entra, dia sai, semana entra, semana sai, a mesma coisa. Em lugar algum encontram abrigo contra o sol abrasador, nada de valor que ao menos se assemelhe a uma habitação. Se por acaso encontram uma criatura humana envelhetada, raras vezes maior do que um menino de 14 anos, desdentada, cheia de feridas pustulentas sob o nariz e uma barba emurhecida, contratam-na como guia. Finalmente, atingem a desejada meta, o rincão de São Bento d'Araraquara, onde se instalaram num barraco comprido com suas coisas. O primeiro pensamento deles é conseguir algo melhor para comer.

Mas logo constataam que o rincão está isolado pela fome; não conseguem alimento nem mesmo nas fazendas das redondezas. De manhã à noite parece uma cidade morta. As barrigas das crianças estão inchadas, todos os olhares apagados num marasmo só. E nas poucas vendas apenas se consegue comprar raros colmos de cana de açúcar [sic]; há muito se esvaziaram as garrafas de cachaça nas prateleiras; os fregueses ficam sentados no chão de terra com moscas andando-lhes pela cara, sem erguer o olhar; alguns se coçam nos dedos dos pés, outros indolentemente fazem riscos na poeira do chão com uma faca enferrujada. Os dois pesquisadores são obrigados a continuar se alimentando daquilo que trouxeram e assim, alguns dias depois, talvez por causa da água ruim, talvez por falta de alimentos saudáveis e bem preparados, Riedel acaba adoecendo e fica 09 (nove) dias em tremores, deitado no barraco em cima de sua pele de boi. A cada dia que passa empalidece mais e mais, vômitos somam-se ao desarranjo intestinal, obrigando o Dr. Lund a constantemente limpar a pele de boi, sem resultados visíveis: espalha-se pelo barraco um fedor de podridão humana...”¹⁶

Parece-nos que este cenário desolador da cidade de Araraquara perdurou até o impulso que a cidade receberia com o advento da estrada de ferro.

No ano de 1868, há o advento da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, iniciada por Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, que obteve privilégio e concorreu para a organização da *The São Paulo Railway Company*. Nessa época, o oeste paulista entra em um círculo virtuoso de desenvolvimento e investimento em suas cidades. No final de 1868, formou-se um grupo de 654 fazendeiros que tomou para si o

16 Henrik Stangerup, *Lagoa Santa, vidas e ossadas* / Henrik Stangerup ; tradução de Per Johns ; gravuras de Peter Andreas Brandt, fotografadas por Jesper Hom ; mapa de Erik Bottzauw. -. Rio de Janeiro : Nordica, 1983.

empreendimento de prolongamento da ferrovia até as suas terras (Monbeig, 1984). Esse grupo era composto por fazendeiros de Campinas, Araras, Limeira e Rio Claro em conjunto com a recente nobreza imperial como o Barão de Itapura, o Visconde do Rio Claro e o Conde de Três Rios. Com a fundação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a ferrovia chega até a cidade de Campinas em 1872. Com a conclusão da ligação ferroviária até a cidade de Campinas, os capitalistas e fazendeiros do interior começam a reclamar a chegada dos trilhos até suas cidades. Em 1873, o Governo Geral mandou uma comissão de engenheiros, chefiada por Pimenta Bueno, para fazer estudos para a construção de uma Estrada de Ferro ligando Rio Claro a Cuiabá, capital do Mato Grosso do Sul, passando por São Carlos e Araraquara. Segundo Bento de Abreu Sampaio Vidal, em artigo escrito em 17 de agosto de 1914, o fim da guerra do Paraguai trouxe para a realidade as precariedades da comunicação da Capital do Império com as províncias do interior do país, “(...) daí a necessidade da construção de uma estrada de ferro ligando o Rio de Janeiro às províncias de Mato Grosso e Goiaz [*sic*], para a defesa de suas fronteiras”¹⁷.

As fases de negociação da construção de ramal ferroviário que ligaria Araraquara à capital e, evidentemente, ao porto de Santos, o maior interesse local, demonstram um ardoroso embate político entre as elites cafeeiras regionais. Na verdade, a leitura do artigo produzido por Bento de Abreu revela-nos que houve debates e verdadeiros embates entre a Companhia Paulista de Estradas de Ferro e a Companhia de Estrada de Ferro de Araraquara, pelo seu então presidente Carlos Baptista de Magalhães, para conseguir uma concessão do governo federal para a instalação de ramal ferroviário, aproveitando os estudos realizados por Pimenta Bueno com relação à interligação da Capital Rio de Janeiro às capitais das províncias do Mato Grosso e Goiás. Sem obter sucesso, em 1878, através dos deputados araraquarenses Joaquim José de Abreu e Dr. José A. Leite de Moraes, foi apresentado à Assembléia Provincial um projeto prevendo a concessão privilegiada e com garantia de juros para uma estrada de ferro de Rio Claro a Araraquara. Mais uma vez houve um reverse por conta do direito de preferência da Cia. Paulista que, ao não abrir mão deste, causou impedimento à construção da estrada. O projeto foi, então, rejeitado.

¹⁷ VIDAL, Bento de Abreu Sampaio. *Estrada de Ferro*. Escrito em 17 de agosto de 1914. (IN) Álbum de Araraquara organizado por Antonio M. França, 1915.

Posteriormente a Cia. Paulista de Estradas de Ferro mandou fazer um estudo para construção até São Carlos, passando pelo “Morro Pelado”, de uma linha férrea de bitola larga. O Governo da Província não aprovou esse estudo da Cia. Paulista, que desistiu de construir a estrada de ferro.

No ano de 1880, por Decreto N^o 7828 de 4 de outubro, foi feita concessão para uma estrada, de Rio Claro a Araraquara, ao engenheiro Adolpho Augusto Pinto que, mais tarde, transferiu a concessão ao Conde do Pinhal. O Conde do Pinhal foi figura fundamental para a expansão da ferrovia para o oeste paulista, organizando a Companhia Rio Claro de Estradas de Ferro e construindo a estrada até São Carlos.

O Conde do Pinhal, presidente da recente Companhia de Rio Claro, veio, segundo Bento de Abreu, para Araraquara e, em reunião convocada para este fim, declarou que, se aqui se formassem ações no valor de seiscentos contos, a Companhia traria a estrada de ferro em seis meses. O capital foi formado e, em 18 de janeiro de 1885, foi inaugurada a Estrada de Ferro de Araraquara.

O jornal *Diário popular* de 19 de janeiro de 1885 deu a seguinte notícia:

“Como foi anunciado, efetuou-se, a inauguração do tráfego provisório do prolongamento desta estrada de ferro, entre São Carlos do Pinhal e Araraquara. À solenidade assistiram o Exmo. Snr. Dr. Presidente da Província, o Dr. Miranda Azevedo (Engenheiro Fiscal), Exmo. Snr. Visconde do Pinhal e Cel. Estanislau de Oliveira, diretores da Companhia, o Dr. A. Schmidt, (inspetor geral), o Dr. J. Schorra (engenheiro-chefe da construção, representantes da imprensa da Capital), grande número de convidados e empregados da Companhia. O povo de Araraquara e todas as autoridades lá estiveram. Com o novo trecho aberto ao tráfego, ficou o tronco desta via férrea elevado a 128 quilómetros [sic.]. Os estudos definitivos do prolongamento foram aprovados pelo Decreto n^o 9127, de 26 de janeiro de 1884, sendo iniciado os trabalhos de construção a 25 de fevereiro seguinte”¹⁸.

Paralelamente a esse processo progressista da cidade, por volta do ano de 1895, dez anos após a chegada dos trilhos da ferrovia, chega a epidemia da febre amarela. João Silveira, editor do *Álbum de Araraquara* de 1915, faz uma descrição de como buscou informações sobre os impactos da epidemia na cidade. Em entrevista realizada em uma tarde a Pio Lourenço Corrêa, “(...) no recesso tranqüilo da arejada varanda de sua residência, distante do bulício da cidade” (...) “em que o termómetro [sic.] marcava 30 graus [sic.] à sombra, em plena primavera (...)”¹⁹, obteve informações sobre a epidemia de febre amarela para seu *Álbum*. O editor faz um alerta, dizendo que não se

¹⁸ Jornal “Diário Popular” de 19 de janeiro de 1885.

¹⁹ *Álbum de Araraquara*. (IN) *A febre amarela em Araraquara*. 1915, p. 21.

trata de um relato documentado, baseado em dados estatísticos, mas sim de uma crônica sobre os acontecimentos que se desenrolaram com a febre amarela, naquela época, em que, em suas palavras, “o autor dá um cunho jocoso ao assunto”. Independentemente das observações feitas pelo autor, o depoimento de Pio Lourenço Corrêa é fundamental para compreendermos a dinâmica social de Araraquara naqueles tempos.

Em 1889 a febre amarela, desmentindo o prólogo “febre amarela não sobe a serra”, apresentou-se em Campinas e marcou aquela cidade com uma epidemia que, segundo Pio Lourenço Corrêa, deixou marcas profundas na comunidade. Em 1895 chega a Araraquara e, num lapso de três anos, dizimou parte da população urbana, causando desorganização ao arcabouço político, social e administrativo da cidade e da comarca. Há relatos de casos de febre amarela desde 1890 ou 1891, segundo Pio Lourenço, casos importados de “cidades onde grassava o mal”.

A análise das atas da Câmara Municipal de Araraquara desse período demonstra que a cidade passava por uma série de problemas de saúde pública. Além da febre amarela, a varíola também atingia a população local. É de 8 de janeiro de 1893 o registro em ata de ofício recebido do Secretário dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo, comunicando a transferência da responsabilidade do

“(…) serviço médico e tratamento dos variolosos, organizando-o como melhor entendes de acordo com as necessidades da saúde pública”.
(Documento 502 – Livro Ata da Câmara Municipal de Araraquara do período de 13/11/1892 a 07/01/1896, p.5).

O vereador Capitão Manoel Bittencourt, em ata da Câmara Municipal de Araraquara, datada de 04 de fevereiro de 1893, indica que ainda reinava na cidade a epidemia da varíola. O vereador propõe a constituição de uma comissão de três membros para debelar a epidemia e restabelecer a “salubridade pública”. Ao vereador Luis Minervino, membro da comissão, foi indicado que se oficiasse ao Governo do Estado, pedindo providência na nomeação do Delegado de Higiene [grifo nosso] para o Município de Araraquara.

Em seção ordinária da Câmara Municipal de 28 de março de 1893, foi aprovada a indicação de criação de um Código de Posturas ou Lei Orgânica do Poder Executivo Municipal que possibilitasse um ataque mais contundente às epidemias de varíola e febre amarela.

A partir dessas epidemias, são tomadas as primeiras ações de intercessão urbana, visando à “salubridade pública” da cidade. O enquadramento em

forma de multas aplicadas nos cidadãos que descumpriam o Código de Posturas – voltado, nesse momento, para a regulamentação da construção de edifícios e cercamento de terrenos – já ocorria há décadas. Há registros de aplicação de multas que fazem referência aos artigos do Código de Posturas desde 1843. No entanto, a partir dessas epidemias, a questão da higiene e da limpeza pública tornam-se o enfoque de uma série de medidas normativas do poder legislativo de Araraquara.

Um exemplo desse processo é a indicação feita pelo Vereador Manoel Bittencourt – em ata da Câmara Municipal de Araraquara de 14 de julho de 1893 – de um contrato com o cidadão Francisco Lavitola para o privilégio, por vinte anos, de uma empresa funerária. Juntamente com a indicação foi proposta pelo mesmo vereador uma série de medidas para o funcionamento da funerária, conforme se segue:

“Artigo 1º - Fica estabelecido por lei que todos os enterramentos serão feito *[sic.]* nos carros d’esta Empresa, havendo para os indigentes os carros grátis e a mesma Empresa é obrigada a fornecer;
 Artigo 2º - Não poderá mais entrar cadáveres em redes e lençóis *[sic.]* dentro do Quadro da Cidade, sendo necessário que mandem dirigir-se a Empresa para efetuar seu trajecto nos seus respectivos carros;
 Parágrafo único – Aos infratores dos dois artigos acima fica estabelecida a multa de reis cincoenta mil, 50\$000, e oito dias de cadêa²⁰ *[sic.]*”. (Documento 502 – Livro Ata da Câmara Municipal de Araraquara do período de 13/11/1892 a 07/01/1896, p.20).

A ferrovia trouxe uma série de vantagens para a região. Permitiu, por exemplo, a ampliação do comércio, instalação do telégrafo e a instalação dos serviços diários dos correios, o que diminuiu a distância do principal centro urbano, a cidade de São Paulo. Além dessas mudanças, a abolição da escravidão no Brasil conduziu, ao longo da segunda metade do século XIX, à inserção de trabalhadores livres nas lavouras de café. Dessa forma, a facilidade de transporte e de comunicação, propiciada pela ferrovia, é o marco das profundas transformações pelas quais o mundo rural estava passando.

Essas transformações se deram na medida em que as fazendas de café foram se tornando centros industriais, ao contrário das primeiras fazendas, que seguiam o molde dos engenhos como unidade quase auto-suficiente e que, muito timidamente, estabeleciam relações com o meio urbano. Isso porque seus proprietários começaram a vê-las como fontes geradoras de renda, cujos lucros eram aplicados na criação e

²⁰ Segundo Campos (2002) “(...) em sua fase urbana o sanitarismo caracterizou-se pela elaboração de regulamentos tanto para a parte física – referente aos Códigos Sanitários do Estado de São Paulo de 1894 e 1918 -, com a definição de medidas de arruamentos, de habitações etc., como para o cotidiano na cidade, pois a nova estruturação urbana trouxe consigo novos hábitos para os habitantes”. (p.38).

ampliação de outros negócios, como bancos, casas comissárias, imóveis urbanos e companhias de prestação de serviços (Benincasa, 2003). Essa reorganização econômica do interior transformou as relações sociais e, conseqüentemente, a ocupação do espaço urbano e rural da região. A facilidade de transporte de materiais através da ferrovia trouxe inovações do ponto de vista arquitetônico para as sedes das fazendas e para as cidades. A ferrovia estabeleceu um relacionamento comercial mais estreito e constante também com os grandes centros de produção industrial, como a Inglaterra, onde, na segunda metade do século XIX, estava em pleno curso a segunda fase de sua industrialização. Essa fase é marcada pelo aumento da produção industrial, alicerçada nas indústrias de bens de capital, no carvão, no ferro e no aço (Hobsbawm, 2003). Em nenhuma outra época a taxa de crescimento das exportações britânicas havia crescido tanto como entre 1840 e 1860. Esse aumento beneficiou, sobretudo, os novos bens de capital, que, em 1840-42, compreendiam cerca de 11% do valor das exportações britânicas de manufaturados; em 1857-59, essa proporção subiu para 22% e, em 1882-84, para 27%. Hobsbawm (2003) conclui que a revolução operada nos transportes pela estrada de ferro e pela navegação a vapor, importantes meios de exportações britânicas de ferro, aço e carvão, deu ainda impulso à abertura de novos mercados e à expansão dos antigos.

Todas essas transformações tiveram impactos significativos na região de Araraquara, os quais conduziram-na para uma constante reflexão sobre a forma de ocupação e uso de seu solo. É inegável que, a despeito do enorme impulso que a economia local teve com a cultura do café – além da introdução de novas técnicas arquitetônicas e de ações sobre o espaço da cidade que indicam a gênese de um processo de planejamento urbano –, a cidade entrou em contato com uma onda epidêmica de febre amarela que varria o estado de São Paulo. O café, cultura que necessitava de modernização do transporte e que propiciou a introdução da estrada de ferro, continuou sendo a maior fonte geradora de riquezas de Araraquara até a década de 1930, ciclo rompido em virtude da crise de 1929, com a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque.

A cidade de Araraquara estava passando por enormes dificuldades. A epidemia de febre amarela já causava mortes e estava trazendo prejuízos para a economia local, já que atingia a população economicamente ativa. Em sessão extraordinária de 25 de maio de 1895, os vereadores da Câmara Municipal descrevem a extensão da epidemia na cidade.

“Sessão extraordinária em 25 de maio de 1895.

Presidência do major Ricardo de Mattos. Aos vinte e cinco de maio de mil oitocentos e noventa e cinco, no Paço da Câmara Municipal reunido em sessão extraordinária, convocada para fim especial de serem tomadas medidas tendentes a extensão da epidemia que actualmente [*sic*] reina nesta cidade. O Major Ricardo de Mattos, presidente da Câmara Municipal, e os vereadores Major Antonio de Carvalho Filho, Capitão Theophilo Dias de Toledo, Tenente Carlos José Dias do Nascimento e cidadão Antonio Mariano Corrêa de Moraes; foi deliberado o seguinte: - nomea-se o Doutor Américo T. de Menezes Doria, Intendente de Higiene, especial para envidar os meios aconselhados pela ciência [*sic*] médica a fim de debelar a epidemia de febres de *mau caráter* [grifo nosso] que actualmente grassa n'esta cidade (...)." (Documento 502 – Livro Ata da Câmara Municipal de Araraquara do período de 13/11/1892 a 07/01/1896, p.98).

É justamente no ano de 1895 que começaram a aparecer casos de febre amarela em pessoas que não haviam se deslocado da cidade; a epidemia assumia, portanto, uma característica endêmica. Essa foi a última sessão de que o presidente da Câmara, Major Ricardo de Mattos, participaria. Contaminado pela epidemia, não resiste e falece nesse mesmo ano. Segundo relato de Pio Lourenço em entrevista:

“Senão quando, a morte do Major Ricardo de Mattos, presidente da Câmara, a do conhecidíssimo Vilares, proprietário da única casa de bilhares e café da cidade, a do vigário da paróquia, Pe. Luciano Francisco Pacheco, uma das figuras de maior relêvo [*sic.*] e estima da sociedade do tempo – êsses [*sic.*] e outros óbitos sobrevividos às vezes após 24 ou 36 horas apenas de febre, delírio e vômito negro, determinaram afinal o acôrdo [*sic*] unânime entre médicos, autoridade e povo, de que Araraquara estava a braços com tremenda epidemia de febre amarela”²¹ (p.21).

Essa situação descrita por Pio Lourenço Corrêa fica nítida na análise das atas das sessões da Câmara Municipal, como a de 9 de junho de 1895. A comunidade local estava reunindo esforços, do ponto de vista econômico e humano, para debelar a epidemia.

“Reconhecendo esta Câmara a necessidade urgente e inadiável de serem tomadas providências no sentido de acabar de vez com a epidemia de *mau caráter* [grifo nosso] que tem assoalhado esta cidade e achando que o abastecimento d'água e um sede (*sic*) de esgoto virão a concorrer enormemente para a melhoria do estado sanitário desta localidade, deliberou por unanimidade de votos a destinar a quantia de quarenta contos de réis para este fim.” (Documento 502 – Livro Ata da Câmara Municipal de Araraquara do período de 13/11/1892 a 07/01/1896, p.98-9).

Como conseqüência da epidemia, fecharam-se quase todas as casas comerciais e um único hotel, o Hotel Magalhães, permaneceu aberto. Nesse mesmo hotel, instalaram-se a Comissão Sanitária e seu escritório, municiados com desinfetantes e

²¹ Op. Cit. Álbum de Araraquara, p. 21.

demais aparelhos de combate aos “miasmas deletérios”²². Essa Comissão aconselhou o plantio de eucaliptos nas ruas e praças da cidade, para “purificar os ares” e a reabrir o velho lazareto de variolosos,

“(…) ali nos campos suburbanos onde hoje se acha a vila São Geraldo, e determinou o transporte compulsório para lá, dos doentes de febre amarela confirmada clinicamente”²³.

Corrêa (1915), fazendo alusão ao “lazareto”, diz:

“O velho lazareto, é claro, tornou-se logo o maior cliente dos coveiros e espantinho máximo dos doentes, que toda pano [*sic*] procuravam evitar a ‘Casa da Morte’, tratando-se no próprio domicílio, com ‘chá de raiz de grama’, doses de ‘Vegetalina Imperial’ (específico araraquarense contra mordedura de cobra) e ‘banhos de cozimento de tomateiros’”²⁴ (p.21)

Nos primeiros meses de 1896, a cidade de Araraquara voltou à rotina dos velhos casos esporádicos da doença. Mas, no outono, começa um segundo surto da pandemia, o mais longo e talvez o mais mortífero dos três, Corrêa (1915). A Câmara Municipal e o Fôro fugiram, primeiramente, para a Fazenda do Ouro, e mais tarde para a estação de Américo Brasiliense. O fator que determinou essa mudança parece ter sido a morte do presidente da Câmara, Major Ricardo de Mattos, vitimado pela febre amarela. Essa decisão de transferência das funções administrativas para a cidade de Américo Brasiliense demonstra um cenário de desorganização e de desespero. Ficaram como representantes gerais do poder público, a Comissão Sanitária, o comandante do destacamento policial e um fiscal municipal. De acordo com os relatos colhidos da entrevista de Corrêa, o cenário que se formula para a época foi de desolação e prostração do poder público local diante de força tão destruidora que fora a pandemia de febre amarela para a cidade. É do ano de 1897 o último caso de febre na cidade a “(…) afundir-se no cemitério de contagiados da charneca das Cruzes” (Correa, 1915:21). Esse evento, em certa medida originário da incursão da cidade no roteiro da estrada de ferro, que facilitou o intercâmbio de pessoas de outras localidades, forjou na cidade de Araraquara uma necessidade de remodelar-se.

A presença da Comissão Sanitária em Araraquara está relacionada a uma série de intervenções estatais no sentido de conter epidemias no Estado de São Paulo. No ano de 1892, foi criado o Serviço Sanitário que tinha como uma de suas

²² Nome dado por Pio Lourenço Corrêa em entrevista ao Álbum de Araraquara de 1915.

²³ Op. Cit. Álbum de Araraquara, p. 21.

²⁴ *Ibidem*, p. 21.

premissas, evocada pelas autoridades sanitárias e governamentais, o controle da vida urbana, fato evidente desde seu primeiro esboço de legislação sanitária (1892) até a formalização do Código Sanitário de 1918, pois segundo Telarolli Júnior (1993)

“ (...) enfatizava o controle das doenças transmissíveis através da ação sobre o espaço urbano, com a larga utilização da engenharia sanitária, e de ações de política médica em campanhas contra as epidemias, nos primeiros quinze anos, e mais tarde, as endemias”. (p. 139).

Esse tipo de ação sobre o espaço urbano é explicada pela vertente *bacteriológica*. Nela, Merhy (1987) afirma que

“ (...) o indivíduo é elemento importante, na medida em que seria um componente do meio externo que estaria favorecendo a propagação do agente etiológico, e, portanto, as ações sanitárias, coercitivamente, ‘livrariam’ os indivíduos saudáveis do contato com o agente e ‘livrariam’ os indivíduos doentes dos agentes etiológicos (considerando-os como meio de cultura de microorganismo), identificando o seu grupo-alvo como aqueles indivíduos da sociedade que estivessem portando alguma moléstia transmissível ou que fossem mais vulneráveis a estas, o que acabava sendo identificado na população pobre, de miseráveis e indigentes. ‘Coincidentemente’ esta população era formada pelos grupos sociais urbanos, vinculados ao exército de trabalhadores, tanto os ativos como os de reserva”. (p. 103).

O melhoramento urbano torna-se o teor do Código Sanitário. Para regulamentar e sanear a vida urbana, se

“(…) previa a fiscalização da higiene e logradouros públicos; a inspeção sanitária de escolas, fábricas e oficinas, hospitais, hospícios, quartéis, prisões, estabelecimentos de caridade e asilos; a fiscalização da alimentação pública em geral, do fabrico e consumo de bebidas nacionais e estrangeiras, naturais ou artificiais, e do comércio e exploração de águas minerais; o controle rígido dos cemitérios e dos mortos, e de tudo aquilo que, direta ou indiretamente, pudesse influir na salubridade das cidades, vilas e povoações do Estado”. (Telarolli Júnior, 1993: 139-140).

Esse processo de fiscalização foi amplamente praticado na cidade de Araraquara. A Comissão de Saneamento incentivou a caça vigorosa aos doentes ocultos da febre amarela. Segundo Corrêa (1915), o estado sanitário da cidade agravava-se dia a dia. A pandemia lavrava na cidade de ponta a ponta. Foi utilizada cal virgem, vinda de Rio Claro, espalhada nas vias públicas urbanas, nos quintais e hortas, nas fossas das latrinas. Foi, segundo Correa (1915), compulsória e geral a caiação de casas e muros “(...) muitos dêstes [*sic*], talvez os mais deles, sem revestimento de reboco” (p.21).

Os locais mais críticos de instalação das epidemias eram justamente os de passagem dos novos trabalhadores estrangeiros. A cidade portuária de Santos, portal

de entrada de estrangeiros, estava arrasada pela febre amarela; São Paulo, local de distribuição da mão-de-obra para as lavouras produtoras de café, assolada pela varíola e outras epidemias; e, por fim, Campinas, a mais importante área produtora de café da região, rota de passagem dos imigrantes, ficou abandonada com a epidemia de febre amarela que dizimou mais da metade da população no final do século XIX.

Segundo Campos (2002), o Código Sanitário de 1894, que dava suporte às ações profiláticas por todo o Estado, vigorou por pouco tempo, sendo substituído em 1896 por outra legislação sanitária. As alterações, no entanto, não produziram uma total reformulação do código e sua essência continuou sendo o teor do código de 1894.

Foi apenas a partir de 1918, com o médico sanitário Geraldo de Paula Souza, enquanto diretor do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, que se procederia às primeiras transformações significativas no código. O Decreto 3876 de 11 de junho de 1925, segundo Campos (2002), reorganizou o Serviço Sanitário e suas repartições dependentes, criou a Inspeção de Policiamento da Alimentação Pública, no seu capítulo V, responsável pela fiscalização do comércio e de gêneros alimentícios,

“(...) seja no local de fabricação, seja em sua distribuição e comercialização em ‘mercados, feiras, hotéis e restaurantes’, cabendo-lhe também a função de polícia sanitária para a inspeção dos estabelecimentos (Leis e Decretos do Estado de São Paulo, 1925: 476)”. (p. 109).

Esse decreto, no seu capítulo VII, criou a Inspeção de Policiamento Domiciliário, tendo como atribuição fiscalizar habitações para verificar se obedeciam aos critérios de construção expedidas pelo Código Sanitário. Juntamente com essa Inspeção, foi criada também a Inspeção de Higiene do Trabalho, que, com caráter policial, fornecia “desenvolvimento razoável à questão do trabalho humano nas ocupações industriais” (Mascarenhas, 1949:91).

No capítulo IX, criou a Inspeção de Educação Sanitária e Centros de Saúde. Esses conceitos, descritos no Artigo 47 desse decreto, são considerados como inovadores para a saúde pública paulista da época, e tiveram a incumbência de

“(...) promover a formação da consciência sanitária da população em geral e dos serviços de profilaxia geral e específica, definidos neste decreto”. (Leis e Decretos do Estado de São Paulo, 1925: 476).

Outro ponto que nos chama a atenção é a quantidade de imigrantes italianos em detrimento dos de outras nacionalidades. Isso se deu, em certa medida, por

uma série de fatores que compõem o contexto histórico da Itália, enquanto uma nação pobre e superpovoada que acabara de se unificar, sem uma estrutura interna capaz de competir com as nações já industrializadas do continente. Aliadas a essa série de situações, havia as necessidades de um Estado Nacional que se firmava. A constituição de um exército, com a instituição do serviço militar obrigatório, causou uma série de revoltas na Itália, incentivando ainda mais a necessidade de se aventurar em novas e seguras terras.

Podemos comprovar o que Cano (1977) chama de complexo cafeeiro. Em plena região central do Estado de São Paulo percebemos, a influência da imigração italiana e os gastos locais e estaduais na construção de infra-estrutura destinada ao escoamento da produção cafeeira. Para além de sua relação com a cultura do café, notam-se fortes traços de um processo inicial de urbanização do interior do Estado. Essas demandas foram geradas pelas transformações econômicas, pelos investimentos em infraestrutura, pela instalação de setores da burocracia estatal e federal e por condições socioculturais. A imigração italiana fez com que a cidade repensasse sua malha urbana.

Segundo Dean (1977), o centro-oeste paulista foi, contraditoriamente, ao mesmo tempo, o setor mais progressista e o mais anacrônico da sociedade brasileira, pois, enquanto no resto do país a estrutura escravista se desmantelava, ali havia recursos suficientes para a manutenção da compra da mão-de-obra escrava de regiões com economias decadentes, como as lavouras do Nordeste ou o fim do ciclo do ouro em Minas Gerais.

O governo brasileiro e, particularmente o paulista, souberam aproveitar o momento de consolidação por que a nação italiana estava passando. Logo que os imigrantes desembarcavam no porto de Santos, seguiam viagem para a cidade de São Paulo, capital da Província, via estrada de ferro, acomodando-se na Hospedaria dos Imigrantes. Se o imigrante e sua família tivessem fechado contrato de trabalho com algum fazendeiro do interior, este pagava ao Estado ou à Sociedade Promotora aquilo que havia sido gasto até então com o imigrante. Essa dívida era transferida para o fazendeiro, que passava a ser o fiel depositário. Esse procedimento fazia com que o trabalhador estrangeiro se instalasse com uma alta dívida com seu empregador (Petroni, 1987:107).

Essas colocações nos permitem afirmar que o processo de urbanização aconteceu fortemente do interior do Estado para o litoral. Diferentemente do que ocorreu em outros Estados brasileiros, o complexo cafeeiro intensificou-se no interior do Estado,

credenciando-nos para fazer uma breve leitura das relações entre campo e cidade. Antes da consolidação de espaços urbanos tivemos uma infraestruturação agrária do interior do Estado. Esse processo fez surgir uma rede de cidades com atividades vinculadas à produção de café que impulsionou e sedimentou espacialmente a divisão do território paulista nos elementos constitutivos da dinâmica capitalista: “(...) divisão do trabalho, da produção capitalista e de atividades funcionalmente diferentes no Estado”²⁵.

Nesse sentido, a diferenciação do uso e da ocupação do solo paulista é um dos elementos constitutivos do processo de urbanização do Estado. Para Szmrecsányi (1993), ao analisar o intenso crescimento demográfico das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo que experimentavam a economia de mercados de capitais, descobrindo em suas próprias malhas urbanas excelentes oportunidades de investimento, evidencia-se um novo estilo de exploração imobiliária fundamentada em

“(...) modelos mais dinâmicos e empresariais de aproveitamento econômico. Tanto a intensificação do uso da terra já urbanizada e da infra-estrutura já existente como a criação de novos espaços urbanizados nas frêgeas da cidade foram postas em prática.” (p.17).

Fato esse evidente na cidade de Araraquara que, com a chegada da ferrovia, imprime um novo ritmo de desenvolvimento e expansão de sua malha urbana. À reboque da instalação da Ferrovia na cidade de Araraquara, processo pertencente ao complexo cafeeiro do Estado de São Paulo, tivemos a construção de diversos equipamentos urbanos que dariam suporte ao dinamismo que o transporte ferroviário demandava.

A industrialização do Estado teve como fio condutor processos vigentes, como a instalação do complexo cafeeiro no interior que, ao se disseminar como atividade de relevância no cenário econômico, produziu um processo que se retroalimentava. Queremos dizer com isso que a industrialização de São Paulo foi efeito e causa do processo de urbanização da capital e do Estado.

Isso nos credencia a avançar no CAPÍTULO III - ARARAQUARA DE CONTRADIÇÕES: CORONELISMO, CIDADE-JARDIM, MODERNIZAÇÃO URBANA E TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS, que traçará uma compreensão do processo de remodelação da cidade de Araraquara. Pretendemos analisar e construir uma

²⁵ Costa (2003) diz ser razoável afirmar que a diferenciação de uso e ocupação do território paulista é um dos elementos constituintes e fundamentais do processo de urbanização do Estado, além de ser um dos fatores para a consolidação da dinâmica capitalista e do grande desenvolvimento material, econômico, intelectual e político de São Paulo ao longo do século. (p. 55).

interpretação sobre o planejamento urbano da cidade no início do século XX, processo que dialogou com as correntes urbanistas na virada do século XIX, e, ao final, pretendemos conduzir uma análise dos atores políticos no fim do século XX, com a vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 2000.

CAPÍTULO III

ARARAQUARA DE CONTRADIÇÕES: CORONELISMO, CIDADE-JARDIM, MODERNIZAÇÃO URBANA E TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS

*Dar solução ao problema de remodelação de uma cidade é, na verdade, dar solução a um problema vastíssimo, que toca pelos costumes, pela economia, pela arte e vem desde a história até as últimas conquistas da ciência.*²⁶

Theodoro Sampaio, 1912

...quem conhece a proposta das cidades-jardins não estranhará essas propostas.

Theodoro Sampaio, 1912.

Em estudos realizados por Somekh (1977), o urbanismo paulistano

“(...) é marcado pela ação de três urbanistas: Vitor da Silva Freire (...), Prestes Maia (...) e Anhaia Mello (...). Através deles São Paulo recebeu a influência de Camilo Sitte (austríaco), Eugène Hénard (francês) e Joseph Stübben (alemão), considerados criadores do urbanismo moderno (Simões Jr., 1990). Numa segunda fase, foi também marcante a influência inglesa de Raymond Unwin (...)” (1977: 80).

As influências na urbanização das cidades vieram tanto da Europa quanto da América do Norte. É nesse sentido que se introduzem as diferenças entre as duas vertentes do urbanismo: a europeia e a americana (Leme, 1998).

Na vertente do urbanismo europeu, houve o plano de Cerda para Barcelona (1867)²⁷ que teve sua primeira manifestação com o resgate da palavra *urbes*, originando o conceito de *urbanização*, correspondente a um novo conhecimento, a uma nova maneira de compreender a cidade e de produzir intervenções. A palavra *urbanismo* aparece pela primeira vez em 1911 na França e seria o equivalente de ciência e arte. Somam-se à corrente europeia os nomes de Sitte, Stübben, Otto Wagner, Bouvard, Hénard, Lê Corbusier e Bardet, entre outros. Excetuando-se Lê Corbusier, esses nomes são correspondentes ao urbanismo de planos (Leme, 1998), ligados à forma e ao desenho de uma cidade.

²⁶ Citação extraída do capítulo 3 – O Ideário Urbano na Virada do Século XIX, (IN) O ideário urbano paulista na virada do século de Luiz Augusto Maia Costa, Rima Editora, São Carlos, 2003.

²⁷ Neste plano destacam-se não só os eixos de crescimento da cidade, mas também as vias de circulação, diagonais e sobretudo a quadra (Leme, 1998). Podemos afirmar que o desenho da cidade é muito forte e que o planejamento da cidade é bastante corpóreo, material. [nota de rodapé extraída de Costa (2003: 83)].

Na corrente americana, a cidade era vista como uma mercadoria, tendo em vista que o plano para as cidades nos Estados Unidos era torná-las aprazíveis. O urbanismo americano surge como uma nova concepção em 1840, com o movimento chamado *City Beautiful* (cidade bonita). Essa concepção de urbanismo perpassa os períodos de 1840 a 1914 e de 1914 a 1945 e estava fortemente relacionado à estrutura política e à infra-estruturação territorial (Costa, 2003:84). Como exemplo, temos o *Central Park*, em Nova Iorque, desenvolvido por Olmsted, o Plano de Chicago. Este é relacionado ao planejamento urbano e foi, em parte, financiado pelos representantes empreendedores dessa nova concepção de cidade e arte, que enseja a proposta da nova idéia de urbanismo.

Pretendemos demonstrar que Araraquara, a partir da década de 1920, recebeu fortemente a influência dessas correntes no planejamento urbano, cuja idéia, por essa nova concepção, vincula a cidade à arte, à beleza de suas ruas, de seus prédios e à sua arborização – traços presentes na cidade que surge aqui a partir do início do século XX. Mais especificamente, Araraquara inicia seu histórico de ações sobre o espaço urbano 1906, com o Plano de Melhoramentos Urbanos para embelezá-la.

Isso se deu, em certa medida, pelo fato, já contextualizado historicamente, de Araraquara ter sido, como muitas outras cidades brasileiras, assolada por uma série de epidemias – febre amarela, varíola, malária, entre outras – que concorriam para a sedimentação de uma imagem muito depreciativa no exterior, comprometendo os planos das elites brasileiras de ampliação do fluxo imigratório. Paralelamente a esse processo, temos a crescente utilização de mão-de-obra livre estrangeira.

Está incutido nessas questões colocadas por Fernandes (1995) o debate teórico-técnico entre higienistas do final do século XIX, o qual estava dividido em duas teorias que descreveremos de forma sucinta. No escopo dessas discussões, os médicos exerceram influência importante no que diz respeito às questões voltadas para a higiene. Os engenheiros sanitaristas assimilaram as soluções apresentadas pelos médicos desde o início do século XIX. Essas discussões tinham como base três eixos: a higiene, a circulação e a estética, que dialogavam, de uma forma geral, com as questões econômicas dos municípios. Isto é, a cidade tinha que apresentar soluções urbanistas para a livre e consistente circulação de bens e serviços. Damasceno (1996) afirma: “(...) a medicina desse período não se restringe aos aspectos clínicos da saúde, mas define também um

espaço social, que deveria ser estudado juntamente com o espaço físico”. Para os reformadores do século XIX, os problemas das cidades advinham de emanções pútridas, os chamados miasmas, originados de matérias orgânicas em decomposição existentes em pântanos, águas estagnadas, esgotos, ar viciado das habitações coletivas e da falta de circulação de ar, Costa (2003). Essas necessidades estavam conectadas às questões econômicas de uma cidade, mais especificamente, à reprodução da força de trabalho.

É notório que, como demonstramos especificamente em Araraquara, as cidades brasileiras estavam sendo acometidas por uma série de epidemias que impactavam drasticamente suas economias. Moléstias como febre amarela, varíola e malária, levaram a uma crescente preocupação com a manutenção/sobrevivência do trabalhador livre, destacadamente o estrangeiro. É nesse sentido que a matriz interpretativa de Fernandes (1995) afirma:

“(...) grande parte do raciocínio que justificava a importância do saneamento das cidades se prendia precisamente ao cálculo econômico, sendo comum várias referências à economia realizada pelo fato de se baixar em um ou dois pontos a taxa de mortalidade nas cidades, demonstrando ‘cabalmente’ a necessidade econômica do higienismo” (1995: 85-86).

É com essa base teórica que o debate teórico-técnico entre os higienistas se divide entre duas correntes: a primeira, chamada de sanitário mesológico, buscava explicar as condições do meio que favoreciam as doenças, bem como o modo delas se propagarem, Andrade (1992), e a segunda, de sanitário microbiano, argumentava contra as práticas sanitárias que promoviam o constrangimento dos corpos e a invasão dos lares pelos inspetores sanitários. Essa corrente defendia a moderação nos processos administrativos da higiene, quer dizer; o seu desenvolvimento pela educação.

É dentro desta concepção que compreendemos o processo de circulação e o processo estético da cidade de Araraquara do final do século XIX até 1930. O processo de circulação estava diretamente relacionado ao escoamento da produção, por um lado, e, por outro, à circulação dos trabalhadores a suas áreas de trabalho. Destarte ocorre a infra-estruturação de determinadas áreas da cidade em detrimento de outras. Costa (2003) refere-se aos planos de melhoramentos por que o centro das principais cidades brasileiras passou nesse período.

Já o processo de estética estava relacionado à imagem que se pretendia formar para essas cidades. As características de cidade civilizada, higiênica e “moderna”

ampliavam as possibilidades de contatos financeiros com o capital internacional. Nesse contexto, insere-se a imagem do Brasil como um dos maiores centros absorventes da mão-de-obra estrangeira, atuando nas bases internacionais da divisão do trabalho. Assim, a cidade avança na sua definição enquanto uma mercadoria, ou seja, como uma manufatura com o avanço do processo de urbanização do capitalismo industrial.

Em Araraquara, esse processo é patente, pois a cidade vivia um processo de transformação do seu espaço às exigências do papel que as cidades do interior, pertencentes ao complexo cafeeiro, Cano (1977), desempenhavam. O urbano passou a ser pensado pelo tripé higiene, circulação e estética, transitando, ainda, entre dois eixos: a técnica (relacionada ao problema de circulação como tributário do problema de higiene) e a estética; ou seja, a função (papel da cidade no contexto regional em que estava inserida) e a forma (seu desenho), Costa (2003).

O histórico de planejamento do espaço urbano de Araraquara, que se inicia por volta de 1906, com o Plano de Melhoramentos Urbanos para embelezar a cidade, é um exemplo claro desse processo. Tal Plano visava à remodelação das principais praças da cidade, calçamento e alargamento das ruas, construção de passeios públicos e a arborização da cidade (Brandão & Telarolli, 1998). O Plano de Melhoramentos adentrou a década de 1920, sendo concluído por volta de 1930, tornando Araraquara conhecida como “cidade-jardim”.

Esse processo de introdução das correntes urbanísticas no pensamento urbano nacional relaciona-se com o contexto político. As intervenções urbanas começam a fazer parte da atuação do administrador público. Tendo em vista o fator econômico e a infraestruturação do interior paulista, fruto das demandas geradas pela economia cafeeira, temos um processo político que se funde a uma nova concepção do urbano.

Para compreendermos esse processo, será necessário fazermos incursões na história política nacional, analisarmos sua relação com o empoderamento das elites locais e as primeiras intervenções urbanas na república velha (1889-1930) na cidade de Araraquara.

Após a ditadura militar de Floriano Peixoto e com a eleição do primeiro presidente civil, iniciou-se um processo de restauração do poder da oligarquia fundiária e localista, perdurando até a Revolução de 30.

Foi com Campos Sales (1898-1902) que essa restauração consolidou-se e institucionalizou-se no que se denominou política dos governadores, que tinha como peça chave, segundo Tavares (1998),

“(...) os governadores dos estados cujas oligarquias fundiárias desfrutavam de maior poder e que, deste modo, partilhavam entre si a influência sobre o Estado Federal, manipulavam as eleições estaduais, alterando-lhes ou mesmo forjando-lhes as atas, cujo reconhecimento era a atribuição do Congresso, em sua maioria igualmente situacionista”. (1998: 163).

O localismo e a regionalidade da política dos governadores foi o novo pacto das oligarquias regionais e locais e o Estado, o que Leal (1948) denominou política dos coronéis.

Para Tavares (1998, p.163), durante toda a primeira república havia “(...) a Federação, o governo representativo e o sistema eleitoral, superpostos a uma sociedade oligárquica e localista (...)”, assegurando “(...) às oligarquias regionais e locais um *plus* de poder político em relação ao poder social real, àquela altura já em decadência, do que desfrutavam”.

Com a ampliação do voto às populações do campo, o sistema eleitoral permitiu que a oligarquia fundiária local acionasse mecanismos de dependência que a ela associavam as massas rurais. Isso permitiu capitalizar a expansão do sufrágio universal em benefício não somente da preservação do poder privado local e regional, mas também da sua extrapolação. Os poderes público local e estadual estavam, nesse momento, sobre o controle efetivo das oligarquias.

O federalismo, ao construir estados enquanto máquinas políticas autônomas dentro da União,

“(...) constituiria o futuro da política dos governadores, a qual desempenhou o papel de instrumento de mediação no compromisso coronelista entre o governo central e o provatismo patrimonialista das oligarquias locais, fazendo repousar, em última instância, no poder político da aristocracia fundiária local, toda solidez e estabilidade do Estado brasileiro”. (1998: 164).

Havia no coronelismo, como salienta Leal (1948, p. 182), “(...) a relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido (...)” e mais “(...) o simples fato do compromisso presumindo certo grau de fraqueza de ambos os lados, também, portanto, do poder público”. Leal (1948, p. 186) conclui que diante desses compromissos “os próprios instrumentos de poder constituídos (...) são utilizados,

paradoxalmente, para rejuvenescer (...) o poder privado residual dos coronéis, que se assenta basicamente numa estrutura agrária em fase de notória decadência”.

O coronelismo pressupõe um certo isolamento, uma “ausência ou rarefação do poder público” introjetado, sob tais condições, uma “forma de incursão do poder privado no domínio político” (Leal, 1948, p.181).

Temos, então, definido o suporte social do coronelismo e do mandonismo, consubstanciado pela entrega do governo local aos mecanismos espontâneos e restritos de poder. Esses mecanismos, por conseguinte, são fundados no controle da propriedade fundiária e em formas patriarcalistas e patrimonialistas de dependência pessoal das populações rurais, que, em suas mais diversas configurações, revestiram os coronéis, detentores da terra, de honra e prestígio inabaláveis.

O processo de passagem de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, iniciado na década de 50, não foi capaz, suficientemente, de eliminar o tradicionalismo e o coronelismo. A classe possuidora desse prestígio e dessa honra inabaláveis engendrou uma operação egoística de rescaldo da sociedade preservando este *status quo*. Essa eliminação ocorreria num momento posterior, como afirma Kerbauy (2000), na medida em que os “efeitos das mudanças institucionais sobre as transformações urbanas” criaria “condições políticas propícias ao desaparecimento do coronelismo, enquanto prática de poder local”, Kerbauy (2000: 14).

O processo intenso de urbanização e industrialização desde a década de 50, especialmente no Estado de São Paulo, consubstanciou na organização de um parque industrial e no desenvolvimento de uma agricultura com base capitalista. Tal fato repercutiu diretamente nas relações de trabalho no campo, na diversificação da estrutura de serviços e na reformulação da população. Priorizaram-se novos interesses, transformaram-se os padrões de participação da sociedade no processo político, provocando uma diferenciação econômica e social ao longo do tempo e criando clivagens no eleitorado, em que o do interior passa a ter uma importância antes desconhecida.

Mas, por outro lado, em um sistema adscritivo de controle, distribuição e alocação dos recursos, de poder e de influências, fatalmente surgem relações sociais pautadas em clientelas. Assim como dos benefícios inerentes ao acesso a tais ou quais postos da burocracia e dos estratos médio-inferiores do comando político do Estado, o clientelismo surgiu como uma opção à substituição do modelo coronelístico.

Embora esse sistema seja, eventualmente, mediatizado por organizações partidárias, ocorre um padrão de relações individualizadas de tutela e dependência, neutralizando, por sua vez, clivagens sociais e políticas mais inclusivas, como classes, organizações autônomas e grupos de pressão, institucionalizados ou não. Atores individuais ou coletivos, entretanto, especialmente categorias sociais personificadas, digladiaram-se pela influência, pelo controle, no âmbito das arenas decisórias do Estado, de políticas fortes e importantes.

Na Primeira República, foi fundado o compromisso clientelístico que permitia às classes médias emergentes uma participação mais ativa na estrutura do poder. Isso se deu em virtude da oligarquia estar economicamente decadente, mas ainda politicamente vigorosa, convertendo, dessa maneira, as classes médias emergentes em classes politicamente dirigentes, a troca do sufrágio por emprego público.

Esse novo sistema de controle, para Tavares (1998), gerou uma composição política em que:

“as clientelas eram providas pelas oligarquias regionais e, em última instância, locais; e a política clientelística possuía uma orientação localista, pois envolvia um recurso em virtude do qual a periferia fragmentária de poder do sistema político partilhava entre seus clientes o acesso à *administração do Estado Nacional* que, sob a moldura do federalismo, distribuía-se concêntricamente da União aos Estados e aos Municípios: três níveis que, entretanto coexistiam, através da convivência, numa mesma área, ainda que restrita, de seus políticos e funcionários” (p. 205).

Entretanto, com o desenvolvimento urbano-industrial introduzindo-se na cena política brasileira, um largo número de novos atores fez crescer o volume, a qualidade e a intensidade da participação política potencial, inaugurada em 1946²⁸.

Para neutralizar e fragmentar não só a política pluralista de articulação e agregação de interesses, mas, sobretudo, o controle pluralista dos partidos políticos, o Estado recorreu à política de clientela. Inverteu-se a forma tradicional e primitiva de orientação localista, substituindo-a por uma política clientelística em que o Poder Executivo Nacional, o Presidente, passou a ocupar monopolisticamente o centro que provia e distribuía benesses, em última instância, “através dos sucessivos círculos concêntricos da classe política, da União ao Município, às diferentes áreas e setores da clientela, tutela e influência”, Tavares (1998: 207).

²⁸ Este processo mostra-nos que aparentemente estava em curso o trânsito da política oligárquica e tradicional para a política moderna e nacionalmente orientada de classes e grupos de pressão.

Tal fato configura o que Kerbauy (2000) denomina clientelismo de massas que teve como fator desencadeador

“(...) a crescente urbanização dos municípios do interior, a integração do sistema de comunicação que rompe o isolacionismo interiorano; a presença mais efetiva da aparelhagem governamental, que marca a preponderância do poder público, especialmente no controle da violência e das fraudes eleitorais, e que acaba assim, com a autonomia dos núcleos privados; a participação também mais efetiva do eleitorado; o estabelecimento de novos tipos de relações políticas (...) rompe a mediação exclusiva dos coronéis e fortalece o caráter público da mesma”. (p. 17).

A realidade municipal, pertencente aos sucessivos *círculos concêntricos* da classe política dominante da esfera federal, assumiu novas características. A presença governamental em todos os níveis e regiões começou a se constituir como centro de decisões relevantes para a comunidade como um todo. Houve uma institucionalização da autoridade do governo municipal, rompendo-se, agora, com o isolacionismo, elemento importante na formação e manutenção do coronelismo.

Ao mesmo tempo, os indícios de participação eleitoral se reconfiguraram através das aberturas que o processo de urbanização propiciara com uma maior mobilidade social. Temos como resultado a metamorfose de um eleitorado rural em eleitorado urbano que, no limite, muda os atores políticos potenciais em reais, estabelecendo novos padrões na relação político/eleitor.

A população de Araraquara tornou-se efetivamente urbana a partir da década de 50²⁹, com a implantação de melhorias na infra-estrutura urbana (água, esgoto, energia elétrica e asfaltamento das vias públicas); com a instalação de núcleos regionais de administração pública (DER, Secretaria da Fazenda e Contadoria da Estrada de Ferro Araraquara); com a criação das faculdades de Filosofia e Ciências e Letras, de Química, de Farmácia e de Odontologia. Esses aparatos deram suporte para as indústrias locais, especialmente Lupo Meias S/A e Nigro Alumínios Ltda., alcançarem projeção nacional. O desenvolvimento do primeiro Plano Diretor de Araraquara está relacionado a dois principais motivos. Primeiramente ao enfoque dado à questão urbana no Brasil a partir da década de 1950, e especificamente no estado de São Paulo, que passa a ser encarada como um problema social a ser resolvido pelo Poder Público Municipal. Em segundo, pela solidificação de políticas de desenvolvimento urbano, sistematizadas pelo instrumento do planejamento urbano. Na verdade, esse sistema só veio a se

²⁹ Segundo dados do IBGE de 1950 Araraquara contava com uma população de 62.688 habitantes.

institucionalizar a partir da década de 1960 com a criação do SFH – Sistema Financeiro Habitacional – e com instrumentos como os PDDIs – Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado e a conseqüente Lei de Uso e Ocupação do Solo, conhecida como zoneamento.

Além desses fatos, o jornal *A Gazeta*, em de 3 de fevereiro de 1955 dava notícia da posse da nova diretoria da Associação de Engenharia: Presidente Boaventura Gravina; Vice Presidente: Hermínio Amorim Júnior; 1º Secretário: Nelson Barbieri; 2º Secretário: Olavo C. Cupertino; Tesoureiro: Fauze Chade; Conselheiros: Oswaldo Sant’Ana de Almeida, Alberto Maricato e Vicente Mucelli. Na ocasião, o presidente falou sobre o programa que pretendia realizar, dando destaque ao Plano Diretor de Araraquara. Foi o primeiro registro encontrado nos arquivos da imprensa local sobre a necessidade de elaboração de um Plano Diretor

Com esse objetivo, Gravina disse que já havia apresentado a proposta a Luiz Ignácio Anhaia Mello, professor da área de Construções Civis, Arquitetura e Urbanismo, da Escola Politécnica de São Paulo e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP – FAU-USP. Gravina propôs ao Professor Anhaia Mello que aproveitasse os alunos da FAU para, sob sua orientação, elaborar o Plano Diretor de Araraquara. Anhaia Mello respondeu que a sugestão veio ao encontro do que ele efetivamente pretendia fazer no Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos, a ser criado ainda naquele ano. A finalidade do centro seria colaborar com as prefeituras na elaboração dos Planos Diretores nas cidades do Estado de São Paulo.

O então Prefeito de Araraquara, Engenheiro Antonio Pereira Lima, se interessou pela proposta em meados de fevereiro de 1955. Desse interesse, resultou uma visita ao Professor Anhaia Mello e, posteriormente, uma Portaria, número 870 de 28 de fevereiro de 1955, nomeando a Comissão do Plano Diretor de Araraquara composta por: Otto Ernani Muller, Presidente da Câmara Municipal de Araraquara, Engenheiro Boaventura Gravina, Presidente da Associação de Engenharia de Araraquara, Engenheiro Orlando Drumond Murgel, Diretor da Estrada de Ferro de Araraquara, Engenheiro Alberto Maricato, Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, Dr. José Péricles Freire, Diretor do Serviço Especial de Saúde, André Lia, Presidente da Associação Comercial e Industrial, Comendador Hélio Morganti, Delegado Regional da CIESP, Dr. Itamar Calado de Castro, Presidente da Associação Agropecuária, e José Benedito de Carvalho Mello, Presidente do Rotary Clube de Araraquara. O presidente da Comissão do

Plano Diretor seria o Prefeito Engenheiro Antonio Pereira Lima e o Secretário Boaventura Gravina.

No Clube 22 de Agosto, no dia 6 de março de 1955, o Professor Anhaia Mello deu uma palestra que contou com a cobertura jornalística do Jornal *O Imparcial* com o título “Um Plano Diretor para a região de Araraquara”. Nela, Anhaia Mello expôs conceitos e discutiu pontos de vista de um plano regulador de caráter regional.

Durante a administração do Prefeito Rômulo Lupo (1956-1960), foram realizados os trabalhos preliminares do Plano: cadastramento imobiliário, aerofotogramétrico e a elaboração da planta cadastral e plani-altimétrica da cidade. Esses dados foram aproveitados para o estudo da nova rede de água e esgotos da cidade.

Em 3 de novembro de 1960, o jornal *O Imparcial*, publicou artigo com o título “Professor Anhaia Mello fará conferência sobre o Plano Diretor. Nesse artigo Anhaia Mello, retomou o tema na cidade de Araraquara colocando a necessidade do desenvolvimento de uma regulamentação de uso e ocupação do solo que assumisse um caráter regional. O Professor deu destaque aos problemas gerados pelo crescimento acelerado das cidades brasileiras e apontou como alternativa a construção de planos diretores regionais de urbanismo. Também, apresentou as exigências legais no Estado de São Paulo, que colocava como obrigatória a elaboração de Planos Diretores nas cidades³⁰.

Em 17 de fevereiro de 1962, o professor Anhaia Mello falou ao Rotary Club de São Paulo sobre “Planejamento dos municípios – Um novo tema para os serviços rotários”. Anhaia Mello defendeu a idéia de os Rotary Clubs liderarem campanhas para a elaboração dos Planos Diretores de suas cidades. Nas palavras de Anhaia Mello, “todo governo deve ter um programa; todo programa deve ser planejado. Um Plano Diretor ou Regulador do desenvolvimento é indispensável para todo município brasileiro” e que “esse plano se estrutura através de 3 etapas: 1) a de eclosão; 2) a de projeto; 3) a da execução”.

³⁰ Na década de 1960 já era de conhecimento dos pesquisadores da área do urbanismo que uma nova legislação sobre a necessidade de desenvolvimento de Planos Diretores seria instituída no Estado de São Paulo. Em 1967, a então Lei Orgânica dos Municípios (Lei Nº 9.842/67, posteriormente alterada pelo Decreto Lei Complementar Nº 9 de 31 de dezembro de 1969) determinava a obrigatoriedade da elaboração de plano diretor (então denominado Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI) a todos os municípios paulistas. Estabelecia, ainda, punição aos municípios faltosos determinando a proibição de auxílio financeiro do Governo do Estado. Os planos diretores foram amplamente desenvolvidos no Estado de São Paulo pela CEPAM – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal, hoje Fundação Prefeito Faria Lima.

O Professor Anhaia Mello destacou, ainda, que um Plano Diretor não deve se ater somente na segunda fase, a de projeto. “Em muitas ocasiões tudo se resume nessa fase: faz-se o Plano Diretor e o assunto está liquidado. É a ‘falsa segurança’ dos planos de urbanismo a que se refere Pierre Dalloz [Arquiteto francês, Inspetor de Cidades, participou do Group de Haute Montagne, G.H.M., autor do Plano “Montagnard]. Falsa segurança pela ausência das duas fases essenciais, a de eclosão e a de execução. Anhaia Mello dizia que “se não houver um preparo cuidadoso da opinião pública, se a comunidade, pelos seus elementos representativos, não apoiar as medidas propostas pelos técnicos, o plano se resumirá, sem dúvida nenhuma, a desenhos de apresentação (...). Não se trata de propaganda, mas de informação rigorosamente honesta. É preciso obter colaboração ativa de todos os setores da coletividade”. E conclui, “pergunto aos meus amigos rotarianos porque não assume o Rotary essa liderança nas 150 cidades do Estado em que está constituído? Não seria essa uma maneira magnífica de ‘servir’ essas coletividades?”.

No artigo escrito por Boaventura Gravina no jornal *O Imparcial* em 9 de abril de 1961, com o título de “Urbanismo e Plano Diretor”, há referência à necessidade de se elaborar na cidade de Araraquara, já com seus quase 100.000 habitantes, um Plano Diretor. Araraquara, afirma Gravina,

“tem plena consciência da necessidade de planejar seu desenvolvimento, que não pode ficar à mercê de soluções parciais e muitas vezes contraditórias. Urge enfrentar o estudo em conjunto do problema, impõe-se o ‘ordenamento do espaço’ preconizado por Gaspar Basset, impõe-se fazer com que o progresso aqui em nossa terra seja benfazejo e não aquela ‘coisa terrível’ de que fala William Jones: impõe-se a consideração de que a contínua elevação do preço das utilidades poderá ameaçar a realização de quaisquer programas”. (p. 6)

Gravina estava focalizando em sua análise o processo de mudanças econômicas pelas quais a cidade de Araraquara estava passando, e, quais os impactos gerados na região. Como fator significativo desse processo, temos na década de 60, a implantação de um parque industrial para produção de suco de laranja concentrado, estimulando o plantio de laranja em toda região.

Daí a necessidade de se elaborar um plano diretor que atendesse às novas exigências de uma cidade a se tornar pólo industrial. Em 3 de maio de 1961, *O Imparcial*, deu nova notícia sobre o Plano Diretor de Araraquara. A notícia informa que o Prefeito Benedito de Oliveira havia recebido em seu gabinete uma comissão de rotarianos

(Lucílio Corrêa Leite, João Nassif, Edson Rodolfo Leite, Boaventura Gravina, Omar de Paula Albuquerque, José Benedito e C. Mello), junto com Lázaro Rocha Camargo, pela Rádio Cultura Araraquara, e Alceu de Almeida Santos, pela Rádio Voz da Araraquarense com o objetivo de conduzirem a elaboração do Plano Diretor de Araraquara. Gravina propôs a idéia de visitarem novamente o Professor Anhaia Mello, em São Paulo, com o objetivo de retomar o processo de elaboração do Plano. A visita foi feita em companhia do deputado Scalamandrê Sobrinho. O Professor Anhaia Mello reiterou a necessidade de, inicialmente, ser criada uma Comissão do Plano Diretor de Araraquara.

Em 9 de dezembro de 1961, pela Lei Nº 1077, o Prefeito Benedito de Oliveira criou a nova Comissão do Plano Diretor de Araraquara. Uma comissão composta por 11 ou 15 membros indicados pelas associações de classe e entidades cívicas ou culturais existentes no município, além de representantes da Câmara e da Prefeitura. Competia à Comissão emitir parecer sobre todo projeto de lei ou medida administrativa de caráter urbanístico, promover estudos e divulgação de conhecimentos urbanísticos e elaborar seu Regimento Interno. Essa lei também criava um Escritório Técnico, junto ao Gabinete do Prefeito incumbido da elaboração do Plano sob orientação do Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, FAU. A nova Comissão foi composta por: Dr. Alceu Di Nardo, representante da Ordem dos Advogados do Brasil; Cônego Aldomiro Storniolo; Engenheiro Alfredo Carvalho, representante do DER; Arquiteto Arnaldo Palamone Lepre, representante da Prefeitura Municipal de Araraquara; Engenheiro Boaventura Gravina, representante do Rotary Club Araraquara; Engenheiro Jair Bernardes da Silva, representante do Serviço Especial de Saúde; Engenheiro Agrônomo João Santos Campos, representante da Casa da Lavoura; Engenheiro José Henrique Albieiro, representante da Associação de Engenharia de Araraquara; Dr. José Wellington Pinto, representante da Câmara Municipal; Engenheiro Orlando Mantese, representante da Estrada de Ferro Araraquara; Professor Paulo Guimarães Fonseca, representante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Roberto José Fabiano, representante da Associação Comercial e Dr. Youhanna Sabbag, representante da Associação Paulista de Medicina. A Comissão foi instalada em 21 de maio de 1962, com eleição da diretoria executiva do Plano composta por: Presidente, Benedito de Oliveira, Prefeito Municipal; Vice-Presidente, Boaventura Gravina; Secretário, Dr. Alceu Di Nardo e do encarregado de escrever o Regimento Interno do Plano, Dr. José Wellington Pinto. Foram constituídas as subcomissões: Código de Obras,

Saneamento, Trânsito, Loteamentos, Problemas Rurais. A Comissão abriu concorrência pública para a elaboração do Plano Diretor do Município e julgou preferível remeter a elaboração do Plano a um escritório especializado ao invés de confiarem-no aos técnicos da Prefeitura Municipal de Araraquara.

Em 17 de janeiro de 1963 pelo Edital 367/63, publicado no jornal *O Imparcial*, foi aberta a concorrência pública para a elaboração do Plano Diretor do Município de Araraquara. A Câmara Municipal destinou verba para a realização do processo licitatório. O prazo para entrega das propostas expirava em 11 de fevereiro de 1963. O Plano Diretor deveria ser concluído até 20 de dezembro desse ano. Exigiu-se que o vencedor da concorrência instalasse escritório em Araraquara a fim de evitar que fosse elaborado um plano “friamente”, à distância. A proposta era que com a elaboração do Plano Diretor as linhas mestras do progresso de Araraquara fossem traçadas. A atualização do Plano ficaria a cargo da Comissão do Plano Diretor e de escritório técnico ligado aos poderes públicos com caráter de assessoramento.

O artigo publicado pelo jornal *O Imparcial* de 22 de janeiro de 1963 marca esse acontecimento nos seguintes termos:

“Estamos às vésperas do planejamento do futuro do nosso município: o trabalho que encetamos há oito anos está no limiar de sua realização. Fazemos votos para que o Plano vencedor seja fantasioso sem ser fantástico e arrojado, sem ser utópico, conciliando nossa tradição com os tempos modernos e o passado, com o futuro: Plano para uma *civitas* e não para uma *urbs*”. (p. 6)

Nesse mesmo ano de 1963, em 11 de fevereiro, realizou-se no gabinete do Prefeito Benedito de Oliveira a abertura das propostas recebidas, com a presença das autoridades locais, de membros da Comissão do Plano diretor e de representantes do CREA, 6ª região. Pela Portaria N° 1497 de 20 de fevereiro de 1963, o Prefeito Benedito de Oliveira, designou uma comissão para análise das propostas, constituída pelo Arquiteto Paulo Camargo de Almeida, da Escola de Engenharia de São Paulo, pelo Professor Roberto Cerqueira César, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e pelo Engenheiro Boaventura Gravina, membro da Comissão do Plano Diretor. Por decisão unânime, foi escolhida pela Comissão a proposta apresentada pelo Arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho, que, na sua equipe, contava com técnicos de reconhecida capacidade profissional. O contrato previa oito meses para elaboração do Plano Diretor. O prazo foi rigorosamente cumprido, o Plano Diretor de Araraquara foi entregue em 22 de dezembro de 1963. Durante a execução do Plano, o Prefeito Benedito de Oliveira cedeu à Comissão do Plano um conjunto de salas no Edifício Bradesco, para a realização de

debates de assuntos ligados ao Plano e para o estudo de outros que fossem importantes para os trabalhos, entre os quais a mudança da Estação Ferroviária de Araraquara. Após três administrações municipais, o Plano Diretor foi entregue. As discussões iniciaram-se no governo do Prefeito Substituto Otto Ernani Muller, em 1955, em virtude do falecimento do Prefeito Antonio Tavares Pereira Lima em 1954. Avançaram pelo primeiro mandato do prefeito Rômulo Lupo (1955-1960) e pelo mandato do Prefeito Bendito de Oliveira (1960-1964).

Para Rocha Filho, em editorial publicado no jornal *O Imparcial*, domingo 21 de novembro de 1963³¹, a idéia

“... fundamental no Plano Diretor de Araraquara é a setorização. Cada setor constitui uma unidade de vizinhança cuja população máxima será da ordem de 10.000 habitantes. Esses setores em número de 22 têm a mesma função das superquadras de Brasília”. (p.6).

Cada setor foi delimitado por vias principais de trânsito rápido, com largura de 25 metros, duas pistas e canteiro central. No interior do setor, permanecem as ruas com 12 metros, destinadas ao tráfego local. Dessa forma, argumentava-se, que não haveria necessidade de alargamento das ruas da cidade, permanecendo com seus 3 metros para possibilitar o plantio de árvores. Todos os setores teriam como centro uma escola primária e “as crianças poderiam atravessar as ruas de movimento”. A delimitação dos setores foi feita para que uma criança precisasse, na situação mais desfavorável caminhar não mais de 600 metros para chegar até a escola primária, segundo Rocha Filho. Após definir as zonas residenciais e comerciais, o Plano fixava um perímetro de expansão que permitiria o abrigo de 300.000 habitantes, número de referência para a população de Araraquara no ano de 1990, com a utilização de 100.000 automóveis³².

Por esse motivo, a viabilidade de execução do Plano estava justamente no fato de a escolha do sistema de vias principais ter recaído em ruas já com largura suficiente para que pudessem ser alargadas sem grandes despesas de desapropriação. O Plano Diretor estava acompanhado pelo projeto de novo Código denominador das Normas Urbanísticas dividido em cinco tópicos: Normas Administrativas; Normas de

³¹ Segundo dados do IBGE, Araraquara em 1963 contava com 82.898 habitantes.

³² O censo demográfico do IBGE de 1991 apresentou uma população de 166.731 habitantes em Araraquara. No censo de 2005, Araraquara conta com 197.039 habitantes. O censo de veículos no ano de 2004 foi de para uma frota de veículos de 52,546 automóveis, 2.524 caminhões, 645 tratores caminhão, 2.092 caminhonetes, 273 microônibus, 15.913 motocicletas, 729 ônibus, 05 tratores de rodas. Um total de 75.960 veículos. (fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>). Portanto os números propostos para o ano de 1990 pelo Plano Diretor de Araraquara, finalizado em 1963, estavam superestimados, tendo em vista os censos do IBGE dos anos de 1991, 2004 e 2005.

Zoneamento; Normas Gerais para as Construções; Normas para a execução das construções e Normas para os loteamentos. Dessa forma, o Plano Diretor constituía-se de Normas Técnicas (plano de utilização do solo, do sistema viário, de zoneamento, espaços verdes etc) e de Normas Jurídicas (Código de Obras ou Normas Urbanísticas).

O jornal *O Imparcial* em 27 de dezembro de 1963 publicou artigo em que Rocha Filho concluía o processo de elaboração do Plano Diretor de Araraquara com as seguintes palavras:

“Araraquara com a aprovação deste Plano, poderá ufanar-se de ser, e agora com maior razão, a pioneira nas realizações urbanísticas. Podemos fazer esta afirmação sem receio de críticas porque a nós, autores do projeto, não cabe a glória de tê-lo realizado; que se tudo estava feito e a própria Comissão do Plano, nestes oito meses muito nos ajudou. Mas será a instituição deste projeto por Lei, por vontade e livre arbítrio dos vereadores desta cidade, que irá fazer de Araraquara uma cidade tão moderna quanto Brasília. O nosso trabalho, fácil de realizar, não tem nenhum mérito: ele representa o mínimo que um profissional deve fazer; e nós fizemos como um médico que examina um doente e fornece uma receita. Cabe ao cliente tomar o remédio”. (p. 7).

O artigo de Gravina publicado em *O Imparcial*, em 3 de dezembro de 1977, faz uma análise do processo de execução do Plano Diretor de Araraquara. Ele diz que foram percorridos até então, as fases de eclosão e elaboração do Plano Diretor de Araraquara. De acordo com o esquema do Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos da FAU, o processo concluiu-se com a fase de execução, que compreendeu o primeiro plano executivo de intervenção, de acordo com a ordem de urgência com prazo determinado (5 anos), a organização geral das obras, o programa financeiro de longo termo, a legislação e a atualização periódica. Gravina deu atenção nesse artigo ao tema da atualização periódica por dispor de maior número de dados. Para tanto, retomou a Lei Nº 1607 de 17 de novembro de 1967, sobre “Normas Urbanísticas”, a Lei no 1661 de 15 de outubro de 1968, sobre “recuo do alinhamento de edifícios residenciais” e a Lei No 1662 dessa mesma data, sobre “construção de conjuntos residenciais”.

Parte dessas leis serviram de base para a análise do Plano a ser realizada por um Grupo de Trabalho montado pelo Presidente do Rotary Club Araraquara, Dr. Humberto Morábito em 1967. O GT tinha a finalidade de apreciar o projeto elaborado por Rocha Filho em 1963. Para este fim, foram criadas as seguintes subcomissões: Vias Principais, da qual faziam parte o Engenheiro Boaventura Gravina (Presidente do Grupo de Trabalho) e o Engenheiro Jocelyn de Souza Mello; Setorização, Zoneamento e Código

de Obras, com a participação do Arquiteto Nelson Barbieri, Dr. Amaury P. de Castro Monteiro, Dr. Wilton Lupo, Sr. Alfredo Miguel Saba e Trânsito, Engenheiro Roberto Gusmão T. Andrade e Coronel Adérito A. Ramos. As três subcomissões procederam o exame das plantas e do relatório do Plano Diretor de Araraquara. Em março de 1967, realizaram uma reunião plenária com a presença de Dr. Geraldo do Amaral Arruda, Arquiteto Arnaldo Palamone Lepre, Cônego Aldomiro Storniolo, Professor Alcyr Azzoni, Dr. João Camos, Dr. Roberto Barbieri, Nildson Leite do Amaral, Professor Dante Moreira Leite, Professor Raphael Lia Rolfsen, José Reis, Walcyr Chuferi, Dr. Octávio de Arruda Camargo e Antônio Ciloni Filho.

Após o desenvolvimento dos trabalhos de análise do Plano Diretor de Araraquara, o GT apresentou as seguintes conclusões:

“1º) O Plano Diretor de Araraquara, elaborado pelo Arquiteto Rocha Filho é obra séria, fruto de longas pesquisas e de inteligente orientação (...). Sua idéia fundamental – a setorização - se enquadra nos conceitos mais recentes do urbanismo e está bem desenvolvida. 2º) O G.T. aprovou a conceituação da divisão da cidade em ‘unidades de vizinhança’, cuja população no máximo será da ordem de 10.000 habitantes, cada uma delas tendo um elevado grau de auto-suficiência delimitadas por vias principais de trânsito rápido. 3º) A fixação de um perímetro de expansão urbana de 300.000 habitantes (previsto para o ano de 1990) justifica-se, à vista do desenvolvimento da cidade. 4º) O lapso de tempo decorrido entre a ata em que o Plano Diretor de Araraquara foi concluído, e a data em que o mesmo foi submetido a exame do Grupo de Trabalho (3 anos), alterou várias conclusões a que o projetista havia chegado, ainda mais porque, durante esses anos, a cidade experimentou uma grande expansão, e foram executadas ou iniciadas inúmeras obras de vulto, não previstas no Plano. 5º) Outra consequência da fase de desenvolvimento por que passa a cidade foi a dificuldade de definição do sistema de vias principais ligado àquele zoneamento. 6º) O Grupo de Trabalho reconheceu a necessidade de novos estudos sobre o zoneamento e consequentemente sobre o sistema de vias principais de trânsito rápido (...). 7º) O Grupo de Trabalho reconheceu a necessidade de serem definidos e concluídos em caráter prioritário e no menor prazo possível os estudos e projetos para a construção da Avenida de fundo-vale sobre o Córrego da Servidão³³, pela principal do sistema viário da cidade. A construção daquela Avenida, acompanhada a desapropriação de faixas paralelas ao seu eixo e profundidade conveniente, proporcionará a criação de uma grande artéria de circulação rápida ao lado da qual – nas áreas desapropriadas – poderão ser edificadas grandes obras públicas municipais, estaduais ou federais, as obras destinadas à recreação, às artes e ao esporte, e obras particulares importantes”. (p. 7).

³³ A avenida de fundo-vale sobre o Córrego da Servidão a que se referem é a Via Expressa. Ela foi construída no ano de 1982 pela Construtora Terra Amada de São Paulo. Essa Rua leva o nome de Maria Antônia Camargo de Oliveira e é a principal artéria da cidade de Araraquara.

Em 13 de março de 1967, essas conclusões foram encaminhadas ao Dr. Wilmo Gonçalves, Presidente da Câmara Municipal de Araraquara. Dois anos após, em 8 de março de 1969, pela Portaria nº 1789, foi nomeada pelo Prefeito Rubens Cruz (1969-1973) nova Comissão do Plano Diretor, composta pelos membros: Dr. Jobal Amaral Velosa, representante da Câmara Municipal de Araraquara; Arquiteto Arnaldo Palamone Lepre, representante da Prefeitura Municipal de Araraquara; Dr. Hugo Salinas Fortes, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Araraquara; Engenheiro Jocelyn de S. Mello, representante da Estrada de Ferro Araraquara; Engenheiro José C. Nogueira Filho, representante do DER; Dr. Amaury P. de Castro Monteiro, representante do Serviço Especial de Saúde; Professor Alcyr Azzoni, representante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara; Arquiteto Walter Logatti, representante da Associação Escola Técnica de Agrimensura; Arquiteto Nelson Barbieri, representante da Associação Comercial de Araraquara; Engenheiro Boaventura Gravina, representante do Rotary Club Araraquara; Sr. Mayr Stauffackar, representante do Lions Club Araraquara-Centro; Sr. Lindolpho Marçal Vieira Filho, representante do Sindicato Rural de Araraquara; Engenheiro José Henrique Albieiro, representante da Associação de Engenharia; Dr. João Batista Galhardo, representante do Lions Club-Santa Cruz; Antonio L. Ramalho, da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara; Dr. Ítalo A. Fucci, representante da Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas; Sr. Fuad Haddad, representante da Delegacia Regional da CIESP.

Um novo conjunto de subcomissões foi constituído: Assuntos Administrativos; Indústria e Comércio; Educação e Recreação; Saúde; Agricultura e Pecuária; Zoneamento; Plano Diretor e Código de Obras. Foi submetido às subcomissões vasto material enviado pela Prefeitura de Araraquara. Criou-se o Grupo de Planejamento Integrado (GPI) que elaborou a proposta de reformulação da organização administrativa da Prefeitura e a criação de órgãos de assessoramento ao Prefeito. Segundo Gravina, “essas propostas tiveram como base a análise de numerosas estatísticas refletindo todas as atividades exercidas no município, equipamentos sociais de educação, a reformulação do Plano Diretor e do Código de Obras”. Sobre todos os assuntos em pauta, a Comissão presidida pelo Arquiteto Nelson Barbieri manifestou seu parecer, tendo como base as conclusões das subcomissões, que fora encaminhado para o Prefeito Municipal Rubens Cruz. Em 5 de setembro de 1969, por Decreto Nº 3244, o Prefeito estabeleceu as normas

para o planejamento municipal. Data de 1971 a assinatura do Prefeito Rubens Cruz sancionando o Plano Diretor de Araraquara.

Por fim, em novembro de 1972, o Presidente do Rotary Club Araraquara, Dr. Hugo Fernando Salinas Fortes, construiu um Grupo de Trabalho composto por Engenheiro Boaventura Gravina, Arquiteto Nelson Barbieri, Engenheiro Rubens da Rocha, Engenheiro Roberto Gusmão de Andrade, Reginaldo G. Primavera, Waldemar Zanella, Ayrton Filardi e Lucílio Corrêa Leite Júnior. O grupo criou o Fórum de Serviços à Comunidade Dr. Humberto Morábito, para estudo dos problemas de interesse da comunidade local. A apresentação dos assuntos considerados e das sugestões ocorreu em 11 de dezembro de 1972. Mais uma vez, um conjunto de conclusões foram remetidas ao Prefeito Municipal Rubens Cruz:

“A) Grupo Técnico Urbanismo e Planejamento. O GT reconhece e destaca o papel fundamental do Urbanismo e do Planejamento como elementos indispensáveis à melhoria das condições de vida e ao desenvolvimento integrado das comunidades. Sugestões: 1) Atualização do Plano Diretor de Araraquara em função da vitalidade e das tendências do desenvolvimento da cidade. Atualização da rede de vias principais; 2) Necessidade de uma legislação e de um organismo (tipo EMURB³⁴) destinado à realização do Plano Diretor; 3) Prioridade para a canalização do Córrego da Servidão, com construção da Via Expressa (atual Rua Maria Antônia Camargo de Oliveira) ligando o ramal do Storino às oficinas da FEPASA (atual Ferrovias Bandeirantes, FERROBAN e Brasil Ferrovias) e aos estádios esportivos; 4) Construção de pontes ligando a cidade à área situada na margem esquerda do Ribeirão do Ouro³⁵. 5) Definição de uma política referente à localização do Distrito Industrial, sua urbanização e execução de benfeitorias, contatos com as firmas interessadas etc. Constituição de organismo do tipo PRODEI³⁶ de São José do Rio Preto; 6) Definição de uma política de estímulo à construção de garagens elevadas; 7) Cadastramento de todos os imóveis de propriedade da Prefeitura de Araraquara e incorporação ao patrimônio municipal, quando possível, dos imóveis abandonados e devedores de impostos e taxas; 8) Definição de uma política de lazer, Plano Diretor e aproveitamento do Parque Otaviano de A. Campos (conhecido como

³⁴ A proposta era criar uma Empresa Municipal de Urbanização, EMURB, de economia mista, aos moldes da criada na cidade de São Paulo pela Lei Municipal nº 7.760 de 24 de novembro de 1971. O objetivo dessa empresa naquela cidade é de replanejar e intervir no espaço urbano. Para mais detalhes consultar: http://portal.prefeitura.sp.gov.br/empresas_autarquias/emurb/empresa/0002.

³⁵ Referência à necessidade de construção de viadutos que ligassem a região central da cidade com o bairro Vila Xavier. Esses viadutos passariam, necessariamente, por cima do Ribeirão do Ouro. Hoje esse Ribeirão encontra-se canalizado e sobre ele passa a Rua Maria Antônia Camargo de Oliveira, a Via Expressa.

³⁶ O Programa de Desenvolvimento Industrial, PRODEI, tem como objetivo fomentar o desenvolvimento industrial, através da concessão de prazo especial de pagamento do ICMS para empreendimentos industriais, nas hipóteses de implantação de empreendimento; expansão da capacidade produtiva e a reativação de empreendimento paralisado. Não encontramos registro desse programa na cidade de São José do Rio Preto no ano de 2006 em consultas feitas no sítio da Prefeitura Municipal. Achemos referência a esse programa apenas no Estado do Mato Grosso no sítio da Assembléia Legislativa: <http://www.al.mt.gov.br>.

Parque Pinheirinho); 9) Definição de uma política de incremento de áreas verdes no perímetro urbano, mediante favores fiscais aos particulares; 10) Arborização das ruas; 11) Conclusão do Hotel Morada do Sol e prosseguimento da política da aplicação de incentivos fiscais em outros empreendimentos em benefício da cidade. B) Comunicações. 1) Aumento do número de telefones locais, particulares e públicos; 2) Melhoria das ligações telefônicas São Paulo-Araraquara; 3) Manutenção das ligações telefônicas Araraquara-São Paulo no nível de eficiência atual ou melhor; 4) Melhoria das ligações Araraquara-Interior; 5) Implantação do DDD; 6) Implantação de microondas; 7) Melhoria dos serviços urbanos. Telefones mudos após as chuvas; 8) Telex. Inscrição de Araraquara no 'Plano de Implantação de Telex' do Estado de São Paulo. C) Trânsito. Trânsito não é problema de política, é um problema técnico-administrativo: 1) Definição de uma política de planejamento, disciplinamento e fiscalização do trânsito, enquadrada no Regulamento Nacional do Trânsito (Decreto 62127 de 16 de janeiro de 1968); 2) Definição das ruas preferenciais; 3) Definição da zona central, de horários para caminhões em serviços de carga e descarga e de coleta de lixo; 4) Proibição de tráfego na zona central, de veículo de transporte não enquadrados no item anterior; 5) Determinação dos trajetos de procissões, enterros etc; 6) Sinalização adequada (horizontal, vertical e de segurança); 7) Realização de uma campanha educativa de trânsito; 8) Problemas de excesso de velocidade no perímetro urbano; 9) Remoção dos trilhos da FEPASA do perímetro urbano central da cidade; 10) Campo de aviação com pista asfaltada, servido por linha regular, e pista dupla Limeira-Araraquara, como fatores indispensáveis ao desenvolvimento industrial da cidade; 11) Eliminação da passagem de nível no cruzamento do 'ramal Storino' com a via Washington Luiz; 12) Necessidade de entendimento das autoridades municipais de trânsito com as autoridades de trânsito estaduais e federais; 13) Implantação de faixa de segurança para travessia de pedestres, escolares etc; 14) Zonas de silêncio (definição de áreas em que fosse preciso manter níveis de ruído reduzido como zonas hospitalares). (p. 7).

As conclusões elaboradas por essa Comissão foram difundidas pela imprensa local. Grande parte delas foram assimiladas na administração do primeiro mandato do Prefeito Clodoaldo Medina (1973-1977). A análise desse processo de elaboração (eclosão) e implementação (execução) do primeiro Plano Diretor de Araraquara evidencia-nos uma série de conflitos. Os longos anos de debate (cerca de 14 anos) e a quantidade de Comissões formadas para avaliação do Plano são prova disso.

O Plano Diretor analisado nesse período de 1963-1977, em seu Artigo 2º, é apresentado como o conjunto de leis que servem como diretriz para todos os programas de obras e serviços relacionados com o desenvolvimento e a ordenação territorial da cidade. São criadas, com o Plano Diretor, nomenclaturas que caracterizam todos os tipos de intervenções urbanas e espaços da cidade, arroladas a seguir:

- área: espaço livre no interior do lote não ocupado pela construção ou sua projeção horizontal;

- acréscimo: é o aumento que se faz numa construção nos sentidos horizontal ou vertical;
- construir: fazer qualquer obra nova, edifício, muralha, muro, etc...;
- edificar: fazer edifício destinado à habitação, à instalação de indústria ou comércio, igreja, escola ou outro qualquer fim análogo;
- hotel: edifício ou parte de edifício de residência temporária a várias pessoas de famílias diversas;
- lote: porção de terreno situado em via pública; lote de frente é o que tem toda largura ou testada para a via pública; lote de fundo, o que se comunica com a via pública por meio de corredor ou passagem;
- modificação de um prédio: obras que alteram as divisões internas, deslocando-as, aumentando-as, reduzindo-as, suprimindo-as ou que dão nova forma à fachada, sem alterar as partes essenciais;
- partes essenciais da construção: são aquelas que só podem ser alteradas mediante alvará de construção, a saber:
 - a) área total construída;
 - b) altura máxima do edifício;
 - c) altura mínima dos pés direitos;
 - d) espessura mínima das paredes;
 - e) área mínima dos compartimentos;
 - f) área mínima de insolação e de ventilação e dos respectivos vãos;
 - g) dimensões mínimas das áreas, corredores e passagens.
- pé direito: distância vertical entre o forro e o piso de um compartimento;
- pequenos consertos: obras que não excedem a $\frac{1}{4}$ do elemento correspondente em cada compartimento;
- reconstruir: fazer de novo, no mesmo lugar, mais ou menos na forma primitiva, qualquer construção no todo ou em parte;
- reformas: alterar a construção em parte essencial por acréscimo, supressão ou modificação;
- recuo: afastamento da edificação do alinhamento ou das demais divisas do lote;
- sobreloja: pisos elevados acima do piso de um compartimento qualquer;

Essa sistematização promovida pelo Plano Diretor tinha por objetivo direcionar todas as intervenções urbanas e criar condições para a aplicação de multas em construções, e, como veremos a seguir, em formas de exploração do espaço urbano. Nesse sentido, o Artigo 4º do Plano representa um avanço significativo, pois determina as áreas necessárias à execução do sistema viário e do sistema de recreio como de utilidade pública. Além de criar essas áreas, instituem-se os termos “de utilidade pública” e “de interesse social”, para classificar as áreas necessárias à instalação do distrito industrial. Esses dois termos abrem possibilidade jurídica de o poder público servir-se do instrumento de desapropriação, aplicando legislação vigente, para proceder às intervenções urbanas que julgar necessárias.

Após a determinação sistemática das formas de intervenções urbanas do poder público e dos cidadãos, o Plano, em seu Artigo 5º, passa para a definição das zonas do município em:

- I) Zona Urbana;
- II) Zona Rural;
- III) Zona de Expansão Urbana, que se destina a receber novos loteamentos, arruamentos e edificações fora do perímetro urbano, mas que irão integrar a Zona Urbana.

As penalidades para as obras sem o respectivo alvará ou em desacordo com os critérios criados pelo Plano concentravam-se em duas: demolição e multa. A demolição aplicava-se nos casos de construção clandestina, construção em desacordo com o projeto aprovado e obra julgada insegura. As multas eram definidas pelo Código Tributário vigente.

Para que as normas de zoneamento fossem aplicadas, a definição de área urbana e de expansão são fundamentais. Entre esses dois extremos, criou-se a classificação:

- a) zonas estritamente residenciais;
- b) zonas predominantemente residenciais;
- c) zonas residenciais comuns;
- d) zonas comerciais;
- e) zonas predominantemente industriais;

f) distrito industrial.

O desenvolvimento do Plano Diretor de Araraquara (1963-1977) foi fundamental para o virtuoso ciclo de desenvolvimento econômico pelo qual a cidade passou. Temos claro qual foi o suporte para o desenvolvimento do município na década de 70: fixação da produção de laranja, o aumento da produção de cana-de-açúcar com o Pró-Álcool em 1975, a diversificada produção industrial, com a instalação de indústrias ligadas à fabricação de máquinas e implementos agrícolas e de empresas produtoras de equipamentos hidráulicos (em 1976, há a instalação da Indústria Villares).

É possível notar a importância das Associações de Serviço, como o Rotary, no processo de elaboração e atualização do Plano Diretor. Todas as Comissões de análise do Plano Diretor foram montadas sob os auspícios do Rotary e com efetiva participação de seus integrantes. Houve um intenso intercâmbio de profissionais, estudiosos da questão urbana como o Professor Anhaia Mello, o Professor Cerqueira César da Universidade de São Paulo, da FAU-USP. Constantemente realizando palestras e conferências, principalmente o Professor Anhaia Mello, criou na cidade de Araraquara uma profusão de idéias, projetos e possibilidades de intervenção no espaço urbano antes nunca imaginado. O olhar para o espaço urbano estava passando por profundas transformações. É do Professor Anhaia de Mello a frase que mais caracteriza essa mudança de enfoque no estudo dos entraves ao desenvolvimento das cidades brasileiras: “o problema real das cidades não é técnico, mas humano”.

As transformações pelas quais a cidade de Araraquara estava passando assumiram um ritmo ainda mais acelerado. No governo de Franco Montoro (1983-1988), Araraquara foi a cidade escolhida para implantar o primeiro escritório, como experiência, para a reforma administrativa. A definição e consolidação de Araraquara enquanto pólo regional teve, portanto, importante atuação do Governo Estadual.

A cidade pertenceu até 1982 à 6ª Região Administrativa de Ribeirão Preto, considerada uma das mais desenvolvidas e economicamente diversificadas do Estado de São Paulo. A partir de 1982, com o Decreto de 12 de maio, Araraquara passou a sediar a 12ª Região Administrativa do Estado, compreendendo as cidades de: Araraquara, Américo Brasiliense, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Tabatinga e Taquaritinga.

Nas duas regiões, convivem comércio, serviços de âmbito regional, além de um complexo agro-industrial moderno, com indústrias de alta tecnologia. Esses dados colocam as duas regiões de certa forma ligadas, justificando a presença de vários escritórios regionais de governo e sendo, também, um indicador do poder público nesses municípios.

O Município de Araraquara tem incorporado, em sua estrutura, características específicas e heterogêneas, tais como: setor agrícola estabelecido em moldes capitalistas modernos (cana e laranja), setor industrial significativo (confecção, máquinas e equipamentos, alumínio, cervejaria etc.), e um parque industrial, associado à produção de suco concentrado de laranja e à produção açucareira. O setor de comércio e serviços funcionam como pólo regional, mesmo com a proximidade de Ribeirão Preto. E, por fim, há um setor técnico-científico, constituído de funcionários do Estado ligados à Universidade Estadual Paulista e a órgãos administrativos de planejamento estatal. Todas essas características refletiram em transformações significativas no desenvolvimento urbano da cidade, engendrando novos atores políticos.

Evidentemente, essa nova dinâmica que a cidade assumiu fortaleceu as associações de serviços, como Associação Comercial, Sindicato do Comércio Varejista e Rotary Club, que tiveram papel fundamental na ascensão social e política da classe média. O processo decisório local sofreu maior influência da classe média que então vislumbrava ser suporte às candidaturas ou mobilizadoras para influir e direcionar a administração municipal. Isso ocorre a partir da década de 1960.

Atualmente, o município está sob diversas influências que poderão mudar consideravelmente seu desenvolvimento e acreditamos que também sua vocação de economia sucro-alcooleira. A cidade conta com uma infraestrutura diversificada que dá suporte às mais desenvolvidas indústrias da atualidade.

“Além de moderna rodovia de pista dupla, ligando a cidade à Capital, Araraquara é um importante entroncamento rodoferroviário e está a apenas 80 km do sistema hidroviário Tietê-Paraná. O projeto da Petrobrás, que trouxe o gás natural da Bolívia para o Brasil, passa pelo município de Araraquara, onde se situa um *City Gate* de distribuição. Araraquara também é o entroncamento da Infovia que cobre o Estado de São Paulo”³⁷.

No setor das comunicações, o município possui o que existe de mais

³⁷ Site do Município de Araraquara www.araraquara.sp.gov.br.

moderno no país. Serve-se de tecnologias de fibra ótica na transmissão de informações de forma ininterrupta. Esta infovia³⁸ possibilita uma transmissão de informações em tempo real com altos níveis de segurança, fatores primordiais ao desenvolvimento da Internet 2 - uma versão com mais recursos que a Internet atual. Com a alta tecnologia na transmissão de dados, é possível obter uma velocidade cem vezes maior que a Internet convencional. Através da Internet 2, é possível transportar e compartilhar um grande volume de informações.

O município conta com seis emissoras de rádio FM, duas AM e uma emissora de rádio OT. Conta também com três jornais diários, seis semanários, além de jornais de associações profissionais, de bairros e recreativos, que chegam a trinta e seis. Possui ainda uma retransmissora de TV a cabo que, através de um canal local, transmite ao vivo sessões da Câmara de Vereadores.

A classe política, se formos analisar somente as características apresentadas no parágrafo anterior, evidentemente não sairia incólume desse processo de modernização. Tal processo, justamente associado a outros fatores, tem imprimido profundas mudanças no quadro de lideranças políticas que o município até então experimentara. O destaque de Araraquara, então, não era somente de pólo econômico importante no Estado. A cidade assumiu, também destaque político, pois abrigava a criação experimental do Escritório de Governo, um dos itens do programa de descentralização do Governo Franco Montoro. As décadas de 70 e 80 foram de consistente processo de urbanização, transformando a cidade em pólo regional.

Araraquara passou por um profundo processo de urbanização que contribuiu não só para seu desenvolvimento econômico, mas, também, para tirar de cena o coronel, controlador de terras e das gentes, símbolo da autonomia do poder privado. Agora seria a empresa que assumiria o controle total da mão-de-obra. Com a crescente urbanização e importância política, Araraquara deixou de ser um município isolado. O isolacionismo, segundo Kerbaux (2000), "legitimava a autonomia extralegal dos coronéis e o controle privado da violência".

³⁸ Rota de transmissão de informações via fibra ótica com velocidade e segurança elevadas. Esta via de transmissão de informações passa por Araraquara acompanhando a Rodovia Washington Luís (SP-310), e pela Rodovia Antonio Machado Santana (SP-255).

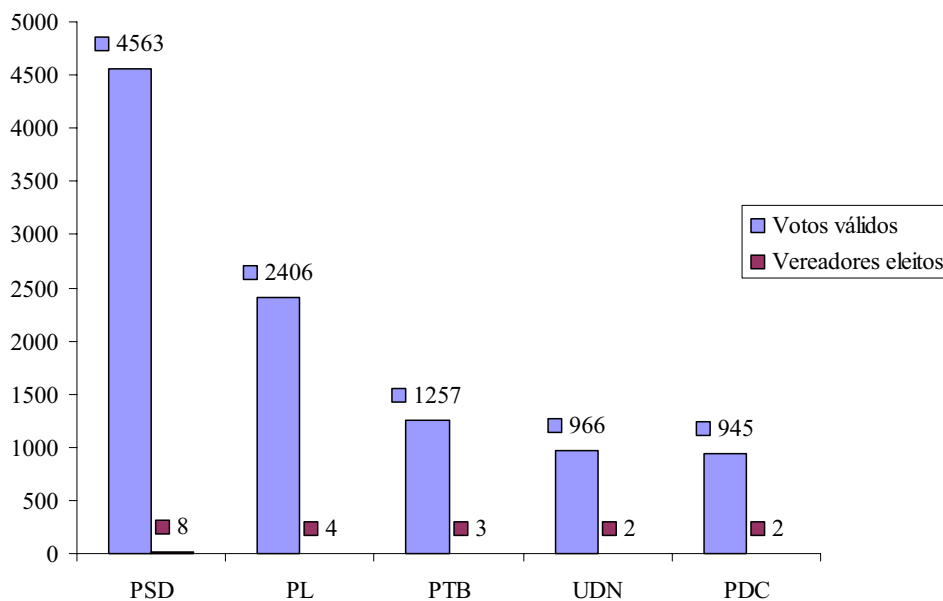
Nesse momento, com o alargamento das relações inter-municipais e a crescente urbanização houve um paulatino declínio da influência do poder coronelístico. Outras facilidades, como eixo rodoferroviário e a localização do município aumentaram sua inserção entre os mais importantes no Estado. Também o poder público ampliou sua presença em detrimento do privado.

O golpe final desse processo foi o modelo sócio-econômico impetrado no Brasil após o golpe militar de março de 1964. Em 02 de abril de 1964, tomou posse em lugar do presidente deposto, João Goulart, o Presidente da Câmara Paschoal Ranieri Mazzilli. Em 15 de abril de 1964, assumiu o poder o primeiro-general, Humberto de Alencar Castelo Branco. As mudanças institucionais impostas pelo Governo Militar colocaram o poder público do Estado como o grande empreendedor. Essas mudanças começaram com o Primeiro Ato Constitucional, AI-1, que suspendeu a imunidade parlamentar e os direitos políticos. O AI-5, de 13 de dezembro de 1968, o mais radical de todos, instituiu a linha dura dos militares com o fechamento do Congresso e a cassação dos direitos políticos dos opositores do Regime. As eleições de 1964 foram as últimas no regime pluripartidário. Araraquara tinha como Prefeito Rômulo Lupo, empresário da indústria de meias. Em ascensão famílias Barbieri e Lupo, originárias de imigrantes italianos, servem como exemplo das mudanças que o processo de urbanização acarretou na estrutura social do município, pois, permitiu mobilidade de grupos fora da estrutura tradicional rural. Essas famílias conseguiram capitalizar prestígio político face ao controle eleitoral, por via da nova organização partidária.

3.1. Controle eleitoral: análise do processo eleitoral na cidade de Araraquara no período de 1964-2004

O controle eleitoral em Araraquara pode ser percebido na análise dos resultados das eleições para o legislativo municipal (próxima página, Figura 1 – Araraquara – Número de vereadores eleitos por legenda [1964-1968]). Com apenas três meses de início de governo e, por decisão do governo militar, teve um ano de prorrogação de mandato, findando em 31 de janeiro de 1969, com cinco anos e um mês. A representatividade no legislativo contava com grande número de votos concentrados nos partidos conservadores, PSD e PL. Waldemar De Santi (PSD) estava em seu quarto mandato de vereador.

Figura 1 - Araraquara - Votos válidos e número de vereadores eleitos por legenda (1964-1968).



Fonte: TRE.

Podemos perceber, dessa forma, que o Golpe de 1964 foi o desencadeador de profundas mudanças na composição do poder local. A crescente urbanização da cidade no período 1945-1964, em que o eleitorado deixa de pertencer exclusivamente ao proprietário de terras, foi o primeiro momento de mudanças. O golpe também redimensionou o poder local através de alterações institucionais, provocando o surgimento de novas lideranças políticas oriundas do processo de mobilização e ascensão social.

O bipartidarismo em Araraquara deu novo contorno no revezamento, até então recorrente, entre situação e oposição. Entra em cena a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), que acomodou grupos locais que aderiram ao situacionismo do governo federal. Surgiu também o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que, no início, contava com alguns nomes ligados à liderança política tradicional, como Otávio de Arruda Camargo e Paulo Barbieri, dissidentes dos Arenistas, com os democratas cristãos e com socialistas locais.

Em Araraquara, o MDB expressou muito mais que uma tentativa de renovação das lideranças, com a possibilidade de participação, na política local, de setores urbanos até então marginalizados. Portanto, não havia uma identificação imediata entre a oposição local e a oposição estadual e a federal.

Podemos perceber essa não identificação ao analisarmos, inicialmente, os dados da Tabela 1 (Kerbaui, 2000, p. 101). Ou seja, é possível evidenciar essa nova característica do político, a qual alimenta também uma nova linha interpretativa do eleitorado que está se reconfigurando em torno de novas lideranças, nas esferas estaduais e federais.

Tabela 1 — Araraquara — Desempenho da ARENA e do MDB nas eleições legislativas federais e estaduais — 1966-78

Anos	Votos	Senado	Câmara Federal	Assembléia Legislativa
1966	ARENA	51.0	36.0	36.3
	MDB	25.6	34.3	35.5
	Branco e Nulos	23.4	29.7	28.2
	Total	27.107	27.107	27.107
1970*	ARENA	42.5	43.5	41.0
	MDB	26.2	23.5	41.0
	Branco e Nulos	31.3	33.0	30.1
	Total	66.158	33.079	33.079
1974	ARENA	28.6	29.7	25.0
	MDB	50.1	47.3	65.7
	Branco e Nulos	21.3	23.0	9.3
	Total	40.750	40.750	40.750
1978	ARENA	13.6	31.2	35.5
	MDB	65.8	45.8	46.5
	Branco e Nulos	20.6	23.0	18.0
	Total	49.794	49.794	49.794

* Em 1970, foram renovados dois terços do Senado. Portanto, o total corresponde ao dobro do número de votantes. Fonte: TRE

Somente em 1974 (ver Tabela 1), começa a haver penetração das bandeiras nacionais emedebistas na esfera federal, por meio de lemas como Renovação e Democracia, Participação e Democracia.

Foi justamente nessas eleições (Legislatura 1974-1978) que se tornou nítida a mudança no processo eleitoral. A bancada oposicionista cresceu, tendo como evidência a origem predominantemente urbana do voto.

Esses sinais, em verdade, começaram a aparecer em Araraquara em 1966, como podemos notar nos dados da Tabela 1, principalmente para a Assembléia Legislativa Estadual. De 1966 a 1972, muitos candidatos tinham suas bases municipais

vinculadas ao MDB que, mesmo por não estar eficientemente estruturado como partido no município, conseguiu capitalizar os sentimentos de frustração e descrédito para as eleições do Legislativo, estadual e federal, Kerbauy (2000).

Nas eleições para senador em 1975, Araraquara revelou-se de modo definitivo como oposicionista (Tabela 1). Nesse mesmo ano, o então desconhecido Orestes Quércia ganhou a eleição no município para senador. E, em 1978, a votação para o candidato emedebista ao senado suplantou a média dos votos no Estado - 82,4%.

A migração de votos da ARENA para o MDB, nítida nos grandes centros, tornou-se patente nas cidades médias. Isso rompeu com uma tradição de décadas em que “(...) o situacionismo e os acordos entre elites municipais, estaduais e federais garantiam vitória à situação e a perpetuação dos governistas” (Kerbauy, 2000, p. 102).

No Brasil, as eleições para cargos municipais assumiram características diversas das que tomaram as eleições para o Legislativo Estadual e para o Federal. Essa dicotomia se deu, em grande parte, pelas relações locais que exerceram grande influência no momento da escolha do candidato. Os governos estadual e federal exerceram grande influência, uma vez que a administração municipal pôde ser ameaçada com a não doação de benesses oficiais, principalmente verbas. Essa forte influência estadual e federal tornou clara a opção situacionista da maior parte dos municípios, garantindo o controle do regime autoritário da situação. Após alcançar a segurança que este mecanismo apresentou, foi possível ao governo permitir a realização de eleições para pleitos locais.

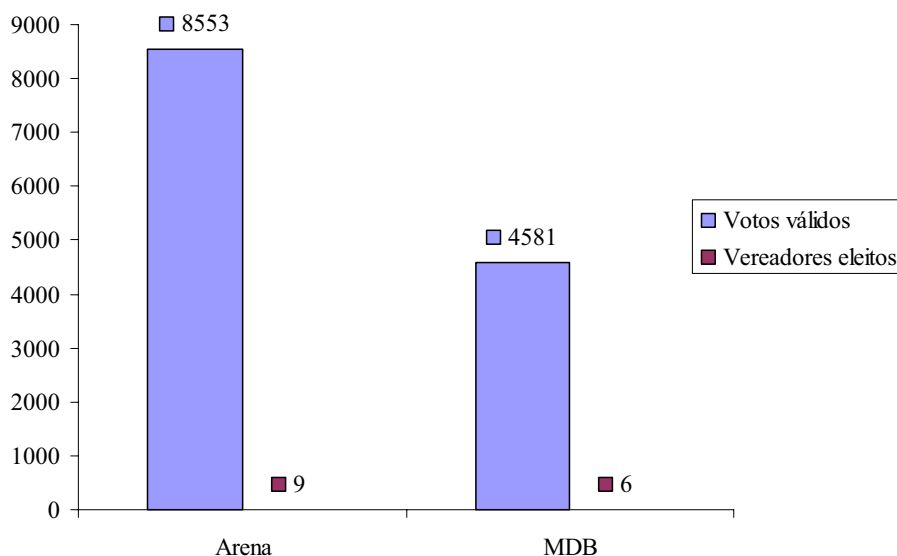
Dessa forma, o novo quadro que se delineava decretou o fim do poder privado (coronéis) com a penetração do poder político, que ganhou a supremacia do Estado, sem a eliminação da dependência local. Esses mecanismos de que se serviu o governo autoritário garantiram a troca de favores na mediação política, dando maior consistência ao clientelismo de massa.

No ano de 1968, houve eleições em 506 municípios do Estado de São Paulo. A situação (ARENA) elegeu 427 Prefeitos, contra 63 eleitos pelo MDB. Essa foi a primeira eleição bipartidária em Araraquara. A ARENA concorreu com candidatos nas três sublegendas e absorveu 56.4% dos votos, elegendo Rubens Cruz, liderança oriunda do setor de transportes intermunicipais, apoiado pelo então Prefeito Rômulo Lupo.

O MDB, com 36% dos votos, obteve resultado nada favorável, mesmo concorrendo com candidatos de expressão no município em três sublegendas. No legislativo visualizamos a mesma situação. Houve uma concentração de votos

significativa na ARENA, conforme dados da Figura 2 – Araraquara – Votos válidos e número de vereadores eleitos por legenda (1969-1973).

Figura 2 - Araraquara – Votos válidos e número de vereadores eleitos por legenda (1969-1973)



Fonte: TRE.

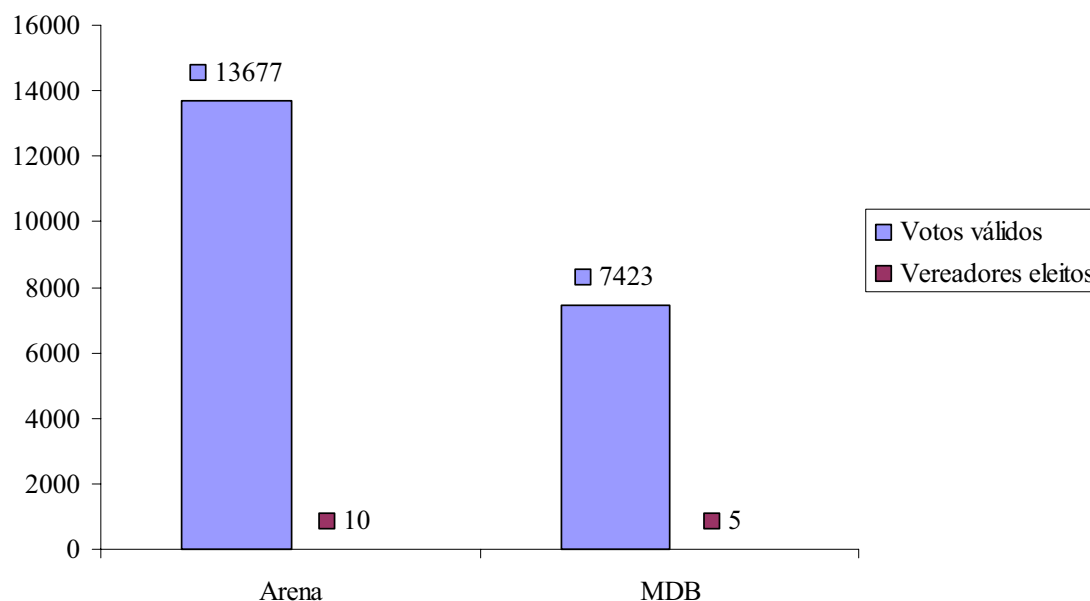
Dos oito partidos que compunham a Legislatura 1964-1968, o Ato Institucional Nº 2, de 1965, reduziu para apenas dois: MDB e ARENA (Figura 2 – Araraquara – Votos válidos e número de vereadores eleitos por legenda [1969-1973]). Estava instituído, na prática, o bipartidarismo (situação e oposição) que durou até 1979, ano em que se deu o retorno do pluripartidarismo. O mandato era sempre iniciado em 31 de janeiro do primeiro ano e encerrado em primeiro de janeiro do início do outro mandato.

Em 1972, ocorreram novamente eleições em todos os municípios do Estado, excetuando-se aqueles considerados de segurança nacional, tais como estâncias hidrominerais e as capitais. A ARENA elegeu 487 Prefeitos contra 58 do MDB. Em Araraquara, o MDB, por não dispor de uma estrutura partidária que lhe permitisse fazer frente à ARENA, perdeu as eleições. A ARENA concorreu com dois candidatos ao cargo executivo: Rômulo Lupo (ex-Prefeito) e Clodoaldo Medina (comerciante e dono de financiadora).

A disputa ficou polarizada entre estes dois candidatos, o que acentuou as divergências dentro do partido. Clodoaldo Medina venceu as eleições, com apoio do Prefeito ainda em exercício, Rubens Cruz, e surgiu como uma nova liderança municipal,

cuja figura polarizaria as eleições posteriores. Nas eleições para o Legislativo municipal a ARENA ainda tem uma predominância significativa em número de votos e, conseqüentemente, de vereadores eleitos. (Figura 3 – Araraquara – Votos válidos e número de vereadores eleitos por legenda [1973-1976]).

Figura 3 - Araraquara – Votos válidos e número de vereadores eleitos por legenda (1973-1976)



Fonte: TRE.

O Legislativo da cidade, nesse momento, não acompanhou os embates entre MDB e ARENA em esferas superiores. A ARENA obteve a maioria dos votos (13.677 votos com dez vereadores eleitos) e o MDB (7.423 votos com cinco vereadores eleitos), demonstrando que o voto estava sendo dado à liderança, sem o vincular diretamente à oposição ou situação.(Figura 3).

Entretanto, mais tarde, Clodoaldo Medina transferiu-se para o MDB, contribuindo para uma maior estruturação do partido em Araraquara e na região.

Para Kerbaury (2000),

“Medina representou a emergência definitiva de novas lideranças com fortes interesses no mercado imobiliário, setor que surge, na década, como decisivo nos rumos que a urbanização vai tomar”. (p. 104).

A eleição de Medina rompeu com o domínio tradicional na política local das famílias Lupo e Barbieri, inaugurando uma nova tipologia de político, cujo

perfil de administrador tentava se sobrepor às querelas da política local.

O pleito de 1976 surgiu como decisivo para o governo e para a oposição. Nele, foram respondidas algumas indagações que as eleições de 1974 não conseguiram solucionar, principalmente quanto ao caráter da vitória oposicionista no senado.

Em São Paulo, as eleições obtiveram os seguintes resultados:

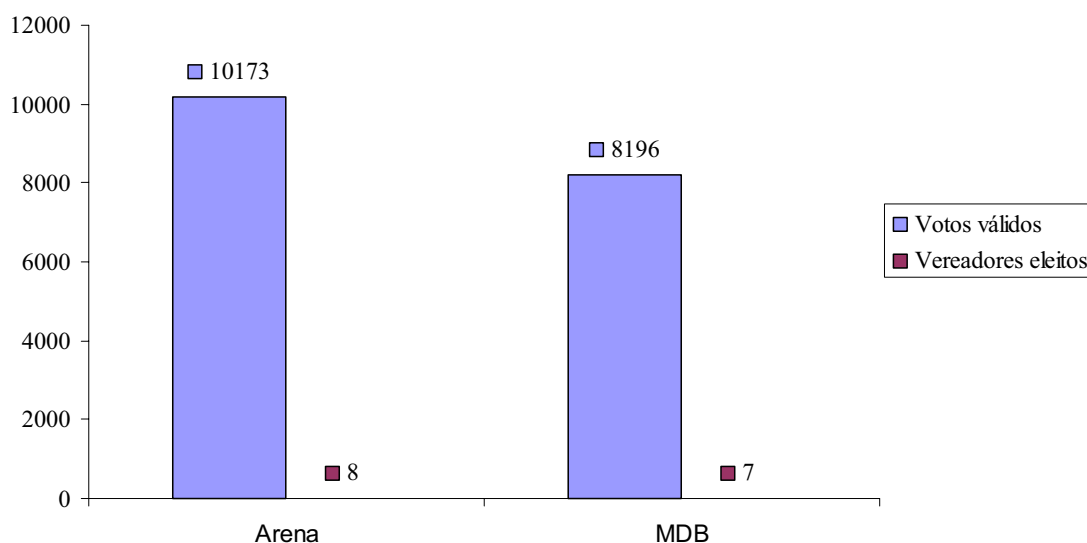
- ARENA: vitória em 450 municípios;
- MDB: 101 prefeituras, em, sua maioria, cidades médias do Estado.

Apesar de a maioria das cidades estar nas mãos dos arenistas, essas eleições revelaram um traço significativo: os emedebistas venceram em praticamente todas as cidades médias do Estado, alterando o caráter imutável do situacionismo. Essas eleições sinalizaram, então, mudanças no comportamento eleitoral do interior.

Especificamente em Araraquara, a ARENA concorreu em três sublegendas e o MDB em apenas uma com vitória de 52,5% dos votos. Waldemar De Santi venceu as eleições. Antigo militante da política araraquarense e várias vezes eleito como vereador mais votado, tinha como referência de campanha seu trabalho no Legislativo de Araraquara, com quase vinte e dois anos de atuação. Com a vitória, o MDB se reestruturou internamente, montando uma máquina partidária local e apresentando maior vigor nas eleições posteriores.

No cenário do Legislativo local, a ARENA se manteve à frente em número de votos obtidos, contando com oito vereadores eleitos, enquanto o MDB contava com sete. Mas, por outro lado, esse cenário apresenta um maior equilíbrio entre ARENA (10.173 votos com oito vereadores eleitos) e MDB (8.196 votos com sete vereadores eleitos) no número de votos obtidos (próxima página, Figura 4 – Araraquara – Votos válidos e número de vereadores eleitos por legenda [1977-1982]). Apesar da mudança de partido do Prefeito eleito, Waldemar De Santi, no final de seu mandato em 1982, esse foi o segundo mandato da oposição no município. Foi significativa essa permanência, pois engendrou uma solidificação do MDB (futuro PMDB) em Araraquara, repercutindo nas eleições posteriores.

Figura 4 - Araraquara – Votos válidos e número de vereadores eleitos por legenda (1977-1982).



Fonte: TRE.

A gestão do então Prefeito eleito De Santi se prolongou por seis anos. As pressões do governo federal para que os Prefeitos mudassem da oposição para a situação era grande. O assédio do governo federal estava pautado em um conjunto de favorecimentos ou possibilidades de atendimento de velhas reivindicações municipais. E, devido ao atendimento de uma dessas reivindicações, o Prefeito De Santi mudou de partido: Araraquara passou a sediar a 12ª Região Administrativa do Estado e De Santi atendia, ao mesmo tempo, sua expectativa pessoal de controle do eleitorado, compondo um compromisso clientelista entre a esfera municipal e a federal.

O fechamento desse acordo entre as partes municipal e federal deixou às claras o compromisso meramente clientelista entre as duas esferas. Ao mesmo tempo, as lideranças municipais viam, nessa forma de compromisso, a garantia de um número razoável de empregos públicos em órgãos da administração regional. Esse novo entendimento, ou forma de relacionamento entre as partes, deu nova roupagem ao velho estilo coronelista. O bloco da situação, após 1982, acomodou-se nos anseios da elite política local, o que fez com que o situacionismo fosse reintroduzido na rota política do município.

Parece paradoxal, mas a oposição local (MDB), após montar uma máquina partidária muito eficiente no período 1964-1982, reintroduziu o município na rota do situacionismo. A política local assumiu caráter conservador. E foi o estafe de

ajuste político das classes médias em ascensão, que a seu tempo, passou a cumprir o minuetto conciliador de conflitos e de mitigadora das manifestações político-eleitorais da população desorganizada.

O processo eleitoral de 1982 revelou um eleitorado diferenciado e inaugurou um novo processo limitado à gerência de três atores políticos: Clodoaldo Medina, Waldemar De Santi e Roberto Massafera. Foi a volta do pluripartidarismo depois de várias legislaturas pautadas em um sistema bipolarizado.

As eleições de 1982 estamparam um momento decisivo no processo de mudanças políticas do país, estabelecendo uma nova ordem política local, rompendo com aquela que marcava o coronelismo. Nesse mesmo pleito, ocorreram eleições estaduais e federais. E foi graças à Emenda Constitucional número 14, de setembro de 1980, que prorrogou por mais um ano os mandatos eleitos em 1976, que essa coincidência foi possível.

Foi restabelecida a eleição direta para governos estaduais, através da Emenda Constitucional n.º 15, de novembro de 1980. Ocorreu também o retorno do pluripartidarismo, por força da reforma partidária de 1979.

Entretanto, essas aberturas estavam pautadas na vinculação dos votos, o que acabou dificultando a implantação do pluripartidarismo, na medida em que se forçou a municipalização do pleito em alguns estados. Mas em outros, o efeito foi contrário, no sentido em que a força da legenda e/ou candidato a governador, estadualizou as eleições; em São Paulo, PT e PTB. Isto fez com que estes partidos funcionassem como diluidores da bipolarização entre situação (PDS, ex-ARENA) e oposição (PMDB, ex-MDB), quebrando a prática política do bipartidarismo que ali findava.

Analisando do ponto de vista quantitativo, os votos que o PMDB conseguiu em vários municípios demonstram que o partido estava concorrendo nas eleições de 1982 com um *plus* diferenciado: tinha um candidato forte, Franco Montoro, que foi capaz de minar a quantidade de votos da situação e da esquerda (PT e PTB).

Aliados a essas aberturas, também foram implantados muitos critérios, que, no limite, forçaram a ocorrência de eventos devidamente esperados pela situação; fato incontestável, ao verificarmos a obrigatoriedade de todos os partidos apresentarem candidatos para todos os cargos em disputa e de estarem proibidos de fazerem coligações e alianças partidárias.

Fica claro, portanto, o objetivo do governo federal em municipalizar o pleito: trazendo para a esfera local essas disputas, forçosamente municipalizadas, ele teria maior influência, pois tinha a seu lado uma série de benesses que, ao serem concedidas, lhe traziam lealdades políticas.

As eleições de 1982 tiveram como resultado vitória da oposição. Foi eleito grande número de Prefeitos do PMDB – 310 das 566 prefeituras em disputa –, enquanto que o PDS, partido da situação, ficou logo atrás com 248 prefeituras (Tabela 2).

Tabela 2 - São Paulo- Resultado das eleições para Prefeitura e Legislativo Estadual e Federal do ano de 1982.

Partido	Governador % de votos	Senado	Legislativo Federal	Legislativo Estadual	Número Prefeituras
PMDB	44,9	01	30	42	310
PDS	23,5	---	16	22	248
PTB	12,5	---	8	11	05
PT	9,8	---	6	9	01
PDT	1,0	---	---	---	02

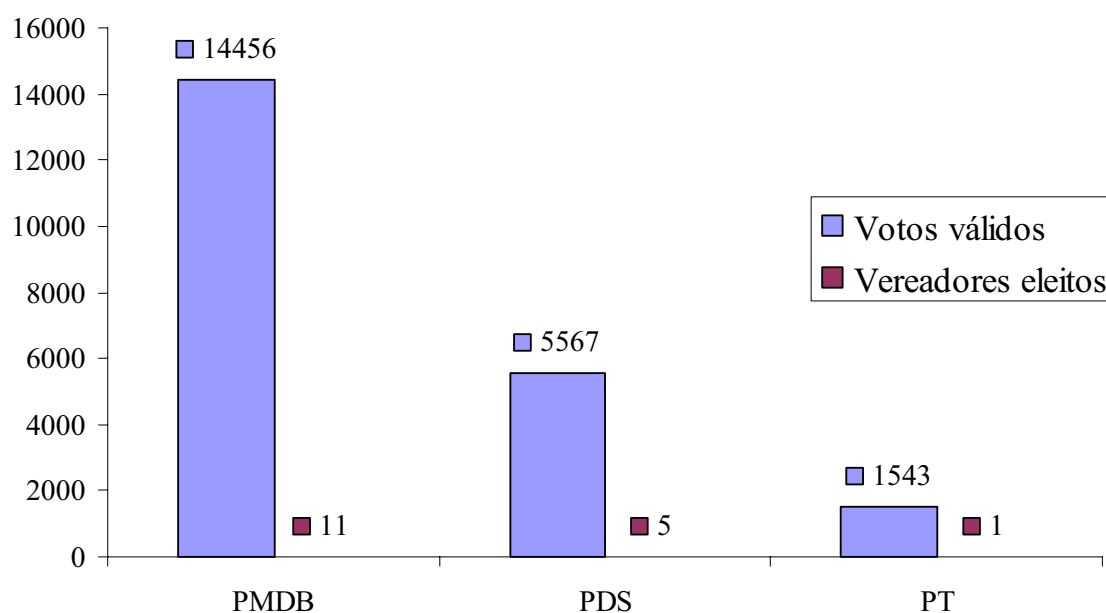
Fonte: TRE

Como podemos notar nos dados da Tabela 2, o número de prefeituras dirigidas pelo PMDB demonstrou vocação oposicionista no interior do Estado de São Paulo. Esse fato se repetiu nas outras instâncias eletivas. O PMDB conquistou amplo espaço político nessas eleições, com 44,9 % dos votos para Governador, um Senador, trinta cadeiras no Legislativo Federal, quarenta e dois no Legislativo Estadual – conforme dados da Tabela 2. Os outros partidos, que entraram na disputa funcionaram como diluidores da polarização partidária que o bipartidarismo ocasionou.

A oposição, especialmente o PMDB, estava envolta em um clima de mudanças. Pesou o fato de o país estar se movimentando no clima da renovação, da participação e da redemocratização.

Os reflexos foram nítidos, como comprova a expressiva vitória do PMDB nessas eleições no legislativo municipal (Figura 5 – Araraquara – Votos válidos e número de vereadores eleitos por legenda [1983-1988]).

Figura 5 – Araraquara – Votos válidos e número de vereadores eleitos por legenda (1983-1988)



Fonte: TRE.

Esse processo eleitoral, especificamente em Araraquara, sofreu algumas diferenciações. A situação, apoiada pelo Prefeito Waldemar De Santi, concorreu com a imagem maculada. Pesou o fato do Prefeito De Santi ter cedido às pressões do governo estadual em troca da 12ª Região Administrativa de Governo. Paulo Maluf, então governador do Estado de São Paulo, concedeu essa solicitação de De Santi, mediante sua mudança de partido: saída do PMDB e filiação ao PDS. Ou seja, em troca dessa velha reivindicação, Waldemar De Santi teria que dar seu apoio e filiação ao PDS (ex-ARENA), rompendo com o MDB e filiando-se ao PDS. Talvez um erro de cálculo político de De Santi supervalorizou essa reivindicação, sem medir as possibilidades de rejeição da população a essa velha prática clientelística e subserviente ao governo situacionista estadual. Os dados da Figura 5 demonstram uma perda significativa em número de votos obtidos em 1982 (PDS, 5.567), em se comparando com o resultado das eleições de 1976, (ARENA, 10.173).

Dessa maneira, o candidato do partido da situação, Rubens Cruz, iniciou sua campanha com uma vinculação negativa, com alta rejeição. Clodoaldo Medina (PMDB) surgiu como liderança capaz de redimensionar várias demandas municipais como: empregos, vinda de outras empresas e indústrias, fazendo com que seu nome fosse

diretamente ligado ao moderno, às mudanças por que o país, como um todo, estava pedindo.

Estamos diante de fatores constitutivos de uma ruptura da elite política local com o surgimento de novas lideranças. Um dos fatores para este rompimento era o clima de animosidade criado na cidade em relação à imagem de De Santi, que havia cedido ao governo situacionista.

A bandeira levantada pelo PMDB de participação e redemocratização contribuiu para um levante de votos de protestos contra o governo federal, que, por sua vez, estava estendendo consistentemente seus tentáculos ao interior. Temos configurado um terreno em que a elite política local, diretamente vinculada à situação (PDS) por laços de clientelismo, constituía-se no *primo* alvo de ataques de parcelas da população, relacionando-a com o que havia de atrasado, conservador e negativo. Nesse momento, a população começava a decidir o destino de seu voto por critérios impessoais e partidários. Em certa medida, esse cenário fica claro na análise do resultado para o Legislativo Municipal destas eleições de 1982. O número de votos que o PMDB obteve (14.456 votos) superou significativamente o desempenho do PDS (5.567 votos) (Figura 5). O PT, com 1543 votos elegeu seu primeiro vereador, Domingos Carnesecca Neto, em Araraquara.

Mesmo com a permanência da troca de favores, o clientelismo passou a ter um caráter grupal e impessoal, na medida em que era mediado pela alocação de serviços públicos, implicando uma racionalidade administrativa mínima. Segundo Kerbauy (2000), a fidelidade pessoal, , nesses termos, deixou

“(...) de ser um fator preponderante, nada garante a fidelidade do voto, que agora precisa ser cooptado permanentemente e não apenas nos períodos eleitorais (...), o controle se torna cada vez mais complexo e reserva surpresas a cada nova eleição, dando ao processo político eleitoral um caráter de aparente mutabilidade”. (p. 134).

Essa nova formatação eleitoral causou espanto a uma elite política local habituada a cooptar votos clientelisticamente. E, ao somá-la aos fatores históricos e às expectativas que esse período ensejava, temos arregimentado uma gama diversa de possibilidades de voto. O eleitor, agora, estava disposto a declarar-se pertencente a um partido. Esse fervor democrático pluripartidário foi o fio condutor para o surgimento de novas alianças, novas recomposições políticas, que, quando consolidadas, buscaram no conservadorismo as amarras de sua influência. Após esse período conturbado e ânimos

democráticos devidamente amainados, o município foi reintroduzido na política de caráter situacionista. Os mandatos que se seguiram, De Santi, Massafera, De Santi, novamente, de certa maneira, mantiveram o mesmo perfil partidário, programático e ideológico, com poucas diferenciações do ponto de vista do ordenamento das rotinas administrativas e políticas locais.

Clodoaldo Medina, eleito Prefeito pela primeira vez para cumprir mandato de 1973 a 1977, e pela segunda, 1983 a 1988, inaugura essa nova fase da política araraquarense de caráter situacionista. Neste mandato, foi eleito com 32.678 votos, ficando dez anos à frente da prefeitura, sendo o terceiro homem a ficar mais tempo como Prefeito de Araraquara. Tido como o Prefeito da industrialização, Medina introduziu no município indústrias pesadas, como Villares, Gumaco, FMC FoodTech, Fischer, Epema dentre outras. Criou os distritos industriais no Bairro CECAP³⁹ e na divisa com a cidade de Américo Brasiliense. Foi, portanto, o Prefeito dos novos tempos e intimamente ligado aos interesses do município.

Isso, por si só, representou um diferencial importante no embate com seu adversário Waldemar De Santi. Medina, com sua punjança ao investir em infraestrutura, foi qualificado como moderno e até visionário. Com traços de centralizador, ele imprimiu novo ritmo à cidade e às rotinas administrativas municipais. Medina construiu doze CER's, oito centros de saúde, nove escolas de ensino fundamental e 2.732 casas e um Teatro Municipal; asfaltou ruas; aumentou a capacidade de distribuição e captação de águas; trouxe órgãos do Governo do Estado. Tudo isso contribuiu para a formação de uma Araraquara com outra “cara”, influenciando também na formação de novas lideranças.

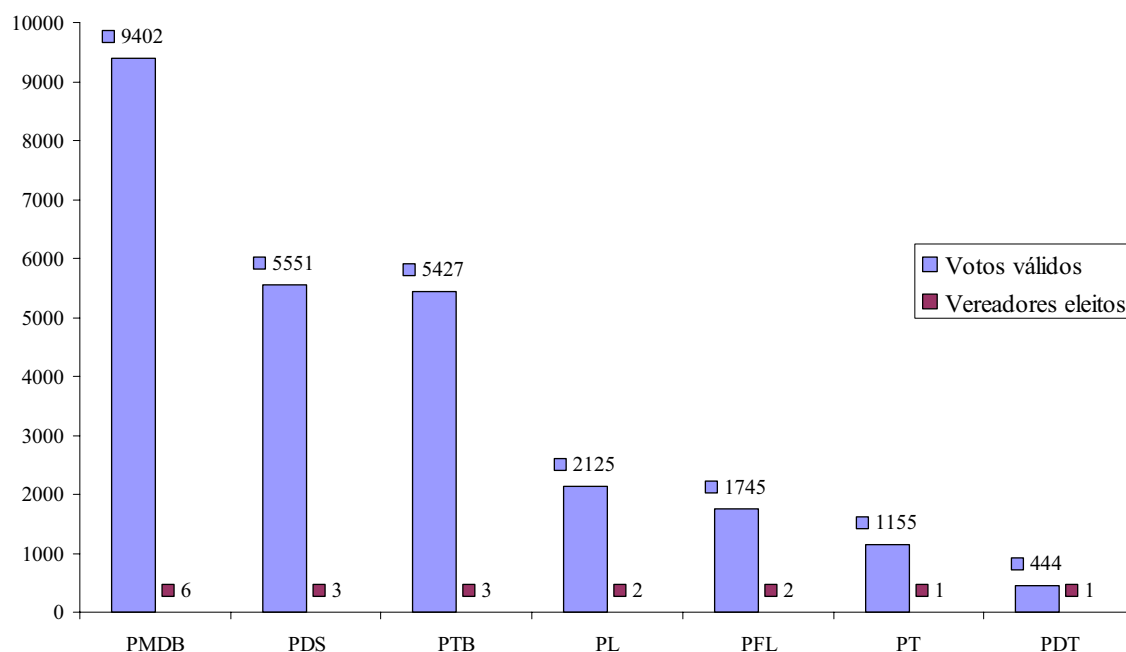
Depois voltou ao cenário o Prefeito Waldemar De Santi em seu segundo mandato, totalizando agora oito anos ocupando o cargo. Antes, porém de ser Prefeito, fora eleito por cinco legislaturas consecutivas para vereança (1956 – 1976), quase vinte e dois anos exercendo cargo de vereador, todos através de eleições diretas. O mandato de 1989-1992 foi recortado por um cenário nacional crítico: a renúncia e o *impeachment* do

³⁹ O nome desses bairros está relacionado com a história do programa habitacional do Estado de São Paulo. Em 10 de outubro de 1949 foi criada, no Estado de São Paulo, a Caixa Estadual de Casas para o Povo (CECAP). Uma autarquia subordinada à Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio. Em 18 de dezembro de 1975, o Poder Executivo autoriza a constituir a sociedade por ações sob denominação de Companhia Estadual de Casas Populares. Nesse período, década de 1970, são construídos conjuntos habitacionais em Araraquara que levam o nome da autarquia. Em 1989 o CECAP recebe sua denominação atual, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU).

presidente Collor e a posse de seu vice-presidente, Itamar Franco. De Santi assumiu em um período crítico de inflação (55% ao mês) e recessão que minavam profundamente a capacidade de investimento e de cumprimento dos compromissos municipais. Isso deu contornos a uma gestão centralizadora com pouca participação dos demais setores da sociedade.

Nesse momento, segundo Kerbauy (2000), há indícios do município ter sido reintroduzido politicamente na linha conservadora. O distanciamento da situação ocorrido em 1982, com a vitória de Clodoaldo Medina, estava superado. Nesses termos, o PMDB estava desconectado de sua origem oposicionista. O resultado das eleições para o Legislativo de Araraquara em 1989 corrobora essa análise (Figura 6 – Araraquara – Votos válidos e número de vereadores eleitos por legenda [1989-1992]). Nessas eleições, o PMDB alcançará o maior número de votos que, ao ser comparado aos demais partidos, configura um quadro interpretativo de reintrodução do Legislativo na linha conservadora.

Figura 6 – Araraquara – Votos válidos e número de vereadores eleitos por legenda (1989-1992)



Fonte: TRE.

Desta forma, ao somarmos os votos obtidos pelos partidos com característica conservadora no município, PMDB, PDS, PL e PFL, alcançamos a cifra de 18.823 votos, com eleição de treze vereadores. Os partidos com características não-conservadoras, PTB, PT e PDT, obtiveram 7.026 votos, com a eleição de cinco

vereadores (Figura 6). Os partidos PTB, 5.551 votos obtidos, e PDS, 5427 votos obtidos têm um desempenho equilibrado alcançando o mesmo número de cadeiras no legislativo.

Na esfera Executiva do município houve um *plus* de autoridade governamental diminuindo radicalmente o incipiente consenso. Ocorreu a concentração do poder político nas mãos de uma só pessoa (o Prefeito), colocando em posição secundária as instituições representativas.

Nesse quadro, a oposição segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino (2000),

“ (...) e a autonomia dos subsistemas políticos são reduzidas à expressão mínima e as instituições destinadas a representar a autoridade de baixo para cima ou são aniquiladas ou substancialmente esvaziadas”. (p. 94).

Isso marcou, efetivamente a reintrodução do município na rota do conservadorismo, através de uma personalidade política centralizadora e com nítidos traços autoritários, que apareceram em uma entrevista cedida por De Santi no ano de 2000 ao jornal *O Imparcial* de Araraquara. Nela, o Prefeito emitiu conceitos que tornam complexo o entendimento do homem público, mas que, por outro lado revelam uma personalidade centralizadora, de certo modo autoritária, que exalta valores morais e éticos divergentes com a função exercida. Acerca de sua visão sobre a cidade de Araraquara, em entrevista ao Jornal *O Imparcial*, Caderno Especial “De Santi o Prefeito do Século”, domingo 22 de agosto de 1999, De Santi responde:

“Araraquara é minha cidade, meu Estado e minha Pátria. Araraquara é a cidade ideal para todo mundo morar, é uma pena que não caiba todo mundo. Ninguém que vem para Araraquara quer sair de Araraquara. Para nós isso é um paraíso realmente. É uma cidade que não é fácil de encontrar, que tem uma qualidade de vida, em todos os sentidos, desde a merenda escolar até a faculdade (...) Então quando alguém pergunta o que eu acho de Araraquara, eu digo que Araraquara é minha vida, é meu amor, é aquilo que eu quero e nada mais do que isso. É minha família”. (p. 5).

De Santi mostrou uma Araraquara sem conflitos, sem desigualdades, que mantinha suas desigualdades em níveis suportáveis, imprimindo, por assim ser, uma qualidade de vida que, na verdade, era apenas rotular.

Araraquara, para ele, reproduzia uma ideologia de qualidade de vida que mascarava os desajustes presentes em suas relações sociais, econômicas, espaciais e políticas. De Santi revelou ainda uma idealização de cidade que estava sob sua responsabilidade, na medida em que enxergava a cidade como “seu Estado, sua Pátria,

sua vida, sua família”. Portanto, uma cidade que estava diretamente ligada ao seu governo pessoal, pois dele dependia o sucesso e a preservação desse paraíso.

Quando se tratou da vida particular do então Prefeito, vemos o surgimento de valores morais e éticos pautados em uma conduta pessoal propalada como ilibada. De Santi nasceu no Bairro São Geraldo em Araraquara, nas suas palavras na mesma reportagem do jornal *O Imparcial*, num momento em que “não tinha asfalto, nem água e energia” Apesar dessas carências, “ninguém reclamava porque não dava tempo” (*O Imparcial*, 1999).

Filho de pai lenheiro da Estrada de Ferro de Araraquara, EFA, De Santi teve uma infância marcada pelo trabalho. Todos da família tinham de trabalhar e ele começou com oito anos caçambando leite⁴⁰, depois como entregador de pão, fabricante de mala, auxiliar de carpinteiro, vendedor de banana, descascador de amendoim, encaixotador de meias e chefe de escritório, ofícios que só contribuíram para o aumento de seu amor pela cidade. Para ele, “(...) ela [Araraquara] me permitiu fazer tudo isso e me permitiu crescer”⁴¹. A sua geração, segundo ele, construiu tudo, “vocês não viram nada! Vocês ganharam tudo, tudo, tudo. E o perigo é aqueles [*sic.*] que ganharam tudo não saberem dar seqüência e continuidade”.

Esses fatores são elevados a uma importância significativa pelo Ex-Prefeito, pois ele parece considerar que o trabalho desde a mais tenra idade é constitutivo de homens responsáveis e com valores morais, clarificando ainda mais uma imagem de distinção pessoal, como podemos notar no fragmento a seguir publicado Jornal *O Imparcial*, Caderno Especial “De Santi o Prefeito do Século”, domingo 22 de agosto de 1999 :

“Você vai me perguntar o que é que eu não sei fazer. Não sei operar, não sou médico. Mas se precisar fazer uns curativos e amarrar, eu costuro também. Não tem problema nenhum, porque eu já prestei serviço como enfermeiro. Na minha indústria eu era engenheiro, isolador, projetista. Sou desenhista também. Você sabia que sou contador e advogado? Você sabia que eu tive uma indústria de refrigeração? Eu vendi meu escritório e fui obrigado a trabalhar na refrigeração e aprender refrigeração. Eu tinha um escritório de contabilidade e fui um dos primeiros inquilinos da Ótica Lupo. Quando é que foi construída a Ótica Lupo? Em 1955 eu era inquilino do Edmundo Lupo. Foi quando fui eleito vereador. Isso faz 44 anos” (p.5).

⁴⁰ Transporte constituído por uma caçamba, movido à tração animal, que servia para recolher leite das propriedades rurais.

⁴¹ Jornal *O Imparcial*, Caderno Especial “De Santi o Prefeito do Século”, domingo 22 de agosto de 1999.

Estamos diante de uma personalidade autoritária, escorada numa visão de desigualdade entre homens que exclui ou reduz ao mínimo a participação política dos cidadãos. Na medida em que exalta suas qualidades pessoais como excepcionais, De Santi está também configurando um cidadão único e exclusivamente predestinado a governar uma cidade como Araraquara, um paraíso; um cidadão que encerra em si qualidades suficientemente únicas, a tal ponto diferenciado que, apesar de detestar a política e os políticos — “tinha nojo da política e tenho nojo de política até hoje”⁴² — foi capaz de gerar grandes préstimos à sociedade araraquarense através da política. Isso se deu por pertencer à história da cidade, por ter sido ator vivo do crescimento dela, privando-se das comodidades que, em dias de hoje, são dadas de graça aos cidadãos.

Conforme Bobbio, Matteucci e Pasquino (2000: 95), temos, então, desenhado uma estrutura mais íntima do pensamento autoritário que “(...) acha correspondência não em qualquer sistema autoritário, mas sim no tipo puro de regime autoritário conservador ou de ordem”.

Assim, o pensamento autoritário presente nas falas do Ex-Prefeito não se limita a defender uma organização hierárquica da sociedade política, mas faz dessa organização o fundamental princípio político para alcançar a ordem, avaliada como um bem supremo. Em outras palavras, a inobservância desse ordenamento, rigidamente hierárquico, levaria a sociedade ao encontro do caos e da desagregação. Ou, como ele próprio diz: “(...) esta sociedade, esta geração não viu nada, ganharam tudo (...)”⁴³, e o problema, o perigo “(...) é aqueles [*sic.*] que ganharam tudo não saberem dar seqüência e continuidade (...)”⁴⁴.

De Santi revelou uma crença cega na autoridade, na obediência voltada aos superiores e em um afastamento dos inferiores, das pessoas que, tendo à frente uma gama de possibilidades de crescimento pessoal, não souberam aproveitar como ele aproveitou durante sua vida toda.

Essas impressões pessoais foram apreendidas pelo indivíduo através do processo de socialização, refletindo de forma mais ou menos realística as efetivas condições de vida de seu ambiente social. Fato este que fica evidente ao analisarmos essa

⁴³ Jornal *O Imparcial*, Caderno Especial “De Santi o Prefeito do Século”, domingo 22 de agosto de 1999.

⁴⁴ *Ibid*, domingo 22 de agosto de 1999.

entrevista. Um tipo de “autoritarismo cognitivo”⁴⁵ que, introjetado nas rotinas administrativas do município em mais de catorze anos de mandato, forjou um perfil conservador e situacionista de governo; uma forma particular que, em certa medida, moldou governos subseqüentes, os quais, em pouco, distanciaram das premissas construídas nestes largos anos de governo De Santi.

Notamos a efetivação desta influência do *modus operandi* de De Santi na política local nas relações entre sociedade e prefeitura. E, analisando o mandato subseqüente, de Roberto Massafera, talvez o percebamos mais efetivamente. Não dispomos de subsídios suficientes para clarificarmos como se deu esse processo de sedimentação de uma política conservadora no município, nem estamos aqui afirmando categoricamente a constituição de um modelo De Santi de governo. Mas, as nossas análises conduzem-nos à compreensão da atuação de um perfil conservador de governo que, em mais de duas décadas, reinou na política local.

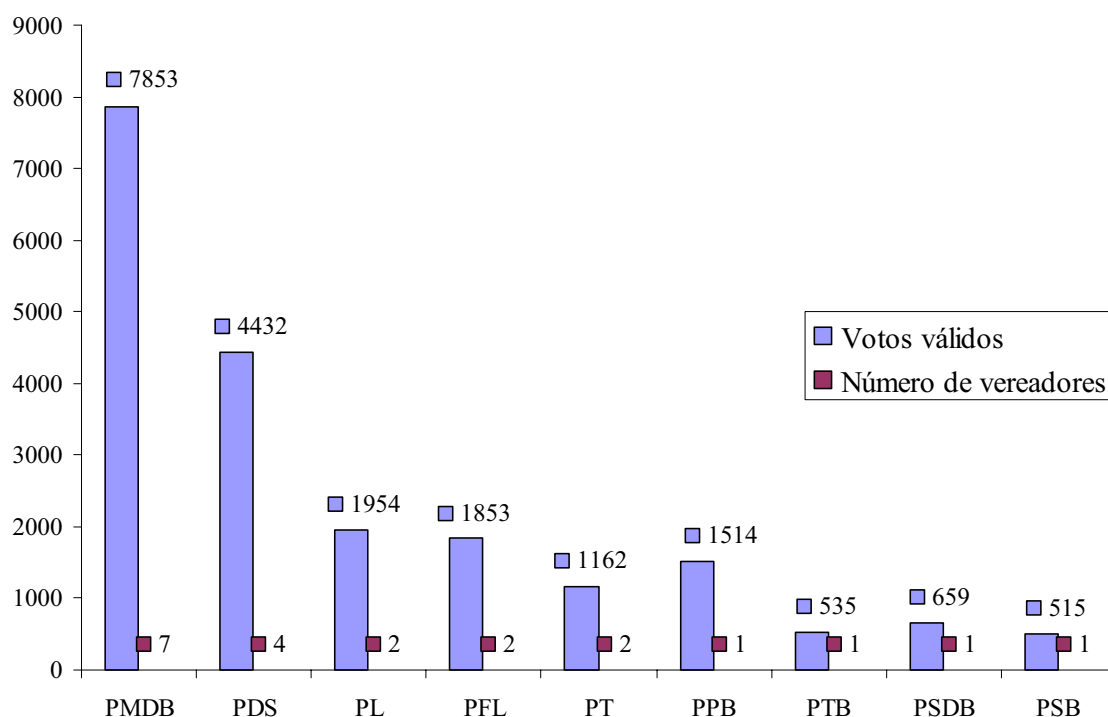
A vitória de Roberto Massafera para o período de 01/01/1993 a 31/12/1996 foi com uma margem de votos significativa. Empresário do setor da construção civil e representante da elite local, Massafera foi lançado para candidato com amplo apoio de Clodoaldo Medina e de alianças já estruturadas. Ele venceu com 44.097 votos contra 26.894 dos três outros concorrentes, sendo o Prefeito mais votado de todos os tempos em Araraquara e um dos poucos a ter unanimidade de empresários, políticos, povo, imprensa e intelectuais.

As eleições para o Legislativo Municipal de 1992 não sofreram grandes alterações, ou seja, o caráter situacionista ainda será predominante. No entanto, temos nessas eleições o surgimento de novas lideranças como o vereador, e futuro Prefeito de Araraquara, Edson Antonio da Silva, do PT, com uma votação de 547 votos (próxima página, Figura 7 – Araraquara – Votos válidos e número de vereadores eleitos por legenda [1993-1996]).

⁴⁵ Bobbio, Matteucci e Pasquino. *Op. cit.* p.99. Base exclusivamente psicanalítica de interpretação da personalidade autoritária. A análise deste tipo de personalidade requeria uma consideração exaustiva do ambiente social, das diversas situações e dos diversos grupos que podem influenciar a personalidade. Deste ponto de vista, ao analisarmos os trechos desta entrevista percebemos que constantemente o Ex-Prefeito Waldemar De Santi exalta valores morais, éticos. Valoriza o trabalho e a honra pessoal; valores estes que, para coexistirem em um ambiente corrompido por natureza, na análise de De Santi, prescinde de uma autoridade que conheça a história de Araraquara; que tenha participado ativamente de seu desenvolvimento desde tempos idos. Ou seja, de uma autoridade que não pertença à classe dos políticos.

Outro fator que nos chamou a atenção foi o número de cadeiras conquistadas pelo PT. A partir de 1992, irá manter até as eleições de 2004 um mínimo de duas e, no máximo, quatro cadeiras no Legislativo Municipal. Desta forma, o PT amplia as possibilidades de negociação e de atuação política que se soma a outros partidos não alinhados com o conservadorismo. O quadro que se configurou para o Legislativo de Araraquara nessas eleições de 1992 indica sinais de mudança na composição das forças políticas. Ou seja, em que pese à quantidade de votos que o PT somou, 1.162, estar distante do total de votos do PMDB, 7.853, entendemos que o fato de ampliar o número de cadeiras de uma para duas é um indicativo de mudanças (Figura 7).

Figura 7 – Araraquara – Votos válidos e número de vereadores eleitos por legenda (1993-1996)



Fonte: TRE.

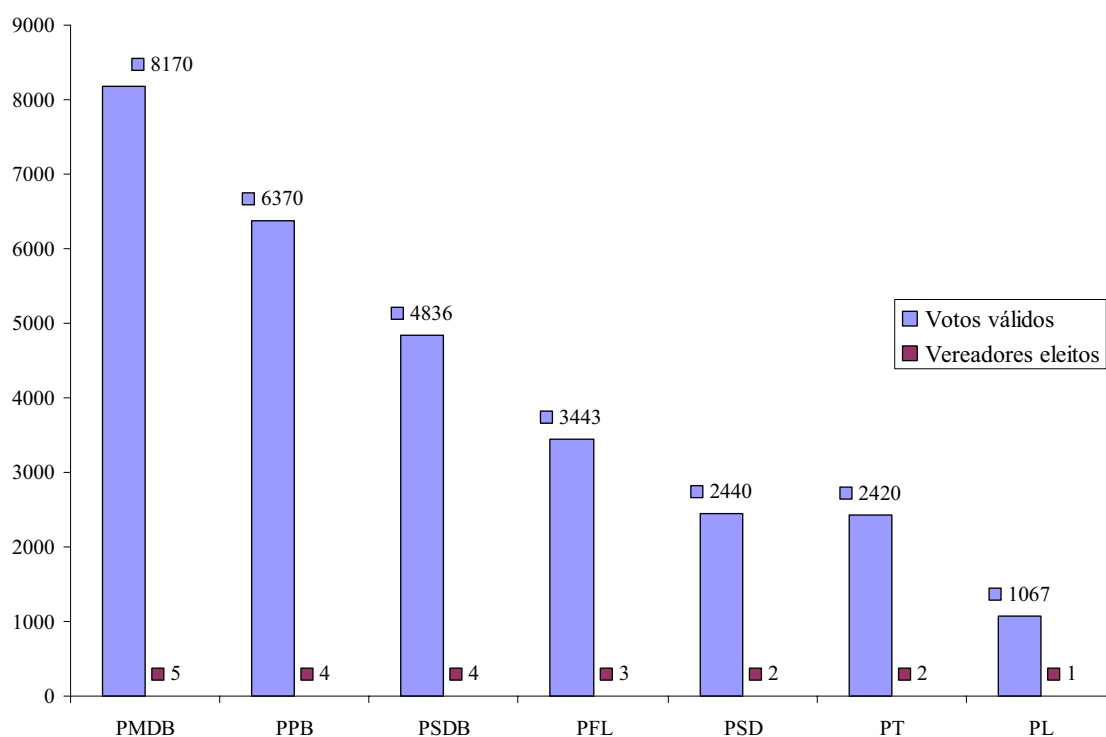
No Executivo, a vitória de Massafra não representou rompimento com a política conservadora em que o Município de Araraquara havia sido introduzido. Representou, sim, certa continuidade, mas com a presença do novo, do moderno, da indústria. Essa constatação se dá por dois motivos. O primeiro porque ele teve um estilo de governo muito próximo de seus antecessores, especialmente Clodoaldo Medina. Massafra promoveu a vinda de muitas indústrias para o município, o que propiciou a geração de empregos, mexendo com a auto-estima do cidadão araraquarense e marcando

sua personalidade como modernizante. Segundo, porque seu governo não inovou em práticas político-administrativas que permitissem à população participar, através de mecanismos já existentes, como os conselhos, das decisões municipais.

Analisaremos a seguir a Legislatura de 1997 – 2000. Nessa legislatura, a bipolarização apresenta-se de forma nitidamente diluída. O Prefeito era Waldemar De Santi (terceiro mandato como prefeito). Outros partidos se estruturaram e conseguiram capitalizar maior número de votos, como o PSDB, 4836 votos (Figura 8 – Araraquara – Votos válidos e número de vereadores eleitos por legenda [1997-2000]). Este gráfico evidencia a supremacia do PMDB, pois o partido atingiu maior número de votos, 8.179, seguido pelo PPB (partido do então Prefeito), 6.370.

O PT sustentou o mesmo número de cadeiras que a legislatura passada, duas, agregando um maior número de votos, 2.420. Nessas eleições o Edinho do PT foi o sexto vereador mais votado, obteve 1.538 votos (Figura 8). Esse crescimento constante de Edinho do PT em número de votos, num comparativo com a eleição de 1992, o colocarão como candidato natural do partido nas eleições de 2000.

Figura 8 - Araraquara – Votos válidos e número de vereadores eleitos por legenda (1997-2000).



Fonte: TRE.

A análise dos resultados das eleições para a legislatura de Araraquara, traçadas até o momento, revela-nos um processo de renovação das lideranças municipais. A composição da Câmara Municipal de Araraquara mostra, nesse momento, sinais claros de ruptura com os anos de bipolarização, MDB e ARENA. Ou seja, a partir das últimas eleições bipartidárias, em 1976, a criação e o ressurgimento de partidos políticos, paulatinamente, diluiu o eleitorado anteriormente vinculado ao binômio MDB/ARENA.

Assim, uma gama maior de possibilidades de escolha de lideranças se apresenta ao eleitorado. Somado a esse processo, como já afirmado anteriormente nesse capítulo, há uma qualificação do voto dos eleitores das cidades médias do Estado de São Paulo. A qualificação, levará, conseqüentemente, a um certo distanciamento das práticas clientelísticas que representavam o atraso, a falsa política o provincianismo.

Por outro lado, do ponto de vista dos perfis dos Prefeitos traçados até o momento nesses quase vinte anos de gestão (1982 – 2001), a análise dos mecanismos democráticos para formulação e implementação de políticas públicas revela-nos uma participação da população formalizada apenas através do momento do voto. Eficazmente, desenhou-se uma gestão local com pouca transferência de poder decisório, através de mecanismos democratizantes, participativos e de responsabilização de entidades ou órgãos locais. Desenvolveu-se uma rede clientelística com entidades assistencialistas que partilham verbas através da atuação nos conselhos municipais amplamente conduzidos pelo poder público local.

Estamos próximos do que denominamos *ponto crítico* desse processo que representa o momento exato de mudança da situação elástica para a situação plástica. Na primeira, tínhamos um movimento de costura política da elite formatando governos que não inovaram suas práticas. A velha política clientelística ganhava novas roupagens por condicionamentos inerentes a sua prática. Seguiu, nas décadas de 80 e 90, a cartilha muita bem escrita pelas forças políticas e econômicas locais, sem perder de vista, evidentemente, o atendimento de demandas coletivas. Modernizou-se, readaptou-se, fundiu-se para continuar a mesma.

Porém, foi justamente no momento do salto para a continuidade que faltou impulso. A tentativa de continuidade foi frustrada. Passo a passo, tínhamos a condução para um ponto crítico. Tantos anos de elasticidade, modelagens, formas, modos e faces levaram a ele.

A elasticidade permitia retorno à situação anterior, como uma mola que suporta até uma certa força impressa em suas extremidades para expandi-la. Quando chega ao ponto crítico, a mola não mais retorna à situação de antes, permanecendo estática. Isto é, a forma que assumiu um segundo depois de atingir o ponto crítico é a que permanece, passando para a situação segunda, a situação plástica.

Essa segunda situação não custou muito a terminar. Na verdade, ela representou tão-somente o momento de total ruptura da elite política local que até então se reproduzia no poder. Esse momento se deu no tempo de composição das alianças para as eleições de 2000. A dissensão entre as forças políticas locais, especialmente entre Antonio Clóvis Pinto Ferraz e Roberto Massafera, representa uma massa crítica perto do ponto de fissão.

A reconfiguração de forças políticas para essas eleições conduziu a um quadro em que a oposição polarizou nas lideranças de, por um lado, Antonio Clóvis Pinto Ferraz (PSDB) e Marcelo Barbieri (PMDB), com amplo apoio de De Santi, e, por outro, de Edinho Silva (PT), vitorioso do pleito.

Mas, diferentemente do observado em 2004, o que nos chamou a atenção nas eleições de 2000 foi a ruptura abissal que provocou na elite política araraquarense. A configuração das alianças para o pleito de 2000 contou com muitos atores principais como Marcelo Barbieri (PMDB), Antonio Clóvis Pinto Ferraz (PSDB), Roberto Massafera (PPS), Edson Antonio da Silva (PT), e coadjuvantes, como Waldemar De Santi (PPB).

O peso do apoio de uma personalidade, De Santi, que por três vezes fora eleito Prefeito, num primeiro momento, pode ter trazido certa segurança a Marcelo Barbieri nessas eleições. O peso de uma “dobradinha” do também ex-Prefeito Roberto Massafera com um ex-candidato da eleição passada (1996), Antonio Clóvis Pinto Ferraz, também pode ter trazido, ou poderia ter trazido, caso fosse efetivada, certa segurança a estes.

O ex-vereador e agora candidato Edson Antonio da Silva (PT) não tinha com quem se aliar ou em quem se apoiar. Isso porque era representante de um partido de esquerda; portanto, não aceito em muitas células da elite política local e trabalhara como oposição aos governos anteriores enquanto vereador municipal.

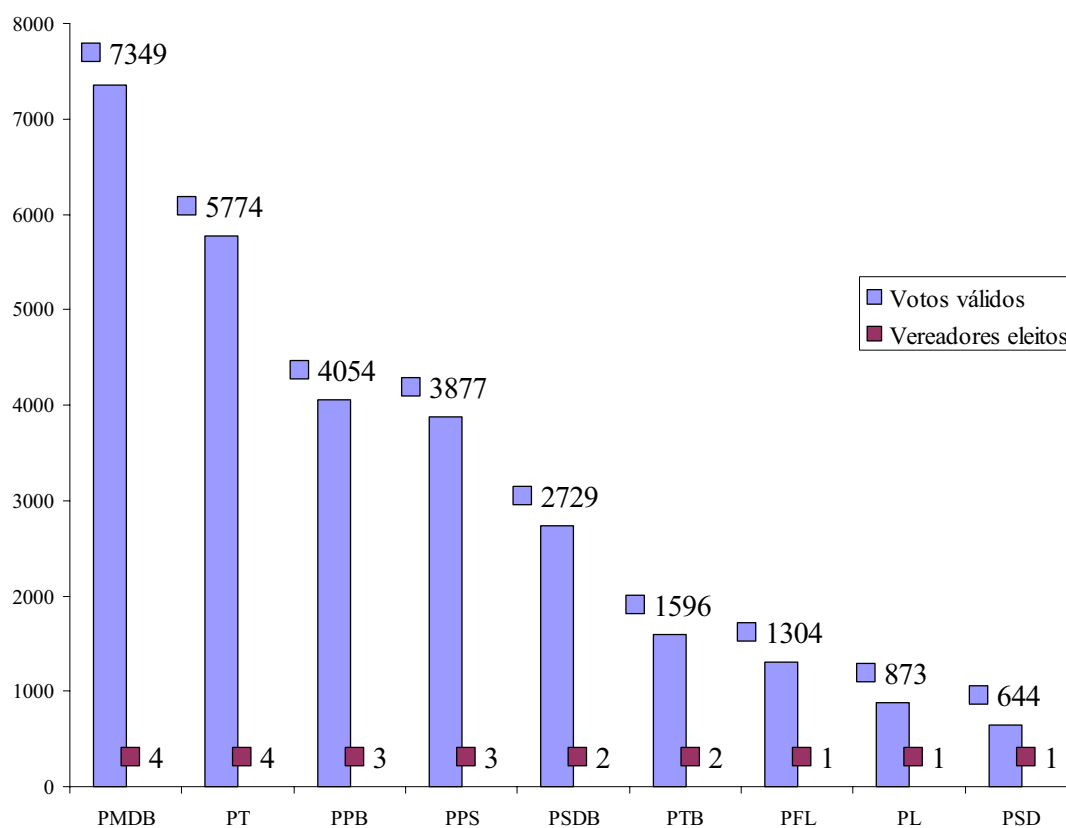
O grande apoio, o grande alicerce deste candidato, até então sem chances de vitória, tendo como adversários candidatos tarimbados e articulados com a elite política local, foi um vácuo gerado pela ruptura das alianças. Esse vácuo também foi gerado pela incapacidade da elite política, de forma elástica como antes, recompor-se em torno de um nome e apostar todas suas fichas mantendo sua hegemonia. Os pesos específicos de cada candidato na formação e na desarticulação das alianças foi fator determinante do resultado das eleições de 2000.

Essa somatória de fatores até agora apresentados – formação política com forte influência do coronelismo e clientelismo; rompimento com a base coronelística de fazer política através de inovações político-eleitoral-administrativas introduzidas no período pós-64 (período militar); passagem do clientelismo pessoal, individualizado, para o clientelismo de massas, coletivo; crescente urbanização e introdução de indústrias, especialmente do setor sucro-alcooleiro, e de esferas de governo estadual e federal, através de secretarias e gerências regionais; surgimento de novas lideranças (De Santi e Clodoaldo Medina); momento de ruptura com a situação (ARENA) e maior apoio à oposição (MDB), especialmente nos últimos anos da década de 70; reintrodução da política local na base situacionista na década de 80 e na década de 90 na base conservadora – faz com que a vitória do Partido dos Trabalhadores seja realmente um marco.

Na legislatura que se iniciou em 2001, o Partido dos Trabalhadores obteve seu maior desempenho desde 1982, somou um total de 5.774 votos, o segundo partido político mais votado nessas eleições (Figura 9 – Araraquara – Votos válidos e número de vereadores eleitos por legenda [2001-2004]). Elegeu quatro vereadores, Vera Botta Ferrante, Edmilson de Nola Sá, Edna Sandra Martins e Carlos Alberto do Nascimento, compondo uma bancada com amplas capacidades de articulação política.

O PT somente não conseguiu ultrapassar o PMDB em número de votos para essa legislatura em virtude do desempenho pessoal de Deodata L. do Amaral Toledo (PMDB), que obteve 4.035 votos. Eleita para a sua quarta legislatura em 2001, a quantidade de votos que Amaral recebeu representou 55% do total de votos do PMDB para o legislativo municipal (7.349 votos). Em certa medida, esse desempenho de Amaral está vinculado aos anos de trabalho na Secretaria de Assistência Social do Município de Araraquara, tornando-a uma pessoa conhecida em diversas camadas sociais.

Figura 9 – Araraquara – Votos válidos e número de vereadores eleitos por legenda (2001-2004)



Fonte: TRE.

A análise desse período (1976-2001) revelou-nos um continuísmo na política local que, com o resultado das eleições 2000 e as propostas até então levadas à frente por essa nova gestão, parece indicar a eclosão de um novo ciclo. A elite política local se viu alijada, sem conteúdo e deformada em suas propostas. A diluição de seu comando em diversos partidos (PPS de Roberto Massafera, PSDB de Antonio Clóvis Pinto Ferraz, e PMDB de Marcelo Barbieri) talvez tenha causado certa cegueira ao tentar vislumbrar uma alternativa para as eleições. A elite política, que tentava se reproduzir, não foi capaz de tecer um futuro viável favorável.

Perto de cem milhões de votantes foram às urnas para eleger seus Prefeitos e vereadores em 5.560 cidades no país inteiro nas eleições de 2000. Prefeitos e vereadores que ficaram distantes do cumprimento de seus deveres diante da população não foram eleitos. A lição é bem clara: o melhor remédio contra os maus costumes nacionais é o exercício da democracia.

Os eleitores utilizaram-se das urnas para dizer algo a respeito dos partidos brasileiros. O PT foi o grande vitorioso dessas eleições, cujos resultados o colocam, pela primeira vez em seus vinte anos de vida, no clube das grandes máquinas partidárias:

Segundo reportagem da Revista *Veja*⁴⁶,

“(...) o partido de fato engordou seu balaio de votos de forma impressionante em 1996, teve 7,9 milhões de votos. Desta vez, levou 11,9 milhões”. (p. 35).

Esses dados corroboram uma reestruturação partidária do PT. Isso porque, ao trocar o discurso ideológico pelo da moralidade e eficiência, o partido surpreendeu nas urnas. Obteve uma votação, em números brutos, apenas um pouco inferior à de pefelistas, tucanos ou peemedebistas. Mas o diferencial está na vantagem que obteve: seu eleitorado está concentrado em cidades médias e grandes. Destarte, é uma massa de eleitorado urbanizada, mais informada e esclarecida, cujo voto tende a ser mais consciente.

O PT mudou, ou melhor, vem mudando nos últimos anos, especialmente depois do trauma sofrido com a perda das eleições de 1989. Junto dessa eleição, naufragou o ideário de uma sociedade socialista operária. O PT de 2000 sai das urnas mais social-democrata, talvez o partido mais social-democrata do país.

O fato de o PT estar figurando na lista dos partidos mais sociodemocratas do país revela-nos a ocorrência de evento mundial: “(...) a profundidade da crise de identidade da esquerda” (Nogueira, 2001, p. 135).

Há um movimento mundial de reformulação das forças de esquerda. E o seu crescimento nas urnas, em certa medida, corrobora isso. A vontade de ser governo, ou simplesmente sobreviver, “(...) se necessário recusando valores, idéias e convicções marcantes, vinculadas a uma história que já não faria muito sentido (...)”, parece ser a tônica destes novos tempos, Nogueira (2001: 135).

Para Nogueira (2001),

“Há um irracionalismo político solto no ar, pronto a pisotear a vida democrática, a capturar sonhos, paixões, fantasias e utopias e, claro, a atazanar e hostilizar a vida da esquerda”. (p.136).

⁴⁶ Revista *Veja*, ano 33, número 41 de 11 de outubro de 2000, p. 35.

A força motriz da esquerda parece estar sendo minada a cada situação de luta, transfigurando características que antes eram decisivas e que a definiam. O PT sai das urnas com uma variedade de apelidos: “PT rosa”, “PT chanel”, “PT burguês”, deixando transparecer um novo partido, que, sem constrangimento, de rosa, chanel e burguês, vence as eleições na cidade de São Paulo com Marta Suplicy.

O PT atendeu a um anseio da população e distanciou-se da retórica vermelha empunhando a bandeira da ética, da moralidade pública. Aproximou-se do eleitorado da classe média que se afastava de pronunciamentos incendiários, afinando-se, assim, com o redesenho da maioria dos partidos comunistas, ou de esquerda, ocidentais que se não trocaram de nome (PC do B para PPS no Brasil) passaram “(...) a flertar com a social democracia”, Nogueira (2001:136).

Os grandes motes da esquerda parecem estar esmorecendo. O tempo das revoluções, o marxismo, chegou ao seu saturamento, ficando o socialismo na necessidade de uma revolução profunda.

Nesses termos, a esquerda para Nogueira (2001),

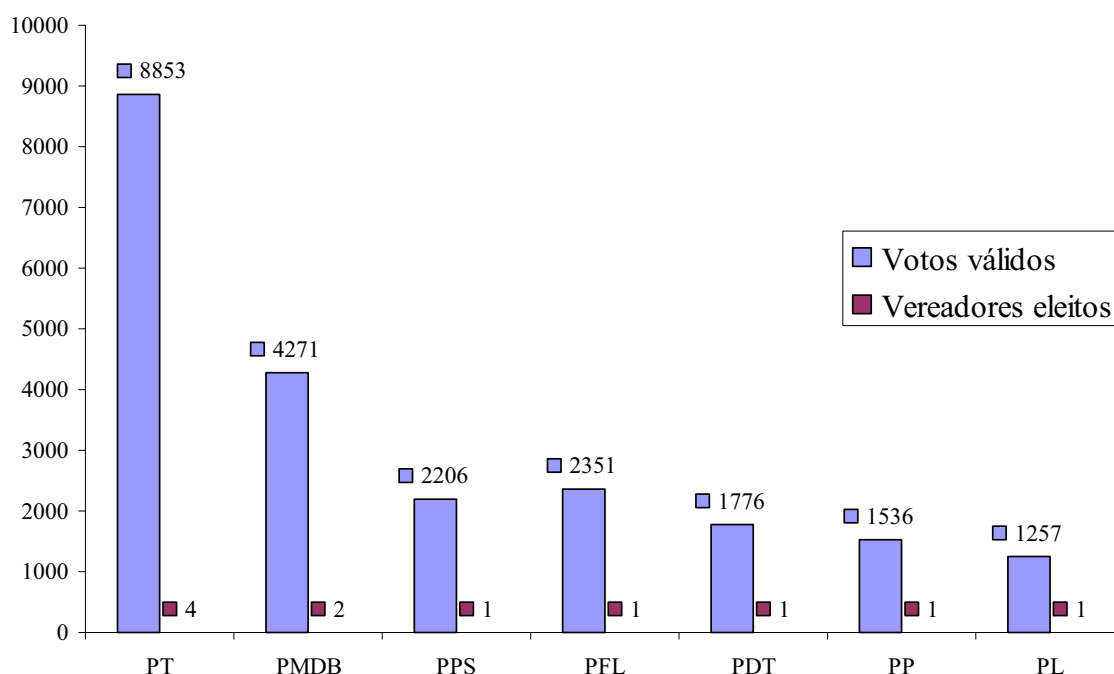
“precisaria se converter sem dó nem piedade, largando pela estrada seus despojos, corrigindo rotas e introduzindo novos símbolos, conteúdos, jargões e procedimentos em sua cultura”. (p. 136).

Em Araraquara, esse processo não nos parece ter sido diferente. O PT empunhou a bandeira da eficiência e da moralidade. A análise do desempenho do PT nas eleições legislativas de 2000 em Araraquara é fator indicativo dessas mudanças. O partido surpreendeu a elite política araraquarense, tolhendo-lhe as pernas no momento do impulso que a faria conquistar mais um mandato. E esta, por sua vez, não soube identificar seu inimigo. Ficou ensimesmada em suas disputas internas, indo para as eleições fragmentada. Em suma, não conseguiu exercer uma das capacidades que mais diferenciam os governos e as disputas eleitorais: a capacidade de tecer o futuro, Dror (1999). Ou seja, avaliar a partir das forças políticas do momento um arco de alianças partidárias que possibilitasse vitória no pleito de 2000.

Isso se dá, em certa medida, pela nova face da esquerda no mundo. Em um momento em que se apresentou com propostas próximas à social-democracia, a formatação de alianças, num período pré-eleitoral, sofreu grande influência. Tal fato minou, em certa medida, a força crítica e renovadora do passado dessa esquerda, que conquistou novas fatias do eleitorado, especialmente da classe média urbana das cidades

médias, o que, nos parece, sempre foram refratárias a este discurso “radical vermelho da esquerda”. Uma vez no poder, o Partido dos Trabalhadores imprimiu em ritmo acelerado uma maior aproximação dos setores sociais responsáveis pela sua vitória nas eleições, especialmente nos bairros periféricos. Paralelamente construiu um arco de alianças com os demais partidos que compunham o Legislativo Municipal para aprovação de projetos polêmicos, como o novo Plano Diretor em 2005. O resultado das eleições para a Câmara Municipal de Araraquara em 2004 caracteriza o processo de renovação das lideranças políticas no município de Araraquara, como se pode observar na Figura 10.

Figura 10 – Araraquara – Votos válidos e número de vereadores eleitos por legenda (2004-2007)



Fonte: TRE.

As eleições de 2004 solidificam o projeto do PT para a cidade de Araraquara. Com uma base parlamentar formada por uma votação consistente o PT, 8.853 votos, supera significativamente pela primeira vez o PMDB em número de votos, 4.271.

Não podemos deixar de destacar o fato de que essas eleições de 2004 sofreram o impacto de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de redução no número de vereadores no país. A decisão, para a legislatura que iniciaria em 2004, estava sendo questionada pelo PP e pelo PDT, por meio de Ações Diretas de Inconstitucionalidade. Os novos critérios foram adotados já nas últimas eleições

municipais, em 2004, e resultaram numa redução de 60.227 para 51.841 no número total de vereadores em todo o Brasil.

Em março de 2004, o STF estabeleceu que municípios com até um milhão de habitantes têm direito a um vereador para cada 47.619 habitantes, respeitados o mínimo de nove e o máximo de vinte e um, conforme princípio constitucional de proporcionalidade entre parlamentares e população. A fórmula foi adotada durante julgamento de Recurso Extraordinário do Ministério Público de São Paulo contra dispositivo da Lei Orgânica da cidade paulista de Mira Estrela – o dispositivo fixava em onze o número de vereadores em Mira Estrela, considerando a população de menos de três mil habitantes.

A decisão do Supremo foi ratificada e estendida para todo o país por meio de resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A constitucionalidade desta resolução é que estava sendo questionada pelo PP e pelo PDT. Os partidos alegavam que a determinação da Justiça Eleitoral fere o princípio constitucional da harmonia e independência entre os poderes e ofende o artigo 16 da Constituição Federal, que estabelece prazo de um ano, após publicação, para a eficácia de lei que altere o processo eleitoral. Outro argumento refere-se ao fato de a Constituição prever que somente Lei Orgânica do município fixará o número de integrantes de suas Câmaras Legislativas, ajustando o número de vereadores a sua população. Os ministros do Supremo não aceitaram os argumentos de inconstitucionalidade da decisão do TSE.

De acordo com o superintendente da União de Vereadores do Brasil, José Escobar, em entrevista a Agência Brasil de Notícias em 25 de agosto de 2004, a resolução do TSE atingiu cerca de 3.500 municípios, especialmente aqueles com população entre 100 mil e 300 mil habitantes. "As Câmaras de porte médio perderam no mínimo duas vagas nas últimas eleições", revelou. Como exemplos, Escobar citou as cidades de Poços de Caldas (MG), onde o número de vereadores caiu de 21 para 11; de Anápolis (GO), onde a redução foi de 21 para 15; e de Foz do Iguaçu (PR), com queda de 21 para 14. "Os municípios não tiveram lucro financeiro com a medida e houve prejuízo para a representação. A cidade que perdeu vereadores perdeu força", avaliou. A cidade de Araraquara teve reduzido de vinte e um para doze o número de vereadores. Evidentemente que em um cenário desses, a disputa eleitoral torna-se mais acirrada, o que parece-nos não ter afetado o desempenho do PT.

A análise desse processo evidencia não somente a renovação das lideranças políticas na cidade de Araraquara, fator nitidamente caracterizado pelo histórico das votações da Câmara Municipal no período de 1964-2004. Para além dessa constatação, o projeto administrativo do PT para a cidade de Araraquara incluiu a implementação de novos mecanismos na elaboração e implementação de políticas públicas. O conceito de democracia participativa e de desenvolvimento sustentável ganha volume e influencia o processo decisório neste início de século XXI. É, a partir dessa contextualização, que se pretende analisar sistematicamente a implantação da proposta de desenvolvimento sustentável, formulação de políticas públicas e a proposta de gestão cidadã em Araraquara, tema do “CAPÍTULO IV - A CONSTRUÇÃO DO DEBATE – A AGENDA 21 DE ARARAQUARA”.

CAPÍTULO IV A CONSTRUÇÃO DO DEBATE – A AGENDA 21 DE ARARAQUARA

A Organização Não-Governamental Araraquara Viva, inicialmente como um grupo de estudos, é parte importante desse processo de construção de uma agenda de desenvolvimento sustentável para a cidade de Araraquara. Por esse motivo, reconstruiremos o histórico de fundação da entidade e demonstramos os temas inicialmente discutidos pela organização. A análise dos temas mostrará que o conceito de sustentabilidade sempre esteve presente enquanto uma proposta de criação de um plano estratégico para o município que pudesse agregar os atores e instituições relevantes.

As discussões em torno da formação de um grupo de estudos que pudesse criar uma agenda de debates sobre as questões urbanas de Araraquara se iniciaram no dia 1º de julho de 2000 no Restaurante Degraus. Esse grupo, composto em sua maioria por alunos do Curso de Especialização em Gestão Pública e Gerência de Cidades da Faculdade de Ciências e Letras – FCL – da UNESP/Araraquara, reunia-se para debater as formas reais de intervenção na administração pública, que beneficiassem a comunidade, buscando a garantia de melhores condições de vida para a população araraquarense⁴⁷.

Discutia-se, na ocasião, a formação de um grupo suprapartidário que pudesse garantir o debate sobre o tipo de comunidade em que se desejava viver. No início da organização do movimento, a preocupação do grupo era justamente com o desenho que a entidade deveria assumir para poder canalizar as discussões sobre a cidade. Como exemplo de formato, foram discutidas as experiências da UNESP/Rio Claro, em que se instituiu um Laboratório de Planejamento Municipal⁴⁸, com participação de professores da universidade, técnicos e comunidade.

O grupo de Araraquara já se preocupava com a necessidade de uma intervenção capacitada, acadêmica e científica dos temas a serem apontados como importantes para a cidade. Para tanto, especialistas em diversas áreas poderiam ser

⁴⁷ Grupo de estudos e debates Araraquara Viva. *Primeira Ata de reunião*. Arquivo da ONG Araraquara Viva, 1º de junho de 2000.

⁴⁸ O Laboratório de Planejamento Municipal do Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento do Instituto de Geociência e Ciências Exatas da UNESP/Campus de Rio Claro tem como objetivo a realização de estudos, projetos e prestação de serviços nas áreas de Planejamento Urbano e Regional; Geografia Urbana e Regional; Planejamento e Análise Ambiental; Manejo de Resíduos Sólidos; Planejamento e Desenvolvimento do Turismo. (Fonte: <http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento>).

convidados para relatar experiências e pesquisas desenvolvidas em órgãos municipais. Nesse sentido, apontou-se como possibilidade parceria com a UNESP/Araraquara para a efetivação de um projeto como aquele da cidade de Rio Claro.

Nesse momento, sugeriu-se o nome “Araraquara Viva”⁴⁹ para o grupo, e procurou-se caracterizá-lo como um fórum permanente de debates, que apontasse temas, problemas e soluções para a cidade.

Esse formato surgia por estarmos em um cenário positivo para apresentação de alternativas na construção de canais de comunicação com o processo decisório local, especificamente com o Poder Público Municipal. Era um momento eleitoral e de implementação de projetos que impactariam a malha urbana significativamente, como por exemplo, a remoção e reurbanização da região dos trilhos da ferrovia⁵⁰.

Historicamente, os perfis dos Prefeitos em quase vinte anos de gestão (1982–2000) revelavam-nos uma participação da população formalizada apenas através do momento do voto. Eficazmente, desenhou-se uma gestão local com pouca transferência de poder decisório, através de mecanismos democratizantes participativos e de responsabilização de entidades ou órgãos locais. Temos, portanto, configurado uma forma de governo com ampla influência conservadora.

Identificamos, assim, a existência de um período considerável de exercício conservador na administração a partir de 1982, entre Clodoaldo Medina (1983 – 1988), do PMDB, Waldemar De Santi, do PPB, (1989 – 1992), Roberto Massafera (1993 – 1996), do PMDB e novamente Waldemar De Santi (1997 – 2000). Partindo dessas considerações, o grupo de estudos Araraquara Viva propôs debates permanentes dos problemas, soluções e estratégias de futuro para a população, acima de interesses político-partidários. A proposta era, na verdade, de se instituir um laboratório de intervenção, de

⁴⁹ O nome Araraquara Viva teve como inspiração duas associações conhecidas nacionalmente: Viva o Centro, de São Paulo, Capital e o Viva Rio da cidade do Rio de Janeiro. A Associação Viva o Centro nasceu em 1991 como resultado da tomada de consciência das mais significativas entidades e empresas sediadas ou vinculadas ao Centro de São Paulo do seu papel de sujeitos e agentes do desenvolvimento urbano. O Viva Rio, nascido em 1993 com a indignação de algumas pessoas diante da chacina ocorrida em Vigário Geral, quando 21 moradores da favela foram mortos por policiais ligados a um grupo de extermínio, enfoca dois problemas emergenciais: a segurança pública e a integração da cidade, sobretudo entre favelas e bairros.

⁵⁰ Novamente, como em novembro de 1972 quando da montagem pelo Rotary Club do Grupo de Trabalho que analisaria o Plano Diretor, a remoção dos trilhos da ferrovia do perímetro urbano central da cidade é tema de debate (ver página 88-89 dessa pesquisa). Às vésperas das eleições de 2000 o então Prefeito Waldemar De Santi comunica, via imprensa, a possibilidade de execução do antigo projeto de retirada dos trilhos da ferrovia da região central da cidade.

acesso a todos que estivessem preocupados com o crescimento participativo e democrático da população nos destinos locais, ampliando o exercício da cidadania. Para tanto, foram convidados alguns profissionais do IAB, núcleo Araraquara, da extinta Ferrovia Paulista S.A., FEPASA, e da Prefeitura Municipal, para munir o grupo de informações relativas à cidade. Foi na primeira reunião do grupo, em 1º de junho de 2000, que nasceu a decisão de se abrir uma agenda de discussão sobre temas relevantes para a cidade, iniciando com a questão da remoção dos trilhos.

No dia oito de junho de 2000, às 20h00 no Restaurante Degraus, com a presença de vinte e duas pessoas, iniciou-se a discussão sobre o tema proposto: a retirada dos trilhos da região central da cidade. Apontou-se a necessidade de se discutir de forma democrática a cidade onde desejavam viver. Perguntava-se como contribuir para o planejamento urbano municipal, uma vez eram apenas alunos do Curso de Pós Graduação em Gestão Pública e Gerência de Cidades⁵¹.

O arquiteto Sr. Francisco José Santoro, então presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil/Araraquara e ex-secretário de desenvolvimento urbano na gestão do Prefeito Roberto Massafra, iniciou a explanação sobre os aspectos históricos do Plano Diretor de Araraquara, o processo de tombamento da Estação de Trem e a retirada dos trilhos da região central da cidade. O Plano Diretor de Araraquara, iniciado em 1963 e concluído em 1977, foi esquecido e não utilizado nas gestões que se seguiram à sua elaboração. O arquiteto fundamentou a importância do planejamento urbano, idealizado por equipe técnica competente, composta por arquitetos e urbanistas, que possam prever e planejar o crescimento e o desenvolvimento de um município de forma mais ordenada possível, sem comprometer a qualidade de vida da população. No caso de Araraquara, Francisco Santoro afirmou que alguns aspectos do planejamento urbano têm merecido pouca preocupação por parte do poder público. O uso e a ocupação do solo e a definição das áreas de zoneamento urbano são exemplos claros disso.

Quanto ao tombamento histórico de imóveis ou espaços públicos, informou que é um dos processos mais lentos, demorados e burocráticos, mas que, apesar disso, em nossa cidade, já temos alguns espaços declarados patrimônios históricos: o Casarão do Colégio Progresso, antiga Casa dos Artistas, a Casa da Cultura, a Igreja

⁵¹ Grupo de estudos e debates Araraquara Viva. *Segunda Ata de reunião*. Arquivo da ONG Araraquara Viva, 8 de junho de 2000.

Matriz de São Bento, o Hotel Municipal, a Câmara Municipal e o Sistema Viário Central – este com o objetivo de frear o alargamento das ruas.

Nesse encontro, Francisco Santoro apresentou uma retrospectiva histórica da questão da remoção da ferrovia. Segundo ele, foi no governo Waldemar De Santi, em sua primeira gestão (1977-1981), que se delineou o primeiro estudo, entre 1977 e 1978. Nessa época, já se observava o declínio da ferrovia no que diz respeito aos investimentos. Na gestão do Clodoaldo Medina (1982-1986), o executivo propôs o transporte de passageiros através do metrô de superfície, utilizando-se, assim, de toda a infra-estrutura já implantada na região em questão. No governo seguinte, Roberto Massafera (1992-1996), houve idealização de um projeto para a permanência dos trilhos, o replanejamento e a transferência do pátio de manobras e cargas para Tutóia, prevendo a retirada de parte dos trilhos da região central.

Francisco Santoro ainda fez algumas colocações sobre a participação da comunidade nas decisões do poder executivo. Muitas vezes a comunidade, disse ele, “não se organiza e as decisões são tomadas, comprometendo o processo de desenvolvimento e crescimento da cidade”. Tendo isso em vista, ele sugeriu a organização pelo grupo de um abaixo-assinado para conter uma possível demolição do prédio da Estação de Trem e a retirada dos trilhos da ferrovia. Lembrou que a estação foi fundada em 1895 e tem grande importância cultural, pois revela a identidade e resgata a história e as raízes de Araraquara.

Após essas considerações, o grupo de estudos decidiu ampliar os conhecimentos a respeito da área utilizada pela ferrovia. Assim, optou-se por fazer uma visita a campo para aprofundamento de algumas questões, tais como: solidificar a argumentação na defesa do patrimônio histórico e cultural de Araraquara, preocupação e enfoque múltiplo da importância do passado e do futuro para o município, reutilização e reaproveitamento dos espaços urbanos e verificação do porquê da ênfase demasiada dos gestores municipais com o transporte coletivo.

O Araraquara Viva aprofundou o debate sobre a remoção dos trilhos, promovendo uma visita à área. Dessa visita, ficou estabelecido que o grupo prepararia um documento a ser apresentado ao poder público, pois se verificou que aquela região merecia atenção especial no que diz respeito a sua recuperação e utilização democrática, respeitando-se a vontade da comunidade local.

Como podemos notar, começou a tomar corpo um grupo de pessoas, alunos do Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública e Gerência de Cidades, composto de diversos profissionais, preocupados com o planejamento urbano, a gerência pública e a redução das disparidades sociais para a melhoria das condições de vida da população. Em debates no referido curso, o grupo despertou e refletiu para diversas questões, como por exemplo, em que cidade desejamos viver no futuro? Como podemos intervir na realidade usando o referencial teórico do curso? Como mobilizar a comunidade para o debate e a participação do planejamento social e urbano?

Para atendimento a esses questionamentos, foi elaborada uma agenda de temas relativos às questões do transporte ferroviário e coletivo, trânsito, segurança pública, saúde e educação, entre outros. Com relação ao projeto de retirada dos trilhos, algumas ações práticas foram tomadas, tais como, a elaboração de um abaixo-assinado, solicitando ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Turístico, CONDEPHAT, agilidade no processo de tombamento da Estação Ferroviária, encaminhado pelo IAB/Araraquara em 20 de outubro de 1999, tendo em vista as informações de possíveis agressões àquele patrimônio histórico-arquitetônico; o convite a técnicos da Prefeitura Municipal para prestarem esclarecimentos sobre o projeto, em desenvolvimento pelo Exército Brasileiro, de remoção dos trilhos; uma visita ao Secretário Municipal de Planejamento, Edélcio Tositto e ao Diretor de Obras, Sr. Murilo de Souza Corrêa, sinalizando com a possibilidade de um diálogo aberto com a administração do então Prefeito Waldemar De Santi.

Em julho do ano de 2000, o grupo elaborou um documento, esclarecendo seus objetivos, encaminhado para a imprensa local e à comunidade. O documento publicado nos principais jornais de Araraquara definiu o grupo como suprapartidário, com pressuposto de fomentar a participação dos cidadãos nas discussões de projetos e soluções no que concerne ao planejamento, ao crescimento e ao desenvolvimento urbano.

A questão da remoção dos trilhos, após estudos, visitas técnicas e coleta de informações, ficou a cargo do Engenheiro ⁵²Elias Chediek Neto, que elaborou um projeto alternativo, embasado nas discussões vivenciadas até ali pela equipe da Araraquara Viva. Esse projeto corroborava análises feitas na gestão do Prefeito Roberto

⁵² Elias Chediek (PMDB) foi eleito Vereador em Araraquara para o quadriênio 2001 a 2004. Está em seu segundo mandato, 2004-2007.

Massafera (1988-1991) de estreitamento dos ramais férreos e mudança apenas do pátio de manobras para Tutóia. Posteriormente apresentado como proposta à gestão seguinte, Prefeito Edson Antonio da Silva (2001-2004), está em estudo de viabilidade.

Todo esse histórico da entidade e o comprometimento de setores da sociedade com as questões urbanas mais prementes fizeram surgir a idéia de ampliação dos canais de discussão sobre os rumos do desenvolvimento local. Estabeleceu-se uma agenda de debates com assuntos diversos com colaboração de organismos não-governamentais, instituições e demais setores da sociedade.

As questões da cidade passaram a ser tratadas de forma participativa com a reivindicação do estabelecimento de um claro canal de comunicação com os poderes instituídos. É inegável que o fato de o grupo ter mergulhado na análise de um problema específico, a retirada dos trilhos, revelou-lhes uma gama, até então inimaginável, de problemas reais advindos da não participação da comunidade nos destinos da cidade. Ou seja, a total delegação dos destinos da cidade a apenas um grupo de pessoas poderia levar ao acirramento das disparidades sociais, que já se refletiam no uso e na ocupação do solo urbano.

Tendo em vista essas questões, no dia 15 de junho de 2000, em reunião do Araraquara Viva, foi apresentado como alternativa, ou proposta de ferramenta de gestão das vontades, desejos e expectativas da população local, um plano estratégico de construção de cenários e propositura de políticas voltadas para o público chamado Agenda 21. É nesse momento, que se insere no grupo o termo desenvolvimento sustentável, devidamente conceituado no CAPÍTULO I - AGENDA 21 – METODOLOGIA PARTICIPATIVA NA FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, tópico 1.3. Agenda 21: a participação na formulação e implementação de políticas públicas sustentáveis.

A necessidade de agendamento das prioridades locais e o levantamento das potencialidades e vulnerabilidades, tendo em vista o cenário eleitoral do momento, mobilizaram o grupo para o estabelecimento de uma rodada política de debates sobre os destinos da cidade.

Foram feitos cinco debates com os candidatos a Prefeito, Roberto Massafera, candidato pelo Partido Popular Socialista, PPS, Antonio Clóvis Pinto Ferraz, candidato pelo Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB, Dauri Speranza, candidato pelo Partido Humanista da Solidariedade, PHS, Marcelo Barbieri, candidato

pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB e Edson Antonio da Silva, candidato pelo Partido dos Trabalhadores, PT, de outubro a dezembro de 2000. Como resultado desses debates tivemos cinco artigos publicados nos jornais locais apontando seus principais enfoques. Foram feitos estudos preliminares para a definição dos temas a serem debatidos com os candidatos.

Desses estudos, ficou estabelecido que em cada debate seria enfocada a necessidade do estabelecimento de um canal de comunicação entre a sociedade civil organizada e o representante eleito para o próximo mandato. Como eixo de debate, definiu-se o desenvolvimento econômico e sua conseqüente geração de disparidades, a disseminação e preservação da cultura, o patrimônio histórico e os investimentos em educação. Todos os candidatos assinaram um protocolo de intenções, relativo às demandas pertinentes ao grupo de artistas, participantes desses debates, e posicionaram-se a respeito dos questionamentos do grupo Araraquara Viva nos eixos já citados. Não houve discrepâncias com relação à necessidade de preservação do patrimônio histórico ferroviário local entre os candidatos. Somente um candidato, como era previsto, o Deputado Federal Marcelo Barbieri, do PMDB, defendeu a retirada dos trilhos, argumentando em defesa do projeto do então Prefeito Waldemar De Santi, que o apoiava na campanha eleitoral.

Mais uma vez, agora com a contribuição da visão dos futuros administradores políticos da cidade, acirrou-se o sentimento de necessidade de um projeto para o *desenvolvimento*, com foco na sustentabilidade, para o Município. Tornava-se mais necessária, a cada reunião do grupo de estudos, a mobilização da sociedade local para um agendamento de suas prioridades para o futuro. O presente tinha que ser contemplado com ações voltadas para a elaboração de um plano estratégico, que comprometesse os setores da sociedade para construirmos cenários possíveis para a cidade nos próximos dez anos.

Para atingirmos essas expectativas, foi lançado, em evento na Biblioteca Municipal “Mário de Andrade”, no dia 16 de fevereiro de 2001, o projeto Agenda 21 Local. Todo esse processo histórico de elaboração do projeto da Agenda será discutido no tópico 4.1. Agenda 21 Local - A Proposta para Araraquara. No entanto, vale destacar de pronto que esse projeto lançou as bases de um novo agir social de um grupo de estudos que agora, sob o formato institucionalizado de uma organização não-governamental, pensa o espaço urbano nas suas mais diferenciadas representações sociais, econômicas e culturais. O

desenvolvimento não seria mais relacionado simplesmente ao crescimento econômico. Atentaremos para as outras dimensões da realidade social, vislumbraremos o desenvolvimento de forma sustentável e ampliado, afirmou o grupo em sua Segunda Ata de reunião, datada de 8 de junho de 2000: Rodrigo Alberto Toledo, enquanto presidente da entidade; Anamaria Bonifácio Martins, Vice-presidente; Regina Célia de Souza, Primeira Secretária; Cláudia Barbieri Bombarda, Segunda Secretária; Murilo de Souza Correa, Primeiro Tesoureiro; e Júlio Fernando Pascoal Basso, Segundo Tesoureiro.

Após assumir esses desígnios, durante os anos de 2001-2003, a entidade, em conjunto com um bloco de instituições, desenhou suas estratégias para o desenvolvimento da Agenda 21 Local. Paralelamente ao desenvolvimento desse grande projeto, a Araraquara Viva inscreveu sua atuação dentro do conceito de sustentabilidade ampliada em fóruns de debates e na elaboração de projetos socioculturais em Araraquara.

4.1. Agenda 21 Local - A Proposta para Araraquara

Em 1999, em matéria publicada no jornal *Tribuna Imprensa* em 06 de junho, começaram as discussões a respeito da necessidade de um projeto de desenvolvimento sustentável para Araraquara. Nessa matéria assinada pelos Professores Alcyr Azzoni e Paulo Finotti, da Universidade de Araraquara – UNIARA –, dava-se destaque à visita do então Ministro de Estado do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, José Sarney Filho, ao Centro de Estudos Ambientais (CEAM) da UNIARA.

O Ministro, nessa visita, colocou a urgência da discussão da Agenda 21 Local, com a participação de representantes dos órgãos ligados ao meio ambiente, das autoridades, dos especialistas, dos políticos e das organizações não-governamentais. Esse evento assinalava também com o objetivo de definir um consenso dos rumos da política municipal para o meio ambiente, determinando-se as prioridades. O artigo apontava a falta de definição, por exemplo, da proteção dos mananciais e a ausência de ações para a recomposição das matas ciliares dos numerosos córregos que cruzam a zona urbana.

Esse evento pode se situar como o início das discussões sobre as possibilidades de realização de um projeto de desenvolvimento sustentável da cidade. As informações contidas no artigo citado lançam as bases de discussão sobre a necessidade de desenvolvimento da Agenda 21 Local, traçando um importante histórico desde os

trabalhos da Agenda 21 Global no Rio de Janeiro. No entanto, essas discussões não passaram de projeções, não sendo efetivadas em um plano de desenvolvimento dos estudos necessários à implementação da Agenda 21 Local. Posteriormente, por iniciativa da Organização Não-Governamental Araraquara Viva iniciou-se, em 2001, o processo de construção de Agenda 21 Local.

A gestão do Prefeito Edson Antonio da Silva, o Edinho do PT, chamou para si a tarefa de construir no ano de 2000, de forma participativa, o novo PD de Araraquara. Para tanto, mobilizou os atores da cidade e lançou, durante esse mesmo ano, as fases do Plano sob os cuidados do Arquiteto e Secretário de Desenvolvimento Urbano do Município, Lincoln Ferri do Amaral.

Paralelamente ao desenvolvimento do Plano Diretor, o Movimento Araraquara Viva avançava nas discussões a respeito dos índices distintivos que a cidade de Araraquara alcançara, fazendo com que nela surgissem jargões como “Araraquara, a cidade mais limpa das três Américas”, “Araraquara a cidade com qualidade de vida”, “Araraquara trata 100% de seu esgoto”, “Araraquara oferece ao cidadão 100% de água tratada” etc. Evidentemente que também avaliávamos a condição de destaque do município que edificou sua economia nos moldes capitalistas, apresentando em suas estruturas características específicas e heterogêneas, tais como: setor agrícola estabelecido em moldes capitalistas modernos (cana e laranja); setor industrial significativo (confeção, máquinas e equipamentos, alumínio, cervejaria etc.); e um parque industrial associado à produção de suco concentrado de laranja e à produção açucareira. O setor de comércio e serviços funciona como pólo regional, mesmo com a proximidade a Ribeirão Preto. E, por fim, a cidade tem um setor técnico científico, constituído de funcionários do Estado ligados à Universidade Estadual Paulista e a órgãos administrativos de planejamento estatal. Todas essas características refletiram em transformações significativas no desenvolvimento urbano de Araraquara.

A partir dessas considerações, pensou-se na formulação de uma ferramenta metodológica de desenvolvimento e proposição de políticas públicas: a Agenda 21 Local⁵³. Dessa forma, foram traçadas metas pelo grupo executor da proposta, iniciando com a leitura da Agenda 21 Global. Seguindo a estratégia inicial, cada

⁵³ Programa para implementação da proposta de desenvolvimento sustentável. Foi aprovado durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Rio 92).

integrante do Movimento escreveu artigos sobre áreas de interesse, vinculadas ou não às questões locais. Foram publicados nos jornais locais mais de vinte artigos, resultando no lançamento de uma brochura com tiragem de 500 exemplares, distribuídos na cidade de Araraquara e região. Criou-se, em seguida, um fato político capaz de mobilizar atores relevantes do município no evento chamado Agenda 21 Local. Estiveram presentes no evento a pesquisadora Aspásia Camargo, conhecida como uma das coordenadoras da *Agenda 21 Global* na Rio 92, e o ex-deputado e Secretário Estadual do Meio Ambiente, Fábio Feldman, autor de propostas mitigadoras da poluição em grandes centros. Ambos trataram das possibilidades de desenvolvimento de uma política local sustentável.

4.2. Íntegra do projeto inicial da Agenda 21 de Araraquara⁵⁴

A Agenda 21 é uma “carta de intenções” que foi formulada durante a Eco 92 no Rio de Janeiro. Essa Agenda tem como objetivo definir uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o país, através da articulação de parceria entre o governo e a sociedade. A Agenda 21 brasileira privilegiou a abordagem multissetorial da realidade nacional, buscando as diretrizes para um planejamento em longo prazo para o país.

Áreas temáticas que refletem a problemática sócio-ambiental foram abordadas delineando uma metodologia de articulação entre elas e as necessidades mais gerais do desenvolvimento sustentável. Assim, foram selecionados seis temas centrais de forma a abarcar a complexidade do país, dos estados, municípios e regiões dentro do conceito da sustentabilidade ampliada: 1. Para o Campo: modelo da agricultura sustentável; 2. Para o Meio Urbano: modelo de cidades sustentáveis; 3. Para Setores Estratégicos (transportes, energia e comunicações): questões centrais de infra estrutura e integração regional; 4. Proteção e Uso dos Recursos Naturais: gestão dos recursos naturais; 5. Redução das Disparidades Sociais: redução das desigualdades sociais; 6. Ciência e Tecnologia Para o Desenvolvimento Sustentável.

O grupo de estudos Araraquara Viva teve como uma primeira proposta a leitura, análise e discussão dos temas e conceitos da Agenda 21. Em um

⁵⁴ Estratégia inicialmente construída para desenvolvimento dos trabalhos de elaboração da Agenda 21 Local em Araraquara. Fonte: www.araraquaraviva.org.br

segundo momento, propôs-se a, em parceria com a sociedade civil organizada e as instituições afins, organizar a Agenda 21 Local.

Todo o trabalho foi no sentido de que, minimamente, fossem lançadas as bases para o surgimento de propostas de ação público-privada em programas locais, tendo em vista a sustentabilidade ampliada, da qual fala o projeto da Agenda 21 Global. Para atingir tal objetivo, foi traçado no dia 07 de novembro de 2000 na sala 6 do Prédio do Laboratório de Letras da UNESP/Araraquara, em reunião do grupo de estudos Araraquara Viva, um plano de ação para aprofundar a discussão e divulgar a Agenda 21, conforme se segue:

Primeiro

Leitura pelos integrantes do Grupo de estudos Araraquara Viva do texto da Agenda 21. Cada integrante do Grupo deveria desenvolver artigos, individualmente ou em co-autoria, sobre áreas de interesses da Agenda 21, para, através dos artigos e de outros eventos, fomentar o interesse de setores da sociedade e tornar os temas da Agenda.

Segundo

O segundo ponto da estratégia montada diz respeito à criação de um fato político relacionado a um evento que desse visibilidade à temática Agenda 21 Local. Também como parte do lançamento da Agenda 21 Local, foi realizado em 16 de fevereiro de 2001 um evento público para apresentação das propostas de trabalho do Araraquara Viva à comunidade e possibilitar a participação ativa de entidades da sociedade civil organizada, bem como dos poderes públicos locais e regionais.

Terceiro

O terceiro momento da estratégia elaborada seria a montagem de um fórum de debates com Prefeitos que já implementaram a Agenda 21 local e com os novos Prefeitos da Região Central do Estado de São Paulo, buscando uma pauta comum de atuação. O evento contaria com a coordenação do movimento Araraquara Viva e das instituições parceiras. A data, a programação e o local do fórum de debates seriam definidos posteriormente ao acontecimento do primeiro evento.

Resumindo a estratégia inicial, cada integrante do movimento escreveu artigos sobre áreas de interesse vinculadas ou não às questões locais. Foram publicados

nos jornais locais mais de vinte artigos, resultando no lançamento de uma brochura com tiragem de 500 exemplares, distribuídos na cidade de Araraquara e região. Criou-se, em seguida, um fato político: uma conferência, na Biblioteca Municipal “Mário de Andrade”, no dia 16 de fevereiro de 2001 (foto 01), capaz de mobilizar atores relevantes do município no evento chamado Agenda 21 Local. Estiveram presentes no evento a pesquisadora Aspásia Camargo, Diretora Executiva do Centro Internacional de Desenvolvimento Sustentável - CIDS, da Fundação Getúlio Vargas, FGV, e Assessora do Ministério do Meio Ambiente, e Fábio Feldmann, Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e Representante do Presidente Fernando Henrique Cardoso para a Rio+10 em 2002.

Aspásia Camargo e Fábio Feldmann trataram das possibilidades de desenvolvimento de uma política local sustentável. Assim, foram criados grupos temáticos que, em um primeiro encontro, apresentaram um diagnóstico inicial de Araraquara, apontando suas vulnerabilidades e potencialidades em cada área.

4.3. Diagnóstico Inicial da Agenda 21 Local de Araraquara⁵⁵

O objetivo da proposta da Agenda 21 Local foi desencadear um processo de desenvolvimento de políticas para o desenvolvimento sustentável e construir parcerias entre autoridades locais e outros setores para implementá-las. Os programas dela baseiam-se na criação de sistemas de gerenciamento apropriados para governos locais, que levem à construção de cenários futuros. A elaboração de indicadores que pudessem subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais sustentáveis nas diferentes áreas de atuação do governo local. Dessa forma, objetivava-se a elaboração de banco de dados que pudesse monitorar as condições de vida e bem-estar da população vinculadas ao conceito de sustentabilidade ambiental.

Esse gerenciamento pretendia integrar planejamento e políticas, envolver todos os setores da comunidade e focalizar resultados a longo prazo. A metodologia utilizada para a construção inicial de um cenário da cidade de Araraquara foi a proposta pela Agenda 21 Brasileira. As seis áreas temáticas que abarcam os principais problemas dos municípios brasileiros foram aqui transformados em Grupos Temáticos, GT. Cada

⁵⁵. Fonte: www.araraquaraviva.org.br.

GT produziu um cenário inicial a partir das vulnerabilidades e potencialidades locais, conforme abaixo descrito.

1-Agricultura Sustentável: *Vulnerabilidades:* “importação” de cerca de 92% dos produtos que a cidade consome; cultivo em massa de apenas dois produtos, cana-de-açúcar e laranja; preservação do Aquífero Guarani e matas ciliares. *Potencialidades:* recuperação de estradas vicinais; áreas rurais com potencial para novos projetos agrícolas.

2-Cidade Sustentável: *Vulnerabilidades:* surgimento de núcleos de favelas; invasões habitacionais em áreas de mananciais; problemas na área da saúde, como exames, consultas e internações; falta de integração de projetos entre as secretarias municipais. *Potencialidades:* aprovação do Estatuto da Cidade; foco de desenvolvimento em áreas carentes; existência de universidades na região que fazem trabalhos sociais (UNESP, USP, UFSCar).

3-Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável: *Vulnerabilidades:* pouca integração universidade/empresas/sociedade; falta de mão-de-obra qualificada; pouco interesse e desconhecimento da comunidade da possibilidade de interação com os centros universitários. *Potencialidades:* existência de três universidades (sendo uma pública); SENAI (centro formador de mão-de-obra para a indústria pesada); tronco de fibra-óptica.

4-Gestão de Recursos Naturais: *Vulnerabilidades:* identificar recursos naturais da macro-região; agressão a esses recursos; má conservação de estradas vicinais. *Potencialidades:* política educacional e conscientização da população sobre a importância da natureza para a vida humana.

5-Infra-estrutura e Integração Regional: *Vulnerabilidades:* dificuldade de acesso à ciência e à tecnologia; transportes, com relação ao preço de pedágios; integrar bairros em termos de estrutura; maior acesso à saúde e à educação; dar continuidade a obras já prontas. *Potencialidades:* excelente malha de energia, telecomunicações e transportes; grandes investimentos, vinda de empresas como a EMBRAER.

6-Redução das Desigualdades Sociais: *Vulnerabilidades:* dificuldades de acesso à informação e à educação; dificuldade de geração de trabalho e renda; dificuldade de exercer direitos. *Potencialidades:* grande número de entidades filantrópicas e ong's; bons indicadores em áreas, como saúde e saneamento; indicadores positivos no combate à mortalidade infantil.

Como podemos notar, a cidade de Araraquara avançou significativamente na proposta de construção de uma Agenda para o desenvolvimento sustentável. Criaram-se, no município, condições importantes para o desenvolvimento de um estudo sistêmico e estrutural do que se entende como qualidade de vida.

O desenvolvimento do projeto Agenda 21 Local, em Araraquara, alcançou significativa repercussão por estarmos vivendo um novo momento político, no possível aumento da participação popular no processo decisório local e de reorganização mesmo das forças produtivas capitalistas, dentre outras coisas.

Entretanto, hoje o processo de construção da Agenda 21 está num estágio de dormência. O Poder Público Municipal tornou a Agenda 21 Local parte do Plano Diretor. Essa atitude, por um lado, mostra claramente os ganhos obtidos pela sociedade civil, tendo em vista a criação de uma linha de discussão dentro do Plano. Por outro lado, desmobiliza um processo que, originalmente, é fruto das relações sociais da cidade, pertencendo, por assim ser, ao capital social local.

As explicações para o formato adquirido, o de agregação da Agenda 21 Local pelo Plano Diretor, podem assumir as mais variadas formas. Na verdade, grandes feitos e grandes comprometimentos foram construídos durante os trabalhos executados da Agenda 21 Local. Parcelas da sociedade civil se viram contemplada em um espaço legítimo e capaz de canalizar as demandas por uma cidade mais justa, por uma cidade mais sustentável. Identificamos, nesse momento, o surgimento dos primeiros entraves ao processo.

Do ponto de vista da divergência de propostas, tendo em vista os mais variados grupos envolvidos com os mais variados interesses explícitos ou não, conseguimos consensuar satisfatoriamente. Mas o próprio andamento do projeto da Agenda 21 Local, com suas demandas próprias, gerou necessidades que o grupo, tão diverso, não soube suplantar. As dificuldades, por menores que fossem, como divisões de tarefas e constituição de um grupo que pudesse devotar grande parte de seu tempo ao projeto, acabavam por assumir graus tão importantes que levou ao já citado estado de dormência do projeto e sua apropriação pelo Poder Público, tornando-o um apêndice do Plano Diretor.

CAPÍTULO V GESTÃO PARTICIPATIVA LOCAL: AGENDA 21, CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL E CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

A cidade de Araraquara construiu uma relação com seu espaço urbano pautada, em grande parte, por ações planejadas. O histórico planejamento urbano local, apresentado no “CAPÍTULO II – A HISTÓRIA DO PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE DE ARARAQUARA: POLÍTICA LOCAL E PLANEJAMENTO URBANO” aponta para um acúmulo de conhecimento sobre planejamento que levou a práticas e ao desenvolvimento de políticas urbanas, importante para período de 2001-2004 em que se dá o início da formulação do novo Plano Diretor de Araraquara. Esse novo Plano Diretor será construído com a utilização de uma metodologia participativa até então inédita na elaboração de planos similares na cidade de Araraquara.

Neste momento a cidade de Araraquara vivencia um momento de introdução de novos mecanismos político-administrativos para formulação e implementação de políticas públicas. Esses mecanismos compõem um quadro de reformulação das relações entre poder público e cidadãos: Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Ambiental, o COMPUA, e o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, o COMDEMA. São criados uma série de fóruns que têm o objetivo de construir um canal de comunicação entre cidadão e poder público. São mecanismos de formulação e gestão participativa de políticas públicas que sofrem nitidamente as influências das transformações pelas quais a sociedade está passando no início do século XXI. Ou seja, a questão ambiental, no que diz respeito à finitude dos recursos naturais, à necessidade de criar instrumentos de distribuição de renda e combate à pobreza e ao desenvolvimento econômico, são os parâmetros para a formulação e implementação de políticas públicas pelos órgãos COMPUA e COMDEMA.

A tarefa dada a esses dois órgãos na elaboração de leis reguladoras do uso e ocupação do solo – o COMPUA, responsável pela elaboração do Plano Diretor, e o COMDEMA responsável pela elaboração do Código Municipal de Gestão Ambiental - é o fator que marca a introdução na agenda política local de um modelo de gestão participativa voltado para a questão ambiental, mais especificamente para as questões da sustentabilidade.

A instituição desses dois órgãos, portanto, é significativo na introdução de uma visão não-hegemônica de democracia (Santos, 2003), introduzindo novos atores sociais dentro de uma também nova gramática social. Os novos atores sociais foram introduzidos pelos movimentos de solicitação de atendimento às demandas de grupos marginalizados. Isso evidencia que a democracia de caráter liberal, pautada principalmente no seu formalismo, produziu uma constante marginalização de grupos sociais que, organizados em associações, criaram condições necessárias para pressionar os governos. Desse conflito surgem as experiências democráticas não-hegemônicas, que contemplam outros arranjos institucionais capazes de criar um canal de comunicação efetivo com os diferentes grupos sociais.

A democracia participativa e suas experiências de construção de fóruns para elaboração de planos, projetos e metas é a mais significativa marca desse processo. É claro que não basta apenas evidenciarmos esse processo de construção de uma nova gramática social. Precisamos, no limite, compreender os traços característicos desse processo e até que ponto são formuladores de mecanismos participativos na elaboração e implementação de políticas públicas.

Torna-se *mister*, portanto, analisarmos se, no caso de Araraquara, os dois órgãos criados para formularem o Plano Diretor e o Código Municipal de Gestão Ambiental possuem procedimentos que poderíamos tipificar como participativos, para, num segundo momento, compreendermos em qual nível participativo se encontram. Como demonstramos nessa pesquisa, a participação pode assumir matizes diferenciadas entre, basicamente, dois extremos: participação dirigida e participação discutida. Parece-nos fundamental compreendermos se essas formas institucionalizadas de participação na cidade de Araraquara, COMPUA e COMDEMA, representam um simples processo de informação ou um processo consultivo. Na participação do tipo *dirigida*, há a exposição por alguém do que é certo e errado, guiando a tomada de decisão dos integrantes. Já na participação *discutida*, os saberes dos participantes são discutidos gerando convergências de conhecimento. Esse último tipo de participação permite a constituição de fóruns que *elaborem/recomendem* propostas, cabendo ao poder público aceitá-las ou recusá-las, justificando, porém, sua posição. O último nível de participação é o denominado *partilha de poder*. Este nível se subdivide em três outros: a *co-gestão*, que se dá pela institucionalização da representação na direção efetiva de um arranjo institucional, por mecanismos de administração compartilhada e colegiada; a *delegação*, em que os

administrados através de delegados, recebem alguma autonomia de atuação sem necessidade de consulta; e por fim a *auto gestão*, local em que se dá a prática coletiva de poder para decidir sobre temas distintos. Assim como esses dois conselhos foram classificados a partir dessas tipologias de participação, a Agenda 21 de Araraquara também o foi. Nos próximos tópicos, trataremos desses fóruns participativos na elaboração de propostas e normas para o uso do espaço urbano.

Iniciaremos com o tópico “5.1. A Agenda 21 Local: uma análise de sua proposta participativa”. Trataremos o tema tendo como referência o Estado do Rio de Janeiro, para tentarmos elaborar uma análise dos avanços e entraves no desenvolvimento dessa proposta. O Rio de Janeiro apresenta os dados mais sistematizados e o maior número de experiências pioneiras articuladas pelo Instituto de Estudos e Religião – ISER⁵⁶.

No tópico “5.2. COMPUA, Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Ambiental: o alcance da proposta participativa”, analisaremos a proposta metodológica de elaboração do Plano Diretor de Araraquara. Seguiremos um roteiro entrecortado por análises dos instrumentos Legais para a instituição de toda a estrutura de elaboração do PD, análises de entrevistas realizadas com os principais atores sociais do processo e análise do próprio PD, aprovado pela Câmara Municipal no ano de 2005.

Por fim, analisaremos o COMDEMA com sua proposta de Código de Gestão Ambiental. Procederemos a uma leitura minuciosa do instrumento proposto, mas não avançaremos na sua análise enquanto um fórum participativo por não ter sido executado. Mesmo assim, identificamos uma série de conceitos e de normativas que acabaram por se incorporar ao Plano Diretor de Araraquara. Destarte, achamos importante manter a análise da proposta do Código por pertencer a um momento da história política local em que a administração e parte da sociedade reformularam suas visões sobre o planejamento urbano, desenvolvimento e ocupação e uso do solo.

⁵⁶ O ISER existe há mais de 35 anos com sede na cidade do Rio de Janeiro. Desenvolve ações em outros estados e também em âmbito nacional. Atua no campo das ONGs e da sociedade civil organizada, tem a missão de promover o desenvolvimento com justiça social e responsabilidade ambiental. Desde 1994 o ISER vem desenvolvendo e aplicando metodologias e planos de ação voltados para tornar programas da Agenda 21 Nacional uma ferramenta de transformação social e ambiental. Um dos principais artífices da Agenda 21 brasileira, o ISER assessorou nesta área a Prefeitura do Rio de Janeiro, o Ministério do Meio Ambiente e também empresas como a Embratel. (fonte: <http://www.iser.org.br/>).

5.1. A Agenda 21 Local: uma análise de sua proposta participativa

A identificação dos pontos fracos e fortes das experiências da Agenda 21 no Rio de Janeiro nos permite estabelecer uma comparação com o processo na cidade de Araraquara e sua relação com os fóruns locais participativos: Agenda 21 Local, COMPUA e COMDEMA. O primeiro ponto fraco é o desconhecimento geral das pessoas, dos técnicos, dos gestores quanto à Agenda 21. Crespo (2001) aponta que, a partir de pesquisa nacional de opinião pública e com lideranças, identificou-se um conhecimento meramente superficial da Agenda 21. Esse desconhecimento geral indica que o Brasil pouco caminhou após a assinatura da Agenda 21, junto com 174 países, na Rio 92.

O governo federal havia se comprometido em conceber e implementar as políticas indutoras, desenvolver metodologia, convocar Estados para implementar a Agenda 21, a partir das demandas sociais reais, obedecendo ao chamado princípio da subsidiariedade, segundo o qual o Estado não faz o que o município faz, nem o governo federal o que o Estado pode fazer. Ou seja, o governo deveria promover campanhas, criar linhas de crédito, os Estados deveriam começar suas experiências e os municípios construir mecanismos locais para diagnóstico de problemas, formulação e implementação de políticas públicas. Por esse motivo, o Brasil, às vésperas da Rio + 5⁵⁷, arregimentou especialistas e montou um relatório que apresentava o andamento dos compromissos da Rio-92.

As iniciativas de organizar as Agendas 21, no Brasil, partiram das Secretarias de Meio Ambiente. Esse fator é positivo, uma vez que as pessoas que trabalham nessas secretarias possuem afinidade e convicção muito fortes nos pontos delineados na Agenda 21 sobre as questões voltadas para a sustentabilidade ambiental. Mas, por outro lado, as Secretarias de Meio Ambiente no Brasil são periféricas ao poder, excetuando-se as de São Paulo e Rio de Janeiro, não tendo poder de convocação, com seus orçamentos irrisórios, Crespo (2001).

Dessa forma, em muitos lugares, a debilidade da Agenda 21 também está ligada ao fato de as iniciativas serem das secretarias e elas é que presidem os

⁵⁷ Rio+5 é uma campanha global destinada a promover a passagem do desenvolvimento sustentável da agenda para a ação cinco anos depois da realização da Conferência Global Rio-92. Compreende cinco processos principais: avaliações, relatórios de pesquisa sobre pontos de interesse, seminários, chamada à ação e criação de mecanismos de apoio aos processos de desenvolvimento sustentáveis locais e nacionais. Esse encontro que reuniu organizações internacionais da sociedade civil foi realizado no Brasil em 1997 para avaliar o andamento dos compromissos da Rio-92.

processos. Ou, ainda, vinculam ou tentam vincular as atividades da Agenda aos chamados COMDEMAS (Conselhos Municipal de Defesa do Meio Ambiente), quando são secretarias municipais, ou aos CONSEMAS (Conselho Estadual do Meio Ambiente), quando são do Estado. Com isso, os conselhos ficam no meio do caminho. Ou seja, nem cumprem sua antiga missão, nem entendem a nova maior e mais ambiciosa que é a Agenda 21. Esse é o segundo ponto fraco da Agenda.

Parece-nos que o fator mais importante dessa metodologia de diagnóstico, formulação e implementação de políticas públicas, a Agenda 21, fora deixado de lado. A metodologia participativa parece chocar-se com uma cultura institucional corporativa, fechada, e, do ponto de vista de uma cultura autoritária e centralizadora – traços de nossa política tradicional -, constitui-se enquanto uma fraqueza. Trata-se de uma fraqueza institucional, de resistência dessa cultura institucional dos organismos governamentais que se tornam refratários às propostas participativas como as da Agenda 21.

A despeito de todas essas constatações, o Brasil passa por um momento favorável se considerarmos os macrovetores da política de gestão da coisa pública. A Constituição de 1988 consagrou o princípio da descentralização política e da municipalização. Essas transformações entram em consonância direta com o programa e a metodologia da Agenda 21. As novas concepções democráticas, denominadas aqui por democracias não-hegemônicas (Santos, 2003), introduziram fortemente ao léxico do campo político-administrativo nacional as palavras *descentralização*, *participação* e *sociedade civil*. Para Nogueira (2004), o reformismo incorporou quatro idéias inerentes ao discurso democrático em geral e ao radicalismo democrático em particular: descentralização, participação, cidadania e sociedade civil.

Esse reformismo incorporou uma lógica argumentativa que, ao incluir o debate sobre menos Estado, mais democracia, menos burocracia e mais iniciativa, criou uma necessidade de abertura do Estado para a sociedade. Em outras palavras, a pressão exercida sobre as esferas centrais de governos pressupunha um maior comprometimento das esferas subnacionais, Nogueira, (2004). Essas pressões, representativas das demandas e reivindicações sociais, promoveram uma expansão do processo de socialização do Estado, consubstanciado em maior possibilidade “cívica” de fazer parte do Estado e direcioná-lo. Em outras palavras, a sociedade passou a exigir uma abertura do processo decisional, tanto no âmbito do Estado quando no mundo privado, Nogueira (2004). Nesse

contexto, é que as reformas institucionais, inclusão de novos atores e reformulações organizacionais tornam-se cruciais nas agendas dos governantes das cidades.

A descentralização foi fortemente aproximada da idéia de democratização, chegando a confundir-se com ela. Desse vínculo, surge a causalidade: só seriam democráticos os espaços descentralizados, isto é, capacitados para assumir encargos antes desenvolvidos centralmente e, dessa forma, neutralizar o “excesso de Estado”, Nogueira (2004). Assim, a descentralização converteu-se em imperativo democrático e em caminho mais adequado para a resolução dos problemas sociais e a elevação da performance gerencial do setor público. Esse contexto levou à expectativa de que a descentralização pudesse colocar nos eixos tanto o aumento do poder nas instâncias subnacionais (estados, municípios, províncias, regiões), quanto o enfraquecimento das instâncias centrais ou uniões federativas⁵⁸. Esse espaço participativo democrático é marcado por um distanciamento seja do Estado seja do mercado: é o público não-estatal, que é um espaço com características públicas, na medida em que opera na elaboração de programas e metas sociais difusas, é privado, na medida em que é formado por um conjunto de cidadãos organizados em associações estatutárias, e é não-estatal, na medida em que não está diretamente vinculado às ações programáticas dos governos, mas podem compor ações cooperativas com este e sofrer influências de suas políticas, marcadas por uma coloração partidária.

É evidentemente impossível discutir a idéia de descentralização sem a vincular à de participação, cidadania e sociedade civil. Destarte, o discurso da descentralização irá, na prática, aproximá-la da idéia de associação de indivíduos mais cooperativos do que conflituosos, que colaboram, empreendem e realizam, Nogueira (2004). Assim, a sociedade civil – *habitat* de cidadãos organizados – transformou-se em um ambiente incentivador da maximização de interesses (*rent-seeking*) e/ou colaboração, cooperação governamental. Rompeu-se, dessa forma, com a idéia de que participação e sociedade civil na direção do Estado pressupõe o surgimento de um novo Estado e de uma nova comunidade política, de uma nova hegemonia e distribuição de poder, Nogueira, (2004). Os movimentos sociais irão se dirigir, então, muito mais para a gestão de políticas do que para a oposição de política. Essa gestão de políticas se dá em um

⁵⁸ Para Nogueira (2004) a idéia de descentralização foi contemplada na Constituição de 1988, sobretudo nos artigos 194 e 204, do “caráter democrático e descentralizado”, da gestão administrativa na nova área da seguridade social (saúde, previdência e assistência social) a ser concretizada com a participação efetiva da comunidade, sobretudo os trabalhadores, empresários e aposentados.

espaço estranho ao Estado por ser imune a regulações ou a parâmetros institucionais públicos. Nogueira (2004) aponta que esse processo ocorrerá em um lugar dependente muito mais de iniciativa, empreendedorismo, disposição cívica e “ética” do que de perspectiva política, organização política e vínculos com o Estado. Nesse contexto, o Estado surge como espaço de regulação, elaboração e implementação de políticas. O futuro aponta para uma relação entre sociedade e Estado menos antagônica e mais consensual-racional, menos democrática e mais deliberativa politicamente. Isso compõe o contexto delineado por Santos (2003) em que aponta o surgimento de uma nova gramática política denominada de democracia não-hegemônica, uma tipologia que contempla a característica participativa dos governos, rompendo com o caráter formalista dos regimes democráticos.

A Agenda 21 talvez seja o produto mais claro desse processo histórico. Um dos fatores fortes da Agenda 21 é que ela traz uma metodologia de diálogo entre os três setores: o público-estatal, o privado e o público não-estatal. Trabalha, portanto, sob a égide do consenso entre os três setores da sociedade, pressupondo a construção de programas e metas capazes de projetar um futuro sustentável.

Outro ponto importante da Agenda 21 é que ela traz uma visão integrada do desenvolvimento e da gestão. Não basta integrar os vários setores para otimizar o processo, é preciso ter uma visão estratégica dele. O processo é composto por uma gama de demandas de diferentes grupos sociais. Os grupos sociais dispõem de instrumentos diferenciados para pressionar e direcionar os seus interesses. A Agenda 21, ao trabalhar com três variáveis, desenvolvimento econômico, distribuição de renda e preservação ambiental, é capaz, em tese, de criar bases sólidas para consensos entre os grupos sociais. Mas é importante destacar que a metodologia participativa utilizada pela Agenda 21 é fruto da capacidade institucional local, da capacidade de negociação dos grupos locais, do investimento, dos recursos e dos compromissos que a população pode assumir com relação a ela, Crespo, (2001). Ou seja, em que pesem as diferenças existentes entre os municípios - há os de médio porte, os de pequeno porte, os com recursos, os sem recursos, os falidos, os que estão em situação pré-falimentar, os que têm algum caixa etc. A Agenda 21 e sua metodologia participativa, *lato sensu*, tenderá a garantir aos setores a presença nos principais fóruns de decisão de uma localidade.

Essa diversidade de realidades municipais leva a uma também diversidade de experiências de desenvolvimento de Agenda 21. Cada municipalidade tem

a possibilidade de encontrar seu caminho na construção da Agenda 21, mas o limite dessa liberdade é, primeiramente, o compromisso com a sustentabilidade, e, em segundo, o caráter participativo da proposta. Qualquer projeto de Agenda 21 deverá conter, a partir das realidades municipais, indicadores de sustentabilidade. Os indicadores são medidas em geral quantitativas dotadas de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas)⁵⁹, Januzzi (2003).

Na cidade de Araraquara, essa conscientização para as questões da sustentabilidade do desenvolvimento contou com a participação efetiva de duas organizações não-governamentais, Araraquara Viva e Agência de Desenvolvimento de Araraquara, ADA. No período proposto para análise nessa pesquisa, 2001-2004, a Agenda 21 começa a aparecer como uma proposta em conjunto das duas entidades.

A origem da ADA está vinculada a uma proposta do Governo Estadual, iniciada na segunda gestão de Mário Covas, 1998, com o objetivo de equilibrar os focos de desenvolvimento dentro do Estado. Esperava-se, com isso, interromper o fluxo migratório para os grandes centros urbanos, devolvendo ao interior a capacidade de gerar trabalho e renda. A princípio, a idéia de Agência de Desenvolvimento Local, ADL, foi incentivada no Estado de São Paulo pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. Segundo informações contidas no *site* do Governo do Estado de São Paulo, as agências constituem um mecanismo de coordenação de interesses em torno de objetivos comuns. A ADL objetivava, ainda, a criação de espaços permanentes e privilegiados de interlocução entre o setor público e privado, para a solução de gargalos ao desenvolvimento de determinadas regiões.

A Agência de Desenvolvimento de Araraquara foi criada em junho de 1999 dentro de uma estrutura jurídica que a enquadra como uma organização social sem fins lucrativos. Foi formado um Conselho Administrativo, tendo como Diretor Marcelo Carvalho, comerciante local, composto por percentuais dos diversos setores da sociedade:

⁵⁹ Os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais, Januzzi (2003). O grande desafio é aplicar metodologia participativa na elaboração desses indicadores sociais vinculando-os ao conceito de sustentabilidade. A experiência de elaboração da Agenda 21 da cidade de Araraquara (2002) mostrou-nos ser possível partir das vulnerabilidades e potencialidades locais e chegar à elaboração temática de áreas e indicadores sociais de sustentabilidade (para mais detalhes consultar [sítio www.araraquaraviva.org.br](http://www.araraquaraviva.org.br)).

representantes do governo estadual, do governo federal, do governo municipal e demais instituições da cidade de Araraquara. A característica da ADA como uma agência de desenvolvimento a aproximou da proposta de implantação da Agenda 21 em Araraquara no ano de 2001. O ano de 2002 foi decisivo para a proposta da Agenda 21 de Araraquara, lembra Carvalho, “chegamos a mobilizar a sociedade de forma bastante significativa”. Mas, para que a Agenda 21 de Araraquara se concretizasse como uma ação da cidade como um todo, precisava de um reconhecimento do Poder Público. O reconhecimento oficial do Poder Público, com a criação de cronograma e com objetivos concretos nunca ocorreu.

A Agenda 21 de Araraquara foi um processo participativo na elaboração de planos e metas para a cidade, que, pelas suas características, pode ser colocado como nível participativo de *auto-gestão*. Em um determinado momento da história da cidade uma parcela de sua sociedade organizada compôs um espaço para a prática coletiva de poder e iniciou um processo de elaboração de estudos e propostas para a cidade. Ou seja, surgiram movimentos sociais que estavam envolvidos em uma disputa pela ampliação do campo político. Essa ampliação passou, necessariamente, pela re-significação de práticas político-administrativas. Nesse sentido, podemos dizer que a ampliação do campo político teve uma relação direta com a atuação dos movimentos sociais, que possibilitou a transformação de práticas dominantes, o aumento da cidadania e a inserção política de atores sociais excluídos.

O momento subsequente - com a incorporação da Agenda 21 ao Plano Diretor de Araraquara e o não reconhecimento dos trabalhos desenvolvidos pelas duas associações, a partir do ano de 2002 - caracteriza um conjunto claro de objetivos políticos da gestão pública municipal comprometida com apenas um tipo de participação. Ou seja, uma participação em que as decisões pudessem ser compartilhadas dentro de parâmetros pré-estabelecidos. Em outras palavras, um tipo de participação dirigida que se efetiva na medida em que alguém, aprioristicamente, expõe os interesses políticos da administração camuflados com uma áurea participativa.

Por outro lado, julgamos que esse quadro só se efetivou por termos traços persistentes de uma sociedade que foi historicamente condicionada a estabelecer uma relação com o Poder Público local pautada em redes clientelísticas; uma sociedade que quando se viu diante de um processo de construção de canais de participação no processo decisório local se colocou de forma subalterna, com pouca capacidade de

mobilização. Evidencia-se, portanto, que os perfis dos prefeitos em quase 20 anos de administração (1982-2001) concretizaram canais de comunicação formais com a população, de pouca ou nenhuma abertura política à diversidade de camadas sociais de Araraquara.

Na etapa que se inaugurou com a vitória do Partido dos Trabalhadores em 2001, com sua proposta participativa de governo, esses traços conservadores na condução do processo de formulação e implementação de políticas públicas acabaram persistindo. Queremos dizer que a participação cidadã, com enfoque na partilha do poder na formulação e implementação de políticas públicas, não foi uma constante nos fóruns participativos locais propostos para análise nessa pesquisa de mestrado. O “apetite” do governo local, ao incluir a Agenda 21, desconsiderando seu histórico em Araraquara, no Plano Diretor, demonstra duas situações concretas. A primeira foi a necessidade de focalizar os interesses políticos da administração que se iniciava no contexto de uma gestão participativa limitada por parâmetros político-partidários pré-estabelecidos. Ou seja, a participação da sociedade araraquarense no processo decisório local deveria acontecer seguindo os ritos do projeto político do Partido dos Trabalhadores. A segunda foi a inércia das associações envolvidas no processo de elaboração da Agenda 21 Local ao verem o projeto ser incorporado pelo Poder Público. Tais traços são característicos de uma sociedade civil fraca, com baixa capacidade de mobilização e pressão política.

Essa característica ficará evidente na análise dos mecanismos instituídos na cidade de Araraquara para elaboração de seu novo Plano Diretor, tema do próximo tópico.

5.2. COMPUA, Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Ambiental: o alcance da proposta participativa

A estrutura do Plano Diretor de Araraquara incorpora os conceitos da Agenda 21 como um instrumento importante ao planejamento urbano. Dessa forma, a mobilização da sociedade civil local, produzida anteriormente em torno da proposta não compôs a perspectiva elaborada pelos gestores municipais responsáveis pela construção do Plano Diretor, somente houve incorporação dos conceitos de desenvolvimento sustentável na elaboração dos planos estratégicos.

Para melhor compreensão e análise do processo de elaboração do Plano Diretor de Araraquara, achamos por bem, dividi-lo em suas fases. A primeira fase de

elaboração do Plano Diretor de Araraquara esteve sob responsabilidade do Secretário Lincoln Ferri do Amaral. A segunda fase se inicia com a saída de Lincoln e a posse de Luiz Antonio Nigro Falcoski em 2002. Falcoski é professor da Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, com doutorado em arquitetura e urbanismo e possui diversos trabalhos técnicos publicados sobre planejamento urbano⁶⁰.

Amaral, profissional liberal formado em Arquitetura, desenvolveu diversos projetos comerciais na cidade de Araraquara. Participou da montagem das associações IAB, Instituto dos Arquitetos do Brasil e da Associação Araraquarense de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura, AAEEA. Depois de todos esses anos, sublinha Amaral, “eu tive o êxtase de ser convidado pelo possível Prefeito, Edinho Silva, candidato até então, para ser o Secretário de Desenvolvimento Urbano”. Amaral aceitou o convite por, segundo ele, ser o desejo de todo arquiteto que tenha desenvolvido atividades de estudo e profissionais na área urbanística. Nas palavras de Amaral,

“... qual arquiteto que não sonha se tornar um Secretário de Desenvolvimento Urbano? Para mim foi o máximo. Realizei-me com o convite e fui para a Secretaria. Mas o que eu não sabia é que eu deveria ter feito um cursinho no Senac de falso [sic]. Coordenar política com planejamento urbano é impossível. É muito difícil essa conciliação. Depois do segundo ano achei que seria melhor eu ir embora”. (Entrevista realizada em 26 de janeiro de 2006).

Logo que assumiu a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Amaral reuniu-se com o Prefeito. Começou, então, a tomar ciência do sistema que gerenciaria. Ou seja, foi colocado para Amaral que sua Secretaria de Desenvolvimento Urbano era composta por quatro Coordenadorias: Coordenadoria de Trânsito e Transporte, Coordenadoria de Habitação, Coordenadoria de Meio Ambiente e Coordenadoria de Planejamento Urbano.

Quanto à elaboração do novo Plano Diretor de Araraquara, “o Prefeito pediu que eu o entregasse no primeiro ano como Secretário. Era inviável, impossível entregar o Plano em um ano. Eu tinha um ano para concluir, essa era a meta. Eu disse que era muito difícil, teria que ter muita participação, muito envolvimento político e da sociedade”, relatou Amaral.

⁶⁰ Destaca-se dentre os trabalhos publicados, *São Carlos- Projeto Cidade Urgente: Plano Diretor, Instrumentos de Planejamento e Qualidade Ambiental*, publicado pela editora da UFSCar em 1998

O caráter participativo na elaboração de instrumentos de planejamento urbano deveria ser conduzido sob a égide de um processo de abertura democrática em Araraquara, seguindo as características dos governos petistas.

Evidentemente que a estrutura montada para que essa participação se consolidasse deveria levar em consideração uma série de fatores enfatizados por Santos (2003), tais como: como será efetivada essa nova relação entre poder público municipal e sociedade; qual a capacidade dos atores sociais de transferirem práticas e informações do nível social para o administrativo; como tratar a relação entre o aumento do número de atores envolvidos na política com a conseqüente diversidade étnica e cultural dos atores sociais e, por fim, como construir consensos tendo em vista os interesses envolvidos em arranjos políticos tradicionais da cidade. Um processo de construção de normatização de uso e ocupação do solo potencializaria uma série de interesses, sobretudo os imobiliários, já consolidados em uma relação clientelística com a Câmara Municipal. Referimo-nos à prática constante de direcionamento dos interesses de investidores do setor industrial e imobiliário através de uma política de mudança de zoneamento urbano levada a frente pelo Legislativo Municipal. Dessa forma, tocar nessas estruturas com uma proposta de novo PD demandaria conhecimento metodológico e técnico significativo. A essas demandas, some-se ainda o caráter exigido pelo Prefeito de que o processo ocorresse envolvendo os diversos setores sociais e grupos de interesses da cidade.

Julgamos que esse quadro foi o limitador do desenvolvimento do PD na sua primeira fase. Houve, em certa medida, um mau dimensionamento dessas forças políticas somadas à utilização de uma metodologia participativa de elaboração do PD inadequada à complexidade local.

Para o Coordenador de Planejamento Urbano do PD na sua segunda fase, José Roberto Garibaldi, sob responsabilidade do Secretário Luiz Antonio Nigro Falcoski, não existia metodologia. Nesse sentido, é significativa a fala de Garibaldi ao afirmar que o Secretário Amaral

“Não sabia fazer Plano Diretor, estava pisando em ovos. Acabou por buscar informações junto a instituições de ensino superior, como a Faculdade Federal de São Carlos, mais especificamente com o professor Luiz Antonio Nigro Falcoski. O Falcoski é um letrado no assunto, escreveu muito sobre isso. O Lincoln, naquela época, como qualquer um que chegasse na prefeitura sem conhecimento técnico, pouco entendia sobre elaboração de Plano Diretor. O Lincoln é um profissional do mercado. Foi levado para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e a partir de algumas diretrizes que conseguiu de uma prefeitura e de outra, ou de um trabalho ou de outro, começou a

desenvolver o plano” [sic]. (Entrevista realizada em 30 de janeiro de 2006).

A metodologia de Lincoln se restringiu em convocar cerca de 50 pessoas, divididas em áreas temáticas: social, saúde, educação, esporte lazer, turismo, meio ambiente etc. “Eu já tinha participado do Plano Diretor anterior⁶¹, não quis conflitar com certas pessoas que estavam em outras áreas”, diz Garibaldi. “Pessoas que estavam defendendo seus interesses, que é comum, pessoas participando dos trabalhos visando a alguma coisa geralmente ficaram na área de infra-estrutura”. Por esse motivo se distanciou, nessa fase do Plano Diretor, da área de infra-estrutura, por vislumbrar essas possibilidades de conflitos. “Trabalhei no Turismo, esporte e lazer”.

Garibaldi, em anos de trabalho na empresa Telecomunicações de São Paulo – SA, TELESP, acumulou conhecimento em planejamento urbano. Trabalhou com redes, desde a infra-estrutura da própria estação telefônica, para definir onde colocariam as estações, até em levantamentos sócio-econômicos, domicílio por domicílio em cada bairro das cidades do Estado de São Paulo onde desenvolveu atividades: Baixada Santista, região de Campinas, Araraquara, São José do Rio Preto e Sorocaba. A TELESP servia de fonte de informações, era uma referência para a coleta de dados para os municípios. Em todos os municípios onde a empresa desenvolveu atividades o processo era o mesmo: formatava-se um banco de dados composto pelas realidades sociais, econômicas e de infra-estrutura que hoje serve de base para muitos deles.

Quanto ao desenvolvimento dos trabalhos do Plano Diretor de Araraquara em sua primeira fase, Garibaldi destaca que, por ser básico de todo planejamento um levantamento de dados, “tínhamos que sair para campo e procurar informações, procurar história do município nas suas ruas e avenidas”; elementos, coisas contáveis, números sobre a cidade. “Depois pegávamos esses números e relacionávamos aos fatos que ocorreram relacionados [sic] a eles e a partir daí fazíamos a base e depois a projeção. A partir desse momento, tínhamos uma idéia do que queríamos para frente [sic]”. Diversas áreas foram criadas, segurança pública, transportes, saúde, meio ambiente. A tarefa de cada grupo era o levantamento de dados e a entrega de um documento conclusivo do que havia sido feito. Nem todos os grupos apresentaram o levantamento conclusivo, aponta Garibaldi. “Só que, apesar de tudo, a metodologia que ele estava tentando aplicar não era compatível com a metodologia acadêmica que o

⁶¹ O entrevistado faz referência ao Plano Diretor desenvolvido em 1963 em Araraquara.

Falcoski trouxe como convidado para trabalhar no desenvolvimento do PD”. Muito de suas próprias pesquisas e de outros estudos com que teve contato, em outros lugares que estavam mais avançados: São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Campinas serviram de referência para a elaboração da metodologia de Araraquara.

A metodologia utilizada para a elaboração do Plano Diretor de Araraquara, portanto, teve como referência outros processos de desenvolvimento de instrumentos de planejamento urbano. Segundo Garibaldi,

“(…) dessas metodologias muita coisa foi aproveitada. Tentamos tirar o melhor de cada uma delas e fizemos a nossa metodologia. Tanto é que quando o nosso Plano Diretor ficou pronto, quem analisou em Brasília, classificou o nosso como melhor até o momento. Isso porque ele suplantava a qualidade dos outros, que apesar de implantados tinham suas dificuldades”. (Entrevista realizada em 30 de janeiro de 2006).

Entretanto, Garibaldi destaca

(…) não foi uma transposição de metodologia apenas. Foi uma adaptação para a realidade da cidade de Araraquara, para as condições sócio econômicas da cidade. Em qualquer município tem que ser uma metodologia própria [*sic*]. As condições físicas e sociais do município criam necessidades diferentes. Cada cidade com suas características próprias necessitará de trabalhos diferenciados na elaboração do Plano Diretor. (Entrevista realizada em 30 de janeiro de 2006).

Com a saída do Secretário Lincoln, em 2002, o PD entrou em sua segunda fase. Falcoski assumiu a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e elaborou uma proposta para, de forma participativa, elaborar o PD de Araraquara. Para tanto, foi instituído o Conselho Municipal de Política Urbana e Ambiental, COMPUA. “Dos conselhos, participa toda a sociedade”, afirma Garibaldi. “Era diferente daquele primeiro grupo que foi criado pelo Lincoln, ele havia convidado as pessoas que tinham algum conhecimento técnico para participarem” [*sic*].

A segunda fase de elaboração do PD teve como principal característica à institucionalização da participação. Como podemos notar na Tabela III – Composição do Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Ambiental e entidades representadas participantes das plenárias, a composição dos participantes no COMPUA contou com diversas instituições e, inclusive, pessoas que atuavam em outros conselhos municipais⁶².

⁶² Araraquara possui os seguintes conselhos: Conselho Municipal de Combate à Discriminação e ao Racismo, Conselho de Usuários do Transporte Coletivo, Conselhos Gestores das Unidades de Saúde, Conselho Municipal de Esporte e Lazer, Conselho do Programa Fome Zero, Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, Conselho de Desenvolvimento Rural, Conselho de Segurança e Cidadania, Conselho

Os participantes dos conselhos colocavam as dificuldades que estavam enfrentando para a composição de um conjunto de demandas que direcionariam os debates de elaboração do PD.

O COMPUA, criado pelo decreto 5831 de 05 de julho de 2002⁶³, tem o objetivo de atuar como um instrumento funcional e organizativo de um Sistema Municipal de Planejamento e Política Urbana Ambiental, SMPUA, conforme legislação específica referente ao Plano Diretor Municipal. A instalação e montagem de sua estrutura, entretanto, se deu, conforme Tabela 3 no dia 06 de fevereiro de 2003. A estrutura administrativa elaborada para dirigir os trabalhos foi composta por um Presidente, Alcyr Azzoni e quatro diretores, José Luís Bizelli, Wellington Cyro de Almeida Leite e Antonio Nigro Falcoski e Robson Antonio Rodrigues. Posteriormente, a instalação do COMPUA com sua diretoria, passou-se para a realização de reuniões temáticas e conferências. O COMPUA foi composto por membros representantes de instituições, de departamentos da Prefeitura Municipal de Araraquara e de Associações:

Tabela 3 – Composição do Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Ambiental e entidades representadas participantes das plenárias.

Representantes	Instituições Representadas
Daniel Augusto Roma	Departamento Autônomo de Água e Esgoto
Euzânia Andrade	Secretaria Municipal de Cultura
Antonio Carlos Gaeta	FCL/Unesp Araraquara – Departamento Administração Pública
Helio Rodrigues	FCL/Unesp Araraquara - Departamentoto Economia
Maria do Carmo Boschiero	PMA – Secretaria Municipal de Educação
Engº Gerhard Schneider Junior	PMA – Coordenadoria de Trânsito
Gelson Caldeira Dantas	PMA - Coordenadoria de Meio Ambiente
Manoel de Jesus Gonçalves	CEF – Caixa Econômica Federal
Marcelo Fabiano Sambiase	RPA 5 – Região Planejamento Ambiental 5
Arqº Luiz Antonio Nigro Falcoski	PMA – Secretaria de Desenvolvimento Urbano
José Roberto Garibaldi	PMA – Coordenadoria de Planejamento
Almir Zancul	PMA – Coordenadoria de Meio Ambiente
Edécio Tositto	PMA – Diretor Depto. Planejamento
Engº Kleyferson Porto Araújo	PMA – Coordenadoria de Habitação
Maria Rita do Prado Mazzeu	PMA - Divisão Sócio-Econômica
Arqº. Nilson Roberto Barros Carneiro	PMA/Coordenadoria de Trânsito
Marcia Ovejaneda Lia	PMA/Coordenadoria de Participação Popular
Robson Antonio Rodrigues	PMA/Coordenadoria de Participação Popular
Paulo Sergio Sgobbi	PMA/secretaria de Desenvolvimento Econômico

Municipal de Transportes, Conselho Municipal de Saúde, Conselho de Alimentação Escolar, Conselho de Educação, Conselhos de Escolas, Conselho Bolsa-escola e Renda Mínima, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal de Turismo, Conselho Municipal do Idoso, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar, Conselho Municipal Antidrogas, Conselho Municipal de Acompanhamento de Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiências. (fonte: <http://www.araraquara.sp.gov.br>)

⁶³ Ver em Anexo - (E) - Íntegra da Lei de instauração do COMPUA, p. 187-190.

Representantes	Instituições Representadas
Sinésio Inácio da Silva Junior	PMA/ Coordenador Mun. de Agricultura
Sonia Irene S. do Carmo	PMA/Secretaria de Educação
Engº. Wellington Cyro de Almeida Leite	Depto. Autônomo de Água e Esgoto
Arqª. Wilma Goulart Barbieri	Cetesb/Araraquara
José Jorge Guimarães	Cetesb/Araraquara
Osmar José Gualdi	DAEE - Depto. Autônomo de Energia Elétrica
José Luis G. Mendonça	DAEE - Depto. Autônomo de Energia Elétrica
Alfredo Eduardo dos Santos	Caixa Econômica Federal
Mário Hokama	ACIA Assoc. Coml. Indl. de Araraquara
Ademar Ramos	ACIA – Assoc. Coml. Indl. de Araraquara
Gaetano Morvillo	Sincomércio
Augusto Celso Fausto Paganini	Sebrae
Patricia Ferrari Peceguin	Sebrae
José Luiz Bizelli	IAB - Inst. dos Arquitetos do Brasil
Arqª. Alessandra de Lima	IAB - Inst. dos Arquitetos do Brasil
Engª Zenith Prandi Vidalra	Assoc. Engª, Arqª e Agrª de Araraquara
Andréa Cristina Bersanetti	Assoc. de Engª, Arqª e Agrª de Araraquara
Fabio Marum Ferrari	OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
Adalberto Emídio Missorino	OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
Morgana Nasser Fecchio	Araraquara Viva
Paulo Alessandro da Silva Bueno	Araraquara Viva
Alcyr Azzoni	ADA - Assoc. de Desenvolvimento de Araraquara
Adalberto Gonçalves Cunha	ADA - Assoc. de Desenvolvimento de Araraquara
Olavo Nardy	GROVE;
Paulo Barbieri	Centro Universitário de Araraquara- Uniara
Paulo de Tarso Amendola Lins	Centro Universitário de Araraquara- Uniara
Marcelo Wilson Anhesine	Universidade Paulista – Unip
Roberto Tomoaka	Universidade Paulista – Unip
Walter Logatti Filho	Fac. Integradas de Araraquara
Arq.ª Maria Cecília Barbieri Gorski	RPA 1 – Região Plan. Ambiental 1
Arq.º Michel Todel Gorski	RPA 1 – Região Plan. Ambiental 1
Arq.º Francisco José Santoro	RPA 2 – Região Plan. Ambiental 2
René Antonio Nusdeu	RPA 2 – Região Plan. Ambiental 2
Engº. João Ciarrocchi Lopes	RPA 3 – Região Plan. Ambiental 3
Engº João Luiz Lisboa Lopes	RPA 3 – Região Plan. Ambiental 3
Engº Jefferson Rocha Julio	RPA 4 – Região Plan. Ambiental 4
Emerson Charnet	RPA 4 – Região Plan. Ambiental 4
Biol. Marcelo Adorna Fernandes	RPA 5 – Região Plan. Ambiental 5
Marcelo dos Santos Roldan	ROP 1 – Região Orçam. Participativo 1
Luis Yamada	ROP 2 – Região Orçam. Participativo 2
Idemar Jordão	ROP 2 – Região Plan. Ambiental 2
Sandra Regina Oliveira Marques	ROP 3 – Região Plan. Ambiental 3
Marcos Antonio Santos	ROP 3 – Região Plan. Ambiental 3
Ana Paula Servidoni	ROP 4 – Região Plan. Ambiental 4
Reinaldo José Santos Ribeiro	ROP 4 – Região Plan. Ambiental 4
Aparecida Garcia A. Toledo	ROP 5 – Região Plan. Ambiental 5
Pedro Edson Marquetti	ROP 5 – Região Plan. Ambiental 5
Édio Lopes	ROP 6 – Região Plan. Ambiental 6
José Sérgio Martins	ROP 7 – Região Plan. Ambiental 7
Jorge Vicente de Almeida	ROP 7 – Região Plan. ambiental 7
Wauyr Rocha	ROP 8 – Região Plan. ambiental 8
Zulmira Simões dos Santos	ROP 8 – Região Plan. ambiental 8
Elias Chediek Neto	Câmara Municipal de Araraquara
Edna Sandra Martins	Câmara Municipal de Araraquara
Lauro Monteiro	Secretaria Municipal de Cultura

Fonte: Prefeitura Municipal de Araraquara. Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Ambiental (<http://www.araraquara.sp.gov.br/>)

Garibaldi afirma ter ocorrido uma complementação entre o conhecimento técnico da prefeitura, com sua capacidade de levantamento de dados e informações, comparado com o conhecimento da população no momento de debates. A quantidade de informações era considerável, pois o Plano Diretor é municipal, com tendência regional.

“Naquele início” - refere-se à primeira fase sob responsabilidade do Secretário Lincoln -, “... o caráter do plano estava muito local, muito urbano, não enfocava o município”. Quando foram criadas as Macrozonas de Gestão Ambiental⁶⁴, MGA, apareceram outras informações que antes não tinham sido nem ventiladas.

O Plano Diretor de Araraquara em seu Artigo 149º define a subdivisão da estrutura político territorial das MGA em 06 (seis) RPA - Regiões de Planejamento Ambiental, na escala do desenvolvimento urbano-regional, por meio de critérios fisiográficos e ambientais de legislação federal e estadual pertinente: divisores das microbacias das redes hidrográficas estruturais e os elementos de paisagem e barreiras fisiográficas existentes, ver Tabela 3 – Composição do Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Ambiental e entidades representadas participantes das plenárias.

O Artigo 150º do PD define que as MGA deverão conter as Macrozonas de Gestão Urbana, MGU, como unidades e entidades espaciais para efeito de gestão da informação ambiental urbana integrada e monitoramento do processo de planejamento e política urbana ambiental⁶⁵. As seis Regiões de Planejamento Ambiental englobam as 12 Regiões de Orçamento Participativo, ROP⁶⁶. As regiões foram adequadas às MGA para que servissem de referência na condução dos debates junto à população da cidade de Araraquara, passando a ser denominadas Regiões de Orçamento e Planejamento Participativo.

Todos os grupos de trabalho - que compõem a estratégia de elaboração do Plano Diretor e os fóruns de debates - se reuniam semanalmente. A participação das pessoas na elaboração do PD oscilou bastante. No início dos trabalhos da segunda fase do PD a participação era significativa. A partir de determinado momento, essa participação foi se esvaziando até chegar a um nível crítico em que alguns encontros tinham que ser

⁶⁴ Para mais informações ver ANEXOS, Anexo – (A) – Mapa Estratégico: Estratégia de Gestão Ambiental. RPA – Regiões de Planejamento Ambiental, p. 183.

⁶⁵ Ver Anexo - (B) - (10A) e Anexo – (C) – (10B), Estratégias de Gestão do Planejamento Urbano. ROP - Regiões de Orçamento e Planejamento Participativo, p. 184-185.

⁶⁶ Ver Anexo IV – Regiões do Orçamento Participativo, p. 186-189.

suspensos por não atingirem o número necessário para realização dos debates. Para Garibaldi, a dificuldade residiu

“... no fato de todo mundo se dispor apenas para falar. Sabe o que é difícil? Fazer o levantamento de dados. Pegar [*sic*] os dados, compilar os dados todos e transformar em documento era o trabalho maior, porque na hora das reuniões tinha muita discordância. Se você jogasse determinado assunto na mesa, tinha “n” enfoques. A nossa tarefa era pegar todas aquelas informações que surgiam nas reuniões e montar uma linha mestra para ser mais compatível com a maioria das opiniões”. (Entrevista realizada em 30 de janeiro de 2006).

Em relação à possibilidade de esses fóruns de participação se transformarem em espaços em que ocorriam debates e ações deliberativas fruto do consenso entre os diversos atores sociais presentes ou de configurarem como fóruns consultivos apenas, ou seja, de se transformarem em fóruns para aprovação de levantamentos e interpretações produzidas previamente, Garibaldi afirma que

“... aconteceram as duas coisas. Em alguns temas os participantes não argumentavam porque não conheciam, não tinham conhecimento técnico para debater. Isso é normal, pois nós vivíamos diariamente a rotina de levantamento de dados. As pessoas chegavam para o momento da reunião sem condições de aprofundarem em determinados temas. Muitas vezes se aproveitaram pareceres apresentados pelos participantes porque tinha coisas inteligentes no ar, coisas que no dia a dia nós (refere-se ao grupo técnico da prefeitura) não estávamos vendo”. (Entrevista realizada em 30 de janeiro de 2006).

Julgamos que o processo de participação, dessa forma, em certos momentos, apresentava nítidas características de cumprimento formal de determinações que compunham a agenda político-partidária da administração do Prefeito Edinho Silva, ou seja, de implementar a todo custo mecanismos participativos na elaboração e implementação de políticas públicas. O projeto participativo na elaboração de políticas públicas sustentáveis para Araraquara não caminhou no sentido de partilhar amplamente o poder com a sociedade civil. Configurou-se, outrossim, um tipo de participação dirigida aos interesses do Poder Público na elaboração do PD de Araraquara. Nesse sentido, o depoimento de Garibaldi é patente ao afirmar que existia participação

“... embora a maior parte do pessoal era conduzido. Aceitava aquilo que estava lá. Na verdade estavam aprendendo e, como todo bom aluno tinham dúvidas. Os participantes pediam a palavra e faziam as perguntas. Acontecia o debate, outro participante contribuía, dava mais informação, enriquecia aquele assunto. Acabou virando um monte de informações. Foi muito difícil sistematizar todas essas informações”. (Entrevista realizada em 30 de janeiro de 2006).

A urgência política na condução do Plano Diretor e o fato de os cronogramas propostos não terem sido cumpridos levaram à elaboração de uma estratégia

em que os temas eram pré-definidos pela equipe técnica e enviados para os participantes do COMPUA via e-mail ou gravados em mídias eletrônicas. Dessa forma, as pessoas iam para as reuniões sabendo o que seria debatido. A estrutura do PD começou a ser enviada aos participantes e, nas reuniões, discutia-se cada item. Assim, a equipe técnica foi reunindo mais informações e finalizando os temas que compunham o PD.

A equipe técnica tinha a expectativa de conseguir cumprir o cronograma proposto para entrega do Plano Diretor em 2003, diz Garibaldi. O processo começou a atrasar basicamente por dois motivos. Em primeiro lugar, Falcoski nunca tinha feito um Plano Diretor, tinha uma noção de como seria.

“... o Falcoski tinha um conhecimento teórico, o conhecimento prático para elaboração do plano tivemos juntos. Quando começou a dar trabalho mesmo, a gastarmos o tempo que dispúnhamos para fazer, percebemos que nós tínhamos subestimado o tempo” [sic]. (Entrevista realizada em 30 de janeiro de 2006).

A partir desse momento a equipe técnica foi ajustando o cronograma e chegou a aprontar uma versão do PD em outubro de 2003.

Em segundo, o esvaziamento da participação acabou por adiar alguns debates, prejudicando a finalização de alguns temas. Isso se deu, por um lado, pelo fato de o conhecimento técnico que demandava um documento como um Plano Diretor ser amplo. Por outro, uma cidade como Araraquara, que tem uma rede de relações complexas, exigia dos participantes do processo de elaboração do PD um conhecimento prévio para debater determinados temas. Julgamos que esses dois fatores são constitutivos de um quadro que explica, no limite, o esvaziamento da participação no COMPUA.

Garibaldi recorda ainda que

“... fomos tocando [sic] até onde deu. Até que chegou num ponto que percebemos que compareciam apenas meia dúzia pessoas. Nós ligávamos para as pessoas e dizíamos ‘você tem que vir, precisamos de um parecer seu’. A pessoa vinha, mas não era nem em reunião era no gabinete, ficava conversando e acertava o parecer”. (Entrevista realizada em 30 de janeiro de 2006).

A partir desse momento, abriu-se um novo processo do PD, ele teria que passar pelo jurídico da Prefeitura para analisar todos os tópicos e verificar se havia conflito com a legislação municipal, estadual ou federal. Mas nesse momento, sublinha Garibaldi, “o pessoal que foi fazer a análise jurídica do Plano não sabia nada de Plano Diretor, sabia de legislação. Mas não ao ponto de pegar e ler o Plano e verificar as inconsistências do texto do ponto de vista jurídico”. Esse processo foi muito lento, estava

previsto o prazo de 30 dias, mas demorou meses. Depois da análise jurídica finalizada pelo setor responsável da Prefeitura, em setembro de 2004, o PD passou para a leitura da Câmara. Iniciava-se, então, outro processo.

Quando chegou ao Legislativo, as pressões políticas para alteração de alguns artigos do Plano Diretor de Araraquara começaram a surgir. Segundo Garibaldi, “desse processo de leitura da Câmara tivemos como fruto quase uma centena de propostas de ementas, todas encaminhadas para a equipe técnica do PD analisar”. Como a maioria das propostas de ementas era confusa, utilizou-se a estratégia de encaminhar algumas cópias do PD para que os vereadores fizessem uma leitura. Mesmo assim, a equipe técnica percebeu que as discussões não avançavam. Pensou-se em outra estratégia: meia hora antes de iniciar a sessão da Câmara, uma equipe técnica do PD expunha para os vereadores assuntos divididos em temas. Mais uma vez a estratégia não logrou êxito. Segundo Garibaldi “três ou quatro vereadores participavam, os outros ficavam no celular ou ficavam sentados conversando”.

Dentre as principais referências conceituais do PD de Araraquara divulgadas pela Prefeitura Municipal, identificamos uma cartilha denominada *I Fórum da Cidade – A Cidade que Queremos – Construindo a Cidadania*. A cartilha foi produzida com o objetivo de divulgar os conceitos que permeariam o Plano Diretor de Araraquara: Constituição Federal Brasileira nos Artigos 182º e 183º, Estatuto das Cidades, Agenda 21 Brasileira e sua metodologia de implantação das Agendas 21 Locais. Inicialmente faz referência a dois artigos da Constituição Federal Brasileira: o primeiro, Artigo 182, trata da política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal com o objetivo de ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Para tanto, utilizar-se-á dos instrumentos urbanísticos: parcelamento e edificação compulsórios; IPTU progressivo e Desapropriação. O segundo, Artigo 183, introduz o instrumento urbanístico denominado *Usocapião Especial de Imóvel Urbano*, instrumento que prevê a posse para aqueles que possuem como sua área urbana até 250 m², por um período de cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

O Estatuto da Cidade⁶⁷, Lei N° 10.257 de 10 de julho de 2001 – que regulamentou os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal - é citado na Cartilha como sendo um instrumento importante na elaboração de políticas públicas municipais. Os procedimentos normativos do Estatuto da Cidade introduzem a possibilidade de desenvolvimento de uma série de instrumentos normativos inovadores para o estabelecimento de uma política urbana municipal a ser prevista nos Planos Diretores. No Capítulo I (artigo 1° ao 3°), ao tratar de suas diretrizes gerais apresenta definições e objetivos que concorrem para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Amplia, dessa forma, a noção e o conceito de processo de planejamento associados ao Plano Diretor: introduz o direito a cidades sustentáveis, a gestão democrática, a cooperação e parcerias, ao planejamento e desenvolvimento com mitigação de impactos negativos, a oferta de equipamentos urbanos adequados às demandas sociais e ordenação e controle do uso do solo. O Estatuto da Cidade também avança significativamente no estabelecimento de normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar do cidadão, assim como do equilíbrio ambiental.

O Capítulo II – Instrumentos de Política Urbana (dos Artigos 4° ao 38°) do Estatuto da Cidade aborda aspectos a instrumentos urbanísticos que compõem a estrutura básica de um Plano Diretor a ser implementado: os Instrumentos de Planejamento Municipal destacam o caráter inovador da Gestão Orçamentária Participativa (OP) e o Zoneamento Ambiental (ZA); os Instrumentos Tributários e Financeiros, apontam a necessidade de regulamentação definitiva do Imposto Predial e Territorial Urbano Progressivo no Tempo; Instrumentos Jurídico-Políticos, instituição das ZEIS, Zonas Especiais de Interesse Social; Direito Real de Uso; Uso Especial para Fins de Moradia; Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsória; Usucapião Urbano; Direito de Superfície; Outorga Onerosa do Direito de Construir, o também chamado Solo Criado; Transferência do Direito de Construir; Operações Urbanas; Regularização

⁶⁷ O Estatuto da Cidade é fruto do processo de consolidação da Constituição de 1988. Um movimento multissetorial e de abrangência nacional que lutou para incluir no texto constitucional instrumentos que levassem a instauração da função social da cidade e da propriedade no processo de construção das cidades. Como resultado dessa luta, a Constituição incluiu um capítulo específico para a política urbana, que previa uma série de instrumentos para a garantia, no âmbito de cada município, do direito à cidade, da defesa da função social da cidade e da propriedade e da democratização da gestão urbana (artigos 182 e 183). Iniciou-se, então, na esfera federal, um período de mais de uma década de elaborações e negociações de um projeto de lei complementar ao capítulo de política urbana da Constituição. Esse projeto de lei (Projeto de Lei N° 5.788/90) que ficou conhecido como Estatuto da Cidade, foi aprovado em 10 julho de 2001 transformando-se na Lei N° 10.257. Fonte: <http://www.estatutodacidade.org.br/kitdascidades/>.

Fundiária; Referendo Popular e Plebiscito; Instrumentos de Gestão Ambiental, criação do EIA, Estudo Prévio de Impacto Ambiental e EIV, Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança.

No Capítulo III do Estatuto da Cidade, que trata especificamente do Plano Diretor (do Artigo 39º ao 42º), é enfatizada a função social da propriedade urbana, já definida na Lei Orgânica do Município de Araraquara, e que deverá ser assegurada no Plano Diretor pelos seguintes princípios e procedimentos de política urbana: ordenação da cidade com qualidade; justiça social e política urbana com desenvolvimento das funções sociais da cidade; instrumento básico de desenvolvimento e expansão urbana; obrigatoriedade do Plano Diretor para cidades com mais de 20 mil habitantes; delimitação das áreas urbanas, para aplicação dos instrumentos jurídicos.

No Capítulo V – Gestão Democrática da Cidade (do Artigo 43º ao 45º), há referência aos mecanismos de gestão democrática da cidade e ao denominado sistema municipal de gestão e planejamento. A participação seria organizada respeitando-se as instâncias: Órgãos Colegiados de Política Urbana, conselhos municipais de política urbana; Audiências e Consultas Públicas; Conferências Municipais como as realizadas em Araraquara, Conferência da Cidade, Congresso da Cidade e Fóruns Temáticos Regionais; Projetos de Iniciativa Popular.

Por fim, há referência à Agenda 21 Brasileira

(...) como um instrumento a ser utilizado na instância municipal, principalmente em processos de construção da Agenda 21 Local e do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental fundamentado no conceito de sustentabilidade (2002: 3).

Tanto o Plano Diretor quanto a Agenda 21 Local são apresentados nessa cartilha como um amplo processo participativo dos diversos atores sociais na construção de uma cidade com qualidade de vida e justiça sócio-ambiental. A metodologia apresentada para a elaboração da Agenda 21 Local é a mesma utilizada pela sociedade civil de Araraquara, dividindo os sistemas locais em seis modelos ideais, também denominadas áreas temáticas: para o campo, com uma Agricultura Sustentável; para o meio urbano com as Cidades Sustentáveis; para os setores estratégicos dos transportes, energia, comunicações, questões-chaves de Infra-estrutura e Integração Regional; para proteção e uso sustentável dos recursos naturais, com a Gestão dos Recursos Naturais; para minimizar as disparidades sociais, pela Redução das Desigualdades Sociais; e para a construção de uma Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável.

A proposta do Plano Diretor de Araraquara incorpora os conceitos de desenvolvimento sustentável e a metodologia utilizada na elaboração da Agenda 21 Local. Entretanto, que, como fora apresentado no CAPÍTULO IV – A CONSTRUÇÃO DO DEBATE – A AGENDA 21 DE ARARAQUARA -, todo o debate construído pelas entidades da sociedade civil de Araraquara no processo da Agenda 21 Local foi desconsiderado.

As etapas de elaboração e gestão do Plano Diretor foram apresentadas no último tópico dessa cartilha sob o título *Etapas de Concepção e Gestão do Plano Diretor Sustentável e Democrático*. A participação popular é associada ao saber técnico como critério fundamental para a efetivação do planejamento urbano.

Assim, a interação entre o saber técnico e a realidade percebida pela população seria o fio condutor para o debate público dos temas que envolveriam o Plano Diretor de Araraquara. Segundo os conceitos apresentados na cartilha, esse aspecto participativo

“(…) permite tomada de decisões de atribuição do poder público levando-se em conta a variedade de interesses constituídos no espaço urbano. Em paralelo, consolida-se a noção de que a cidade seja desfrutada por todos os cidadãos, indiscriminadamente”. (2002: 15).

Para efetivar a proposta de elaboração de um Plano Diretor participativo na cidade de Araraquara, foram definidas uma série de etapas estratégicas que teriam por objetivo último garantir um processo participativo da população e de entidades da sociedade civil, conforme Tabela 4 – Estratégias e etapas do processo democrático de elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Ambiental de Araraquara.

Tabela 4 – Estratégias e etapas do processo democrático de elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Ambiental de Araraquara.



Fonte: CD-Rom Cidade Para Todos – Prefeitura Municipal de Araraquara, fevereiro de 2003.

Foram realizadas 3 Reuniões Temáticas Setoriais (etapas 2, 4 e 6, tabela 4), uma Conferências da Cidade (etapa 3, tabela 4), um Congresso da Cidade (etapa 5, tabela 4) no período de abril a julho de 2003, tabela 4). Paralelamente a esse processo, denominado como democrático e participativo na elaboração do PD, a estrutura técnico-burocrática da prefeitura atuava como assessoramento no fornecimento de dados e conhecimento técnico-jurídico. No que diz respeito ao assessoramento técnico-jurídico, foi efetivado um convênio com o Instituto Polis para que se procedesse à adequação das propostas do PD à legislação e às ferramentas referentes ao planejamento urbano tais como: Estatuto da Cidade e Agenda 21 Brasileira, 7ª etapa apresentada na tabela 4. E, por fim, a etapa 8 prevista para julho-agosto de 2003 em que ocorreria a sistematização e consolidação jurídico-normativa, debates públicos e debates na Câmara Municipal e, finalmente, o encaminhamento para a Câmara para aprovação final. A aprovação do Plano Diretor de Araraquara ocorreu somente no dia 16 de dezembro de 2005, cerca de 2 anos a mais do que fora proposto em cronograma. O Presidente da Câmara, Ronaldo Napeloso, apontou em entrevista publicada no site da Câmara Municipal que

“Embora tenha sido um projeto polêmico, que necessitou de anos para a elaboração, a Prefeitura e a Câmara, juntas, conseguiram fazer uma discussão produtiva, corrigindo rotas de encaminhamento e alterando pontos de discordância”. (Câmara Municipal de Araraquara, 16 de dezembro de 2005).

A estrutura montada no que diz respeito à organização da participação da sociedade e da normatização jurídica de funcionamento do COMPUA, como podemos notar na tabela 4, abarca os conceitos de sustentabilidade e de participação popular. No seu Artigo 2º, o COMPUA, é apresentado como sendo uma estrutura integrada, dinâmica e participativa da esfera pública e da sociedade civil, tendo como objetivo formular políticas, planos, diretrizes, programas e projetos relacionados a política urbana e ambiental. O Artigo 2º do COMPUA apresenta nitidamente o caráter participativo, fazendo alusão à participação da sociedade civil organizada (ver composição das plenárias na tabela 4). Esse caráter será fundamental na formulação da estrutura organizacional do COMPUA que será composto por representantes de diversos organismos, inclusive os não-governamentais e por um conjunto de 39 representantes e um presidente que têm a responsabilidade de elaborar os estudos para comporem o Plano Diretor da cidade. A partir do Artigo 3º, a questão ambiental será destacada em quase todos os sete itens. Ou seja, como órgão municipal e operacional de planejamento, o COMPUA apresenta um conjunto de finalidades que vão desde a aplicação, execução, fiscalização e gestão da legislação urbana e ambiental até a zelar por instrumentos de planejamento urbano, de acordo com a Lei 102557, denominada Estatuto da Cidade. Essa característica vincula diretamente o COMPUA como órgão responsável na análise e avaliação de projetos especiais de transformação do uso do solo, operações urbanas, empreendimentos de impacto urbano ambiental, de vizinhança e outros instrumentos urbanísticos de ação compartilhada previstos no Estatuto da Cidade.

O Artigo 4º do COMPUA apresenta o órgão composto por 39 membros e um presidente (ver tabela 4), cuja indicação e eleição respeitará os seguintes critérios em três níveis de representatividade:

I. 13 representantes de entidades públicas e governamentais sendo, *no âmbito municipal*: 01 do Poder Legislativo escolhido entre seus pares e indicado pelo Presidente da Câmara de Vereadores e 09 do Executivo indicados pelo Prefeito, componentes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e coordenações setoriais integrantes; das Secretarias que compõem as Políticas Sociais; da Secretaria de

Desenvolvimento Econômico; dos Conselhos Municipais de representação setoriais; de empresas concessionárias, autarquias, fundações públicas; e de outros órgãos e entidades públicas; no âmbito estadual, 02 representantes diretamente relacionados ao planejamento e gestão urbana ambiental, e, no âmbito federal, 01 representante diretamente relacionado ao planejamento e gestão urbana ambiental.

II. Indicação de 13 representantes de entidades, instituições e organizações sociais da esfera pública não governamental, diretamente relacionados a política urbana e ambiental, conforme se segue: 3 de associações de classe empresariais; 3 de associações de classe profissionais; 3 de organizações não-governamentais e 4 de universidades e instituições de pesquisa.

III. Eleição e indicação de 13 representantes e suplentes pelas Regiões de Planejamento, RP, através de plenárias, Câmaras e Fóruns Regionais como estrutura político-territorial de representação e gestão urbana, conforme Estratégia de Gestão do Planejamento a ser instituído pelo Plano Diretor, conforme se segue: 06 representantes de Regiões de Planejamento Ambiental, RPA, de âmbito territorial regional, definido por critérios de zoneamento ambiental por sub-bacias hidrográficas, e 7 representantes de Regiões de Planejamento Participativo, RPP, de âmbito territorial intra-urbano, definido por critérios sócio-econômicos, sócio-espaciais, ambientais e culturais.

Por fim, o COMPUA apresenta como órgãos constituintes: Assembléia Geral; Presidência (exercida pelo titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano por dois anos, sendo permitida reeleição uma vez, não excedendo o período ou gestão administrativa); Diretoria; Coordenadoria de Grupos Temáticos; Coordenadoria de Comissões Técnicas; Coordenadoria de Audiências Públicas; Coordenadoria de Gestão da Informação; e Consulta Pública e Popular.

Ainda como competência do COMPUA está a organização de pelo menos um Congresso da Cidade por gestão administrativa, como um instrumento de política urbana e gestão democrática da cidade. O caráter participativo na formulação de políticas públicas urbanas ambientais é evidente na estrutura do COMPUA. A questão ambiental, na sua vertente sustentável, é patente do ponto de vista da estrutura organizacional e das finalidades do órgão. Há a clara evidência da influência de uma nova gramática política na estruturação do processo decisório local com relação à formulação e à implementação de políticas públicas urbanas ambientais. A tabela 5 – Sistema

Municipal de Planejamento Urbano Ambiental, SMPUA, permite-nos visualizar essa estrutura organizacional com mais clareza.

Tabela 5 – Sistema Municipal de Planejamento Urbano Ambiental de Araraquara, SMPUA. Processo de Planejamento Estratégico na concepção e formulação do PDPUA

Presidência (1)	Entidades Públicas (13)	Entidades da Esfera Pública não-Governamental (13)	Entidades de Representação Político-Territorial (13)	
Secretário municipal de desenvolvimento urbano da prefeitura	Municipais (9 membros)	Entidades empresariais do setor da construção civil (3 membros)	RPP – Regiões de planejamento participativo (8 representantes)	
	Vereador (1 membro)	Entidades Associativas-cooperativas: arquitetos, engenheiros, OAB, ONGs (6 membros)	RPA – Regiões de Planejamento Ambiental (5 representantes)	
	Estaduais (2 membros)	Entidades científicas e tecnológicas (4 membros)		
	Federais (1 membro)			
		Municipais:	Empresariais:	Representates da RPP::
		COPLAN	ACIA	8 Delegados ROP
		COAMB	Sind. Com. Varejista de Araraquara	Representates da RPA (regional-microbacias):
		COHABITA	SEBRAE	RPA1: Ribeirão das Cruzes
		COTRAN	Associativas-cooperativas:	RPA2: Rib. Ouro
		CPP	IAB	RPA3: Rio Chibarro
		SEDE	AAEAA	RPA4: Rib. Tanque
		SESAUDE	OAB	RPA5: Mogi-Guaçu
		SEEDUCA + SECULT	Araraquara Viva	RPA6: Rio Jacaré (junto RPA3)
	DAEE	ADA		
	Câmara Municipal	GROVE		
	Estaduais:	Científicas-Tecnológicas:		
	CETESB	UNESP		
	DAEE	UNIARA		
	Federal:	UNIP		
	Caixa Econômica Federal	Faculdade de Engenharia Civil e Agrimensura		

Fonte: Conselho Municipal de Planejamento e Política Urbana e Ambiental. Prefeitura Municipal de Araraquara, 2002.

Segundo o planejamento estratégico do COMPUA, o processo de elaboração do Plano Diretor e de Política Urbana de Araraquara foi debatido nas denominadas Instâncias de Democratização, conforme se segue:

- CT-SEDUR: Comissão Técnica da Secretaria de Desenvolvimento Urbano composta por 10 membros e Comissão Executora da Prefeitura Municipal de forma intersetorial;
- CMPUA: plenária composta pelos 39 membros mais um presidente com agenda de reuniões de 30 em 30 dias;
- Diretoria Executiva (5 membros): reuniões semanais ou de 15 em 15 dias;
- CTs: Comissões Técnicas do CMPUA (Comissão Técnica de Eventos e Comissão Técnica do Regimento);
- Fóruns Temáticos Regionais: MGU – Macrozonas de Gestão Ambiental – 8 plenárias de Orçamentos Participativos;
- Fóruns Temáticos Regionais: MGA – Macrozonas de Gestão Ambiental – 5 representantes de Região de Planejamento Ambiental;
- Audiências Públicas com Entidades representativas no CMPUA e aquelas não representadas;
- Eventos de participação social: I Conferência da Cidade;
- Eventos de participação social e deliberação final do PDPUA: I Congresso da Cidade.

O COMPUA é um arranjo institucional que pela sua organização está no nível da *co-gestão*. Os seus 40 membros divididos em várias áreas temáticas foram responsáveis pela elaboração do Plano Diretor da cidade de Araraquara, posteriormente apresentado em reuniões plenárias e aprovado. Amparados por uma metodologia, em boa parte a mesma utilizada na construção do Plano Diretor de Porto Alegre – Rio Grande do Sul, um conjunto de técnicos da Faculdade Federal de São Carlos, UFSCar, de funcionários da Prefeitura Municipal de Araraquara e representantes de Instituições locais, elaboraram o Plano Diretor de Araraquara. Um Plano voltado para uma cidade mais complexa, se se compararmos com o elaborado na década de 1970, e que, por esse motivo, foi obrigado a lidar com a diversidade de demandas e grupos sociais locais.

Além dessas características, Alcyr Azzoni, Presidente do COMPUA no período de elaboração do PD aponta o fato da composição do conselho do Plano Diretor aglutinar em apenas 40 pessoas e seus suplentes um perfil complexo da vida da cidade. “Seria um conjunto significativo se comparecessem mensalmente e avançasse no interesse de chegar a um produto final”. Ao contrário disso, todas as leis e documentos

que integram o PD foram, antes, "devorados" por Comissão Técnica da Prefeitura Municipal. A capacidade técnica e de organização da prefeitura superou a dos participantes no conselho, determinando, ao final, o conjunto das propostas que compõe o PD, diz Azzone. Um exemplo dessa sobreposição da estrutura técnica da Prefeitura à estrutura participativa do COMPUA foi a incorporação ao PD, sem que houvesse debate consensual entre os membros, do perfil das várias Secretarias e Coordenadorias da Prefeitura Municipal.

Azzone aponta ainda que, do ponto de vista da formalização da participação e da organização desta dentro do COMPUA, a criação de uma Diretoria Executiva foi a forma encontrada para agilizar os encontros mensais. Mas pelo fato de não conseguirem construir um cronograma de encontros em que todos pudessem participar, o caráter voluntário da participação da sociedade civil acabou por esvaziar as reuniões. Mesmo os representantes da Prefeitura Municipal, que recebiam gratificações pela participação, com raras exceções compareceram nas plenárias mensais.

O caráter participativo foi dado como fator importante por Azzone, mas a complexidade envolvida na elaboração do PD de Araraquara e a necessidade de dados, levantamentos e informações colocou a participação da Prefeitura Municipal, na composição do COMPUA, como decisiva no processo. Acabou por gerar, inevitavelmente, uma desproporção nas deliberações da Diretoria Executiva do COMPUA. Ou seja, o conhecimento técnico e informativo dos representantes da sociedade civil, em se comparando com os dos técnicos da prefeitura, era insuficiente para gerar debates aprofundados sobre determinados temas do PD. Configurando, por sua vez, um espaço que tendia mais para a corroboração dos estudos produzidos pela equipe técnica da prefeitura do que para o debate e a formação de consensos com a sociedade civil. Situação similar ocorria no momento em que os estudos eram apresentados nas plenárias para votação e incorporação ao PD. A população não dispunha de conhecimento técnico e informacional prévio suficiente para fomentar contrapontos às propostas elaboradas pela comissão da prefeitura.

Mesmo assim, o PD é um instrumento importante para a cidade de Araraquara, aponta Azzone. A sistemática de elaboração do Plano e o envolvimento da sua estrutura com a do orçamento participativo⁶⁸ poderá gerar, no futuro, um espaço

⁶⁸ O entrevistado refere-se à estrutura elaborada para a montagem do Orçamento Participativo. A cidade de Araraquara foi dividida em 8 regiões em que as plenárias do Orçamento ocorrem para decidir os

importante para a população interagir com as informações formatadas por ele. Cada região do Orçamento Participativo foi detalhada em suas potencialidades e vulnerabilidades com amplo levantamento e sistematização de dados que compõem a estrutura do PD. A tarefa futura do PD, identifica Azzone, seria de informar essas populações pertencentes a essas regiões dos resultados de todo esse estudo técnico elaborado, gerando, ao final, um fórum participativo em que a população pudesse se apoderar da realidade local e determinar as ações necessárias para atendimento de suas demandas.

Nesse sentido, como alternativa para a criação de um eficaz fórum participativo na elaboração de políticas públicas urbanas, o ideal seria renovar tudo no CMPUA. Diz Azzone: “eliminar Diretoria Executiva e talvez pensar em grupos temáticos em face das questões regionais a serem priorizadas, identificadas e votadas no Orçamento Participativo talvez seria uma alternativa”.

Ao analisarmos o primeiro “desafio” que a proposta de planejamento urbano contida no PD teve percebemos o peso de anos de tradicionalismo na condução da política urbana local. Várias Comissões e Conselhos estão previstos no PD. Essas comissões e conselhos têm o objetivo de atuarem como vetores de um processo consultivo e/ou deliberativo que conduziria a aplicação das prerrogativas do PD no modelo de desenvolvimento urbano ali contido. Com o PD aprovado pela Câmara Municipal de Araraquara, aprovaram a entrega da Rua Emílio Carlos, no bairro Jardim Melhado, para a Cutrale. O conselho, sublinha Azzone, deveria elaborar parecer prévio, mas não o fez. Da mesma forma, a venda do Estádio Municipal está atropelando as prerrogativas previstas no Plano Diretor de aprovação por Conselho à venda.

Azzone aponta que

“... se essas decisões continuam sendo tomadas dentro do gabinete a mobilização de pessoas não passa de cortina de fumaça que encobre os interesses econômicos que se sobrepõem aos dos cidadãos”. (Entrevista realizada dia 26 de janeiro de 2006).

investimentos prioritários. Segundo a Prefeitura Municipal de Araraquara, essa estrutura foi montada baseada no compromisso de que a gestão pública deve ser compartilhada com a sociedade. Para efetivar essa proposta, a atual administração criou a Coordenadoria de Participação Popular, objetivando promover uma nova relação política entre a Prefeitura e a população. A proposta de Orçamento Participativo foi implantada durante o ano de 2001 com o objetivo de se articular com várias instâncias participativas locais: conselhos municipais, conselhos gestores nas unidades de saúde, educação e transporte coletivo. Dentro da proposta, há, ainda, a realização de fóruns, seminários e conferências setoriais nas diversas áreas da administração no intuito de concretização e fortalecimento da proposta de Orçamento Participativo (mais informações consultar: <http://www.araraquara.sp.gov.br/participacaopopular/>).

Dessa forma, concluímos que o Plano Diretor de Araraquara, elaborado na primeira gestão (2001-2004) e em parte da segunda (2004-2007), instituiu um moderno instrumento de gestão do espaço urbano na cidade de Araraquara. Apesar dos anos de debate - sua aprovação pela Câmara Municipal ocorreu somente em 2005 -, do esvaziamento da participação na elaboração – o caráter de certa forma inovador na sua elaboração a utilização de metodologia participativa – institucionalizou um canal de comunicação permanente com os poderes Executivo e Legislativo, criou COMPUA.

Por outro lado, a análise das características do processo de elaboração do Plano Diretor de Araraquara mostrou-nos alguns traços que ainda são permanentes no processo decisório local. Referimo-nos aos traços de uma política tradicionalista que lida com o espaço urbano da cidade como uma moeda de troca nos processos eleitorais. Evidentemente que o fato de a estrutura legal do Plano Diretor de Araraquara estar vinculada a um arcabouço jurídico que pretende traçar novos rumos ao desenvolvimento das cidades, como o Estatuto das Cidades e o próprio Código de Gestão Ambiental de Araraquara, confere-lhe uma amplitude e força significativas.

5.3. Código Municipal de Gestão Ambiental: apenas uma proposta?

O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente⁶⁹, COMDEMA, propôs instrumentos de política ambiental e normas para a administração da qualidade ambiental do município de Araraquara. O COMDEMA foi responsável pela elaboração de proposta do Código Municipal de Gestão Ambiental que tem por objetivo estabelecer as bases normativas da política municipal do meio ambiente, tendo como princípios e conceitos jurídicos os de meio ambiente, degradação da qualidade ambiental, poluição, poluidor e recursos naturais definidos na legislação federal que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. O Código Municipal é composto de 37 capítulos divididos em quatro títulos que abrangem todas as ações necessárias para uma gestão sustentável dos recursos naturais. Passemos para a análise dos principais tópicos de cada título.

O Título I – Disposições Preliminares, apresenta um conjunto de princípios, objetivos e normas gerais que contemplam as noções de controle do uso dos recursos naturais, gerenciamento desses recursos baseado na precaução e na ação conjunta do Poder Público e da coletividade, de desenvolvimento sustentável, de proteção de ecossistemas, das unidades de conservação e melhoria da qualidade ambiental,

⁶⁹ Ver em Anexo - (F) – Lei de Criação do Conselho de Defesa do Meio Ambiente.

realização de planejamento e zoneamento ambientais, bem como controle e fiscalização das atividades potencial ou efetivamente degradadoras. Além desses princípios, consta a necessidade de articulação, coordenação e integração da ação pública entre os órgãos e entidades do Município e com os demais níveis de governo no intuito de realizar parcerias com o setor privado e organizações da sociedade civil para promover o desenvolvimento de forma sustentável. Por essa proposta, a Coordenadoria de Meio Ambiente passaria a ser denominada Coordenadoria de Gestão Ambiental. Esse novo *status* da coordenadoria permitiria um conjunto de novas atribuições, tais como: formular diretrizes, implementar os objetivos e os instrumentos da Política Municipal do Meio Ambiente, outorgar licença ambiental, participar da elaboração de planos de ocupação e utilização de áreas das micro-bacias hidrográficas, bem como o uso e ocupação do solo urbano de iniciativa de outros órgãos e entidades municipais, exercer vigilância e poder de polícia ambiental, autorizar a exploração de recursos hídricos e minerais, efetivando seu cadastramento, emitir pareceres relativos aos procedimentos que visem obter autorizações ou licenças de atividades e de empreendimentos que possam degradar o meio ambiente, exigir recuperação do ambiente degradado, dentre outras competências.

O Título II – Da política municipal do meio ambiente, propõe a criação de instrumentos que vão desde o planejamento ambiental até a assistência jurídica e judicial ao meio ambiente. Destacamos nesse título os instrumentos básicos da Política do Meio Ambiente do Município: o Planejamento e o Zoneamento Ambiental, o Sistema de Informações Ambientais, o Fundo Municipal de Meio Ambiente e o COMDEMA. O Licenciamento Ambiental, Capítulo X, Artigo 33 do Código, também é contemplado nessa proposta. Segundo a proposta de Código, todo empreendimento que implique a construção, instalação, reforma, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos naturais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os projetos de urbanização capazes de causar degradação ambiental, dependeriam do prévio licenciamento da Coordenadoria de Gestão Ambiental. Nos casos previstos, os interessados deveriam requerer a Licença Ambiental Municipal (LAM), instruído de um Relatório de Análise Preliminar (RAP) dos impactos ambientais. A licença ambiental do município seria expedida em três etapas, a saber: 1) Licença Prévia (LP); Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO). O início do processo, ou seja, a concessão da Licença Prévia seria expedida mediante a apresentação do RAP. A Licença de Instalação somente seria expedida após a apresentação do

Relatório de Análise de Risco Ambiental (RARAM), dos Estudos de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e do Plano de Recuperação da Área Degradada (PRAD). A Licença de Operação somente seria concedida após cumprimento de todas as etapas e apresentação dos respectivos relatórios/estudos. No capítulo XIV desse mesmo título, está prevista a realização de audiências públicas, integrantes do procedimento do EIA, realizadas pelo empreendedor e pela equipe responsável pela elaboração do estudo de impacto.

O Título III – Da Gestão Ambiental foi dividido em 3 subtítulos. O primeiro subtítulo, denominado “Do Saneamento Ambiental”, contempla as ações de gerenciamento do sistema de coleta, tratamento e destinação dos resíduos sólidos, de estudos e controle de fontes difusas e pontuais de poluição das águas, incluindo o estabelecimento de normas e programas de controle para instalação e funcionamento de cemitérios, necrotérios, tanques de armazenamento de produtos químicos e outros. Todas essas ações ficariam centralizadas no que se denominou Sistema de Saneamento Ambiental de Araraquara (SISAMB), com a participação da Secretaria de Governo, Coordenadoria de Gestão Ambiental, Departamento Autônomo de Águas e Esgotos e Secretaria de Obras e Serviços Públicos. O segundo “Da Gestão do Meio Físico” contemplava as ações necessárias para o uso racional do solo no município em conformidade com a lei municipal de parcelamento de uso e ocupação do solo e com a dinâmica sócio-econômica regional e local. Entende-se como uso do solo as atividades e práticas que compreende sua preparação manual ou mecânica, tratamento químico, cultivo, parcelamento e ocupação. Todas essas ações deveriam ser submetidas à análise e à licença ambiental em todas as etapas previstas no Código. Dentro desse mesmo subtítulo, destacamos o Capítulo XXVII – “Dos Loteamentos e Construções” apresenta uma série de critérios para a elaboração de projetos de loteamento, condomínios especiais, conjuntos habitacionais de interesse social, distritos industriais e arruamentos. Todos esses projetos deverão conter arborização urbana e tratamento paisagístico das áreas verdes e de lazer. O Código inova ao não incluir no cálculo de superfície de áreas verdes nos projetos de loteamento as Áreas de Proteção Permanente (APP) e reservas legais. Para os loteamentos que abranger as APP’s propõe uma Taxa de Manutenção e Recuperação de Mananciais, à razão de 0,5 UFM/ano por hectare de área de preservação permanente a ser recolhida ao Fundo Municipal de Meio Ambiente. O terceiro “Da Gestão do Meio Físico” trata da fauna e da flora, da conservação dos ecossistemas, do

manejo da fauna, do comércio e criação de animais, da arborização urbana e das restrições de uso e incentivos à preservação. Esse capítulo cria um espaço para o incentivo de criação de unidades de conservação visando à preservação e conservação de espécimes da fauna e flora locais. Esses incentivos seriam fornecidos através da isenção ou redução de taxas ou impostos municipais. No caso de criação de uma área de preservação o processo se daria através de permuta de área, transferência do potencial construtivo ou desapropriação.

A redução ou isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano, como incentivo à criação de unidades de conservação, para propriedades com vegetação natural em estágio primário ou em estágio secundário médio ou em estágio secundário médio e secundário avançado de regeneração, ocorrerá seguindo os critérios: a) para propriedades que tenham de 10% a 20% da área ocupada com vegetação natural, redução de 20% do valor do imposto; para propriedades com 20% a 50% da área ocupada com vegetação natural, redução de 50% do valor do imposto; para propriedades com 50% a 80% da área ocupada com vegetação natural, redução de 80% no valor do imposto, e, por fim, para propriedades com mais de 80% da área ocupada com vegetação natural, isenção total do imposto. Esse benefício de isenção somente será aplicado para propriedades com área mínima de 500m², avaliadas pela Coordenadoria de Gestão Ambiental quanto ao seu estado de preservação.

A análise do Código Municipal de Gestão Ambiental mostrou-nos a elaboração de instrumentos normativos importantes para a cidade de Araraquara. A Coordenadoria de Meio Ambiente, com a proposta do Código, assumiria prerrogativas que lhe trariam um campo mais efetivo de atuação na cidade de Araraquara. O conjunto de instrumentos que vão desde a aprovação e elaboração de critérios para lançamento de novos loteamentos até o recebimento e análise de relatórios para empreendimentos potencialmente geradores de impactos na malha urbana/ambiental, EIA/RIMA, centralizaria nessa Coordenadoria uma arena de decisões importante para o planejamento urbano da cidade.

Esses instrumentos propostos no Código Municipal de Gestão Ambiental perpassam claramente pelo conceito de desenvolvimento sustentável. Ou seja, o conjunto de medidas propostas e a aplicabilidade delas imprimiriam uma nova cultura de planejamento urbano na cidade de Araraquara com foco no conceito de sustentabilidade na elaboração de políticas públicas. No que diz respeito ao caráter

participativo, entendemos que o fato de o Código vincular os seus instrumentos ao COMDEMA, composto por representantes da sociedade civil, associações, instituições privadas e públicas, fomenta um espaço de debate de propostas. O fato de parte dessas medidas terem sido contempladas no Plano Diretor da cidade, acabou sufocando a proposta do Código. O Plano Diretor foi executado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano que recebe dotação orçamentária, responsável por obras de infra-estrutura e, por conseguinte, acumula maior poder político em se comparando com a Coordenadoria de Meio Ambiente. Esse fator tornou-se decisivo no encaminhamento e na efetivação da proposta do Código de Gestão Ambiental pela Coordenadoria de Meio Ambiente.

Mas na cidade de Araraquara essa nova gramática política da relação entre Estado, Sociedade Civil e Mercado sofreu fortemente a influência da política tradicional. O que se observou foi uma forte interferência do poder público local nos fóruns para elaboração de propostas para a cidade, como o COMPUA e a Agenda 21 Local. Esse processo culminou com a absorção pelo projeto do Plano Diretor das propostas da Agenda 21 Local. Vislumbramos, dessa forma, traços de um processo de direcionamento da participação da sociedade civil local na elaboração de propostas reguladoras do desenvolvimento da cidade. Ou seja, o processo participativo utilizado na construção de projetos de gestão de políticas públicas locais participativas não tendeu para a autogestão, mas sim, com a incorporação da Agenda 21 pelo Plano Diretor, para a de eliminação de uma zona de conflito entre setores da sociedade civil e Poder Público. Os interesses políticos em foco construíram um tipo de participação na elaboração do planejamento urbano local de forma intervencionista. Isso se deu, em certa medida, por termos uma sociedade que, acostumada ao dirigismo, se colocou apaticamente diante do processo. Não agregou forças políticas suficientes para pressionar de fora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da história política da cidade de Araraquara mostrou-nos gestões locais com pouca transferência de poder decisório através de mecanismos democratizantes participativos e de responsabilização de entidades ou órgãos locais. Desenvolveu-se uma rede clientelística com entidades assistencialistas que partilhavam verbas através da atuação nos conselhos municipais, amplamente conduzidos pelo poder público local.

Está, portanto, configurada uma forma de governo local com ampla influência conservadora fruto de um período histórico que se inicia com a utilização de algumas medidas propostas no primeiro Plano Diretor de Araraquara, mandato de Clodoaldo Medina (1973-1977), da ARENA, passando pelos mandatos de Waldemar De Santi (1977-1983), do MDB/PMDB; Clodoaldo Medina (1983-1988)⁷⁰, do PMDB; Waldemar De Santi (1989-1992), do PDS; Roberto Massafra (1993-1996), do PMDB; e novamente De Santi (1997-2000), do PPB.

Dessa forma, a vitória do Partido dos Trabalhadores em 2000 é um marco. Ou seja, identificamos o rompimento de uma linha tradicionalmente conservadora na administração local, possibilitando o surgimento de novas propostas de gestão cidadã de políticas públicas.

Isso, por si só, deu lastro ao surgimento e implementação, inicialmente pela sociedade civil organizada, da proposta de desenvolvimento sustentável local, através de uma ferramenta de gestão e propositura de políticas públicas chamada *Agenda 21 Local*. Podemos apontar que o surgimento de uma mobilização da sociedade civil em Araraquara com proposta de redesenho do modelo de desenvolvimento local pertence ao quadro histórico inaugurado pela vitória do Partido dos Trabalhadores em 2000. Ou seja, tendo como referência as entrevistas realizadas, análise de artigos de jornais e revistas, a vitória do Partido dos Trabalhadores na cidade de Araraquara gerou uma expectativa de alguns setores da sociedade de constituição de um canal de comunicação efetivo para formulação e implementação de políticas públicas, agora sustentáveis.

Pode-se concluir que o processo de implementação da Agenda 21 de Araraquara é fruto desse processo. A análise do formato e da metodologia do início dos

⁷⁰ O Segundo mandato do Prefeito Clodoaldo Medina inicia-se em 01 de fevereiro de 1983 e termina, com seu afastamento, em 23 de junho de 1988 para assumir o cargo de Presidente do Fundo de Pensão da CESP. A partir do dia 24 de junho de 1988 até 31 de dezembro de 1988 assume o Vice-Prefeito Dr. Lindolpho Marçal Vieira Filho, do PMDB..

trabalhos sugere que o fórum inaugurado pela proposta da Agenda 21 de Araraquara poderia ser classificado como um espaço em que haveria tendência à *partilha de poder*. A partir do referencial teórico proposto nessa pesquisa que classifica a participação na sua vertente *dirigida*, um processo de informação dos cidadãos das ações do governo, e *discutida*, um processo consultivo. E, ainda, dentro da vertente *consultiva* os três níveis, a saber: consulta facultativa, consulta obrigatória e elaboração/recomendação. A vertente que mais se aproxima de um nível qualificado, em que ocorre a *partilha de poder*, é o processo de elaboração/recomendação. Mas para que a *partilha de poder* se efetive, as decisões têm que ser diretamente compartilhadas basicamente de três formas: a *co-gestão*, que se dá pela institucionalização da representação na direção efetiva de um arranjo institucional por mecanismos de administração compartilhada e colegiada; a *delegação*, os administrados através de delegados, recebem alguma autonomia de atuação sem necessidade de consulta; e a *auto gestão*, local em que se dá a prática coletiva de poder para decidir sobre temas diversos. A Agenda 21 de Araraquara aproxima-se da vertente *auto gestão*.

Se partirmos do pressuposto de que o fórum da Agenda 21 de Araraquara⁷¹ estava tendendo à elaboração de uma série de indicadores sociais da cidade, a partir das vulnerabilidades e potencialidades levantadas pelos diversos atores sociais, e, seguindo essa linha interpretativa, pensarmos que esses indicadores abririam a possibilidade de subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais sustentáveis nas diferentes áreas de atuação do governo municipal, podemos concluir que, o processo da Agenda 21 de Araraquara, se tivesse alcançado êxito na sua proposta, criaria um fórum em que a *partilha do poder* efetivamente ocorreria no nível de *auto gestão*. Evidentemente não podemos construir um quadro interpretativo baseado em apenas conjecturas. Mas é fato que o caminho natural do fórum da Agenda 21 de Araraquara seria, provavelmente, o de se transformar em referência para a intervenção programática do governo municipal nas diversas áreas da realidade social local.

⁷¹ Referimo-nos ao encontro ocorrido no SESC de Araraquara, dia 20 de setembro de 2001, em que se deu a formação de Grupos Temáticos da Agenda 21 de Araraquara: Cidades Sustentáveis; Agricultura Sustentável; Infra-estrutura e Integração Regional; Redução das desigualdades sociais; Gestão dos recursos naturais e; Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável. Cada Grupo Temático elaborou uma série de potencialidades e vulnerabilidades locais. A etapa seguinte a esse processo ocorreu em uma série de reuniões temáticas em que se pretendia elaborar os Indicadores Sociais da Agenda 21 de Araraquara. Essa etapa não foi concluída em virtude da desarticulação das entidades envolvidas no processo: ADA, Araraquara Viva e Prefeitura Municipal de Araraquara.

Ao confrontarmos as possibilidades descritas anteriormente com a realidade política da cidade pós-vitória do Partido dos Trabalhadores, tivemos algumas surpresas. O Partido dos Trabalhadores está em seu segundo mandato em Araraquara. Ao finalizar, em 31 de dezembro de 2007, terá ficado à frente da administração local por cerca de 8 anos. Concluímos que durante o período proposto para análise nessa pesquisa, 2001-2004, o projeto político do Partido dos Trabalhadores de aumento do campo participativo na cidade de Araraquara obteve sucesso relativo. Esse processo está conectado ao que Santos (2003) denominou de teorias não-hegemônicas de democracia. Refere-se ao papel dos movimentos sociais na institucionalização da diversidade cultural que, no limite, possibilitaram a transformação de práticas dominantes, o aumento da cidadania e a inserção política de atores sociais excluídos. Teoricamente, essa versão não-hegemônica de democracia abarcaria os interesses dos grupos sociais excluídos historicamente do processo decisório em Araraquara. Teríamos condições, dessa forma, de vermos na cidade de Araraquara, a partir do ano de 2001, a instituição de fóruns participativos em que ocorreriam verdadeiramente a *partilha do poder*. A primeira surpresa ocorreu ao identificarmos a institucionalização da proposta de desenvolvimento da Agenda 21 em Araraquara.

O processo não seria estranho se essa institucionalização viesse acompanhada por um reconhecimento oficial dos trabalhos realizados pelo Fórum da Agenda 21, com ampla participação dos setores da administração pública municipal nas suas diversas secretarias. Portanto, se ocorresse à institucionalização da representação na direção efetiva do Fórum da Agenda 21 de Araraquara por mecanismos compartilhados e colegiados, formalizar-se-ia uma relação de *co-gestão* da produção de informações e propostas, fruto de indicadores sociais elaborados. Ou seja, ainda poderíamos identificar a *partilha do poder* por meio de um arranjo institucional no nível da *co-gestão*. Entretanto, ao contrário disso, durante a “I Conferência da Cidade – A Cidade que Queremos”, ocorrida em maio de 2003, a Agenda 21 Local foi apresentada como um dos tópicos a serem abordados pelo novo Plano Diretor. A partir desse momento, a Agenda 21 de Araraquara assume característica de uma política de governo, uma estratégia de colocar em bases controláveis um processo que poderia levar a uma série de conflitos, por agregar atores sociais diversos, com governo em seu primeiro mandato. Do ponto de vista das resistências da sociedade civil, ao ver incorporada a proposta da Agenda 21 Local, não identificamos uma somatória de forças suficientes que pudessem pressionar de fora e

alterar o quadro que se desenhara. Não houve institucionalização, houve cooptação e incorporação ao Plano Diretor da proposta de Agenda 21 de Araraquara elaborada por organismos não-governamentais locais.

Entendemos, dessa forma, que a sinergia gerada pela mudança no quadro político local com a vitória do Partido dos Trabalhadores encetou o início dos trabalhos de construção da Agenda 21 de Araraquara em 2001. A constituição desse fórum está relacionada com o redesenho das relações entre os diversos grupos de interesses de uma cidade. Leva em conta, portanto, a diversidade social, os grupos étnicos e culturais diversos de uma localidade para a elaboração de planos estratégicos focados na visão do planejamento urbano sustentável. Para que esse projeto se tornasse concreto era fundamental, entretanto, a legitimação da sociedade, das associações, das diversas organizações públicas e privadas. O que ocorreu, na verdade, foi o encontro de uma sociedade civil fraca, do ponto de vista de sua capacidade de pressionar de fora e de construir acordos políticos consistentes, com um governo apetitoso em ver seus projetos políticos realizados dentro de seu cronograma de campanha: o novo Plano Diretor de Araraquara teria que ser construído nessa administração petista que se iniciava em 2001.

A análise do novo Plano Diretor de Araraquara dentro da concepção participativa de formulação e implementação de políticas públicas revelou-nos informações importantes. Entretanto, é fundamental para nosso debate retomarmos que o conceito participativo na formulação e implementação de políticas públicas está diretamente relacionado com a capacidade dos atores sociais de transferirem práticas e informações do nível social para o administrativo. Esse processo na cidade de Araraquara mostrou-nos o limite da proposta participativa na formulação e implementação de instrumentos geradores de políticas públicas sustentáveis, divididos aqui em dois momentos. Primeiramente, ficou patente na análise histórica do planejamento urbano na cidade de Araraquara, **CAPÍTULO II - A HISTÓRIA DO PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE DE ARARAQUARA: POLÍTICA LOCAL E PLANEJAMENTO URBANO**, que há, invariavelmente, um acúmulo de conhecimento técnico na elaboração de planos urbanísticos para a cidade. Evidentemente que esse processo foi construído ao longo dos anos e contou com a participação de técnicos, estudiosos e catedráticos de universidades como a USP – FAU de São Paulo. Nesse sentido, a figura do Professor Anhaia Mello e do Professor Cerqueira César são emblemáticas em Araraquara. Em segundo, a capacidade técnica adquirida pelos quadros que compõem a administração

municipal, somada ao tradicionalismo na condução do atendimento das demandas sociais gerou um dirigismo dessas aos interesses políticos em foco. Em outras palavras, o problema urbano da cidade de Araraquara foi conduzido, em suas interpretações e intervenções, na direção dos interesses das elites econômicas locais.

Para comprovar essa afirmação podemos retomar os dois processos de elaboração e debate dos Planos Diretores da cidade de Araraquara: o primeiro a partir de sua conclusão em 1963, e o segundo, nas suas duas fases de elaboração, de 2001 a 2002, sob liderança do Arquiteto Linconl Ferri do Amaral, e, de 2002 a 2005, sob liderança do Arquiteto Luiz Antonio Nigro Falcoski.

Do primeiro processo é possível traçar, no mínimo, duas interpretações. A primeira no que diz respeito aos longos anos de debate do PD. De sua conclusão (1963) até as primeiras iniciativas administrativas no sentido de adotar as medidas propostas no PD (1977), passaram-se 14 anos, quase uma década e meia de debates conduzidos pelo Rotary Club de Araraquara que contava, naquele momento, com a participação de expoentes investidores do setor imobiliário e do setor de construção civil. A análise dos resultados dos debates produzidos sobre o Plano Diretor, mostra-nos uma Araraquara em pleno desenvolvimento econômico, urbano e industrial. Um período que se inicia na década de 1950, com a forte urbanização da cidade, e adentra a década de 1970.

Em segundo, a preocupação dos participantes dos debates do PD era justamente a de criar infraestrutura local suficiente e programas que pudessem incentivar o desenvolvimento industrial, como a exemplo da cidade de São José do Rio Preto, com o Programa de Desenvolvimento Industrial, PRODEI. A questão ambiental ficou à margem desses debates, que estavam conectados ao conjunto de idéias que compunham ideário do período desenvolvimentista brasileiro. A referência constante à construção de Brasília-DF, com suas inovações no trato da malha urbana, foi fundamental para a elaboração do primeiro PD de Araraquara. Lembremos que a idéia de setorização do PD está vinculada às das superquadras de Brasília.

A todo custo, o Brasil precisava crescer, uma postura que transparece no tipo de participação que o país efetivamente demonstrava nos fóruns internacionais promovidos pela ONU. Referimo-nos à participação do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (CNUMAH), em Estocolmo em 1972. Os principais resultados formais do encontro constituíram a Declaração sobre o Ambiente Humano ou Declaração de Estocolmo que expressa a convicção de que tanto as gerações

presentes como as futuras, tenham reconhecidas como direito fundamental, a vida num ambiente sadio e não degradado.

Naquele momento, a idéia de crescimento econômico a qualquer custo imperava no imaginário de boa parte dos administradores públicos. Evidentemente que na cidade de Araraquara não poderia ser diferente, pelo menos os fatos evidenciam que não. Pois todos os debates tinham como principal temática dotar de equipamentos urbanos, infraestrutura (principalmente transporte e comunicação) e Código de Obras, ou seja, regras para a ocupação e uso racional (entenda aumento dos ganhos no comércio de lotes urbanos) do solo da cidade.

A inadequação do Plano Diretor de Araraquara à realidade do município no início do século XXI colocou como pauta na agenda política do Partido dos Trabalhadores em 2001 a elaboração de um novo PD. A elaboração do novo Plano Diretor passou por alguns sobressaltos, como a saída do Secretário de Desenvolvimento Urbano Amaral e entrada de Falcoski. Os motivos da saída do Secretário Amaral, dentre outros, foi a inadequação de metodologia participativa na elaboração do PD. Com a entrada de Falcoski, o PD atinge uma fase intensiva de levantamento de dados. A estruturação da comissão executiva do COMPUA foi fundamental para elaboração e votação dos futuros pareceres técnicos que comporiam as diretrizes do PD.

A estrutura organizacional do COMPUA foi montada seguindo os preceitos participativos na elaboração de instrumentos reguladores como o PD. Para uma gestão que tem como “bandeira” fundamental o rompimento com o tradicionalismo na formulação e implementação de políticas públicas, esse caráter participativo e ecodesenvolvimentista era imprescindível.

O conceito de desenvolvimento sustentável permeia toda a estrutura do PD, conforme podemos notar em seu Capítulo IV - Dos Instrumentos e Estratégias de Desenvolvimento e Qualidade de Vida Urbana Ambiental, Art. 8º:

O Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Urbana Ambiental compõe-se de quatro estratégias de desenvolvimento sustentável incorporando o protocolo da Agenda 21, as quais estão representadas por meio de princípios, objetivos, diretrizes e ações estratégicas apresentadas no Título II, e os MAPE -Mapas Estratégicos no ANEXO 1 desta Lei: I - Estratégia de Desenvolvimento Social para uma política social e cidade com qualidade de vida urbana; II - Estratégia de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e a produção da cidade com equidade social e justiça redistributiva; III - Estratégia de Desenvolvimento Urbano Ambiental para um novo modelo sócio-espacial e sustentável; IV - Estratégia de Desenvolvimento Institucional para um gestão democrática do sistema de planejamento. (p. 9)

A vertente ecodesenvolvimentista elaborada por Sachs (1994) é a que enfoca a formulação e implementação de políticas públicas em 5 dimensões da sustentabilidade: sustentabilidade social; sustentabilidade econômica; sustentabilidade espacial; sustentabilidade ambiental; e sustentabilidade cultural. No nosso caso, se tratando da elaboração de um instrumento regulador da ocupação e do uso do solo como é o Plano Diretor, é a que mais se aproxima da proposta. Vale lembrar, entretanto, que o conceito ecodesenvolvimentista também engloba as noções de sustentabilidade amplamente divulgadas nos Encontros, Seminários e Conferências promovidos pela ONU. Essas vertentes, a ecodesenvolvimentista e a sustentabilista, foram incorporadas ao PD de Araraquara e são conceitos norteadores para a formulação e implementação de políticas públicas.

Além dessa característica, cabe-nos relatar que o resultado final produzido pelo conselho, em que pesem os acordos políticos fechados para a reestruturação de alguns tópicos do Plano Diretor, foi de grande qualidade técnica. O levantamento de dados, a produção dos diversos cenários da cidade, a construção de uma série de mapas temáticos, que apontam objetivamente as vulnerabilidades e potencialidades da expansão da malha urbana, constituem-se enquanto ferramentas que podem direcionar os investimentos públicos de Araraquara nos próximos anos. Entretanto, quando analisamos toda a estrutura montada pelo COMPUA, seu cronograma, a proposta dos fóruns democráticos de debates com a população e comparamos com o teor das entrevistas realizadas com os principais dirigentes e coordenadores, percebemos duas realidades.

Primeiramente uma realidade formal em que se preconizava a todo custo a realização de um processo transparente, participativo e que comprometesse todos os atores sociais representantes de organismos não-governamentais, associações, órgãos públicos municipais, estaduais e federais, com a elaboração de tão importante instrumento de planejamento urbano para o município de Araraquara.

Em segundo, uma realidade caracterizada por uma série de encontros promovidos pelo COMPUA que paulatinamente estavam se esvaziando. Em certa medida, esse esvaziamento se deu pela disparidade entre o conhecimento técnico trazido pelos quadros da administração pública local e os participantes dos encontros nos vários Grupos Temáticos. Ou seja, os integrantes não conseguiam transferir práticas e informações do nível social para o administrativo. Em certos momentos, conforme relato

das entrevistas, as reuniões se transformavam em locais de aceitação de estudos previamente produzidos. Aliás, segundo relato de Garibaldi, Coordenador do Plano Diretor de Araraquara, a equipe de técnicos da Prefeitura criou um procedimento de envio dos levantamentos e estudos para os participantes antes dos encontros para subsidiar o debate futuramente. O debate, mesmo assim, reduzia-se a poucos temas que pertenciam à atividade profissional de alguns integrantes. Em muitos momentos, segundo Garibaldi, os representantes das áreas temáticas eram chamados ao gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Urbano simplesmente para aprovar algum parecer importante para o desenvolvimento dos trabalhos. A urgência política e a complexidade do Plano Diretor acabaram por atropelar a participação cidadã na formulação desse instrumento de política urbana sustentável.

Dessa forma, se confrontarmos nosso referencial teórico de participação na formulação e implementação de políticas públicas no seu nível ideal para que ocorra a *partilha do poder*, ao processo de elaboração do Plano Diretor de Araraquara, encontraremos divergências. O caráter técnico complexo e a urgência política na elaboração do PD comprometeram enormemente a efetivação de um processo participativo em que houvesse recomendação/elaboração de propostas. Ou seja, no limite, comprometeu a efetivação de um Fórum, o COMPUA, em que os cidadãos pudessem elaborar propostas e recomendar medidas, a administração aceitaria ou rejeitaria, porém deveria justificar. Um fórum que teria, em outras palavras, a oportunidade de ampliar a cidadania por meio de um processo pedagógico que transformaria o caráter do poder municipal ao longo dos anos.

Na verdade, ainda impera o tradicionalismo nas decisões do Poder Público Municipal que, descredenciando seu próprio projeto político de construção de uma normatização do uso e ocupação do solo, o Plano Diretor, vendeu a Rua Emílio Carlos, no bairro Jardim Melhado, para a Cutrale, sem que houvesse nenhum debate nas instâncias participativas instituídas.

O outro Fórum proposto para análise nessa pesquisa foi o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, o COMDEMA, instituído em 25 de abril de 2003 pelo Decreto nº 7.970. O Conselho traz em seu arcabouço estatutário fortes traços de um compromisso local com a sustentabilidade. Na esteira da reativação desse conselho, está em discussão um projeto de lei que institui o *Código Municipal de Gestão Ambiental*, que dispõe sobre os instrumentos da política ambiental e estabelece normas

gerais para a administração da qualidade ambiental do Município. O Regimento Interno do COMDEMA, bem como o Código Ambiental, estão fortemente influenciados pelo conceito de desenvolvimento sustentável, na sua corrente *ecodesenvolvimentista*, Sachs (1994). Entretanto, como pudemos verificar no “CAPÍTULO V GESTÃO PARTICIPATIVA LOCAL: AGENDA 21, CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL E CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE”, tópico “5.3. Código Municipal de Gestão Ambiental: apenas uma proposta?” não se efetivou enquanto um instrumento de gestão do espaço urbano e ambiental de Araraquara. Como afirmado anteriormente, seu conteúdo, de certa forma, foi incorporado ao Plano Diretor de Araraquara.

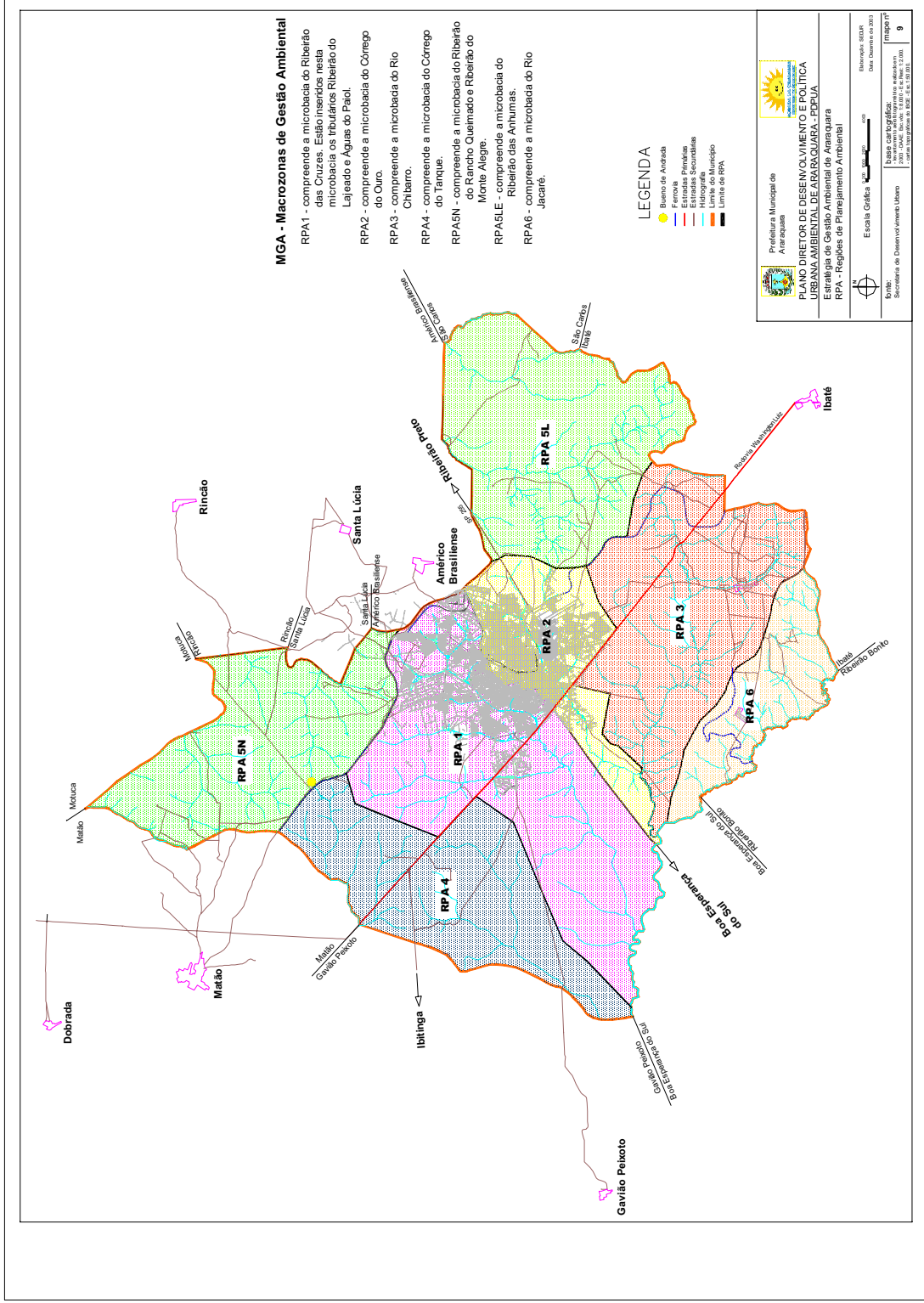
O Plano Diretor finalizado no segundo mandato do Prefeito Edinho Silva, em 2005, é o mais importante instrumento de planejamento urbano criado desde 1963. Durante mais de 42 anos, a cidade de Araraquara contou com um instrumento de orientação de seu crescimento urbano que foi se fragmentando. O controle sobre a propriedade fundiária e imobiliária pelo Poder Público foi se perdendo ao longo desses anos. Mais que isso, do ponto de vista da ocupação do solo urbano de Araraquara formatou-se uma dinâmica local predatória, excludente e geradora de problemas sociais. Araraquara, teoricamente, rompe com essa lógica ao instituir um PD em 2005 que prioriza instrumentos específicos garantidores da função social da propriedade. Nesse sentido, segundo Maricato (2000), a inclusão da proposta de Plano Diretor obrigatório na Constituição de 1988 e a subordinação a ele da aplicação dos instrumentos previstos para fazer valer a função social da propriedade (preconizada no Estatuto das Cidades) constituem um verdadeiro aparato de proteção da função social da propriedade privada.

Dessa forma, não é possível imaginarmos um futuro melhor para a cidade de Araraquara sem planejamento urbano e atualização periódica desses instrumentos. Entretanto, para incluirmos nas propostas de planejamento urbano toda a multiplicidade de atores sociais de uma cidade como Araraquara, exige-se uma dose elevada de participação da sociedade. O planejamento urbano pode desenvolver uma gestão do espaço urbano que diminua a desigualdade e amplie a cidadania. Essa não é uma tarefa simples nem de curto prazo, mas possível. O desafio, para Maricato (2000), reside em transformar as leituras do espaço urbano pelos múltiplos atores sociais em propostas que rompam com a lógica símbolo do tradicionalismo na formulação e implementação de políticas públicas: a) as obras e os contratos que envolvam grandes

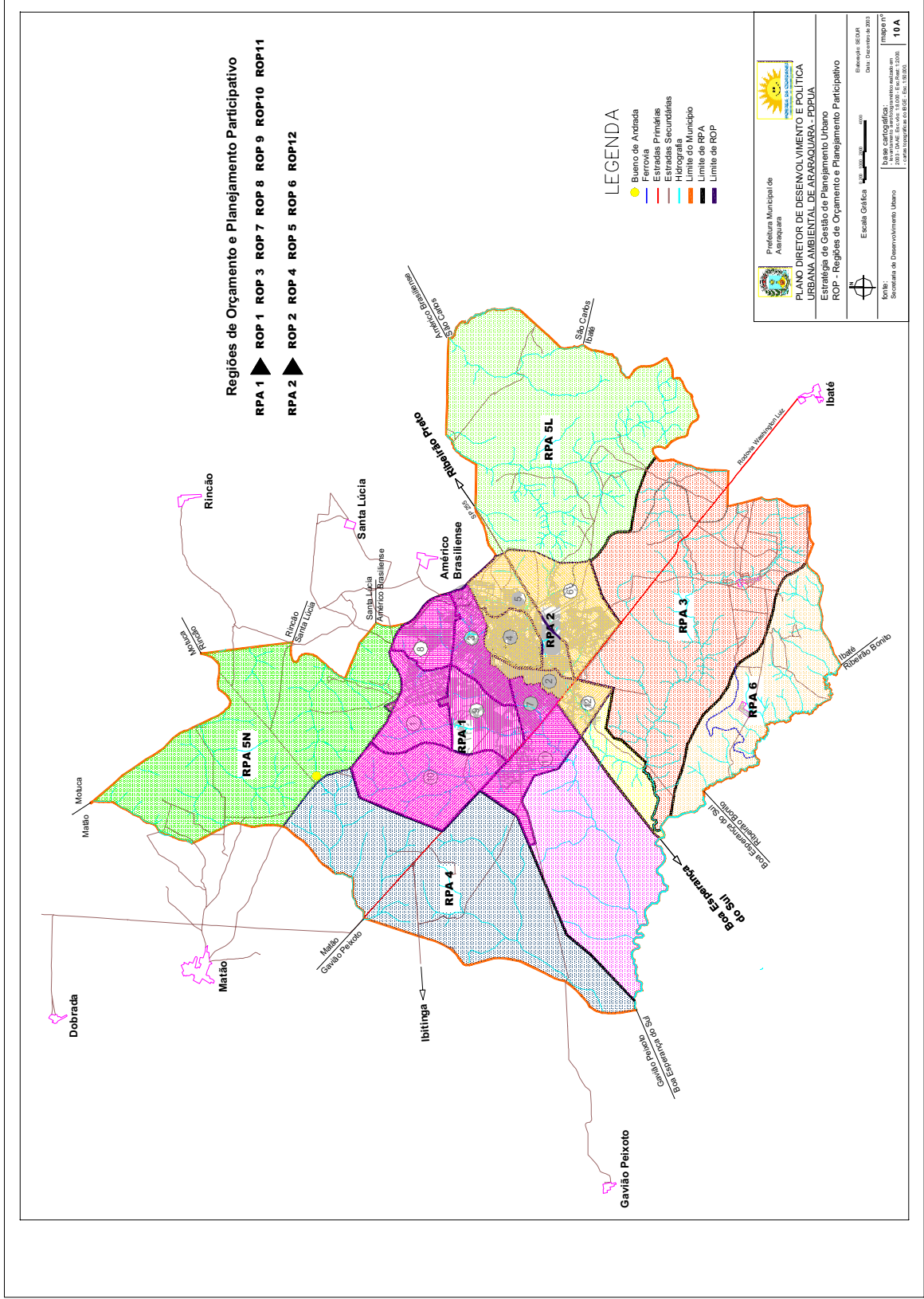
somas, como os da coleta do lixo, têm que ser definidas pelas “megaempreiteiras” ou “megaempresas” financiadoras das campanhas eleitorais; b) a localização das obras têm que respeitar a lógica da valorização imobiliária; c) o conjunto delas forma um quadro em que a segregação espacial é fato; d) as leis servem apenas para uma parcela minoritária da população da cidade.

Reverter esse rumo é desenvolver mecanismos legítimos de formulação de instrumentos que desenvolvam uma gestão urbana que diminua a desigualdade, amplie a cidadania e preserve o patrimônio histórico-arquitetônico e ambiental da cidade. É, em outras palavras, transformar a cidade em um produto do pensamento que represente legitimamente a coletividade e não uma parcela da população.

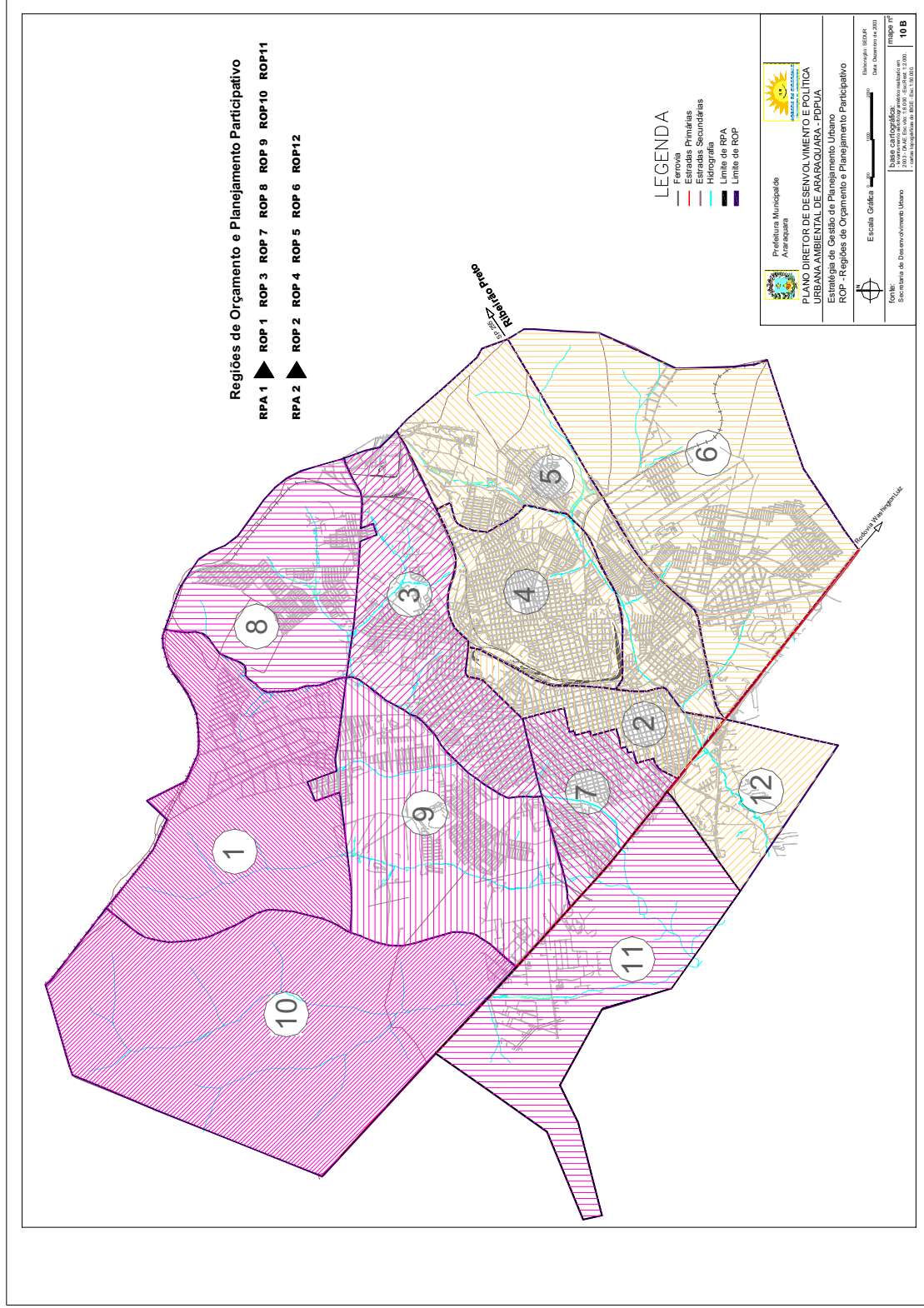
Anexo A – Mapa Estratégico: Estratégia de Gestão Ambiental. RPA – Regiões de Planejamento Ambiental



Anexo B – Mapa Estratégico (10A): Estratégia de Gestão de Planejamento Urbano. ROP – Regiões de Planejamento Participativo



Anexo C – Mapa Estratégico (10B): Estratégia de Gestão de Planeamento Urbano. ROP – Regiões de Orçamento e Planeamento Participativo



Anexo D – Regiões do Orçamento Participativo.

Região – 1

R1.1- Sub Maria Luiza

Maria Luiza I e II, Jardim Cambuí, Jardim Botânico, Cidade Jardim, Jardim dos Flamboyants, Condomínio Estância Primavera, Chácara Flora Araraquara, Bueno de Andrada, Recanto dos Nobres.

R1.2 - Sub Vale do Sol

Vale do Sol, Jardim Águas do Payol, Jardim Igaçaba, Jardim Residencial Paraíso, Jardim Acapulco, Jardim Nova Araraquara, Residencial Lupo.

Região – 2

R2.1 - Centro / Fonte

Centro, São Geraldo, Jardim das Oliveiras, Jardim Domingos Sávio, Vila Harmonia, Loteamento Eldorado, Vila Ferroviário, Jardim Maracanã, Jardim Primavera, Fonte, Vila Godoy.

R2.2 - Sub Santa Angelina

Santa Angelina, Jardim D. Pedro I, Jardim Biagioni, Vila José Bonifácio, Jardim Tangará, Bosque da Saúde, Vila Sampaio, Vila Yamada, Vila Nina, Vila Girassol, Jardim Res. Barbugli, Vila Do Servidor.

Região – 3

R3.1 - SUB Selmi Dei

Jardim Roberto Selmi Dei, Jardim Adalberto Roxo, Jardim Veneza.

R3.2 - Sub Imperador

Jardim Imperador, Jardim Uirapuru I e II, Jd. Santo Antônio, Jardim Celimar, Jardim Marivã, Jardim Vale das Rosas, Jardim Aclimação e Jardim Adalgisa, Jardim Primor, Jardim Maria Luiza III, Jd. do Bosque e Jardim Thien.

R3.3 - Sub Jd. Brasília

Jardim das Roseiras, Vila Velosa, Vila Sedenho, Jardim Morada do Sol, Jardim Brasília, Chácaras Velosa, Jardim Zavanella, Sítio São João.

R3.4 - Sub Indaiá

Jardim Indaiá, Jardim São Rafael I e II, Chácara Velloso, III Distrito Industrial.

Região - 4R4.1 - Sub Pinheiros/Pq São Paulo

Jardim Pinheiros I e II, Vila Biagioni, Jardim Europa, Jardim Santa Clara, Jardim Ana Adelaide, Vila Joinville, Jardim Altos de Pinheiro I e II, Parque Residencial São Paulo, Parque Sabiá.

R4.2 - SUB Jardim Brasil

Jardim América, Jardim Brasil, Vila Vieira, Parque Gramado I e II, Jardim Silvania, Jardim Santa Júlia I e Chácara Floresta I, II, III.

R4.3 - Sub Eloá/Vicentina

Vila Xavier, Jardim Cristo Rei, Cidade Industrial, Vila Santo Malara, Vila Karú , Fundação Casa Popular, Parque São Benedito, Vila Esperança, Vila Santa Maria, Jardim São Jorge.

R4.4 - Sub Paulistano/Estações

Jardim das Estações, Jardim Tabapuã, Jardim Floridiana, Cidade Azul, Jardim Paulistano, Vila Gaspar, Jardim Viaduto e Jardim Lisboa, Vila Freitas, Vila Odete.

Região - 5R5.1 - SUB Hortênsias

Parque das Hortênsias, Condomínios Satélite, Vila Nossa Senhora Aparecida e Guanabara.

R5.2 - SUB Yolanda

Yolanda Ópice, Jardim Palmares, Jardim Palmeiras, Jardim Florença, Jardim Santa Júlia III, Jardim Residencial Itália, Jardim Paulista, Jardim Araraquara.

R5.3 - SUB Eliana

Jardim Eliana, Jardim das Paineiras, Jardim Água Branca, Jardim Martinez, Jardim Higienópolis, Jardim Santa Rosa, Jardim Nova Época, Jardim Mangiacapra, Jardim Almeida, Vila Normanda, Jardim Padre Anchieta e Parque Alvorada, Vila Nova e Vila

Renata.

R5.4 - SUB Melhado

Vila Melhado, Vila Furlã, Vila Suconasa, Vila Teixeira, Jardim São Jorge, Jardim Arangá, Jardim das Gaivotas, Jardim Panorama, Jardim Guanabara, Jardim Guaianazes.

Região - 6

R6.1 - SUB Cruzeiro

Cruzeiro do Sul I e II, Jardim Dumont, Jardim Arco Íris, Jardim Del Rey, Jardim Ieda, Jardim Esplanada, Jardim Imperial, Jardim Silvestre, Jardim Santa Marta, Jardim Santa Adélia, Vila Bonilha, Jardim dos Industriários.

R6.2 - SUB Cecap

Cecap, Jardim Victório de Santi I e II, Parque Iguatemy, Vila Apacoara, I, II e V Distrito Industrial, Jardim Regina, Jardim Rafaela Micelli, Jardim Guanabara.

Região - 7

R7.1 - SUB São José

São José, Vila Higia, Jardim Nova América, Jardim Ártico, Jardim Tamoio, Parque do Carmo, Jardim Santa Lúcia.

R7.2 - SUB Quitandinha

Quitandinha, Campus Ville, Jardim Vitória, Jardim Cecília, Vila Kátia, Jardim dos Ipês, Vila Progresso, Jardim Vitória, Vila Bela Vista, Chácara Califórnia, Bairro dos Machados.

R7.3 - SUB Morumbi

Morumbi, Carmo, Vila DEER, Jardim Santa Mônica, Jardim São Paulo, Vila Santana, Jardim São Gabriel.

R7.4 - SUB Universal

Jardim Universal, Parque das Laranjeiras, Jardim dos Manacás, Jardim das Flores.

Região - 8

R8.1 - SUB Bela Vista

Assentamento Bela Vista.

R8.2 - SUB Monte Alegre

Assentamento Monte Alegre, pequenos Produtores Rurais, Assentamento do Horto de Bueno

Anexo E – Lei que dispõe sobre a criação, organização e funcionamento do COMPUA.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

LEI Nº 5.831

De 05 de junho de 2002

Dispõe sobre a criação, organização e funcionamento do Conselho Municipal de Planejamento e Política Urbana Ambiental - CMPUA e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, e de acordo com o que aprovou a Câmara Municipal, em sessão ordinária de 28 de maio de 2002, promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Planejamento e Política Urbana Ambiental de Araraquara - CMPUA, como instrumento funcional e organizativo de um Sistema Municipal de Planejamento e Política Urbana Ambiental - SMPUA, conforme a legislação específica referente ao Plano Diretor Municipal.

Artigo 2º - O CMPUA, como estrutura integrada, dinâmica e participativa da esfera pública e da sociedade civil, tem por objetivo formular políticas, planos, diretrizes, programas e projetos relacionados à política urbana e ambiental.

Artigo 3º - Como órgão municipal e operacional de planejamento, o CMPUA apresenta as seguintes finalidades, competências e atribuições básicas para seu funcionamento e ação:

I - Zelar pela aplicação, execução, fiscalização e gestão da legislação urbana e ambiental em geral e demais instrumentos do sistema de planejamento, de acordo com a Lei nº 10.257/2001, denominada Estatuto da Cidade;

II - Estabelecer comissões de estudos, grupos temáticos, proposições, debates de temas estratégicos e específicos, resoluções e encaminhamentos relacionados à revisão, flexibilidade e reversibilidade da legislação pertinente, com respeito a sua atualização dinâmica, complementação, ajustes e alterações eventuais e necessários;

III - Estimular, receber e avaliar sugestões, propostas e matérias importantes ou de interesse coletivo, encaminhadas por setores e agentes da sociedade civil ou de fóruns temáticos setoriais;

IV - Deliberar sobre a instalação de comissões técnicas e grupos temáticos especiais, para assessoramento, consultoria técnica e profissional sobre assuntos de interesse coletivo, com a participação e composição de membros do CMPUA, Secretarias e órgãos públicos, e colaboradores externos de profissionais e universidades;

Fl.02

V - Estimular e zelar pela implementação, avaliação e integração de programas, projetos e ações setoriais de políticas públicas municipais relacionados ao desenvolvimento urbano ambiental;

VI - Appreciar, debater, avaliar e deliberar sobre matérias e instrumentos relacionados a estudos, análise e avaliação de projetos especiais de transformação urbana, diretrizes para revisão de regimes urbanísticos de uso do solo, operações urbanas público-privadas, avaliação de empreendimentos de impacto ambiental, de estudos de impacto de vizinhança, áreas especiais de interesse social, cultural e ambiental, e outros instrumentos de controle urbanístico e de ação compartilhada previstos no Estatuto da Cidade;

VII - Propor e aprovar processos, metodologias, critérios, parâmetros e instrumentos urbanísticos normativos, bem como a instalação de comissões de avaliação de desempenho urbano e ambiental para assentamentos urbanos e habitacionais ou projetos de empreendimentos urbanísticos de impacto ambiental.

Artigo 4º - O órgão CMPUA será composto por 39 (trinta e nove) membros e um Presidente, cuja indicação e eleição obedecerá aos seguintes critérios de organização, considerando três níveis de representatividade:

I - 13 (treze) representantes de entidades públicas e governamentais, sendo:

a) No âmbito Municipal: 01 (um) do Poder Legislativo escolhido entre seus pares e indicado pelo Presidente da Câmara de Vereadores e 09 (nove) do Executivo indicados pelo Prefeito, componentes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e coordenações setoriais integrantes; das Secretarias que compõem as Políticas Sociais; da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; dos conselhos municipais de representação setoriais; de empresas concessionárias, autarquias, fundações públicas; e de outros órgãos e entidades públicas;

b) No âmbito Estadual: 02 (dois) diretamente relacionados ao planejamento e gestão urbana ambiental;

c) No âmbito Federal: 01 (um) diretamente relacionado ao planejamento e gestão urbana ambiental.

II - Indicação de 13 (treze) representantes de entidades, instituições e organizações sociais da esfera pública não governamental, diretamente relacionados à política urbana e ambiental, eleitos por seus setores representativos, homologados pelo Prefeito Municipal, conforme segue: 3 (três) de associações de classe empresariais, 3 (três) de associações de classe profissionais, 3 (três) de organizações não-governamentais e 4 (quatro) de universidade e instituições de pesquisa;

Fl.03

III - Eleição e indicação de 13 (treze) representantes e suplentes pelas Regiões de Planejamento – RP, através de Plenárias, Câmaras e Fóruns Regionais como estrutura político-territorial de representação e gestão urbana, conforme Estratégia de Gestão do Planejamento a ser instituído pelo Plano Diretor, conforme segue: 05 (cinco)

representantes de Regiões de Planejamento Ambiental - RPA, de âmbito territorial regional, definido por critérios de zoneamento ambiental por sub-bacias hidrográficas; e 8 (oito) representantes de Regiões de Planejamento Participativo - RPP, de âmbito territorial intra-urbano, definido por critérios sócio-econômicos, sócio-espaciais, ambientais e culturais.

§ 1º - Para designação dos representantes da sociedade civil organizada, de entidades e respectivos suplentes, o Prefeito solicitará as suas indicações através de titulares e suplentes.

§ 2º - Os representantes titulares e suplentes das Regiões de Planejamento Participativo serão eleitos por suas respectivas plenárias regionais.

Artigo 5º - O presidente do CMPUA será o titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Artigo 6º - São estruturas ou órgãos constituintes do Conselho Municipal de Planejamento e Política Urbana Ambiental - CMPUA:

- a) Assembléia Geral;
- b) Presidência;
- c) Diretoria;
- d) Coordenadoria de Grupos Temáticos;
- e) Coordenadoria de Comissões Técnicas;
- f) Coordenadoria de Audiências Públicas;
- g) Coordenadoria de Gestão da Informação;
- h) Consulta Pública e Popular.

Artigo 7º - O CMPUA deverá ser administrado por uma Diretoria constituída por 1 (um) Presidente, 3 (três) Diretores e 1 (um) Secretário Executivo, segundo os 3 (três) níveis de representatividade de composição do CMPUA, de acordo com o Artigo 4º desta Lei.

Artigo 8º - Compete a Diretoria gerir e administrar as ações sob responsabilidade do CMPUA, bem como representar o órgão em reuniões, eventos e agendas de representação institucional e externa, bem como representará, ativa e passivamente, o CMPUA em atos de qualquer natureza.

Parágrafo Único - O Presidente, bem como os diretores eleitos terão um mandato de 2 (dois) anos, sendo admitida a reeleição uma vez, não excedendo o período ou gestão administrativa.

Fl.04

Artigo 9º - Compete a Assembléia Geral do CMPUA propor, criar e alterar o Regimento Interno que regula suas ações, órgãos constituintes e atividades.

Parágrafo Único - Após a instalação do CMPUA, os Conselheiros terão 2 (dois) meses para elaborar o Regimento Interno, incluindo matéria sobre a duração de mandatos,

direitos, competências e obrigações dos mesmos, que será aprovado por ato oficial do Prefeito.

Artigo 10 - O CMPUA organizará, coordenará e realizará pelo menos 1 (uma) vez a cada período de gestão administrativa e preferencialmente 2 (duas) vezes pelo mesmo período, o Congresso da Cidade, a ser regulado pelo Plano Diretor Municipal, como instrumento de política urbana e gestão democrática da cidade.

Parágrafo Único - Além deste instrumento supracitado de referendo popular, o CMPUA poderá realizar e coordenar outros mecanismos de planejamento participativo, como Fóruns e Conferências da Cidade.

Artigo 11 - Os membros do Conselho, inclusive o Presidente, desenvolverão suas funções sem qualquer remuneração, porém, os serviços prestados serão considerados de relevado interesse público.

Artigo 12 - As despesas decorrentes da execução desta Lei onerarão verbas próprias do orçamento vigente.

Artigo 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, aos 05 (cinco) dias do mês de maio do ano de 2002 (dois mil e dois).

EDSON ANTONIO DA SILVA
- Prefeito Municipal -

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
Fl.05
. Continuação da Lei nº 5.831

Publicada na Secretaria Municipal de Governo, na data supra.

CLÉLIA MARA SANTOS FERRARI
- Secretária de Governo -

Arquivada em livro próprio nº 01/2002. (“PC”).

Anexo F – Lei que dispõe sobre a criação, organização e funcionamento do COMDEMA.

LEI Nº 5.699, de 18 de outubro de 2001

Cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, e de acordo com o que aprovou a Câmara Municipal, em sessão ordinária de 16 de outubro de 2001, promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, órgão consultivo e de assessoramento da Prefeitura Municipal em assuntos referentes à gestão ambiental em toda a área do Município de Araraquara.

Parágrafo Único - O COMDEMA ficará subordinado ao Gabinete do Prefeito Municipal para e com a organização administrativa da Prefeitura, gerar condições de desenvolvimento às suas finalidades.

Artigo 2º - O COMDEMA tem por finalidade:

I – Colaborar nos planos e programas de expansão urbana e desenvolvimento municipal mediante recomendações referentes à gestão ambiental do Município;

II – Estudar, definir e propor normas e procedimentos visando à gestão ambiental do Município, como colaboração a sua administração;

III – Promover e colaborar na execução de programas intersetoriais de proteção ambiental da flora, fauna e dos recursos naturais do Município;

IV – Fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos à indústria, ao comércio, à agropecuária e à comunidade em relação à gestão ambiental do Município;

V – Colaborar em campanhas educacionais relativas a problemas de saneamento básico, poluição das águas, do ar e do solo, combate a vetores, proteção da fauna e da flora;

VI – Promover e colaborar na execução de atividades de Educação Ambiental no ensino formal e não-formal;

VII – Manter intercâmbio com as entidades oficiais e privadas de pesquisas e de atividades ligadas à defesa do Meio Ambiente;

VIII – Conhecer e prever os possíveis casos de impactos ambientais que ocorram ou possam ocorrer no Município, diligenciando no sentido de sua apuração, e sugerindo ao Senhor Prefeito Municipal as providências que julgar necessárias;

IX – Dar parecer em projetos de aprovação de loteamentos, desmembramentos de glebas, empreendimentos industriais e comerciais, antes dos mesmos serem analisados pelo Município;

Artigo 3º - O COMDEMA será composto dos seguintes membros:

- a. um representante da Prefeitura do Município;
- b. um representante da Câmara Municipal;
- c. um representante do Ministério Público da Comarca;
- d. um representante do Departamento Autônomo de Água e Esgotos – DAAE;
- e. um representante do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE;
- f. um representante da Polícia Florestal;
- g. um representante da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental CETESB;
- h. um representante do Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais - DEPRN;
- i. um representante das associações de classe;
- j. um representante dos clubes de serviço;
- k. um representante das instituições de ensino superior;
- l. um representante das associações de profissionais liberais;
- m. um representante das instituições do ensino básico;
- n. um representante dos sindicatos existentes no Município;
- o. um representante das associações de bairros;
- p. um representante de cada entidade ambientalista atuante no Município, instituída legalmente e cadastrada na Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único - Os membros do COMDEMA serão nomeados, no máximo, 60 (sessenta) dias após a promulgação desta Lei.

Artigo 4º - O COMDEMA terá um Presidente, um Vice-presidente, um Secretário, Coordenadores de setores urbano, rural e educacional, eleitos pelos seus pares em assembléia previamente convocada para esse fim.

Parágrafo Único - Os representantes do Poder Público, em qualquer esfera, serão inelegíveis para os cargos de Presidente, Vice-presidente e Secretário.

Artigo 5º - Os membros do COMDEMA terão mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução dos mesmos por um mandato.

Artigo 6º - O exercício das funções de membro do COMDEMA será gratuito e considerado como prestação de serviços relevantes ao Município.

Artigo 7º - O COMDEMA manterá estreito intercâmbio com órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal, com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à gestão ambiental.

Artigo 8º - A partir da constatação ou comunicação de possíveis ações que possam causar riscos de impactos ambientais, o COMDEMA diligenciará no sentido de sua apuração e das providências necessárias.

Artigo 9º - No caso de constatação das ações previstas no artigo anterior, o COMDEMA sugerirá ao Senhor Prefeito Municipal as providências que forem julgadas necessárias,

além de providenciar comunicado aos órgãos estaduais e federais competentes, para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Artigo 10 - O COMDEMA fará, no prazo de 60 (sessenta) dias, os ajustes necessários no Regimento Interno em vigor, que deverá ser homologado em Assembléia previamente convocada para este fim.

Artigo 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 3.094, de 20 de junho de 1984.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, aos 18 (dezoito) dias do mês de outubro do ano de 2001 (dois mil e um).

EDSON ANTONIO DA SILVA

- Prefeito Municipal -

Publicada na Secretaria Municipal de Governo, na data supra.

CLÉLIA MARA SANTOS FERRARI

- Secretária de Governo -

Arquivada em livro próprio nº 01/2001. ("PC").

BIBLIOGRAFIA

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção (coleção Estado de Sítio)*. São Paulo: Editora Boitempo, 2004;
- AGENDA 21 BRASILEIRA. *Bases para discussão*. por Washington Novaes (Coord.) Otto Ribas e Pedro da Costa Novaes. Brasília MMA/PNUD, 2000;
- ÁLBUM DE ARARAQUARA. Organizado por Antonio M. França, sob auspícios da Câmara Municipal de Araraquara, 1915;
- ÁLBUM DE ARARAQUARA. Organizado por Nelson Martins de Almeida. São Paulo: composto e impresso pela empresa “O Papel” Ltda, 1948;
- ANDRADE, C. R. M. de. *A cidade como um corpo são e belo: o pensamento urbanístico do engenheiro Saturnino de Brito*. (IN) FERNANDES, A.; GOMES, M. A. de F. (orgs). *A cidade & História: modernização das cidades brasileiras nos Séculos XIX e XIX*. Salvador: UFBA, 1992;
- ALPHANDÉRY, P.; BITOUN, P. & DUPONT, Yves. *O equívoco ecológico: riscos políticos*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Tradução de Vera Ribeiro; ver. De tradução César Benjamim. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- BARTHES, Roland. *A câmara clara; nota sobre a fotografia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984;
- BENHABIB, S. *Toward a deliberative model of democratic legitimacy*. S. Benhabib (org.). *Democracy and difference*. Princeton University Press, 1996);
- BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. Ensaio publicado no Brasil pela Editora Brasiliense, de São Paulo, Obras escolhidas, em três volumes. O ensaio está no volume 1 da coleção Magia e Técnica, Arte e Política, 7 ed., 1994.
- BEOZZO, J. O. *O clero italiano no Brasil*. (IN) BONI, L. A. (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, Fondazione Giovanni Agnelli, 1987. V.I.;
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 1986;
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política (Vol. I)*. Editora UnB, São Paulo, 2000.
- BORDENAVE, Juan E. D. *O que é participação*. 7a ed., São Paulo: Brasiliense, 1992.

- BÓRON, A. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1994;
- BRANDÃO, Ignácio de Loyola, TELAROLLI, Rodolpho. *Addio bel campanile – a saga dos Lupo*. São Paulo: Global editora, 1998.
- BUCCI, Eugênio & KEHL, Maria Rita. *Introdução* (15-23). (IN) BUCCI, Eugênio & KEHL, Maria Rita. *Videlogias: ensaios sobre televisão*. São Paulo: Boitempo, 2004 (Estado de Sítio);
- _____, Eugênio. *Capítulo 2 – A violência constitutiva. Como a violência na TV alimenta a violência do real – da polícia* (107-116). (IN) BUCCI, Eugênio & KEHL, Maria Rita. *Videlogias: ensaios sobre televisão*. São Paulo: Boitempo, 2004 (Estado de Sítio);
- _____, Eugênio. *Capítulo 5 – O espaço público no Brasil: A história na era de sua reprodutividade técnica* (191-219). (IN) BUCCI, Eugênio & KEHL, Maria Rita. *Videlogias: ensaios sobre televisão*. São Paulo: Boitempo, 2004 (Estado de Sítio);
- CARDOSO, Fernando Henrique. *A cidade e a política*. Cadernos Cebrap, São Paulo, nº 7, Cebrap, 1972;
- CARTILHA CIDADE PARA TODOS. *I Fórum da Cidade – A cidade que queremos: construindo a cidadania. Estatuto da Cidade, Agenda 21 Brasileira e novos desafios e cenário para o processo de elaboração do Plano Diretor*. CD-ROM produzido pela Prefeitura do Município de Araraquara, SP: 2002;
- CASTORIADIS, C. *As encruzilhadas do labirinto*. São Paulo: Paz e Terra, 1986;
- COHEN, J. *Procedure and substance in deliberative democracy*. Cambridge: MIT Press, 1997;
- CAFÉ, COMÉRCIO, Energia e Comunicação – São Carlos 1880-1920 (Fontes documentais e subsídios para pesquisa). Antonio Carlos vilela Braga e Maria Cristina P. I. Hayashi (orgs.). Série documentos 2, 1995.
- CAMPOS, Cristina de. *São Paulo pela lente da higiene: as propostas de Geraldo de Paula Souza para a cidade (1925-1945)*. São Carlos, SP: RiMa Editora, 2002;
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990;
- CD-ROM CLIQUE RIO+10, Coordenação Geral: Fábio Feldmam, produzido com apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Programa das Nações Unidas para o

- Desenvolvimento (PNUD), por meio de Carta de Acordo entre o MMA e o PNUMA no âmbito do Projeto BRA/00/01 – Apoio às Políticas Públicas na Área Ambiental – Agenda 21, 2002.
- CD-ROM CIDADE PARATODOS. *Órgão informativo do COMPUA*. Prefeitura Municipal de Araraquara, 2003.
 - COSTA, Luiz Augusto Maia. *O ideário urbano paulista na virada do século – o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1896-1903)*. São Carlos: RiMa, Fapesp, 2003;
 - COSTA, Luiz Flávio Carvalho. Dois estudos. *O caminho de São Bento de Araraquara; Paisagens urbanas: um estudo regional sobre fotografias*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, 2001;
 - COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *Fotografia e história regional*. REVISTA ESTUDOS: Sociedade e Agricultura. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, número 10, abril de 1998. (p.208-215);
 - COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *Paisagens urbanas: um estudo regional sobre fotografias (75-94)*. (IN) Mundo rural e política – ensaios interdisciplinares. Raimundo Santos, Luiz Flávio de Carvalho e Francisco Carlos Teixeira da Silva. Rio de Janeiro, 1998;
 - CÚPULA DE JOANESBURGO. *Desafios Globais, Oportunidades Globais – tendências do desenvolvimento sustentável*. Publicado pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, Agosto de 2002;
 - DAHL, R. On democracy. New Harven: Yale University Press, 1998;
 - DAHL, R. *Um prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989;
 - DOYAL, Len & GOUGH, Ian (1994). *Teoría de las necesidades humanas*. Barcelona e Madri, ICARIA e FUHEM;
 - DROR, Yehezkel. *A capacidade para governar: informe ao clube de Roma*. Editora Fundap, São Paulo, 1999.
 - ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999;
 - FERNANDES, A.; SAMPAIO, H.; GOMES, M. A. *A constituição do urbanismo moderno na Bahia (1900-1950)*. (IN) ENCONTRO ANPUR, 6, 1995. Brasília. Anais... Brasília: ANPUR, 1995;

- FERNANDES, Florestan. *O modelo autocrático burguês de transformação*. Editora Guanabara, Rio de Janeiro, 1987.
- ROCHA FILHO, Gustavo Neves. *Relatório final do Plano Diretor de Araraquara*. Araraquara, São Paulo: 22 de dezembro de 1963;
- FREUND, Gisele. *La fotografia como documento social*. Barcelo: Gustavo Gili, 1976;
- FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. Unidade de Políticas Públicas – UPP. *Pensando a gestão partilhada: a Agenda 21 Local*. São Paulo, 2001;
- GOMES, Ângela M. de C. *O redescobrimdo o Brasil*. (IN) GOMES et al. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982;
- HABERMAS, J. *The teory of communicative action*. Boston: Beacon Press, 1984;
- IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. 4a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997;
- IBGE. *Indicadores de desenvolvimento sustentável*. Brasil, 2002;
- KEIM, Jean. *Historie de la photographie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1970 (coleção Que sais-je?);
- KELSEN, H. *Essência e valor da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1929;
- KEHL, Maria Rita. *Capítulo 3 – A realidade ficcional. Visibilidade e espetáculo (141-161)*. (IN) BUCCI, Eugênio & KEHL, Maria Rita. *Videlogias: ensaios sobre televisão*. São Paulo: Boitempo, 2004 (Estado de Sítio);
- _____, Maria Rita. *Capítulo 4 – Exibicionismos. Três observações sobre os reality shows (165-173)*. (IN) BUCCI, Eugênio & KEHL, Maria Rita. *Videlogias: ensaios sobre televisão*. São Paulo: Boitempo, 2004 (Estado de Sítio);
- _____, Maria Rita. *Capítulo 4 – Exibicionismos. Com que corpo eu vou?*. (IN) BUCCI, Eugênio & KEHL, Maria Rita. *Videlogias: ensaios sobre televisão*. São Paulo: Boitempo, 2004 (Estado de Sítio);
- KERBAUY, Maria Teresa Miceli. *A morte dos coronéis: política interiorana e poder local*. Editora Cultura Acadêmica, 2000.
- KOSSOY, Boris. *A fotografia como fonte histórica; introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado*. São Paulo: Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia, 1980 (Coleção Museu & Técnicas, 4);
- _____, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ática, 1989 (Série Princípios);
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Editora Alfa-Ômega, São Paulo, 1980.

- LECHNER, N. *Los pátios interiores de la democracia*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1988;
- LEFORT, C. *Pensando o político*. São Paulo: Paz e Terra, 1986;
- LEME, M. C. da S. *A concepção de cidade e de papel do Estado para os urbanistas paulistanos no início do século*. (IN) GOMES, M. A. A. F. (Orgs). *Velhas e novas legitimidades na reestruturação do território*. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 4. Salvador. Anais... Salvador: ANPUR/FAU/MAU/UFBA, 1993;
- LEMOS, Alberto. *História de Araraquara*. Edição do Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria e Prefeitura Municipal de Araraquara: Tipografia Fonseca Ltda, s/d;
- LIJPHART, A. *Democracies. Patterns of majoritarian and consensus government in twenty-one countries*. New Haven: Yale University Press, 1984;
- MANIN, B. *The principles of representative government*. Cambridge University Press, 1997;
- MANTOVANELI JÚNIOR, Oklinger. *Gestão estratégica, políticas públicas e sustentabilidade: um outro olhar sobre o orçamento participativo*. Araraquara – SP: s.n. 2001;
- MARICATO, Ermínia. *As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias – Planejamento urbano no Brasil*. (IN) ARANTES, Otilia, VAINER, Carlos; MARICATO, Hermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000;
- MESSIAS, Rosane Carvalho. *O cultivo do café nas bocas do sertão paulista: mercado interno e mão-de-obra no período de transição – 1830-1888*. São Paulo: Editora Unesp, 2003;
- MILLS, C. W. *A sociedade de massas (307-325)*. (IN) FORACCHI, Marialice Mencarini & MARTINS, José de Souza. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. São Paulo: LTC, 1977;
- MINTZBERG, H. *The fall and rise of strategic planning*. Harvard Business Review. January-february, 1994;
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros do Estado de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.

- MOREIRA, Antonio Cláudio M L. *O plano diretor e a função social da propriedade urbana*. Texto preparado para a Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM. São Paulo: 2.000. (capturado do sítio: <http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto>);
- MOREIRA, Jair de Brito. *Crescimento econômico e qualidade de vida nas cidades médias da região sudeste*. Monografia do curso de especialização em Gestão Pública e Gerência de Cidades – FCL – Unesp, Araraquara, 2001;
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Em defesa da política*. Editora Senac, São Paulo, 2001.
- NUN, J. *Democracia gobierno del pueblo o gobierno de los políticos?*. Buenos Aires: Fondo de Cultura, 2000;
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição – pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- PETRONE, M. T. S. *O imigrante italiano na fazenda de café de São Paulo*. (IN) BONI, L. A. (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, Fondazione Giovane Agnelli, 1987. V. I;
- PETRONE, M. T. S. *A influência da imigração italiana nas origens da industrialização brasileira*. (IN) BONI, L. A. (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, Fondazione Giovanni Agnelli, 1987. V. I;
- PIERROT, Fabrício (Colaboração de Ramiro Manso). *O crime de Araraquara*. 2ª Edição, 1898 (data da Introdução escrita por Ramiro Manso);
- PLANO DIRETOR de Desenvolvimento e Política Urbana e Ambiental de Araraquara. Prefeitura do Município de Araraquara, 1 de abril de 2004. Documento extraído do sítio: www.araraquara.sp.gov.br;
- RAMIREZ, Maria Clemencia. *A política do reconhecimento e da cidadania no Putumayo e na Baixa Bota Caucana: o caso do movimento cocalero de 1996*. Texto capturado de <http://www.ces.fe.uc.pt>;
- RIBEIRO, L.C.Q. *Formação do capital imobiliário e a produção do espaço construído – 1870 – 1930*. Espaço e Debate, nº 16. São Paulo: Cortez, 1985;
- RIBEIRO, L.C.Q. & CARDOSO, A. L. *Plano Diretor e gestão democrática da cidade*. Sociedade e Território, nº12, ano IV, Lisboa, Maio, 1990;
- _____. *Transferências, empréstimos e traduções na formação do urbanismo no Brasil*. (IN) RIBEIRO, L.C.Q. & PECHMAN, R. C. *Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996;

- SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Estúdio Nóbél: Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993;
- SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI*. In: BURSZTYN, Marcel (org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 29-56, 1994;
- SACHS, Ignacy. *Quo Vadis, Brasil?* In: SACHS, Ignacy, WILHEIN, Jorge e PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs). *Brasil – um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001;
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003;
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado do Meio Ambiente. *Entendendo o meio ambiente – tratados e organizações internacionais em matéria de meio ambiente*. Coordenação geral do Secretário de Estado do Meio Ambiente de São Paulo, Fábio Feldmann. São Paulo: SMA, 1997, volume I;
- SCHUMPETER, J. A. *Capitalism, socialism, and democracy*. Nova York; London;
- SHETH, D. L. *The great language debate: politics of metropolitan versus vernacular India*, Upendra Baxi e Bhikhu Parekh (orgs.), *Crisis and change in contemporary India*. Londres, 1995;
- SILVA, Eduardo. *Barões e Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/INL, 1984;
- SZMRECSÁNYI, M. I. de Q. F. *Rio e São Paulo*. Revista USP. São Paulo: USP, n. 17, 1993;
- SOUZA, Marcelo Lopes. *O desafio metropolitano – um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000;
- STANGERUP, Henrik. *Lagoa Santa, Vidas e Ossadas*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1983.
- TELAROLLI JÚNIOR, Rodolpho. *Poder e saúde: a república, a febre amarela e a formação dos serviços sanitários no Estado de São Paulo*. Campinas: Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, 1993;
- TELAROLLI, Rodolpho. *Poder local na Primeira República*. São Paulo: Nacional, 1977;
- _____, Rodolpho. *Para uma história de Araraquara: 1800-2000*. Araraquara: Unesp/FLC, Laboratório Editorial, 2003;

- _____, Rodolpho. *A fragilidade da representatividade democrática*. Jornal O Imparcial. Caderno Especial: Política ontem e hoje, Araraquara 1833 – 2000. Araraquara, SP: domingo 21 de março de 1999, p. 24;
- TOLEDO, Rodrigo Alberto. *Eleições municipais em Araraquara – o ineditismo da vitória do Partido dos Trabalhadores em 2002*. Monografia do curso de especialização em Gestão Pública e Gerência de Cidades – FCL – Unesp, Araraquara, 2001.
- _____, Rodrigo Alberto Toledo. *Ruralidade e urbanidade: um enfoque sustentável*. Araraquara, SP: Programa de Pós-graduação em Sociologia, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2004 (Primeiro trabalho apresentado à disciplina Ruralidade e Urbanidade);
- _____, Rodrigo Alberto. *Dos problemas sócio-ambientais para uma democracia para além do mercado*. Araraquara, SP: Programa de Pós-graduação em Sociologia, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2004 (Segundo trabalho apresentado à disciplina Tópicos Especiais: movimentos sociais e segurança urbana);
- TAUNAY, Alfredo d’Escragnolle. *Viagem de regresso de Mato Grosso à Corte (1867)*. (IN): Céus e terras do Brasil. Viagens de outrora. Paisagens brasileiras. São Paulo: Melhoramentos, 1948. [A primeira edição da Melhoramentos é de 1921];
- TAVARES, José Antonio Giusti, ROJO, Raúl Enrique. *Instituições políticas comparadas dos países do Mercosul*. Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1998.
- VEIGA, Eduardo Luiz Veiga Lopes. *Araraquara: 182 anos brilhando como o sol*. Araraquara, SP, 1999. (no prelo).
- WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963;
- WILLIAMS, R. *Culture*. Glasgow: Fontana, 1981;

Artigos em jornais e revistas

- GRAVINA, Boaventura. *Urbanismo e Plano Diretor*. Jornal O Imparcial, 9 de abril de 1961;
- JORNAL O IMPARCIAL de Araraquara. *Entrega do Plano Diretor de Araraquara*. O Imparcial, 27 de dezembro de 1963: 7;
- _____, Boaventura. O Plano Diretor do Município de Araraquara. O Imparcial. Sábado, 3 de dezembro de 1977;

- _____, Boaventura. *Plano Diretor do Município de Araraquara*. *Jornal O Imparcial*, 20 de novembro de 1987, nº 14.317, p.6-8
- JORNAL O IMPARCIAL de Araraquara. *Estamos às vésperas do planejamento do futuro do nosso município*. *Imparcial* de 22 de janeiro de 1963;
- JORNAL O IMPARCIAL de Araraquara. *Caderno especial: De Santi o Prefeito do século*. Domingo 22 de agosto de 1999.
- JORNAL O IMPARCIAL de Araraquara. *Caderno Especial: Política ontem e hoje, Araraquara 1833 – 2000*. Artigo “A fragilidade da representatividade democrática” de Rodolfo Telarolli.
- JORNAL TRIBUNA IMPRESSA de Araraquara reportagem: *Pressão de Covas faz Coca assumir cabeça* de 17 de junho de 2000.
- REVISTA VEJA. Reportagem: *O PT cor-de-rosa*. Ano 33, número 41 de 11 de outubro de 2000.
- RICARDO, Beto, CAPOBIANCO, João Paulo, SANTILLI, Márcio, ESTERCI, Neide. *O novo governo e as políticas sócio-ambientais*. *Jornal O Estado de S. Paulo*, 4 de outubro de 2002 ;
- TOLEDO, R. A., ENTIDADES, E. C. F. *Documento pró-sustentabilidade e fortalecimento de entidades ambientalistas*. *Jornal O Imparcial*. Araraquara e região, 2002.
- TOLEDO, Rodrigo Alberto. *O custo do desenvolvimento - água um recurso limitado*. *Jornal O Imparcial*. Araraquara e região, 2002.
- _____. *Agenda 21 local: desenvolvimento ambientalmente sustentável*. *Jornal Folha da Cidade*. Araraquara e região, 2001.
- _____. *Agenda 21 local: habitação sustentável*. *Jornal O Imparcial*. Araraquara e região, 2001.
- _____. *Cidade invisível: uma realidade de nosso dia-a-dia*. *Jornal Tribuna Imprensa*. Araraquara e região, 2001.
- _____. *Estímulo ao desenvolvimento de cidades médias*. *Jornal Tribuna Imprensa*. Araraquara e região, 2001.
- _____. *Patrimônio e Modernidade*. *Jornal O Imparcial*. Araraquara e região, 2001.
- _____. *Trabalho infantil e o desenvolvimento sustentável*. *Jornal Tribuna Imprensa*. Araraquara e região, 2001.
- _____. *Ética na política X Interesses particulares*. *Jornal Folha da Cidade*. Araraquara e região, 2001.

- _____ . *Araraquara Viva firma compromisso com candidatos*. Jornal *Tribuna Imprensa*. Araraquara e região, 2000.
- _____ . *Grupo de estudos Unesp Araraquara firma compromisso com candidatos*. Jornal *Folha da Cidade*. Araraquara e região, 2000.
- _____ . *Quarta rodada de debates com candidatos*. Jornal *O Imparcial*. Araraquara e região, 2000.
- _____ . *Sociedade organizada firma compromisso com candidatos*. Jornal *O Imparcial*. Araraquara e região, 2000.

Documentos Tribunal Regional Eleitoral

- TRE, Tribunal Regional Eleitoral. *Resultado eleições Legislativo de Araraquara (1964 – 1972)*.
- _____ . *Resultado das eleições Legislativo de Araraquara (1973 – 1982)*.
- _____ . *Resultado eleições Legislativo Araraquara (1977 – 1982)*.
- _____ . *Resultado eleições Legislativo Araraquara (1983 – 1988)*.
- _____ . *Resultado eleições Legislativo de Araraquara (1989 – 1992)*.
- _____ . *Resultado eleições Legislativo de Araraquara (1993 – 1996)*.
- _____ . *Resultado eleições Legislativo de Araraquara (1997 – 2000)*.
- _____ . *Resultado eleições Legislativo de Araraquara (2001 – 2004)*.
- _____ . *Resultado eleições Legislativo de Araraquara (2004 – 2007)*.

Atas da Câmara Municipal de Araraquara

(Arquivo Histórico Professor Rodolpho Telarolli – Araraquara – SP)

- LIVRO ATA 502
- LIVRO ATA 503
- LIVRO ATA 504
- LIVRO ATA 505
- LIVRO ATA 506
- LIVRO ATA 508
- LIVRO ATA 507

Relatórios de lançamento de imposto sobre o café em Araraquara

(Arquivo Histórico Professor Rodolpho Telarolli – Araraquara – SP)

- DOCUMENTO 147. *Arrecadação de impostos especiais do café (07/1892 – 12/1895)*;
- DOCUMENTO 148. *Lançamento de coleta do imposto sobre café (1900 – 1904)*;
- DOCUMENTO 149. *Coleta do imposto do café (1903)*;

- DOCUMENTO 150. *Lançamento de imposto sobre café e cana (1905-1910);*
- DOCUMENTO 151. *Lançamento do imposto sobre cafeeiros (1911-1913);*
- DOCUMENTO 152. *Relação de fazendeiros e números (1917-1922);*
- DOCUMENTO 153. *Lançamento de imposto sobre cafeeiros (1914 – 1919);*
- DOCUMENTO 154. *Lançamento de imposto sobre cafeeiros (1920 – 1931);*
- DOCUMENTO 155. *Imposto sobre o café (1930 – 1931);*
- DOCUMENTO 156. *Dívida ativa cafeeiros no 2 (1932);*
- DOCUMENTO 157. *Lançamento de imposto sobre café no 1 (1932);*
- DOCUMENTO 158. *Lançamento de imposto sobre cafeeiros (1933);*
- DOCUMENTO 159. *Receita analítica impostos de cafeeiros (1933);*
- DOCUMENTO 160. *Lançamento de imposto sobre cafeeiros (1934);*
- DOCUMENTO 161. *Lançamento de imposto sobre cafeeiros (1935).*
- DOCUMENTO MAÇO DA POPULAÇÃO DE PORTO FELIZ, No 161, anos 1804 a 1811, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo;
- DOCUMENTO MAÇO No 7, pasta 5, doc. 1 – Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo;

Registro de Veículos de Araraquara

- DOCUMENTO 253. *Registro de veículos (02/1897 – 11/1900).*

Recortes de jornal de Araraquara

- DOCUMENTO 328. *Recortes do “Jornal o Comércio” (05 06/1890).*

Seção de obras públicas de Araraquara

- DOCUMENTO 388. *Correspondência expedida pela Câmara Municipal.*

Taxa de serviços urbanos de Araraquara

- DOCUMENTO 619. *Câmara Municipal – repartição de obras públicas.*

Entrevistas

- AMARAL, Linconl Ferri do. Linconl Ferri do Amaral: depoimento [26 de janeiro de 2006]. Entrevistador: Rodrigo A. Toledo. Araraquara – SP: 2006. 1 cassete sonoro. Entrevista ao Ex-Secretário de Desenvolvimento Urbano de Araraquara concedida à pesquisa de mestrado;
- AZZONI, Alcyr. Alcyr Azzoni: depoimento [26 de Janeiro de 2006]. Entrevistador: Rodrigo A. Toledo. Araraquara - SP: 2006. 1 cassete sonoro. Entrevista ao Ex-Presidente do COMPUA concedida à pesquisa de mestrado;
- CARVALHO, Marcelo. Marcelo Carvalho: depoimento [20 de janeiro de 2006]. Entrevistador: Rodrigo A. Toledo. Araraquara – SP: 2006. 1 cassete sonoro.

Entrevista ao Diretor da Agência de Desenvolvimento de Araraquara concedida à pesquisa de mestrado;

- GARIBALDI, José Roberto. José Roberto Garibaldi: depoimento [30 de janeiro de 2006]. Entrevistador: Rodrigo A. Toledo. Araraquara – SP: 2006. 1 cassete sonoro. Entrevista ao Coordenador de Planejamento Urbano do Plano Diretor de Araraquara concedida à pesquisa de mestrado;

Sítios

- www.araraquaraviva.org.br – sítio da ONG Araraquara Viva com informações sobre sua área de atuação e projetos desenvolvidos, inclusive o da Agenda 21 Local;
- www.araraquara.sp.gov.br – sítio da Prefeitura Municipal de Araraquara;
- www.saopaulo.sp.gov.br - sítio do Governo do Estado de São Paulo;
- www.ciencia.sp.gov.br/desenvolvimento/ - sítio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo;
- www.fmcovas.org.br/mariocovas/index.htm - sítio da Fundação Mário Covas.
- www.ambiente.sp.gov.br/agenda21 - sítio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente com informações sobre os resultados da Agenda 21 em São Paulo.
- www.mma.gov.br - sítio do Ministério do Meio Ambiente com informações sobre o processo de desenvolvimento da Agenda 21 Nacional e demais temas correlatos.
- www.ambiente.sp.gov.br/destaque/joanesburgo.htm - sítio da Secretaria de Meio Ambiente com informações sobre o evento Rio+10 realizado em Joanesburgo no ano de 2002;
- www.estatutodacidade.org.br/kitdascidades - Sítio que disponibiliza material denominado “Estatuto da Cidade – guia para implementação pelos municípios e cidadãos”.
- www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/laboratorios.html - Sítio da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Unidade Rio Claro. Este sítio apresenta um resumo das atividades de extensão do curso de Graduação em Geografia;
- www.vivaocentro.org.br/vivaocentro - sítio da Organização Não-Governamental Viva o Centro, São Paulo, Capital. Este sítio apresenta a organização bem com seus projetos desenvolvidos na cidade de São Paulo.
- www.vivario.org.br – sítio que apresenta a Organização Não-Governamental Viva Rio e suas campanhas de paz e projetos sociais em cinco áreas: direitos humanos e segurança pública, desenvolvimento comunitário, educação, esportes e meio ambiente.